

RELATÓRIO DE GESTÃO



Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
Relatório de Gestão do Exercício de 2025

2025



Tribunal Regional Eleitoral
do Rio de Janeiro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Relatório de Gestão do exercício de 2025, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 84/2020, da Decisão Normativa TCU nº 198/2022 e do Guia de Elaboração do Relatório de Gestão Integrado, disponível no sítio eletrônico do TCU.

Toda regulamentação interna e materiais mencionados ao longo do relatório podem ser acessados em detalhes no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, www.tre-rj.jus.br.

Rio de Janeiro, março de 2026

COMPOSIÇÃO DA CORTE NA APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

PRESIDENTE

Claudio de Mello Tavares

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Fernando Cerqueira Chagas

MEMBROS DA CORTE

Rafael Estrela Nóbrega
Bruno Vinicius da Ros Bodart da Costa
Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Paulo Cesar Salomão Filho

MEMBROS SUBSTITUTOS

Maria Paula Gouvêa Galhardo
Mônica Feldman de Mattos
Aluisio Gonçalves de Castro Mendes
Ane Cristine Scheele Santos
Sylvia Therezinha Hausen de Area Leão
Manoela Augusta Martins Rodrigues Dourado

PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL

Flávio Paixão de Moura Júnior

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL SUBSTITUTO

Maria Helena de Carvalho Nogueira de Paula

COORDENAÇÃO

Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle
Interno da Diretoria-Geral

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle
Interno da Diretoria-Geral
Coordenadoria de Comunicação Social



APRESENTAÇÃO

De acordo com as disposições da [Instrução Normativa TCU nº 84/2020](#) e da [Decisão Normativa TCU nº 198/2022](#), o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2025, em formato de relato integrado, com o objetivo de permitir às cidadãs e aos cidadãos brasileiros e aos órgãos de controle interno e externo avaliarem como esta Corte investe os recursos dos contribuintes para entregar Eleições organizadas, íntegras e seguras e uma prestação jurisdicional cada vez mais efetiva à sociedade brasileira.

A elaboração do relatório foi conduzida de acordo com o [Ato GP nº 340/2021](#) e com o processo estabelecido pela [Instrução Normativa PR nº 02/2025](#).

O relato integrado do TRE-RJ está assim estruturado:

- 1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**, no qual será tratada a identificação do Tribunal como unidade prestadora de contas e sua estrutura, seu ambiente de atuação e a forma como se relaciona com a sociedade;
- 2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS**, em que são relatadas as ações desenvolvidas pelo Tribunal para o tratamento dos riscos de suas atividades;
- 3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO**, que demonstram a maneira como o TRE-RJ se organiza e se planeja para enfrentar seus desafios e seu desempenho no alcance das metas definidas em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos traçados;
- 4. RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO**, no qual se apresentam as informações específicas das áreas especiais da gestão e os principais resultados alcançados;
- 5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS**, com a situação e a gestão financeira, orçamentária e patrimonial em 2025.

Para consultar os Relatórios de Gestão de exercícios anteriores ou apresentar sugestões de melhoria ou comentários sobre este e outros itens da prestação de contas do TRE-Rj, visite o menu [Transparência e Prestação de Contas / Gestão / Relatório de Gestão](#) em nossa página da internet: www.tre-rj.jus.br



	MENSAGEM DO PRESIDENTE6
01	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	
	1.1 Justiça Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro.....9	
	1.2 Composição da Alta Administração.....12	
	1.3 Estrutura organizacional.....13	
	1.4 Estrutura de governança.....14	
	1.5 Cadeia de valor.....15	
	1.6 Valor Público.....16	
	1.7 Relacionamento com a sociedade.....18	
	1.8 Ambiente de atuação.....28	
	1.9 Materialidade das informações.....31	
02	RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	
	2.1 Gestão de riscos.....33	
	2.2 Riscos institucionais.....36	
03	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	
	3.1 Sistema de governança e gestão do TRE-RJ.....46	
	3.2 Ações de supervisão, controle e correição.....49	
	3.3 Planejamento estratégico no TRE-RJ.....55	
	3.4 Gestão de processos.....69	
	3.5 Resultados dos objetivos estratégicos do TRE-RJ em 2025....71	
	3.6 Resultados alcançados frente às metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário103	
04	RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO	
	4.1 Destaques da gestão do TRE-RJ em 2025.....113	
	4.2 Prestação jurisdicional.....124	
	4.3 Promoção da educação eleitoral e da cidadania.....128	
	4.4 Gestão de pessoas.....133	
	4.5 Gestão da tecnologia da informação.....154	
	4.6 Gestão da segurança da informação.....169	
	4.7 Gestão de licitações e contratos.....172	
	4.8 Gestão patrimonial e infraestrutura.....177	
	4.9 Logística sustentável.....183	
	4.10 Acessibilidade, inclusão e diversidade.....187	
05	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	
	5.1 Gestão orçamentária e financeira.....194	
	5.2 Gestão de custos.....204	
	5.3 Conclusões de auditorias.....208	
	5.4 Demonstrações contábeis e notas explicativas.....209	
06	ANEXOS, APÊNDICES E LINKS	
	6.1. Dados de partidos políticos no Estado do Rio de Janeiro.....211	
	6.2 Lista de siglas e abreviações.....213	
	6.3 Lista de figuras e infográficos.....220	

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com profunda satisfação e renovado compromisso com a democracia que apresento o Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro referente ao exercício de 2025. Este documento traduz o esforço permanente de uma instituição que não apenas cumpre com rigor sua missão constitucional, mas que busca o contínuo aprimoramento de sua atuação, com foco na qualidade da prestação jurisdicional, na eficiência dos serviços eleitorais e no fortalecimento da cidadania.

O ano de 2025 foi, para o TRE-RJ, um ano de consolidação e colheita. Consolidação de uma cultura institucional que valoriza a inovação, a transparência e a excelência na prestação de serviços públicos. E colheita dos frutos de um trabalho coletivo, integrado e dedicado, que resultou em 12 premiações e selos de qualidade concedidos por instituições de reconhecida autoridade, como o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral e entidades da sociedade civil. Esse reconhecimento externo é reflexo do esforço diário de cada servidor e servidora desta Casa, que transforma compromisso em resultado concreto para a população fluminense.

Na área da inovação, demos passos decisivos. A criação da Seção de Inovação (SEINOV) e a reestruturação do laboratório eLaboraRio estabeleceram um ecossistema capaz de gerar valor público de forma sistemática e sustentável. A 1ª Semana de Inovação, com quase mil participantes e índice de satisfação de 9.5, demonstrou que a cultura de inovação

deixou de ser iniciativa de poucos para se tornar vocação de todos. Projetos como o “Eu Te Vejo!”, de combate à invisibilidade de trabalhadores terceirizados, e a Plataforma Radar, que transforma dados cartorários em inteligência para a gestão, ganharam reconhecimento nacional e inspiram outras instituições do Poder Judiciário.

No campo da Inteligência Artificial, avançamos com responsabilidade e visão estratégica. O projeto “IA Jud - Justiça Inteligente” lançou as bases para uma transformação profunda no modo de trabalhar: disponibilizamos ferramentas de IA generativa a todos os servidores, publicamos orientações éticas de uso e iniciamos pilotos em atividades jurisdicionais, de combate à desinformação e de suporte administrativo. Em vez de substituir o talento humano, trabalhamos para potencializá-lo, liberando nossa equipe para o que nenhuma máquina pode fazer: o exercício atento, sensível e criterioso da Justiça.

A Justiça precisa chegar ao cidadão para ser completa. Por isso, o programa de Justiça Eleitoral Itinerante ocupa espaço central neste relatório. Em 2025, com a criação do Núcleo de Justiça Eleitoral Itinerante (NUJEI), estruturamos e ampliamos nossa presença em comunidades distantes, vulneráveis e historicamente desassistidas. Cada atendimento itinerante é, em essência, um ato de reparação democrática. Levamos serviços eleitorais a 19 municípios na campanha #VemPraBiometria, onde atendemos comunidades indígenas e quilombolas. Servimos ainda





3.948 eleitores em situação de rua ou em extrema vulnerabilidade, por meio do Cipop-Rua, iniciativa premiada pelo CNJ pela inovação, eficiência e humanização que representa.

Tudo isso, porém, não nos permite o conforto da contemplação. O ano de 2026 começa apresentando a força e a complexidade de um ano eleitoral. As Eleições Gerais representam o momento culminante da missão desta Justiça Especializada, e é para elas que direcionamos agora toda a nossa energia. Os projetos de 2025, da expansão da cobertura biométrica ao aperfeiçoamento dos sistemas de prestação de contas, do uso de IA nos gabinetes à ampliação dos Pontos de Inclusão Digital, são peças de um mesmo tabuleiro, cuidadosamente posicionadas para que o pleito de outubro seja realizado com ainda mais segurança, transparência e acessibilidade.

Ao apresentar este Relatório de Gestão, expresso meu reconhecimento a cada servidor, servidora, magistrado e magistrada que contribuiu para os resultados aqui documentados. A excelência institucional que nos distingue é construída coletivamente, dia após dia, no compromisso compartilhado com a democracia e com o povo fluminense.

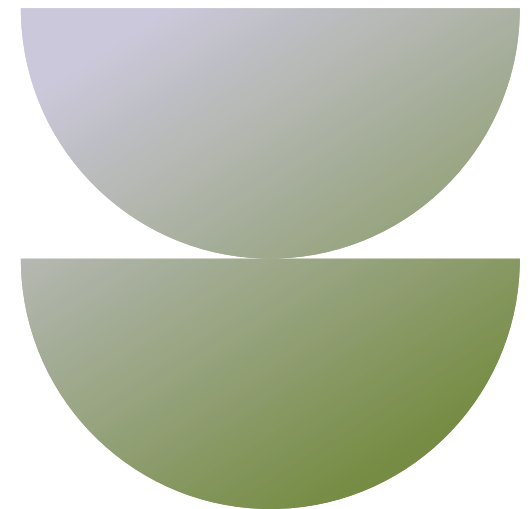
Por fim, como representante máximo da governança deste Tribunal Regional Eleitoral, declaro, perante a sociedade e os órgãos de controle interno e externo, que reconheço a responsabilidade a mim atribuída por assegurar a integridade deste relatório, zelando pela fidedignidade, precisão e completude das informações prestadas, e afirmo a aplicação do pensamento coletivo na sua preparação e apresentação.



Desembargador
Claudio de Mello Tavares
Presidente do Tribunal Regional
Eleitoral do Rio de Janeiro



**VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE
EXTERNO**



1.1 JUSTIÇA ELEITORAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é órgão integrante da Justiça Eleitoral, ramo especializado do Poder Judiciário, com previsão no artigo 118, inciso II, da Constituição da República. Notadamente, possui funções jurisdicional, administrativa e consultiva, previstas no texto constitucional e no Código Eleitoral ([Lei nº 4.737/65](#), art. 29 e seguintes).

FUNÇÃO JURISDICIONAL

Aplicação do Direito aos casos concretos submetidos ao órgão, em busca da solução dos conflitos.

FUNÇÃO CONSULTIVA

Peculiar aos Tribunais Eleitorais, decorre da preocupação de prevenir litígios que possam afetar a regularidade do pleito, orientando a ação dos participantes do processo eleitoral a partir da apreciação de situações abstratas.

FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

Destaca-se pela preparação, organização e administração de todo o processo eleitoral fluminense. Insere-se nessa função o exercício do poder de polícia, que visa inibir práticas ilegais que possam ameaçar a legitimidade do pleito (propaganda irregular, captação ilícita de votos e abuso de poder econômico e político).

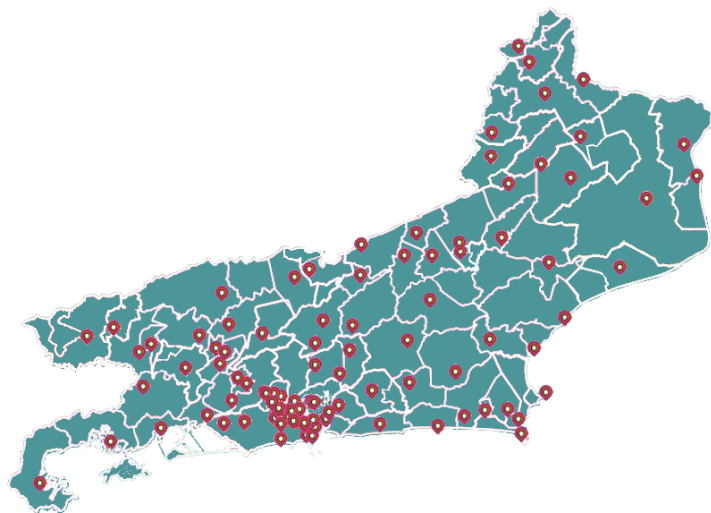


Figura 1.11: Mapa do Estado do Rio de Janeiro com localização dos Cartórios Eleitorais

1.1.1 ÓRGÃOS INTEGRANTES E ESTRUTURA DE ATUAÇÃO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Órgão de segunda instância da Justiça Eleitoral no estado, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é composto por **7 DESEMBARGADORES MEMBROS**: dois desembargadores do Tribunal de Justiça, dois juízes de direito estaduais, um juiz do Tribunal Regional Federal e dois advogados.

Além de sua competência originária, tem a atribuição de reexaminar as decisões proferidas na primeira instância, quando submetidas a sua apreciação.



O TRE-RJ tem sua sede no município do Rio de Janeiro, capital do estado.

JUÍZES ELEITORAIS

Os **JUÍZES ELEITORAIS**, designados pelo TRE dentre os juízes de direito estaduais para serem titulares de zonas eleitorais, são órgãos singulares da primeira instância.

A sede da Zona Eleitoral é o **CARTÓRIO ELEITORAL**, onde são atendidos os eleitores domiciliados em sua circunscrição. É lá que o cidadão tem seu primeiro contato com a Justiça Eleitoral, quando se inscreve como eleitor e passa a participar ativamente do processo eleitoral.



O estado do Rio de Janeiro tem **92 MUNICÍPIOS** e é composto por **165 ZONAS ELEITORAIS**, sendo 49 na capital e 116 nos demais municípios.

1.1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO TRE-RJ

A identidade institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro forma-se sob três pilares, que servem como direcionadores para a estratégia e atuação do órgão: Missão, Visão e Valores.

MISSÃO DO TRE-RJ

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

A **Missão** de um órgão traduz o seu propósito, sua razão de existir. Portanto, considerando as competências previstas para a Justiça Eleitoral na legislação, o TRE-RJ entende que o propósito fundamental de sua atuação perante a sociedade e demais partes interessadas é assegurar a normalidade, a segurança e a liberdade democrática em todas as etapas do processo eleitoral. Por outro lado, é por meio da **Visão** que o órgão estabelece, a cada ciclo estratégico, como deseja ser visto no futuro, ou seja, no que pretende se transformar, com o apoio da estratégia, de forma a melhor desempenhar sua missão. Considerando a missão de garantir a legitimidade do processo eleitoral, o TRE-RJ definiu dois pontos principais a serem trabalhados no ciclo estratégico 2021-2026:

VISÃO DO TRE-RJ

Ser reconhecido pela excelência no atendimento à cidadã e ao cidadão e pela agilidade e efetividade na prestação jurisdicional.

Os **Valores** que o TRE-RJ adota traduzem os princípios da instituição que são incorporados à sua maneira de agir, sendo conjuntos de padrões éticos que devem nortear o desempenho de suas atividades e a conduta de seus integrantes:

VALORES DO TRE-RJ

ÉTICA Atuar, incondicionalmente, em todas as ações e relações, nos ambientes interno e externo, com retidão, honestidade, integridade, imparcialidade, respeito e moralidade.

COMPROMETIMENTO Exercer as atividades com dedicação, empenho, responsabilidade e profissionalismo, priorizando o atendimento das necessidades e expectativas da sociedade e honrando a nossa missão.

COOPERAÇÃO Atuar com espírito de equipe, compartilhando conhecimentos, habilidades, objetivos, responsabilidades e resultados, gerando sinergia e eficiência, colaborando, ainda, com os outros órgãos do Poder Judiciário para o alcance de soluções benéficas para as instituições e para a sociedade.

VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS Reconhecer que as servidoras e os servidores são o nosso grande diferencial e que, portanto, devem ser permanentemente estimulados em seu crescimento profissional e pessoal, indistintamente, com condições de trabalho adequadas, competências desenvolvidas e relações fundamentadas no respeito e na transparência.

ORGULHO INSTITUCIONAL Sentir orgulho de fazer parte de uma instituição reconhecida pela relevância dos serviços prestados à ordem democrática.

TRANSPARÊNCIA Dotar de visibilidade todas as ações institucionais e facilitar à sociedade o acesso a informações claras, precisas, completas e tempestivas.

EFICIÊNCIA Buscar continuamente a otimização dos processos de trabalho, através de automação, inovações tecnológicas, redução de custos, de aspectos burocráticos e de gargalos, combatendo-se o desperdício de recursos materiais e de tempo.

IMPARCIALIDADE Zelar pela impessoalidade e igualdade de tratamento às jurisdicionadas e aos jurisdicionados, orientando-se estritamente pelo interesse público.

INTEGRIDADE Atuar com foco no interesse público: entregar os resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente, em alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas.

As ações empreendidas com vistas ao alcance da visão estabelecida para 2026 e os resultados obtidos nesse percurso serão relatados no Capítulo 3 deste Relatório de Gestão.¹

1.2 COMPOSIÇÃO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

Apresentam-se abaixo os representantes da Alta Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro responsáveis pelo período que abarca o relatório de gestão integrado.



**DESEMBARGADOR
HENRIQUE CARLOS
DE ANDRADE
FIGUEIRA**

Presidente
De 15/12/2023 a
24/03/2025



**DESEMBARGADOR
PETERSON
BARROSO SIMÃO**

Presidente
De 26/03/2025 a
15/12/2025
**Vice-Presidente
e Corregedor
Regional Eleitoral**
De 15/12/2023 a
25/03/2025



**DESEMBARGADOR
CLAUDIO DE MELLO
TAVARES**

Presidente
Desde 16/12/2025
**Vice-Presidente
e Corregedor
Regional Eleitoral**
De 26/03/2025 a
15/12/2025



**ELINE IRIS RABELLO
GARCIA DA SILVA**

Diretora-Geral
Desde 13/12/2021

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do TRE-RJ guarda simetria de competências com a do Tribunal Superior Eleitoral, conforme estabelecido na [Resolução TSE nº 22.138/2005](#).

A [Resolução TRE-RJ nº 1.366/2025](#), com suas alterações posteriores, que estabelece a estrutura orgânica do TRE-RJ, e a [Resolução TRE-RJ nº 1.266/2023](#), com suas alterações posteriores, que estabelece o Regulamento Administrativo do Tribunal, dispendo sobre a organização dos serviços administrativos, competências e atribuições de todas as unidades, estão disponíveis em www.tre-rj.jus.br, menu [Legislação](#).

As unidades que compõem os níveis estratégico e tático estão representadas no organograma ao lado.

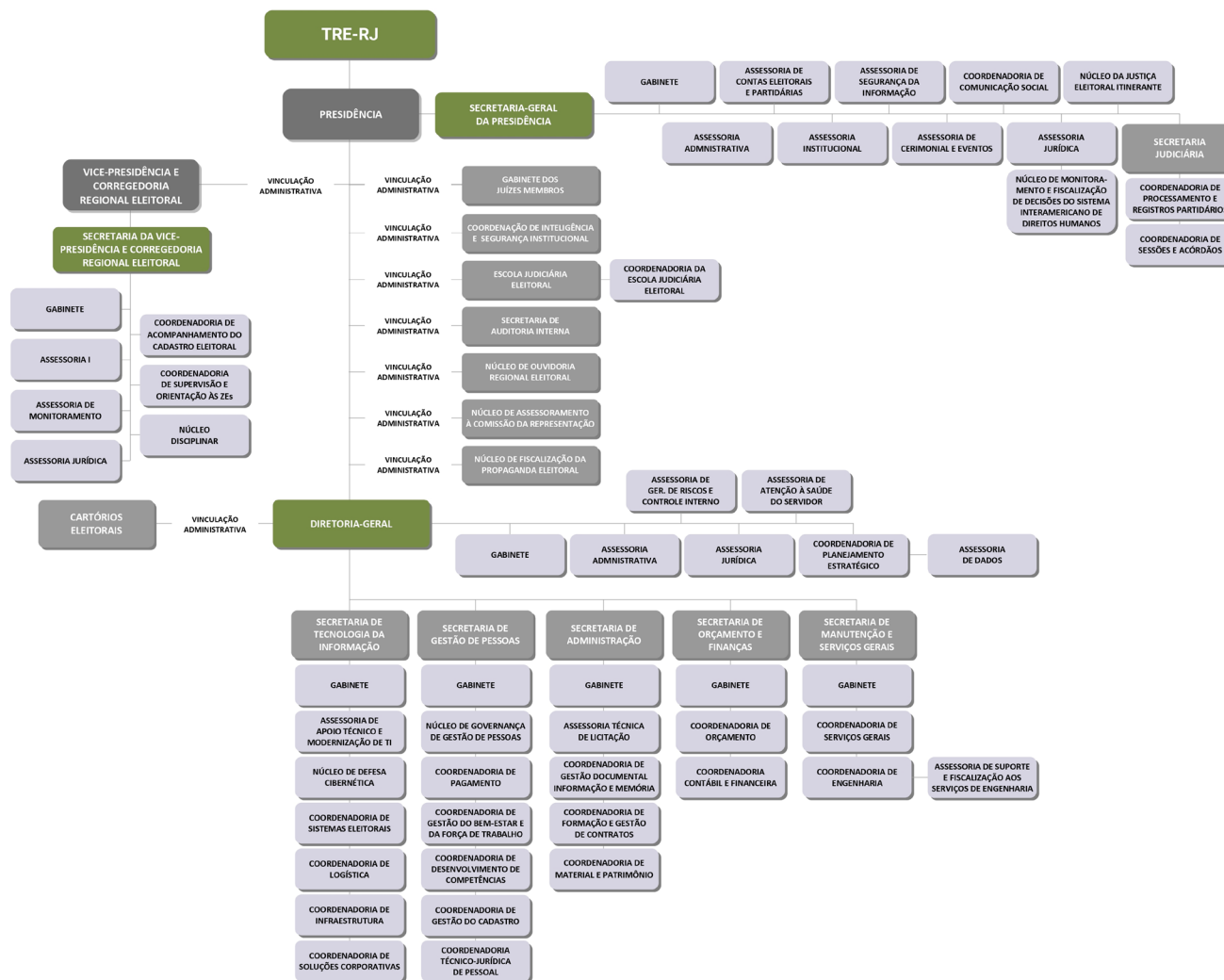


Figura 1.3.1: Organograma do TRE-RJ (níveis estratégico, tático, gabinetes e núcleos especializados)

1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O Sistema de Governança e Gestão do Tribunal foi estabelecido no ano de 2019, com a publicação da [Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019](#), em consonância com a base normativa que disciplina a matéria no âmbito do Poder Judiciário e com as boas práticas de liderança, estratégia e controle preconizadas nos referenciais de governança e gestão.

A estrutura de governança do Tribunal está visualmente descrita no modelo ao lado reproduzido (anexo da Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019).

Outras informações sobre o tema podem ser conferidas no Capítulo 3 deste Relatório de Gestão (Governança, Estratégia e Desempenho).

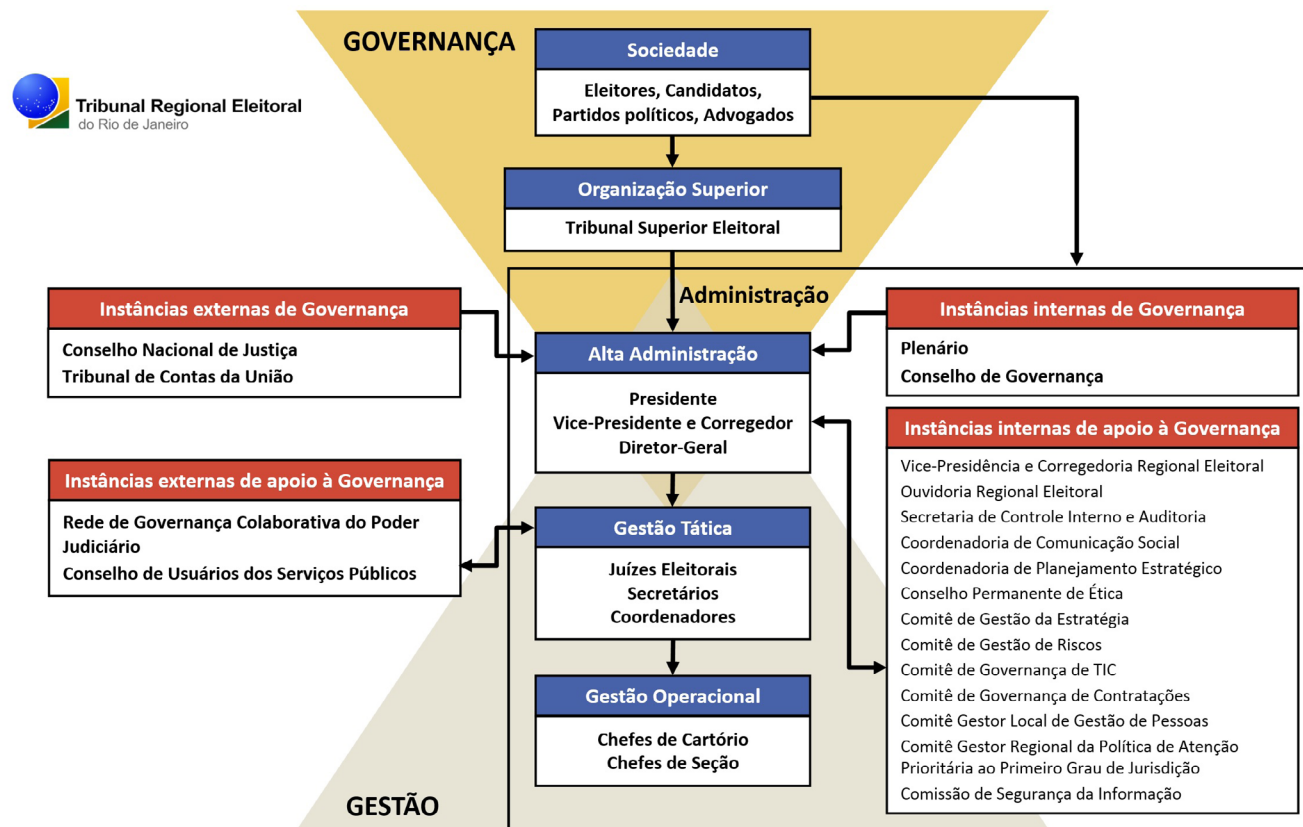


Figura 1.4.1: Modelo do Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ - Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019

1.5 CADEIA DE VALOR

A primeira versão da Cadeia de Valor do TRE-RJ foi instituída em 2014. Em 2022, foi instituída [nova versão](#), através do Ato GP nº 157/2022, da Presidência deste Tribunal, ratificada posteriormente pelo [Ato PR nº 68/2025](#).

Nela encontram-se identificados os Macroprocessos Finalísticos, os de Governança e Gerenciamento e os de Suporte, os Valores Públicos Gerados e os Clientes do Tribunal.

O detalhamento da Cadeia de Valor ocorre por meio da [Arquitetura de Processos](#). Em 2025, o Tribunal concluiu uma nova versão desta Arquitetura, com a definição das unidades gestoras responsáveis por cada processo e outras atualizações, formalizadas pelo [Ato PR nº 68/2025](#).

Detalhes sobre a metodologia de gestão de processos do TRE-RJ, aprovada pelo [Ato GP nº 189/2015](#), são apresentados no tópico 3.4 deste Relatório de Gestão (Gestão de processos).

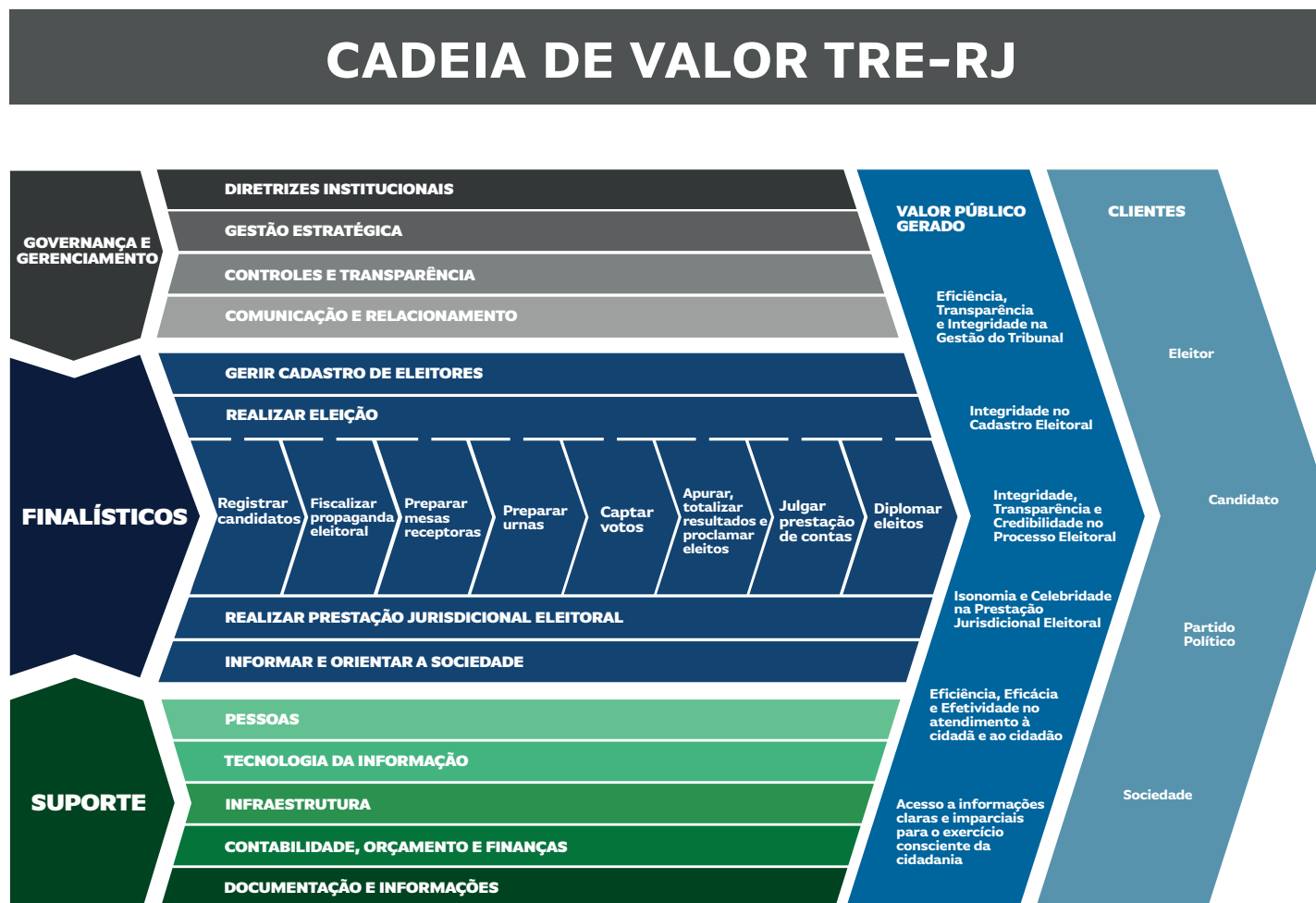


Figura 1.5.1: Cadeia de Valor do TRE-RJ

1.6 VALOR PÚBLICO

O termo Valor Público é utilizado para descrever e apresentar os dados referentes ao impacto da atuação das organizações públicas no desenvolvimento, bem-estar e crescimento social, no âmbito de suas atuações. Ao contrário do setor privado, os custos e benefícios das atividades do setor público muitas vezes não podem ser mensurados em lucros e prejuízos, mas sim numa perspectiva de acrescentar valor para sociedade.

O [Decreto nº 9.203/2017](#), que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, assim define valor público:

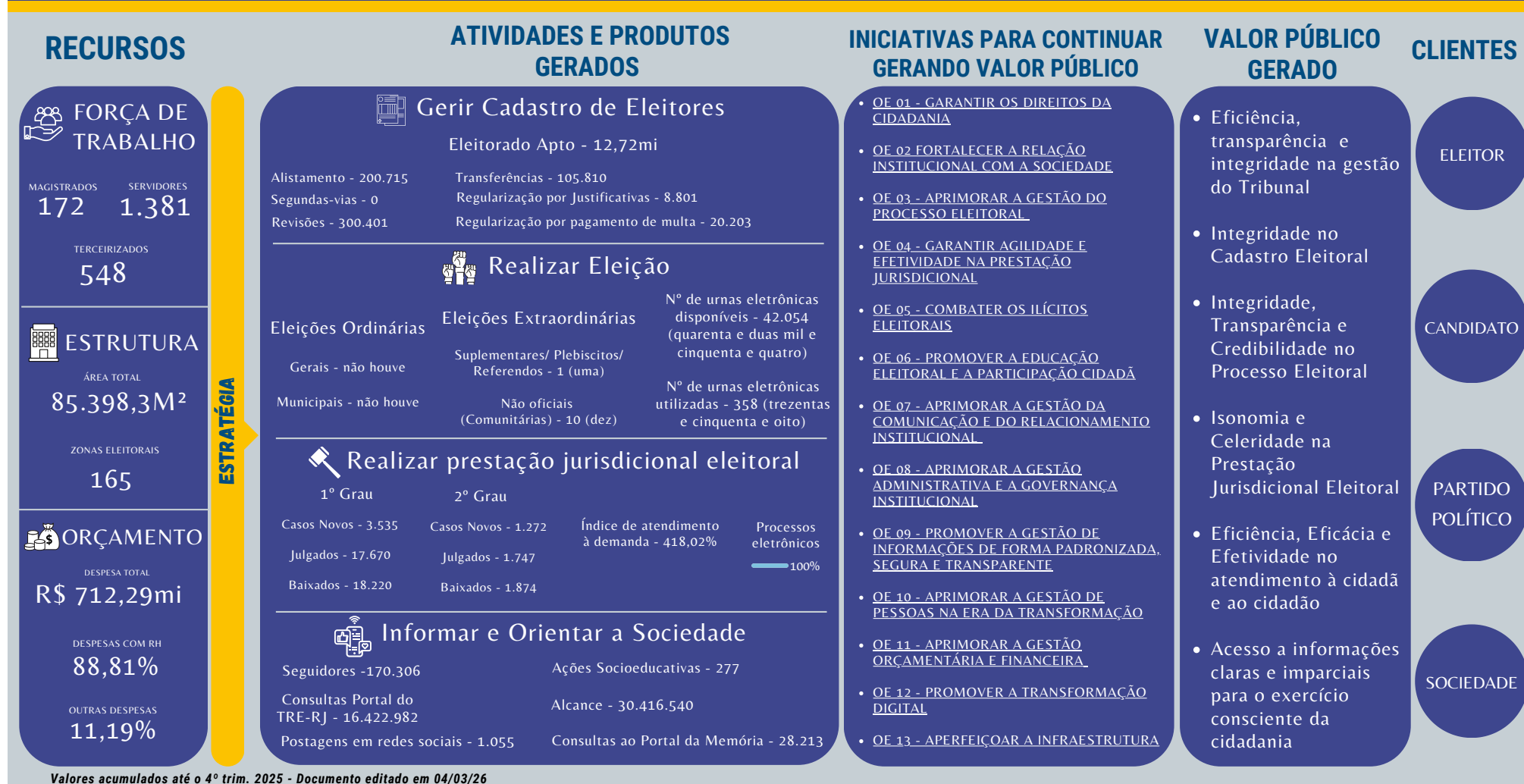
“Art. 2º Para os efeitos do disposto neste Decreto, considera-se: ... II - valor público - produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos...”

Sendo assim, para que as organizações públicas identifiquem quais atividades estão gerando resultados efetivos e úteis para a sociedade, é necessário que seja realizada a mensuração periódica dos dados que compõem o seu Valor Público. E tal mensuração deve levar em consideração os recursos alocados, os produtos gerados e os impactos sociais daquelas atividades.

Trata-se, dessa forma, de ferramenta de gestão importante para melhorar a eficiência e a eficácia das organizações públicas, permitindo que estas sejam mais transparentes e responsivas às necessidades da sociedade.

O TRE-RJ publica e atualiza trimestralmente em seu [sítio eletrônico](#) o infográfico **Valor Público**, que pode ser visualizado na próxima página com os dados relativos ao exercício de 2025.

VALOR PÚBLICO 2025



Valores acumulados até o 4º trim. 2025 - Documento editado em 04/03/26

Infográfico 1.6.1: Valor Público

1.7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

1.7.1 CARTA DE SERVIÇOS À CIDADÃ E AO CIDADÃO

A Carta de Serviços à Cidadã e ao Cidadão do TRE-RJ tem como objetivo divulgar os serviços prestados pela Justiça Eleitoral Fluminense, o modo de acesso a esses serviços e a constante busca pela excelência no atendimento ao público, conforme estabelecido no art. 7º da Lei nº 13.460/2017 (Código de Defesa do usuário dos Serviços Públicos).

O documento, cuja sexta edição foi aprovada em 2024, reafirma o compromisso do órgão de facilitar e ampliar o acesso aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, garantindo a satisfação do público externo e estimulando a participação da sociedade no processo de melhoria contínua do atendimento, por intermédio de canais competentes disponíveis para a manifestação e sugestões.

Por meio de uma gestão participativa e transparente, o TRE-RJ busca fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade, garantir o direito de todos receberem serviços em conformidade com as demandas apresentadas e contribuir para a consolidação de uma administração pública acessível e efetiva, observando-se o direito de acesso à informação e as diretrizes de inclusão, acessibilidade, respeito à diversidade e sustentabilidade, assegurando o exercício da soberania popular, garantindo-se a fruição dos direitos políticos às cidadãs e aos cidadãos e contribuindo para a construção da plena cidadania.

Compromisso com o atendimento ao público¹



Esclarecer acerca dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral no Rio de Janeiro e como proceder para ter acesso ao serviço adequado a sua necessidade.



Garantir o atendimento prioritário.



Zelar para que o atendimento seja efetuado com respeito e urbanidade, por uma equipe de servidores e servidoras qualificados e em constante aperfeiçoamento.



Proporcionar o autoatendimento no site do TRE-RJ.



Divulgar, com antecedência, as orientações que se fizerem necessárias às eleitoras e aos eleitores, em especial no período eleitoral.



Cuidar para que as informações constantes no Cadastro Nacional de Eleitores sejam fidedignas.



Estimular a participação do público, mediante a criação de canais de comunicação, a fim de avaliar o grau de satisfação das usuárias e dos usuários e a adequação dos serviços oferecidos.



Agir de forma transparente, dentro da legalidade e da ética.

1.7.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO

O TRE-RJ oferece ao cliente externo diversos canais de comunicação, através dos quais é possível requerer informações com base na Lei de Acesso à Informação, registrar reclamações, críticas, elogios, sugestões e denúncias, bem como tirar dúvidas e ter acesso aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

	<p>PORTAL</p> <p>Acesso ao serviço de requerimento de título de eleitor (Título Net), emissão de certidões eleitorais e de guia de pagamento de multa eleitoral, consultas sobre situação do título, local de votação, endereço de cartórios, andamento processual, entre outros.</p>		<p>SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC</p> <p>Atende a pedidos de informação feitos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Em 2025, foram registrados 211 pedidos de informação.</p>
	<p>ATENDIMENTO PRESENCIAL</p> <p>No ano de 2025, os 165 Cartórios Eleitorais e as 18 Centrais de Atendimento ao Eleitor do TRE-RJ realizaram 604.810 atendimentos presenciais para inscrição ou atualização do Cadastro Eleitoral.</p>		<p>INSTAGRAM/TRE-RJ</p> <p>Criado em abril de 2019, o perfil do TRE-RJ no Instagram possui 59.768 seguidores. Em 2025, foram 595 publicações, com 12.459.716 de alcance e 377 atendimentos iniciados pela atendente virtual.</p>
	<p>ATENDIMENTO ONLINE</p> <p>Em 2025, foram recebidos 209.739 requerimentos on-line de título eleitoral, por meio do serviço Título Net disponibilizado pela Justiça Eleitoral às cidadãs e aos cidadãos.</p>		<p>X/TRE-RJ</p> <p>O TRE-RJ não mantém, no momento, perfil ativo nessa rede social (antigo Twitter).</p>
	<p>FALE COM O TRE-RJ</p> <p>Em 2025, a equipe do Fale com o TRE-RJ respondeu a 2.224 e-mails recebidos de cidadãs e cidadãos brasileiros, pessoas estrangeiras, partidos políticos, candidatas e candidatos, sobre diversos assuntos, tais como: título eleitoral, regularização da situação eleitoral, certidões eleitorais, multa eleitoral e outros.</p>		<p>FACEBOOK.COM/TRE-RJ</p> <p>O TRE-RJ possui 56.407 seguidores em sua página oficial. Em 2025, foram 200 publicações, com 14.077.793 de alcance e 932 atendimentos iniciados pela atendente virtual.</p>
	<p>CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO - CAT (21 3436-9000)</p> <p>A Central de Atendimento Telefônico realizou 23.134 atendimentos em 2025.</p>		<p>YOUTUBE/TRE-RJ</p> <p>O canal do TRE-RJ no YouTube possui 11.510 inscritos. Em 2025, foram publicados 75 vídeos, com 53.827 de alcance.</p>
	<p>OUVIDORIA</p> <p>Atende demandas relativas a reclamações, críticas, elogios e sugestões. Em 2025, realizou 1.897 atendimentos.</p>		<p>TIKTOK/TRE-RJ</p> <p>Criado em agosto de 2023, o perfil do TRE-RJ no TikTok possui 42.621 seguidores. Em 2025, foram 185 publicações, com 3.825.204 de alcance.</p>

1.7.3 OUVIDORIA

O papel da ouvidoria no TRE-RJ é exercido pelo Núcleo de Ouvidoria Regional Eleitoral, que atua como canal de comunicação entre o TRE-RJ e a sociedade, tendo como função contribuir para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Tribunal, a partir da escuta qualificada e da análise das manifestações apresentadas por cidadãs e cidadãos.

Meios de acesso ao Núcleo de Ouvidoria

CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO – CAT:

Canal de comunicação com o público externo, que presta informações gerais sobre os serviços eleitorais e, quando necessário, registra e encaminha demandas recebidas ao Núcleo de Ouvidoria para tratamento adequado.

Em 2025, a CAT atendeu 23.134 ligações.

Contato: (21) 3436-9000

Horário de atendimento: Dias úteis das 11 às 19 horas

POR FORMULÁRIO-WEB:

<https://www.tre-rj.jus.br/institucional/ouvidoria/formularios-da-ouvidoria>

PESSOALMENTE:

Endereço: Rua da Alfândega, 42 - 2º andar - Centro - Rio de Janeiro.

Em 2025, o atendimento pelas redes sociais continuou sendo procurado por diversos públicos, tais como eleitores, candidatos, mesários, partidos políticos, advogados, terceirizados e fornecedores, sobretudo para esclarecimento de dúvidas, solicitação de informações, bem como para o registro de reclamações e denúncias relacionadas aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

Buscando aprimorar o atendimento deste público e padronizar as informações prestadas, o Núcleo de Ouvidoria passou a direcionar as demandas registradas no Messenger do Facebook e no Direct do Instagram para os canais oficiais de atendimento, orientando os interessados a formalizar suas solicitações no formulário-web, pessoalmente ou junto à CAT.

Ao longo do exercício, foram registradas 377 demandas de atendimento no Instagram e 932 no Facebook.

Ocorrências tratadas pelo Núcleo de Ouvidoria em 2025

A partir dos atendimentos realizados pelos canais oficiais, registrou-se em 2025 um total de 1.897 ocorrências recebidas pelo Núcleo de Ouvidoria do TRE-RJ. Das ocorrências recebidas, 131 foram inadmitidas.

Tipos e tempos médios de atendimento das ocorrências

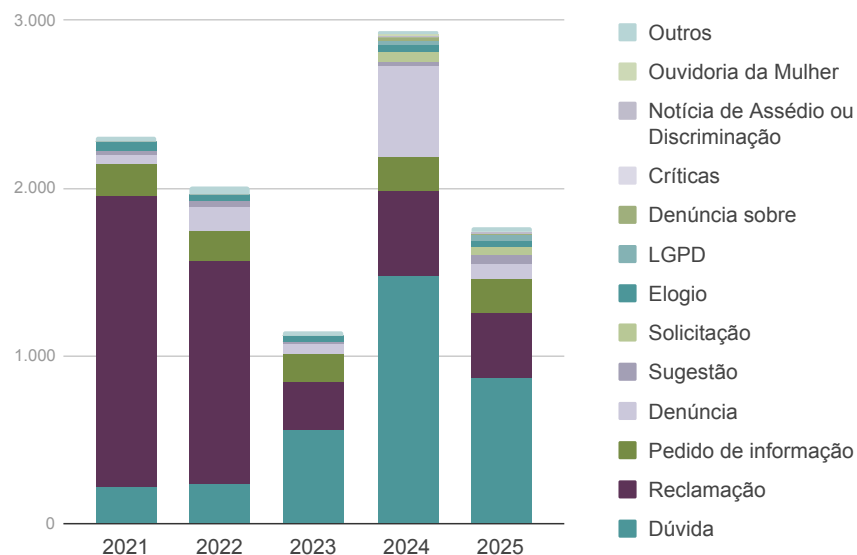


Gráfico 1.7.3.1: Evolução dos quantitativos de ocorrências por tipo

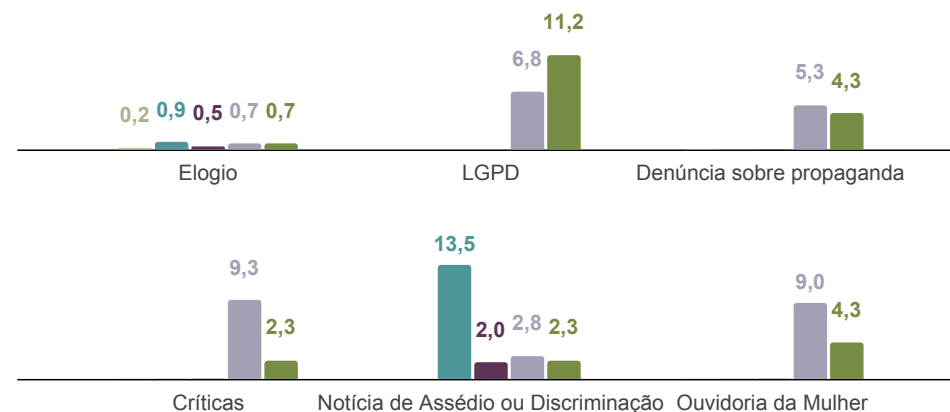


Gráfico 1.7.3.2: Evolução dos tempos médios de atendimento das ocorrências (em dias)

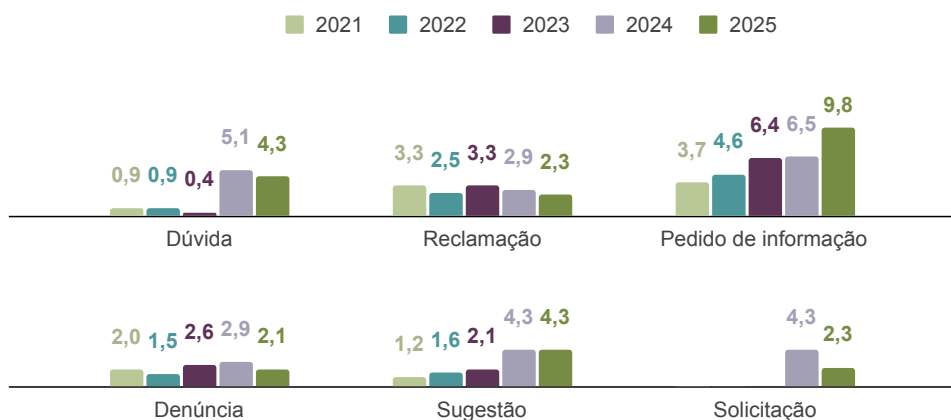
Com relação às demandas mais recorrentes, os três assuntos de destaque foram:

ASSUNTO DA OCORRÊNCIA	QUANTIDADE RECEBIDA
Biometria	336
Informações gerais ao eleitor (exceto biometria)	179
Informações do Portal da Transparência	102

Tabela 1.7.3.1: Principais assuntos das ocorrências

Meios utilizados para registro das ocorrências

Para garantir a padronização das informações, a rastreabilidade das demandas e a adequada gestão dos registros, o Núcleo de Ouvidoria passou a direcionar o atendimento prioritariamente aos canais oficiais — Central de Atendimento Telefônico (CAT), formulário-web e atendimento pessoal.



Dentre estes, verifica-se que os canais eletrônicos e o meio telefônico figuram entre os mais utilizados para o atendimento das demandas do público externo.

Ressalta-se que as ocorrências que se originam na Central de Atendimento Telefônico (CAT) são computadas como formulário eletrônico, por ser o meio utilizado pela Central para o encaminhamento das demandas não solucionadas ao Núcleo de Ouvidoria.

FORMA DE RECEBIMENTO	2025
Formulário Eletrônico (Web)	91,47%
Atendimento Telefônico	7,83%
Atendimento Pessoal	0,7%

Tabela 1.7.3.2: Evolução percentual das formas de recebimento das ocorrências

Ocorrências relativas a pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)

No ano de 2025, foram registrados 211 pedidos de informação com base na [Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#), não tendo havido, no período, negativa de acesso à informação em razão de sigilo.

Pesquisa de satisfação da Ouvidoria

O sistema da Ouvidoria dispõe de funcionalidade específica para a realização de pesquisa de satisfação, por meio da qual o usuário avalia aspectos como a cortesia no atendimento, a qualidade da resposta apresentada, o prazo total de atendimento e a relevância de sua participação para a melhoria dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

No exercício de 2025, em razão do processo de adequação do formato da pesquisa, de seus critérios de avaliação e dos sistemas responsáveis pela consolidação dos dados, as médias de satisfação apuradas por tipo de ocorrência referem-se aos registros obtidos até junho de 2025, com base no modelo anteriormente vigente, em uma escala de 1 a 5 estrelas, conforme demonstrado a seguir:

TIPO DE OCORRÊNCIA	MÉDIA DE SATISFAÇÃO
Dúvida	4.5
Reclamação	3.6
Pedido de informação	4.2
Denúncia	3.5
Sugestão	3.6
Solicitação	5.0
Elogio	5.0
LGPD	4.8
Denúncia sobre propaganda	2.0
Críticas	5.0
Notícias de assédio ou discriminação	4.2
Ouvidoria da Mulher	5.0
Outros	5.0

Tabela 1.7.3.3: Tipos de ocorrência e média de satisfação

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários



Desde 2012, o Tribunal avalia o grau de satisfação dos usuários externos por meio da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo do TRE-RJ, instrumento voltado à aferição da qualidade dos serviços prestados. A pesquisa contempla aspectos relacionados ao atendimento, tais como cordialidade, clareza das informações e solução das demandas, bem como critérios específicos conforme o canal utilizado, a exemplo das condições das instalações físicas, tempo de espera e acessibilidade nos atendimentos presenciais, e da efetividade e facilidade de obtenção de informações nos atendimentos realizados por meios eletrônicos.

Em setembro de 2023, com o objetivo de conferir maior celeridade ao processo e ampliar o alcance da avaliação, a pesquisa passou a ser aplicada de forma integralmente digital, permitindo a mensuração da satisfação tanto nos atendimentos presenciais quanto nos realizados de maneira virtual ou remota.

No ano de 2025, visando ao aprimoramento contínuo dos serviços prestados, o formato da pesquisa, seus critérios de avaliação e os

sistemas responsáveis pela alimentação dos dados passaram por um processo de adequação e revisão metodológica. Os resultados obtidos a partir do novo modelo serão integralmente apresentados no relatório referente ao ano de 2026, garantindo a consistência e a comparabilidade das informações.

Os resultados da pesquisa são apresentados de forma semestral, nos meses de março e setembro, e estão disponíveis no sítio eletrônico do TRE-RJ, em [Transparência e Prestação de Contas / Ouvidoria / Relatório da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo](#).

1.7.4 TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL

A transparência na divulgação de dados é um dos pilares que sustentam a atuação dos entes públicos, possibilitando aos cidadãos o acesso às informações e favorecendo o desenvolvimento de ações de controle social.

O TRE-RJ, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso VII, da [Lei nº 12.527/2011](#) (Lei de Acesso à Informação), na [Instrução Normativa TCU nº 84/2020](#) e na [Resolução CNJ nº 215/2015](#), disponibiliza informações e dados para acesso da sociedade por meio de seu sítio eletrônico, no menu [Transparência e Prestação de Contas](#).

A missão do Portal da Transparência do TRE-RJ, portanto, é prestar contas à sociedade sobre despesas, contratos, licitações e outras informações de interesse público, zelando pela qualidade do serviço, pela periodicidade de atualização dos conteúdos publicados e pela conformidade das informações disponíveis com a legislação vigente, entre outros critérios.

Ranking da Transparência - CNJ

Com o objetivo de valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada, o Conselho Nacional de Justiça, instituiu, por meio da [Resolução CNJ nº 260/2018](#), o Ranking da Transparência do Poder Judiciário, contribuindo para o aprimoramento do monitoramento interno desta atividade pelos órgãos.

Nesse contexto, merece especial destaque o desempenho do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro que, em 2025, alcançou, pela primeira vez, 100% de pontuação nos 87 quesitos avaliados, figurando entre o restrito grupo de tribunais e conselhos que obtiveram aprovação integral no ranking, em um universo de 94 órgãos avaliados.

O resultado consolida o TRE-RJ em posição de excelência no cenário nacional e evidencia o compromisso permanente da instituição com a transparência, a publicidade dos atos administrativos e o fortalecimento do controle social.

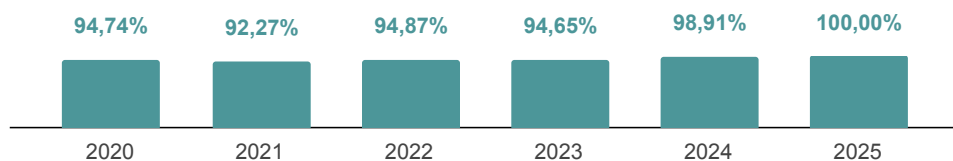


Gráfico 1.7.4.1: Desempenho do TRE-RJ no Ranking da Transparência do Poder Judiciário

Com vistas ao fortalecimento da transparência institucional, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro promoveu, ao longo de 2025, aprimoramentos nos processos de gestão das informações e no monitoramento das demandas apresentadas pela sociedade.

Foram implementadas melhorias nos sistemas de registro e acompanhamento das manifestações, bem como no uso de painéis de dados e instrumentos de controle, o que contribuiu para maior organização, rastreabilidade e padronização das informações disponibilizadas ao público. Essas medidas favoreceram a ampliação da transparência ativa, ao permitir a identificação de temas recorrentes e a qualificação das informações publicadas, além de apoiar a gestão no acompanhamento dos fluxos de atendimento.

No âmbito da transparência passiva, observou-se, de forma geral, redução nos tempos médios de atendimento das solicitações, como resultado da racionalização dos fluxos, da padronização de procedimentos e da melhora de mecanismos de acompanhamento das demandas.

Especificamente em relação às solicitações fundamentadas na Lei de Acesso à Informação, verificou-se maior complexidade nas demandas apresentadas, o que impactou pontualmente o tempo médio de resposta. Tal cenário reflete o aumento do nível de detalhamento dos pedidos formulados pela sociedade, exigindo análises mais aprofundadas.

Dessa forma, as ações adotadas contribuíram para maior qualidade das informações prestadas à sociedade e para o fortalecimento do controle social.

1.7.5 MEMÓRIA ELEITORAL

O Programa de Gestão da Memória do TRE-RJ adota o conceito amplo de memória, em suas vertentes social, coletiva, eleitoral e institucional, com a participação de diversos saberes e sujeitos institucionais.

Os principais marcos normativos que dispõem sobre as diretrizes para a implantação do Programa de Gestão da Memória (PGM) no âmbito da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro são a [Resolução TRE-RJ nº 1.189/2021](#), na qual consta a Política de Gestão da Memória do TRE-RJ, a [Resolução CNJ nº 324/2020](#), que institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname, e o [Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário](#).

Dentre as ações em prol da memória eleitoral desenvolvidas em 2025, destacam-se:

- Publicação, no Portal da Memória, do [Ciclo Eleitoral em notícias e imagens](#), referentes aos últimos 50 anos do TRE-RJ, a partir das Eleições de 1976. De caráter informativo, apresenta dados e informações relacionadas às atividades que compõem o processo eleitoral, além de diversas curiosidades referentes a aspectos culturais, políticos e tecnológicos de eventos históricos ocorridos no período.

- Participação em evento acadêmico promovido pela EJE, sobre a memória e História do prédio do Palácio da Democracia, com **apresentação de painel** feita pelo chefe da Seção de Gestão da Informação e Memória, intitulado “Construtores de memórias: Palácio da Democracia como patrimônio arquitetônico”, realizada em 05/06/2025.

- Construção de **roteiro informativo sobre os espaços de Memória dos Tribunais do RJ**, em contribuição a grupo de trabalho interinstitucional sobre a Memória Institucional desses Tribunais (GT-Memória/FOJURJ).



- Produção de conteúdo para o [livro sobre o centenário do Palácio da Democracia](#) (atual sede do TRE-RJ), intitulado “Centenário do Palácio da Democracia (1926 - 2026)”, em parceria com a EJE e professores da Faculdade de História da UFRJ. O livro trata de aspectos históricos relacionados ao percurso da democracia e da Justiça Eleitoral no Rio de Janeiro e no Brasil, bem como a contextualização histórica e arquitetônica sobre o Palácio da Democracia.



- Construção de **duas exposições**, sendo uma comemorativa dos 50 anos do TRE-RJ (denominada “A conquista da democracia”) e outra, de arte, sobre a obra do artista plástico Gerardo de Sousa.



Figura 1.7.5.1: Foto da exposição “A conquista da democracia”, comemorativa dos 50 anos do TRE-RJ, completados em 20 de março de 2025



No [Portal da Memória](#), disponível no sítio eletrônico do TRE-RJ, podem ser consultados conteúdos sobre a história da Justiça Eleitoral, os eventos eleitorais realizados no Rio

de Janeiro e informações a respeito de pessoas e espaços dedicados à construção da Memória do TRE-RJ.

Sempre em busca de aprimorar o conteúdo disponível ao público, em 2025, as informações do Portal foram ampliadas e reformuladas, destacando-se a atualização das informações sobre o Ciclo Eleitoral e a inclusão de eventos ligados à Memória Institucional.

Além do Portal da Memória, o Tribunal dispõe do Espaço de Memória Eleitoral Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, localizado no 1º andar da nova sede no Palácio da Democracia, onde parte do acervo físico encontra-se em exposição permanente, franqueada à visitação do público externo.

O Espaço de Memória passou por uma fase de reestruturação para as comemorações dos 50 anos do TRE-RJ. Uma nova fase de reestruturação está em planejamento, para maior dinamização das ações de Memória e melhor atendimento a diretrizes de órgãos de controle para a Gestão da Memória judiciária.

Pretende-se, ainda, que nos próximos anos as ações de memória sejam ampliadas, a partir do desenvolvimento de ações culturais, educativas e informativas como exposições, pesquisas, publicações oficiais, visitas guiadas e parcerias com outras instituições para difusão e valorização do patrimônio histórico, documental e arquitetônico.



Figura 1.7.5.2: Foto do Espaço de Memória Eleitoral Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, no Palácio da Democracia, durante a exposição 50 anos do TRE-RJ, em março de 2025

1.7.6 LINGUAGEM SIMPLES

Desde 2023, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro vem aprimorando sua comunicação para torná-la mais clara, acessível e transparente, em alinhamento com o [Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples](#) instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao longo desse período, o Tribunal implementou diversas iniciativas, incluindo:

- Evento sobre Linguagem Simples;
- Capacitações para servidores sobre Linguagem Simples;
- Instituição da Política de Linguagem Simples no TRE-RJ;

- Publicação do Guia de Linguagem Simples;
- Editais da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica adaptados para Linguagem Simples;
- Publicação do Manual de Atendimento Humanizado;
- Criação de Mandado de Citação em Linguagem Simples;
- Elaboração do Informativo de Jurisprudência do TRE-RJ - Simplificado;
- Apresentação de vídeos "TRE-RJ no TikTok": Quando a Urna Eletrônica Vira Influencer;
- Projeto colaborativo "Preste Atenção nas Contas Anuais".

Selo Linguagem Simples 2025



Como resultado desse esforço contínuo de simplificação da linguagem, com foco na ampliação do acesso à informação e no fortalecimento da relação com a sociedade, e repetindo o feito de 2024, o TRE-RJ foi contemplado com o [Selo Linguagem Simples 2025](#), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça através da [Portaria nº 351/2023](#), para reconhecer boas práticas de comunicação clara e acessível no Poder Judiciário.

Os critérios e a pontuação para a concessão da 2ª edição do Selo Linguagem Simples foram definidos na [Portaria CNJ nº 191/2025](#). A premiação ocorreu no Conselho Nacional de Justiça, no dia 16 de dezembro de 2025.

Além do TRE-RJ, outros 46 tribunais foram premiados, dentre os quais 10 do segmento de justiça eleitoral.



Figura 1.7.6.1: Guia de Linguagem Simples do TRE-RJ

1.8 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) exerce jurisdição sobre todo o território do Estado do Rio de Janeiro, que permanece como o terceiro maior colégio eleitoral do país, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais. O Estado possui 92 municípios e um eleitorado da ordem de 13 milhões de pessoas aptas a votar, em um universo populacional estimado em mais de 16 milhões de habitantes, o que impõe elevada complexidade à organização e à gestão do processo eleitoral.

Para representar esse contingente de eleitores, são escolhidos, a cada ciclo eleitoral, 1 governador, 92 prefeitos, 3 senadores, 46 deputados federais, 70 deputados estaduais e mais de 1.200 vereadores, totalizando mais de 1.400 representantes eleitos nos âmbitos municipal, estadual e federal, o que gera volume significativo de demandas judiciais e administrativas sob a responsabilidade do TRE-RJ.

Em cada ciclo eleitoral municipal, o volume de processos pode alcançar cerca de 20 mil registros de candidatura e aproximadamente 18 mil prestações de contas eleitorais, refletindo a elevada carga de trabalho relacionada à condução, fiscalização e controle do processo eleitoral.

Além das eleições regulares, o ambiente de atuação do TRE-RJ inclui a realização de eleições suplementares, destinadas a preencher cargos vagos em decorrência de vacância, renúncia, indeferimento ou cassação de mandatos. Esses pleitos extraordinários, realizados fora do calendário eleitoral regular, exigem a mobilização de estrutura administrativa, jurisdicional e logística em prazos reduzidos, ampliando a complexidade operacional e a imprevisibilidade da atuação do Tribunal.

No plano operacional, o Tribunal estrutura dezenas de milhares de seções eleitorais e mobiliza mais de 145 mil mesários e mesárias, além de mais de 25 mil colaboradores em funções especiais, como administradores de prédio, coordenadores de acessibilidade, auxiliares de transporte e de serviços eleitorais.

No cenário político e institucional, o Rio de Janeiro apresenta elevada relevância no contexto nacional, em razão do porte de seu eleitorado e de sua visibilidade política e midiática. Em 2025, o ambiente passou a ser caracterizado pela transição para as Eleições Gerais de 2026, com aumento da exposição pública, da polarização política e da judicialização do processo eleitoral.

Do ponto de vista social e territorial, o TRE-RJ atua em um contexto marcado por violência urbana, presença de grupos armados em determinadas áreas, desigualdade social e exclusão digital, fatores que impactam a logística eleitoral, o acesso dos eleitores aos serviços e a garantia da liberdade do voto. A proximidade do fechamento do cadastro eleitoral e da biometria para 2026 também amplia a demanda por atendimento nos cartórios e postos da Justiça Eleitoral.

Em 2025, a base biométrica da Justiça Eleitoral passou a ser utilizada de forma ampliada como infraestrutura de identificação civil do Estado brasileiro para fins de comprovação de vida, concessão de benefícios previdenciários e validação de operações de crédito consignado. Essa integração ampliou a relevância estratégica dos dados biométricos administrados pelo TRE-RJ, elevando os riscos institucionais, tecnológicos, jurídicos e reputacionais associados à sua gestão, bem como a necessidade de elevados padrões de segurança da informação, governança e proteção de dados.

A desinformação eleitoral permanece como fator relevante do ambiente externo. Em 2025, o uso crescente de inteligência artificial generativa, *deepfakes* e outras formas de manipulação de conteúdo, ampliou a necessidade de monitoramento, resposta institucional e cooperação com outros órgãos e plataformas digitais.

Somam-se a esse contexto fatores econômicos, tecnológicos, ambientais e legais – como restrições orçamentárias, rápida evolução tecnológica, riscos cibernéticos, eventos climáticos extremos e alterações normativas – que influenciam diretamente a capacidade do TRE-RJ de planejar, executar e controlar suas atividades.

Esse conjunto de variáveis externas é sistematizado por meio da Matriz PESTAL, que orienta a gestão estratégica do Tribunal na identificação de riscos, oportunidades e prioridades. Esses fatores afetam a capacidade do TRE-RJ de gerar valor público no curto, médio e longo prazos e são acompanhados no âmbito do Plano Estratégico 2021-2026 e do monitoramento contínuo da gestão, conforme apresentado na tabela a seguir

P	E	S	T	A	L
Fatores políticos	Fatores econômicos	Fatores sociais	Fatores tecnológicos	Fatores ambientais	Fatores legais
<ul style="list-style-type: none"> • Políticas e diretrizes do TSE e do CNJ • Judicialização crescente do processo eleitoral • Polarização política • Uso político de narrativas de fraude • Pressão política e midiática sobre a Justiça Eleitoral • Relevância política do RJ no cenário nacional • Interferência de grupos armados em territórios • Geopolítica mundial • Atuação de missões de observação eleitoral e a legitimidade internacional do processo político • Uso da base biométrica da Justiça Eleitoral como infraestrutura nacional de identificação civil e políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento destinado à Justiça Eleitoral • Cenário econômico nacional • Teto de gastos até 2036, instituído pela Emenda Constitucional 95/2016 • Aumento dos custos operacionais das eleições • Inflação e variação de preços de insumos • Custos de tecnologia e cibersegurança • Dependência de contratos de TI • Restrições para expansão de pessoal • Custos de logística e transporte • Uso da biometria eleitoral para validação de benefícios previdenciários e operações de crédito consignado 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso das redes sociais como novos canais de divulgação de informações e debate na sociedade • Desinformação e fake news • Descrédito nas instituições • Polarização social • Baixa adesão política dos jovens* • Crescimento do eleitorado com necessidades específicas (idosos e pessoas com deficiência) • Desigualdade social e exclusão digital • Violência urbana • Vulnerabilidade social em territórios • Demandas crescentes por diversidade, inclusão e acessibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologias emergentes e mudanças tecnológicas • Crescimento exponencial da Inteligência Artificial • Estímulo à inovação no Setor Público • Uso da inteligência artificial generativa para produzir conteúdos falsos • <i>Deepfakes</i> e manipulação de conteúdo digital • Ataques cibernéticos aos sistemas eleitorais • Fraudes digitais para enganar eleitores, candidatos ou servidores, ou tentar obter dados e acesso a sistemas • Crescimento do uso de BI e dados (melhora a gestão, mas exige qualidade de dados e sistemas confiáveis) • Automação de processos (aumenta eficiência, mas cria dependência tecnológica) • Base biométrica da Justiça Eleitoral como infraestrutura crítica do Estado • Integração de sistemas biométricos com outros órgãos e instituições financeiras 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das ocorrências de eventos climáticos extremos • Impactos ambientais sobre logística eleitoral e infraestrutura • Diretrizes nacionais e internacionais de sustentabilidade no setor público • Atuação em áreas de difícil acesso ou sob controle armado • Alto índice de criminalidade no Estado do RJ e de territórios sob o controle de grupos paramilitares 	<ul style="list-style-type: none"> • Constantes alterações nas legislações eleitorais • Evolução das normas de proteção de dados pessoais (LGPD) • Responsabilização institucional por uso indevido ou vazamento de dados biométricos • Mudanças nas regras de contratações públicas, governança e controle • Crescente judicialização do processo eleitoral • Ampliação das exigências de transparência, integridade e compliance

Tabela 1.8.1: Fatores que influenciam o ambiente de atuação do TRE-RJ (matriz PESTAL)

* O Rio de Janeiro é um dos estados com pior índice de inscrição eleitoral de jovens entre 16 a 18 anos

1.9 MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A materialidade das informações, enquanto um dos princípios que sustentam a preparação do Relatório de Gestão na forma de relato integrado, requer que sejam divulgadas, no relatório, informações sobre assuntos que afetam de maneira significativa a capacidade do órgão alcançar seus objetivos de geração de valor público no curto, médio e longo prazos e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes.

Para o exercício em análise, propôs-se a abordagem na elaboração do Relatório de Gestão de temas que foram considerados de maior relevância e impacto na consecução da missão do TRE-RJ, dentre os quais os que constituem tópicos especiais no documento: inovação, inteligência artificial, Justiça Eleitoral Itinerante e a conclusão da mudança da sede do TRE-RJ, com a ocupação do Ed. Antônio Jayme Boente, anexo ao Palácio da Democracia.

Conforme diretrizes e orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, buscou-se, no desenvolvimento dos conteúdos deste relatório, a adoção de visão sistêmica, com foco na percepção do cidadão comum sobre a demonstração de resultados do Tribunal e no valor entregue à sociedade.



Infográfico 1.9.1: Materialidade das informações do Relatório de Gestão



**RISCOS,
OPORTUNIDADES
E PERSPECTIVAS**

2.1 GESTÃO DE RISCOS

2.1.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS

O sistema de governança e gestão de riscos do TRE-RJ, estabelecido em 2019, foi atualizado em 2024, com a publicação da revisão da Política de Gestão de Riscos do TRE-RJ, aprovada pela [Resolução TRE-RJ nº 1.348/2024](#). Nesse documento, encontram-se definidos os objetivos, princípios, diretrizes, processos e responsabilidades a serem observados no gerenciamento de riscos do Tribunal.

A distribuição de responsabilidades sobre a gestão de riscos no TRE-RJ busca adotar, como melhor prática, o [Modelo das Três Linhas do IIA](#) (Institute of Internal Auditors), que diferencia os papéis dos órgãos de governança (responsáveis pela supervisão organizacional, por garantir integridade, liderança e transparência e pela prestação de contas às partes interessadas), os papéis que cabem à gestão (1ª e 2ª linhas) e os papéis da auditoria interna (3ª linha).

2ª LINHA	
<ul style="list-style-type: none"> Os papéis de segunda linha fornecem assistência no gerenciamento de riscos à primeira linha e ao órgão de governança. Geralmente são atribuídos a especialistas e envolvem monitoramento, assessoria, orientação, teste, análise e reporte sobre assuntos relacionados à gestão de riscos. 	<p>É exercida pela Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno (ASGERI) e por alguns comitês de apoio à governança, dentre os quais se destaca o Comitê de Gestão de Riscos.</p>
3ª LINHA	
<ul style="list-style-type: none"> A auditoria interna presta avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre a adequação e eficácia da governança e da gestão de riscos do órgão. Isso é feito através da aplicação competente de processos sistemáticos e disciplinados, expertise e conhecimentos. Ela reporta suas descobertas à gestão e ao órgão de governança para promover e facilitar a melhoria contínua. 	<p>É exercida pela Secretaria de Auditoria Interna.</p>

2.1.2 METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO TRE-RJ

Em 2025, o [Manual de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ](#) foi atualizado para adequação dos procedimentos e instrumentos necessários ao processo de gerenciamento de riscos ao estabelecido pela Política de Gestão de Riscos revisada.

1ª LINHA	
<ul style="list-style-type: none"> Os papéis de primeira linha estão mais diretamente alinhados com a entrega de produtos e/ou serviços aos clientes do órgão, incluindo funções de apoio. Cabe-lhes liderar e dirigir ações e aplicação de recursos para atingir os objetivos do órgão, garantindo a conformidade com as expectativas legais, regulatórias e éticas. São diretamente responsáveis pelo gerenciamento dos riscos dentro de suas esferas de responsabilidade, conforme os limites de exposição a risco aceitáveis pelo órgão. 	<p>É exercida por todas as unidades do TRE-RJ, por meio dos servidores e gestores.</p>

A metodologia de gerenciamento de riscos adotada pelo TRE-RJ, descrita na 2ª edição do Manual, aprovado pelo [Ato PR nº 355/2025](#), busca estabelecer uma rede de governança interna, na qual o gerenciamento dos riscos de processos, projetos e atividades possam estar integrados. No documento, são apresentados os principais termos, conceitos e definições do processo de gerenciamento de riscos, orientando os gestores na sua execução.



Infográfico 2.1.2.1: Processo de Gerenciamento de Riscos no TRE-RJ

2.1.3 IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS NO TRE-RJ

2019	· Publicação da Política e do Manual de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ
2020	· Identificação e avaliação dos riscos do processo "Monitorar a estratégia" (piloto)

2021	· Criação da Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno (ASGERI) · Identificação e avaliação dos riscos do macroprocesso de Contratações
2022	· Aprovação do Plano de Gerenciamento de Riscos do macroprocesso de Contratações e início da fase de monitoramento · Inauguração do Comitê de Gestão de Riscos (CGERI) · Identificação e avaliação dos Riscos Estratégicos · Identificação e avaliação dos riscos do processo "Realizar Serviço de Transporte Ordinário" e aprovação do respectivo Plano de Gerenciamento de Riscos
2023	· Início da fase de monitoramento dos Riscos Estratégicos · Início da fase de monitoramento dos riscos do processo "Realizar Serviço de Transporte Ordinário" · Identificação e avaliação dos riscos de Tecnologia da Informação , aprovação do respectivo Plano de Gerenciamento de Riscos e início da fase de monitoramento · Realização da 1ª e 2ª Oficinas de Gerenciamento de Riscos de Contratações
2024	· Revisão da Política de Gestão de Riscos do TRE-RJ · Início do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ
2025	· Revisão dos riscos de Tecnologia da Informação · Publicação do primeiro Plano de Melhoria da Gestão de Riscos do TRE-RJ · Realização da 3ª Oficina de Gerenciamento de Riscos de Contratações · Publicação da 2ª edição do Manual de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ

2.1.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

No exercício de 2025, importantes avanços ocorreram para o fortalecimento da cultura de gestão de riscos institucional que tenha por foco a prestação dos serviços oferecidos à sociedade e a execução dos processos internos no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro:

- publicação da 2ª edição do [Manual de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ](#), atualizado com base na nova versão da Política de Gestão de Riscos do TRE-RJ ([Resolução TRE-RJ nº 1.348/2024](#));
- revisão dos riscos de Tecnologia da Informação;
- elaboração do [Plano de Melhoria da Gestão de Riscos do TRE-RJ 2025-2026](#);
- realização da 3ª Oficina de Gerenciamento de Riscos de Contratações;
- avaliação da maturidade da gestão de riscos do TRE-RJ ([Relatório de Auditoria nº 05/2025](#));
- definição de processos para a integração da gestão de riscos à estratégia;
- conclusão de mais um ciclo de monitoramento dos riscos institucionais, com reportes periódicos dos gestores e acompanhamento no âmbito das reuniões do CGERI.

Abaixo, apresenta-se o desempenho dos indicadores estratégicos relacionados à evolução da gestão de riscos ao final do exercício de 2025:

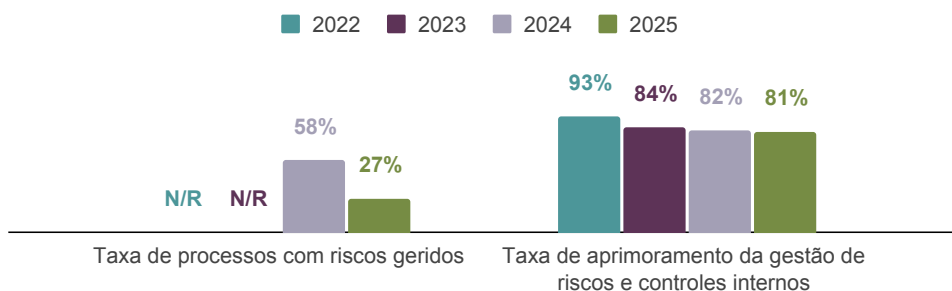


Gráfico 2.1.4.1: Desempenho dos indicadores estratégicos de gestão de riscos

Nota: O indicador "Taxa de processos críticos com riscos geridos", que não foi medido em 2022 e 2023, uma vez que dependia da aprovação do rol de processos críticos, não concluída, foi substituído, a partir de 2024, pelo indicador "Taxa de processos com riscos geridos".

2.1.5 PERSPECTIVAS FUTURAS

Espera-se uma continuidade no fortalecimento da cultura da gestão de riscos no órgão com a adoção das seguintes medidas previstas para 2026 e 2027:

- início da implementação da gestão de riscos de processos de eleição;
- continuidade da integração da gestão de riscos ao processo de formulação da estratégia 2027-2032;
- conclusão da identificação e avaliação dos riscos de Segurança da Informação, aprovação de plano de gerenciamento de riscos e início do respectivo monitoramento;
- conclusão da identificação e avaliação dos riscos de Assédio e Discriminação, aprovação de plano de gerenciamento de riscos e início do respectivo monitoramento;
- implantação de sistema informatizado de Gestão de Riscos;
- revisão dos riscos de contratações;
- realização de oficinas de gerenciamento de riscos;
- planejamento da elaboração do plano de continuidade de negócios;
- conclusão do projeto de implantação do Programa de Integridade do TRE-RJ.

2.2 RISCOS INSTITUCIONAIS

A identificação, análise e tratamento dos riscos institucionais fazem parte da estratégia de implantação do gerenciamento de riscos neste Tribunal. Essa frente de trabalho, iniciada em 2022, visa, essencialmente, mapear e tratar os principais riscos específicos (ameaças e oportunidades) que possam comprometer o atingimento dos objetivos institucionais e afetar a capacidade do Tribunal de gerar valor.

A identificação dos riscos críticos para a instituição norteou-se pelos direcionadores definidos no último processo de planejamento estratégico, ou seja, pela missão do TRE-RJ – “Garantir a legitimidade das eleições” – e sua atual visão de futuro – *“Ser reconhecido pela excelência no atendimento à cidadã e ao cidadão e pela agilidade e efetividade na prestação jurisdicional”*.

Por meio da análise do material produzido ao longo da formulação do plano estratégico para o ciclo 2021-2026, e com a contribuição dos gestores das principais áreas do Tribunal e validação final do Comitê de Gestão de Riscos (CGERI), chegou-se, em um primeiro levantamento, a uma relação de **12 riscos negativos (ameaças)** e **3 riscos positivos (oportunidades)**, associados a diversos objetivos estratégicos, que, avaliados de acordo com a probabilidade de ocorrência, o impacto em caso de materialização e a eficácia dos controles existentes, apresentaram os níveis de risco inerente e residual expostos na tabela a seguir.

Com vistas à manutenção dos riscos mapeados dentro do limite de exposição institucionalmente definido, o tratamento dos riscos institucionais identificados foi objeto de acompanhamento

pelo Comitê de Gestão de Riscos ao longo do exercício de 2025, por meio de sistemática de monitoramento que inclui a designação de gestores de riscos, a reavaliação periódica do ambiente interno e externo, a análise de possíveis alterações no comportamento do risco (probabilidade, impacto e fator de controle) e dos impactos percebidos nos objetivos institucionais, a repriorização periódica, assim como o reporte das ações de mitigamento (ameaças) ou aproveitamento (oportunidades) implementadas ou planejadas.

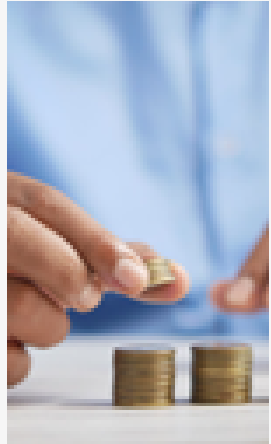


Figura 2.2.1: Foto da 1ª Reunião de 2025 do CGERI, em 28/03 - Monitoramento dos riscos institucionais


RISCOS NEGATIVOS (AMEAÇAS)

Legenda: ■ Muito Baixo ■ Baixo ■ Médio/Moderado ■ Alto ■ Muito Alto

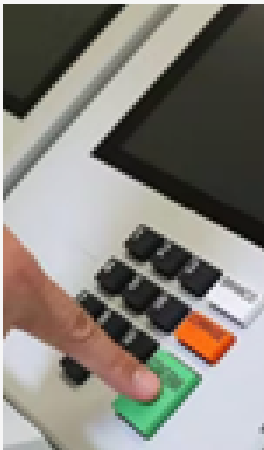
REDUÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA JUSTIÇA ELEITORAL

	FONTES DE RISCOS	CONSEQUÊNCIAS	PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS	PROBABILIDADE ■ IMPACTO ■ RISCO INERENTE ■ RISCO RESIDUAL ■						
	Eventos externos	<ul style="list-style-type: none"> · Necessidade de ajuste de despesas · Comprometimento da qualidade do serviço prestado · Comprometimento das contratações · Comprometimento das capacitações 	<table border="1"> <tr> <td style="background-color: #4a3d5d; color: white;">SOCIEDADE</td> <td>OE 01, OE 02</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #00728f; color: white;">PROCESSOS INTERNOS</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #4f7942; color: white;">PESSOAS E RECURSOS</td> <td>OE 10, OE 11, OE 12, OE 13</td> </tr> </table>	SOCIEDADE	OE 01, OE 02	PROCESSOS INTERNOS	-	PESSOAS E RECURSOS	OE 10, OE 11, OE 12, OE 13	
SOCIEDADE	OE 01, OE 02									
PROCESSOS INTERNOS	-									
PESSOAS E RECURSOS	OE 10, OE 11, OE 12, OE 13									
<p>PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> · Acompanhamento da execução orçamentária, nos termos da IN GP nº 01/2021 e IN DG nº 01/2023 · Reuniões periódicas da DG e SOF com as unidades do Tribunal, visando à otimização dos recursos orçamentários existentes · Planejamento do orçamento para o portfólio de projetos e despesas com pleitos · Planejamento de ações para redução dos gastos institucionais · Planejamento de capacitações e das ações de TIC · Planejamento e monitoramento das contratações em geral, de TIC e de obras · Planejamento da proposta orçamentária e ajustes do orçamento (crédito suplementar) 										

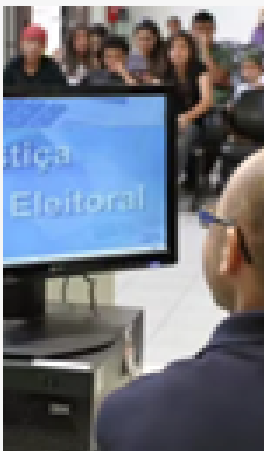
ATAQUES CIBERNÉTICOS

	FONTES DE RISCOS	CONSEQUÊNCIAS	PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS	PROBABILIDADE ■ IMPACTO ■ RISCO INERENTE ■ RISCO RESIDUAL*						
	Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> · Perda, alteração, vazamento, indisponibilidade de dados e/ou sistemas 	<table border="1"> <tr> <td style="background-color: #4a3d5d; color: white;">SOCIEDADE</td> <td>OE 01, OE 02</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #00728f; color: white;">PROCESSOS INTERNOS</td> <td>OE 03, OE 07, OE 09</td> </tr> <tr> <td style="background-color: #4f7942; color: white;">PESSOAS E RECURSOS</td> <td>OE 12</td> </tr> </table>	SOCIEDADE	OE 01, OE 02	PROCESSOS INTERNOS	OE 03, OE 07, OE 09	PESSOAS E RECURSOS	OE 12	
SOCIEDADE	OE 01, OE 02									
PROCESSOS INTERNOS	OE 03, OE 07, OE 09									
PESSOAS E RECURSOS	OE 12									
<p>PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO</p> <p><i>* O levantamento de controles e ações de tratamento foi iniciado em 2024, a partir de um primeiro reporte elaborado sobre o tema, que foi debatido no âmbito do Comitê de Gestão de Riscos (CGERI). O cálculo do nível de risco residual permanece pendente.</i></p>										

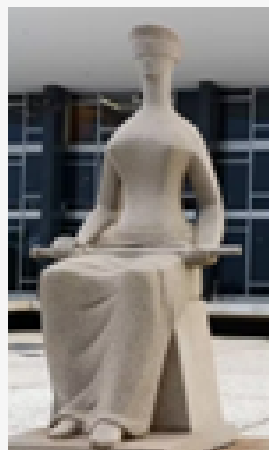
DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES FALSAS SOBRE O PROCESSO ELEITORAL E FUNCIONAMENTO DA URNA ELETRÔNICA

	<p>FONTES DE RISCOS</p> <p>Eventos externos</p>	<p>CONSEQUÊNCIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> · Aumento da desinformação · Descrédito do processo eleitoral · Insegurança à integridade física das pessoas envolvidas nos trabalhos eleitorais e do patrimônio público 	<p>PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS</p> <table border="1"> <tr> <td>SOCIEDADE</td> <td>OE 01, OE 02</td> </tr> <tr> <td>PROCESSOS INTERNOS</td> <td>OE 03, OE 07</td> </tr> <tr> <td>PESSOAS E RECURSOS</td> <td>-</td> </tr> </table>	SOCIEDADE	OE 01, OE 02	PROCESSOS INTERNOS	OE 03, OE 07	PESSOAS E RECURSOS	-	<p>PROBABILIDADE ■</p> <p>IMPACTO ■</p> <p>RISCO INERENTE ■</p> <p>RISCO RESIDUAL ■</p>
SOCIEDADE	OE 01, OE 02									
PROCESSOS INTERNOS	OE 03, OE 07									
PESSOAS E RECURSOS	-									
<p>PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> · Campanhas externas e internas de combate à desinformação, incluindo impulsionamento, nas redes sociais, de conteúdos e esclarecimentos oficiais · Conteúdos sobre processo eleitoral e funcionamento da urna eletrônica divulgados em cursos, palestras, programas de cidadania, redes sociais e no sítio eletrônico do TRE-RJ na internet · Acompanhamento de redes sociais e notícias, inclusive com contratação de serviço de monitoramento em tempo real · Esclarecimentos a partidos, candidatos e membros das mesas receptoras sobre o processo eleitoral · Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEDDE/TSE) · Divulgação, transmissão e incentivo ao acompanhamento da auditoria da votação eletrônica 										

PERDA DA CAPACIDADE PRODUTIVA

	<p>FONTES DE RISCOS</p> <p>Pessoas Governança/Gestão Eventos externos</p>	<p>CONSEQUÊNCIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> · Precariedade da prestação do serviço · Demora na prestação dos serviços · Insatisfação dos clientes · Descumprimento de prazos · Inexecução de atividades · Cobrança de órgãos de controle 	<p>PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS</p> <table border="1"> <tr> <td>SOCIEDADE</td> <td>OE 01, OE 02</td> </tr> <tr> <td>PROCESSOS INTERNOS</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>PESSOAS E RECURSOS</td> <td>OE 10</td> </tr> </table>	SOCIEDADE	OE 01, OE 02	PROCESSOS INTERNOS	-	PESSOAS E RECURSOS	OE 10	<p>PROBABILIDADE ■</p> <p>IMPACTO ■</p> <p>RISCO INERENTE ■</p> <p>RISCO RESIDUAL ■</p>
SOCIEDADE	OE 01, OE 02									
PROCESSOS INTERNOS	-									
PESSOAS E RECURSOS	OE 10									
<p>PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> · Promoção de capacitações em novos conhecimentos · Exames Periódicos de Saúde (EPS) · Ações para melhoria do clima organizacional · Processo de Seleção Interna (PSI) · Concursos de remoção · Concurso público · Dimensionamento da Força de Trabalho · Programa de formação de líderes · Abono de permanência · Pacote de benefícios (auxílios, adicionais, bolsas, etc.) · Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas (CGLGP) · Calendário institucional de eventos · Estratégias de reconhecimento das pessoas · Programa de gestão por competências 										

AUMENTO DA DESCONFIANÇA E DO DESCRÉDITO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E GOVERNAMENTAIS



FONTES DE RISCOS

Eventos externos
Governança/Gestão

CONSEQUÊNCIAS

- Diminuição da participação da sociedade no processo eleitoral
- Diminuição da participação da sociedade no processo de melhoria contínua dos serviços prestados

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS

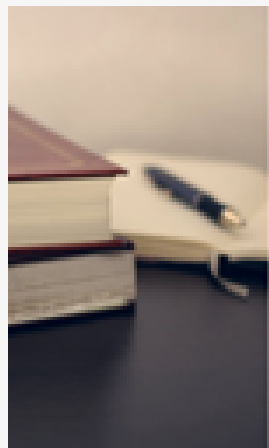
SOCIEDADE	OE 01, OE 02
PROCESSOS INTERNOS	OE 03, OE 07, OE 08
PESSOAS E RECURSOS	-

PROBABILIDADE ■
IMPACTO ■
RISCO INERENTE ■
RISCO RESIDUAL ■

PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO

- Conteúdos sobre processo eleitoral e funcionamento da urna eletrônica divulgados em cursos, palestras, programas de cidadania, redes sociais e no sítio eletrônico do TRE-RJ na internet
- Realização do planejamento das eleições de forma estruturada e transparente
- Levantamento e implementação de melhorias nos processos das eleições
- Dados e informações históricas sobre o processo eleitoral divulgados para a sociedade
- Ações e campanhas internas de promoção da ética
- Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)

REFORMAS NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL



FONTES DE RISCOS

Eventos externos

CONSEQUÊNCIAS

- Mudanças nos processos relacionados às eleições
- Mudanças nos procedimentos judiciais

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS

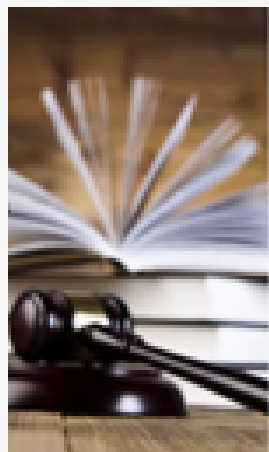
SOCIEDADE	-
PROCESSOS INTERNOS	OE 03, OE 04, OE 05, OE 07
PESSOAS E RECURSOS	-

PROBABILIDADE ■
IMPACTO ■
RISCO INERENTE ■
RISCO RESIDUAL ■

PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO

- Ações de divulgação e esclarecimento sobre mudanças decorrentes de reformas na legislação eleitoral, em cursos, palestras, programas de cidadania, redes sociais e no sítio eletrônico do TRE-RJ na internet
- Plano Integrado de Eleições elaborado contemplando as alterações na legislação eleitoral
- Atualização dos itens de controle das correições/inspeções de acordo com alterações legislativas

MOROSIDADE NO JULGAMENTO DOS PROCESSOS



FONTES DE RISCOS

Processos
Tecnologia
Governança/Gestão

CONSEQUÊNCIAS

· Prejuízo à eficácia e efetividade das decisões judiciais

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS

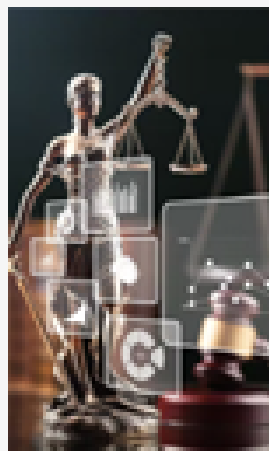
SOCIEDADE	OE 01, OE 02
PROCESSOS INTERNOS	OE 04, OE 05
PESSOAS E RECURSOS	-

PROBABILIDADE ■
IMPACTO ■
RISCO INERENTE ■
RISCO RESIDUAL ■

PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO

· Acompanhamento de indicadores jurisdicionais · Estabelecimento de metas e monitoramento de produtividade, incluindo-se o levantamento das Zonas Eleitorais com desempenho crítico · Monitoramento das atividades jurisdicionais de 1º grau por unidade dedicada · Avaliação da adequação do procedimento jurisdicional dos cartórios eleitorais · Identificação de lacunas de competências e desenvolvimento dos servidores · Dimensionamento da infraestrutura de TI, rede dedicada de dados e suporte aos usuários de TI · Reuniões periódicas com as Zonas Eleitorais para a orientação de procedimentos processuais · Uso de sistemas e ferramentas de Business Intelligence para auxílio à gestão processual (ex.: "Plataforma Radar", "Alerta Zonas" e painel de acompanhamento das Metas Nacionais) · Utilização de ferramentas de automação de tarefas no PJe (ex.: "Judi-bot")

FALHAS NO PROCESSAMENTO JUDICIAL E SISTEMAS DE CONTROLE



FONTES DE RISCOS

Processos
Pessoas
Tecnologia

CONSEQUÊNCIAS

· Carência de dados analíticos fidedignos e confiáveis sobre a prestação jurisdicional

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS

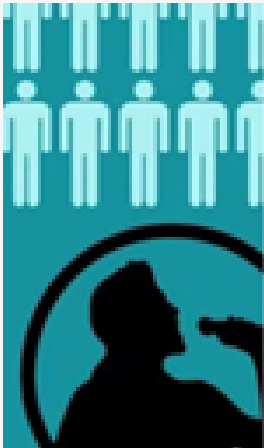
SOCIEDADE	OE 02
PROCESSOS INTERNOS	OE 04
PESSOAS E RECURSOS	-

PROBABILIDADE ■
IMPACTO ■
RISCO INERENTE ■
RISCO RESIDUAL ■


PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO

· Monitoramento das atividades jurisdicionais de 1º grau por unidade dedicada · Avaliação da adequação do procedimento jurisdicional dos cartórios eleitorais · Orientação a partidos e candidatos sobre a utilização dos sistemas aplicados aos processos jurisdicionais · Rotinas Cartorárias de processamento judicial · Identificação de lacunas de competências e desenvolvimento dos servidores · Desenvolvimento, implantação e manutenção de soluções para apoio ao controle da atividade jurisdicional · Uso de sistemas e ferramentas de Business Intelligence para auxílio à gestão processual (ex.: "Plataforma Radar" e sistema de identificação de pendências/inconsistências em lançamentos processuais no PJe (Atena-TEMIS))


AUMENTO DE ILÍCITOS ELEITORAIS

	FONTES DE RISCOS	CONSEQUÊNCIAS	PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS	PROBABILIDADE ■ IMPACTO ■					
	Eventos externos	· Maior demanda de atuação repressiva da Justiça Eleitoral frente aos ilícitos eleitorais	<table border="1"> <tr> <td>SOCIEDADE</td> <td>OE 02</td> </tr> <tr> <td>PROCESSOS INTERNOS</td> <td>OE 05</td> </tr> <tr> <td>PESSOAS E RECURSOS</td> <td>-</td> </tr> </table>	SOCIEDADE	OE 02	PROCESSOS INTERNOS	OE 05	PESSOAS E RECURSOS	-
SOCIEDADE	OE 02								
PROCESSOS INTERNOS	OE 05								
PESSOAS E RECURSOS	-								
PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO <p>· Campanhas de sensibilização dos partidos e candidatos a fim de evitar a prática de ilícitos eleitorais · Convênios e parcerias com Ministério Público e outros órgãos para compartilhamento de dados de inteligência e repressão aos ilícitos eleitorais · Núcleo de Fiscalização da Propaganda Eleitoral · Ações de repressão à propaganda eleitoral irregular e orientações à fiscalização para comprovação de irregularidades · Programa Integrado de Fiscalização Campanha Limpa (Sistema Campanha Limpa - SICAL) · Conteúdo sobre o processo eleitoral e ilícitos eleitorais divulgado em cursos, palestras, programas de cidadania, redes sociais e no sítio eletrônico do TRE-RJ na internet</p>									

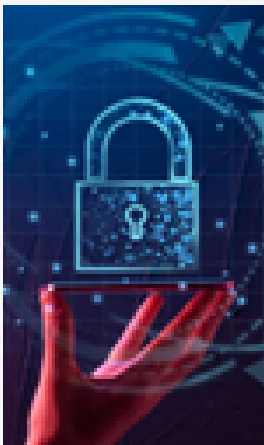
BAIXA ADESÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES EM AÇÕES DE VOLUNTARIADO

	FONTES DE RISCOS	CONSEQUÊNCIAS	PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS	PROBABILIDADE ■ IMPACTO ■					
	Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> · Limitação à realização das ações para promoção da educação eleitoral e participação cidadã · Limitação à realização de outras atividades, projetos ou frentes de trabalho que requeiram a alocação excepcional de pessoal 	<table border="1"> <tr> <td>SOCIEDADE</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>PROCESSOS INTERNOS</td> <td>OE 03, OE 06</td> </tr> <tr> <td>PESSOAS E RECURSOS</td> <td>-</td> </tr> </table>	SOCIEDADE	-	PROCESSOS INTERNOS	OE 03, OE 06	PESSOAS E RECURSOS	-
SOCIEDADE	-								
PROCESSOS INTERNOS	OE 03, OE 06								
PESSOAS E RECURSOS	-								
PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO <p>· Campanhas e ações de incentivo ao voluntariado · Planejamento das ações para voluntariado nas atividades das eleições · Planejamento da mão de obra necessária para o fechamento do cadastro eleitoral, registo de candidatura, execução dos programas de cidadania, apoio aos cartórios eleitorais, realização da auditoria da votação eletrônica e processamento das prestações de contas eleitorais · Diagnóstico do clima no tema força de trabalho</p>									

BAIXO ENVOLVIMENTO DA LIDERANÇA

	<p>FONTES DE RISCOS</p> <p>Governança/Gestão</p>	<p>CONSEQUÊNCIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> · Ausência de direcionamento da gestão · Prejuízos às atividades de controle e ao desenvolvimento de iniciativas · Desestímulo do corpo funcional 	<p>PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS</p> <table border="1"> <tr> <td>SOCIEDADE</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>PROCESSOS INTERNOS</td> <td>OE 08</td> </tr> <tr> <td>PESSOAS E RECURSOS</td> <td>OE 10</td> </tr> </table>	SOCIEDADE	-	PROCESSOS INTERNOS	OE 08	PESSOAS E RECURSOS	OE 10	<p>PROBABILIDADE ■</p> <p>IMPACTO ■</p> <p>RISCO INERENTE ■</p> <p>RISCO RESIDUAL ■</p>
SOCIEDADE	-									
PROCESSOS INTERNOS	OE 08									
PESSOAS E RECURSOS	OE 10									
<p>PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO</p> <p>· Política de Governança e Gestão Institucional do TRE-RJ · Aprovação do Plano Estratégico, priorização de objetivos e iniciativas estratégicas e monitoramento da execução pelo Comitê de Gestão da Estratégia (CGE) · Participação da Alta Administração na elaboração do Plano Integrado de Eleições, na avaliação das eleições, no planejamento de auditorias, entre outros · Programa de desenvolvimento de gestores e planejamento de capacitações e eventos voltados para a formação e desenvolvimento de lideranças · Matriz de competências gerenciais · Diagnóstico do clima organizacional no tema liderança/gestão</p>										

TRATAMENTO INADEQUADO OU EXPOSIÇÃO INDEVIDA DE DADOS PESSOAIS

	<p>FONTES DE RISCOS</p> <p>Processos Tecnologia Governança/Gestão</p>	<p>CONSEQUÊNCIAS</p> <ul style="list-style-type: none"> · Possíveis prejuízos aos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e ao livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural · Desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) 	<p>PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS</p> <table border="1"> <tr> <td>SOCIEDADE</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>PROCESSOS INTERNOS</td> <td>OE 07, OE 09</td> </tr> <tr> <td>PESSOAS E RECURSOS</td> <td>-</td> </tr> </table>	SOCIEDADE	-	PROCESSOS INTERNOS	OE 07, OE 09	PESSOAS E RECURSOS	-	<p>PROBABILIDADE ■</p> <p>IMPACTO ■</p> <p>RISCO INERENTE ■</p> <p>RISCO RESIDUAL ■</p>
SOCIEDADE	-									
PROCESSOS INTERNOS	OE 07, OE 09									
PESSOAS E RECURSOS	-									
<p>PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO</p> <p>· Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral (Resolução TSE nº 23.650/2021) · Elaboração de normativos internos com vistas à observância da LGPD e da Resolução TSE nº 23.650/2021 (ex.: IN DG nº 06/2023 - Política de Desenvolvimento Seguro de Software) · Disponibilização de informações gerais sobre o tratamento de dados pessoais no TRE-RJ e contato do encarregado no Portal da Transparência · Campanhas de conscientização, capacitação e treinamento sobre LGPD · Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes Computacionais (ETIR) · Ferramenta dedicada à classificação e monitoramento de dados no Google Drive (VARONIS)</p>										

RISCOS POSITIVOS (OPORTUNIDADES)

Legenda: ■ Muito Baixo ■ Baixo ■ Médio/Moderado ■ Alto ■ Muito Alto

CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS



FONTES DE RISCOS

Eventos externos
Governança/Gestão

CONSEQUÊNCIAS

- Redução de custos
- Otimização dos processos de trabalho

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS

SOCIEDADE	OE 02
PROCESSOS INTERNOS	OE 03, OE 05, OE 06
PESSOAS E RECURSOS	OE 10, OE 11, OE 13

PROBABILIDADE ■
IMPACTO ■
RISCO INERENTE ■
RISCO RESIDUAL ■

PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO

- Plano Integrado de Eleições elaborado contemplando os possíveis convênios e parcerias necessários para o pleito
- Avaliação, após o pleito, da possibilidade de celebração de novos convênios e parcerias ou necessidade de ajustes nos já existentes
- Avaliação da possibilidade de celebração de novos convênios e parcerias, ou necessidade de ajustes nos já existentes, com vistas à oferta de ações para promoção da sustentabilidade, execução ou ampliação dos programas socioeducativos, promoção de eventos e debates com a comunidade acadêmica e jurídica, abertos ao público externo, sobre temas relacionados ao direito eleitoral e ao processo eleitoral

INCREMENTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA JUSTIÇA ELEITORAL



FONTES DE RISCOS

Tecnologia

CONSEQUÊNCIAS

- Maior celeridade na prestação dos serviços
- Maior celeridade na execução dos processos de trabalho

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS

SOCIEDADE	OE 01, OE 02
PROCESSOS INTERNOS	OE 04, OE 05, OE 09
PESSOAS E RECURSOS	OE 12

PROBABILIDADE ■
IMPACTO ■
RISCO INERENTE ■
RISCO RESIDUAL ■

PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO

- Plano de Transformação Digital (PTD)
- Planejamento e adequação da infraestrutura de TIC para garantir o suporte às soluções de IA do TRE-RJ
- Adesão à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) e Justiça 4.0
- Previsão de capacitação em Inteligência Artificial no Plano Anual de Capacitação (Eixo TIC)
- Criação de unidade técnica com foco em BI e inteligência de dados, com intuito de especializar servidores em técnicas de IA e aprendizado de máquina

ADESÃO DA SOCIEDADE AOS SERVIÇOS OFERECIDOS DE FORMA VIRTUAL



FONTES DE RISCOS

Eventos externos

CONSEQUÊNCIAS

- Maior agilidade e transparência dos processos e atividades desenvolvidas
- Redução dos recursos envolvidos

PERSPECTIVA ESTRATÉGICA E OBJETIVOS ASSOCIADOS

SOCIEDADE	OE 01, OE 02
PROCESSOS INTERNOS	OE 04, OE 05, OE 07
PESSOAS E RECURSOS	OE 12

PROBABILIDADE ■
 IMPACTO ■
 RISCO INERENTE ■
 RISCO RESIDUAL ■

PRINCIPAIS AÇÕES DE TRATAMENTO

- Plano de Transformação Digital (PTD) · Previsão no Plano Diretor de TIC (PDTIC) de ações/projetos estruturantes relacionados a serviços de infraestrutura e soluções corporativas que configurem requisitos para a disponibilização de novos serviços digitais ou aprimoramento dos existentes
- Estrutura de controle de incidentes de TIC para os serviços do TRE-RJ · Manutenção dos serviços digitais já disponibilizados (ex.: e-Título, Título-Net, Candex, Convoca-e, etc.) · Adesão à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) e Justiça 4.0 · Capacitação nas temáticas exigidas pela PDPJ-Br no Plano Anual de Capacitação (Eixo TIC)

¹ Créditos das imagens, em ordem de aparição: TRE-RJ/COSOC, Unsplash/Towfiq barbhuiya, Freepik/lucabravo, TSE/SECOM/Abdias Pinheiro, Desconhecido, Agência Brasil, Unsplash, Shutterstock.com/Sebastian Duda, Freepik, Freepik/rawpixel.com, Getty Images/iStock, Freepik, Freepik, Freepik/rawpixel.com, Adobe Stock, Freepik/rawpixel.com

O

5

**GOVERNANÇA,
ESTRATÉGIA E
DESEMPENHO**



3.1 SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO TRE-RJ

Em perfeita harmonia ao que é aplicado para os demais órgãos e entidades da Administração Pública, a Governança no TRE-RJ diz respeito a um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de atender às necessidades e expectativas dos seus clientes e propiciar previsibilidade e transparência ao processo decisório.

Instituída ao final de 2019 pela Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019, a [Política de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro](#), evidencia os princípios, diretrizes, funções e mecanismos para a organização e estruturação do sistema de governança e gestão institucional, alicerçada em outros referenciais conceituais, a exemplo do Referencial Básico de Governança Organizacional publicado pelo Tribunal de Contas da União.

O sistema de governança e gestão do TRE-RJ está visualmente descrito no modelo anexo à Resolução, reproduzido no item 1.4 deste relatório.

Objetivando o monitoramento do progresso da estruturação do sistema de governança no âmbito do Plano Estratégico 2021-2026, o Tribunal dispõe de indicadores baseados em itens de controle previstos nos levantamentos de governança organizacional do TCU, bem como nos de governança e gestão do CNJ.

Quanto à atuação das instâncias internas de apoio à governança discriminadas na política, informações detalhadas podem ser localizadas no sítio eletrônico do Tribunal, por meio do menu

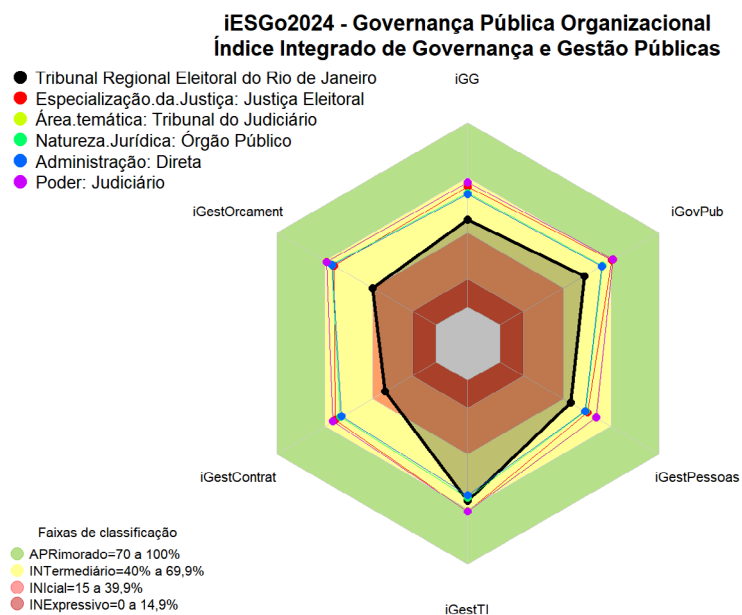
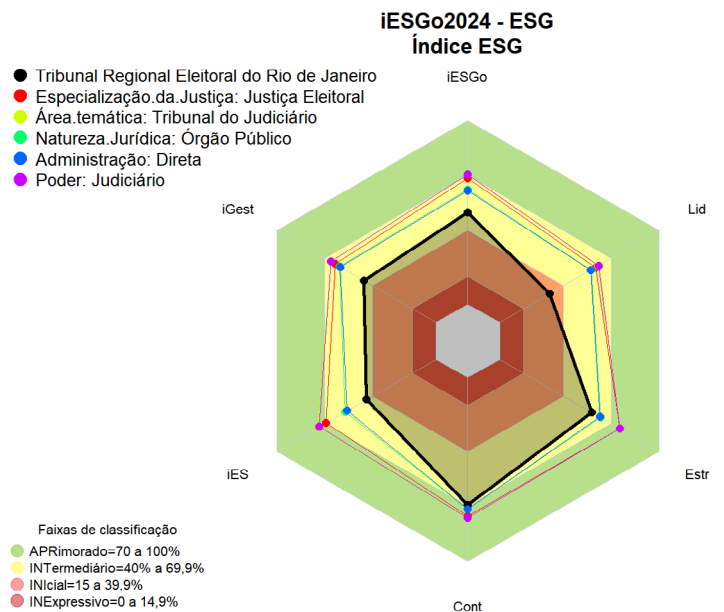
[Comitês e Comissões](#), onde estão disponibilizadas as pautas, resultados e atas das reuniões das principais comissões e comitês de apoio à governança e gestão do TRE-RJ.

3.1.1 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA GOVERNANÇA DO TRE-RJ PELO TCU

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro utiliza os levantamentos de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) como um dos parâmetros de monitoramento para o aperfeiçoamento de seus mecanismos de liderança, estratégia e controle. No ciclo de 2024, o Tribunal submeteu-se à nova sistemática de avaliação do TCU, o iESGo, que expandiu a análise da governança clássica para integrar as dimensões ambiental, social e de governança (ESG).

Em relação ao exercício de 2025, ressalta-se que não houve a aplicação de novo questionário de autoavaliação pelo TCU. Diante disso, o esforço institucional deste período voltou-se à maturação interna dos processos e à análise das lacunas identificadas no ciclo anterior (2024), visando a continuidade das melhorias e o alinhamento com as boas práticas de gestão pública.

A seguir, apresentam-se os dados do último diagnóstico disponível (2024), que permanecem como referência para o acompanhamento institucional até que um novo ciclo de aferição seja promovido pelo órgão de controle externo:



No quadro comparativo abaixo são apresentados os resultados da autoavaliação deste órgão nos ciclos de 2017, 2018, 2021 e 2024:

Legenda: ■ Inexpressivo ■ Inicial ■ Intermediário ■ Aprimorado

INDICADOR		2017	2018	2021	2024
iESGo	Índice ESG	-	-	-	50%
Lid	Capacidade em Liderança	37%	45%	48%	31%
Estr	Capacidade em Estratégia	28%	25%	70%	58%
Cont	Capacidade em Controle	47%	34%	72%	69%
iGG	Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas	28%	29%	40%	47%
iGest	Índice de Gestão Pública	-	-	-	45%
iES	Índice Integrado de Sustentabilidade Ambiental e Social	-	-	-	44%
iGovPub	Índice de Governança Pública Organizacional	37%	35%	64%	53%
iGovPessoas	Índice de Governança e Gestão de Pessoas	26%	25%	53%	63%
iGestPessoas	Índice de Gestão de Pessoas	16%	15%	37%	45%

Gráficos 3.11.1 e 3.11.2: Resultados do TRE-RJ no último Levantamento de Governança, Sustentabilidade e Gestão do TCU - 2024

INDICADOR		2017	2018	2021	2024
iGovTI	Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação	30%	31%	46%	59%
iGestTI	Índice de Gestão de Tecnologia da Informação e da Segurança da Informação	26%	26%	31%	65%
iGovContratações	Índice de Governança e Gestão de Contratações	34%	42%	53%	50%
iGestContrat	Índice de Gestão de Contratações	32%	40%	28%	32%
iGovOrcament	Índice de Governança e Gestão Orçamentárias	-	-	62%	67%
iGestOrcament	Índice de Gestão Orçamentária	-	-	35%	40%
iGovSustentAmb	Índice de Governança e Gestão da Sustentabilidade Ambiental	-	-	-	70%
iGovSustentSocial	Índice de Governança e Gestão da Sustentabilidade Social	-	-	-	22%

Os indicadores variam, em sua maioria, entre os estágios de capacidade inicial e intermediário, o que demonstra a necessidade de aprimoramento de controles nas diversas frentes de gestão avaliadas. Deve-se considerar, todavia, que o Tribunal já vem auferindo melhorias em diversos itens avaliados no âmbito de cada tema, conforme se observa do [relatório individual do levantamento de 2024 do TRE-RJ](#).

Tabela 3.1.1.1: Resultados do TRE-RJ nos Levantamentos de Governança Organizacional TCU 2017, 2018, 2021 e 2024

3.2 AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

3.2.1 PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO

A estrutura de governança e gestão institucional implementada pela [Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019](#) e descrita nos tópicos 1.4 e 3.1 deste relatório estabelece os cargos de responsabilidade gerencial nos níveis estratégico, tático e operacional e indica as instâncias internas de apoio à governança, cujas atuações contribuem para a supervisão, controle e correição dos atos de gestão praticados no Tribunal, visando à garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Das atividades de supervisão exercidas pelas instâncias internas de apoio à governança institucional em 2025, destacam-se:

- monitoramento periódico, pelo [Comitê de Gestão da Estratégia \(CGE\)](#), do desempenho dos indicadores, objetivos estratégicos e Metas Nacionais do CNJ, com supervisão das iniciativas estratégicas em execução, incluindo a transição para o novo modelo do Laboratório de Inovação (eLaboraRio - [Ato PR nº 121/2025](#)) e o acompanhamento de projetos voltados à Linguagem Simples e Acessibilidade Digital;
- monitoramento periódico, pelo [Comitê de Gestão de Riscos \(CGERI\)](#), das ameaças e oportunidades vinculadas ao atingimento da estratégia e objetivos institucionais e supervisão da revisão metodológica que culminou na aprovação da 2ª edição do Manual de Gerenciamento de Riscos do TRE-RJ ([Ato PR nº 355/2025](#)), visando maior precisão na identificação de ameaças ao cumprimento da missão institucional;

- atuação do [Comitê de Governança de Contratações \(CGovCON\)](#) na avaliação periódica do Plano de Gerenciamento de Riscos do macroprocesso de contratações, no acompanhamento da execução do Plano de Contratações Anual 2025 (PCA 2025) e na aprovação do PCA 2026;
- atuação do [Comitê de Governança de TIC \(CGovTIC\)](#) na avaliação periódica do Plano de Gerenciamento de Riscos de TIC, no monitoramento da implantação ou desenvolvimento de soluções de TIC priorizadas e no acompanhamento das iniciativas e evidências submetidas ao ciclo 2025 do [Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário \(iGovTIC-JUD\)](#), garantindo a conformidade com a [Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação do Judiciário \(ENTIC-JUD\)](#) e com as normas de Segurança da Informação.

3.2.2 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE

Auditorias

Conforme o [Plano Anual de Auditoria 2025](#) (versão revisada) da Secretaria de Auditoria Interna (SAU) do TRE-RJ, aprovado pela Presidência do Tribunal, foram realizados nove trabalhos de auditoria:

- Auditoria nas Contas Anuais do exercício 2024 - Execução/Relatório/Certificação;
- Auditoria nas Contas Anuais do exercício 2025 - Planejamento/Execução;
- Avaliação do Cumprimento da Obrigação de Prestar Contas, referentes ao exercício de 2024 - Execução/Relatório;

- Avaliação do Cumprimento da Obrigação de Prestar Contas, referentes ao exercício de 2025 - Planejamento/Execução;
- Gestão e Destinação de Valores e Bens Oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores (Ação Coordenada do CNJ);
- Auditoria Anual de Gestão;
- Avaliação da Maturidade da Gestão de Riscos;
- Auditoria sobre o Processo Finalístico “Julgar Prestação de Contas”(em andamento);
- Avaliação de Aderência a Práticas e Princípios de Sustentabilidade Ambiental e Social.

Com base nas oportunidades de melhoria identificadas nos respectivos trabalhos de auditoria, foram expedidas recomendações, que terão sua implementação monitorada pela SAU.

Monitoramento de recomendações expedidas em auditorias anteriores

No exercício de 2025, a SAU monitorou a implementação das recomendações expedidas em seis trabalhos de auditoria anteriores.

As recomendações monitoradas visavam a promover melhorias nos seguintes objetos de auditoria: Gestão Patrimonial; Política contra o Assédio e Discriminação no Poder Judiciário; Gestão das Aquisições; Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário; e Contas Anuais dos exercícios 2023 e 2024.

No total, os trabalhos de monitoramento abrangeram 35 recomendações. Desse universo, 42,9% foram consideradas implementadas, 2,9%, parcialmente implementadas, 37,1%, em implementação, e 17,1%, não implementadas.

Monitoramento de recomendações do Órgão de Controle Externo

Acórdão TCU 1330/2016 - 2ª Câmara

Visando ao atendimento da determinação constante do item 1.8 do **Acórdão TCU 1330/2016 - 2ª Câmara (TC 032.977/2014)**, a Secretaria de Auditoria Interna incorporou ao relatório final da Auditoria nas Contas Anuais do exercício 2024 a seguinte recomendação ainda pendente de implementação:

- *Providenciar desenvolvimento de sistema informatizado ou utilização dos sistemas disponibilizados pelo TSE, bem assim elaborar normativos, manuais e orientações para estabelecer e aprimorar os seguintes controles:*

- Gastos com manutenção dos imóveis próprios, da União e de terceiros, bem assim dos gastos com locações, com vistas a avaliar os custos e os investimentos realizados em cada imóvel gerido pelo Tribunal.

Assim, a administração elaborou plano de ação para atendimento da referida recomendação, sem data definida para conclusão. O plano de ação consiste das atividades abaixo identificadas e as datas previstas para conclusão de cada ação:

ATIVIDADES	PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO
1. Elaborar REDESTI para desenvolvimento de painel de BI visando à disponibilização dos dados de custos do TRE-RJ, considerando o direcionamento estabelecido pela Diretoria-Geral	Implementada
2. Definir requisitos para o desenvolvimento do painel	Implementada

ATIVIDADES	PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO
3. Analisar e priorizar a Requisição de Desenvolvimento de Sistema de Tecnologia da Informação (REDESTI)	24/09/2025
4. Elaborar os painéis de BI	A definir

Tabela 3.2.2.1: Plano de ação para implementação de recomendação pendente de implementação

Em relação à primeira atividade, a Requisição de Desenvolvimento de Sistema de Tecnologia da Informação (REDESTI) foi proposta pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Quanto à segunda atividade, os requisitos para o desenvolvimento do painel foram definidos em 28/04/2025.

Conforme versão do plano de ação encaminhado à SAU em 09/12/2025, as atividades restantes ainda aguardam implementação.

Nesse sentido, considera-se a recomendação **em implementação**.

Acórdão TCU 15262/2021 - 2ª Câmara

O [Acórdão TCU 15262/2021 - 2ª Câmara](#) (TC 023.087/2021-8), considerou ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Ana Cláudia Abreu Freire de Luca, negando-lhe o respectivo registro, diante de indevida incorporação de vantagem como "quintos" de função, dispensando-se o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU, e deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de

função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE.

Determinou o TCU, além da comprovação da ciência à interessada (item 9.3.1), em suma:

- a reavaliação e, se fosse o caso, a promoção da efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida (item 9.3.2);
- a promoção da efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019 (item 9.3.3);
- a apresentação de manifestação anual e conclusiva sobre o cumprimento, ou não, dos mencionados itens do acórdão em itens específicos no Relatório de Gestão e em Relatório de Auditoria de Gestão, pela unidade de controle interno, em cada exercício financeiro.

Isto posto, apresentam-se as seguintes informações:

- 1) a interessada foi notificada do teor da decisão e das providências adotadas por este Tribunal por meio do Ofício SGP nº 83/2021, de 11/10/2021, recebido em 14/10/2021;
- 2) para o cumprimento da determinação de ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos ou décimos de função incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, foi desmembrada a parcela da VPNI da servidora inativa, mantendo-se 3/10 como VPNI e transformando-se 7/10 em parcela compensatória, para absorção nos reajustes futuros;

3) em relação à efetiva absorção da parcela inerente à incorporação de “quintos ou décimos de função”:

3.1) a servidora aposentada teve como valor inicial de sua parcela compensatória a quantia de R\$ 2.404,08, lançada na rubrica 0217.000 (PARCELA COMPENSATÓRIA - QUINTOS INATIVO (Vantagem de caráter pessoal - Parcela Compensatória [quintos/décimos]));

3.2) com o reajuste salarial estabelecido pela Lei nº 14.523/2023, a referida parcela compensatória foi reduzida para R\$ 1.681,70 (após absorção de R\$ 722,38), a contar da folha de pagamento de fevereiro de 2023;

3.3) com a rejeição ao veto parcial da Lei nº 14.687/2023, publicada em 22/12/2023, e a consequente inclusão do parágrafo único do art. 11 na Lei nº 11.416/2006, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por decisão do Presidente da Corte, prolatada em 17/01/2024, suspendeu, a partir da folha de fevereiro de 2024, a absorção das parcelas compensatórias dos quintos e décimos modulados, restaurando-as, isto é, mantendo-se em folha de pagamento a integralidade dos valores das parcelas compensatórias, e informando aos interessados que as providências relativas ao pagamento dos retroativos seriam oportunamente comunicadas;

3.4) sendo assim, no que se refere à aposentadoria em questão, o valor ajustado da rubrica de parcela compensatória (R\$ 1.681,70) perdurou até janeiro de 2024, tendo sido, a partir de fevereiro de 2024, restaurado para os R\$ 2.404,08 iniciais (tornada sem efeito a absorção de 722,38);

3.5) no entanto, em 14/01/2025, considerando o entendimento sufragado em sessão de 23/10/2024 pelo Tribunal de Contas

da União por meio do Acórdão 22668/2024 - Plenário, o Presidente do TRE-RJ prolatou nova decisão, determinando a implementação, na folha de fevereiro de 2025, a absorção das parcelas compensatórias referentes aos quintos e décimos recebidos pelos servidores ativos e inativos deste Regional pela primeira parcela do último reajuste salarial, ocorrida em 1º de fevereiro de 2023, dispensando-se a reposição das importâncias recebidas, de boa-fé, em virtude de alteração na interpretação da lei por parte deste órgão, aplicando-se, *in casu*, o verbete nº 249 da Súmula do Tribunal de Contas da União;

3.6) com a aplicação da nova decisão do Presidente do TRE-RJ, a parcela compensatória da aposentadoria em questão foi novamente reduzida, a partir de fevereiro de 2025, ao valor de R\$ 1.681,70 (ou seja, total absorvido de R\$ 722,38 até o momento presente).

Diante das providências adotadas, reitera-se a conclusão pelo cumprimento parcial do Acórdão TCU 15.262/2021 - 2ª Câmara, uma vez que, além de cumpridas as providências determinadas a este órgão nos itens 9.3.1 e 9.3.2, a absorção da parcela compensatória decorrente da alteração na incorporação dos “quintos ou décimos de função”, a que se refere o item 9.3.3 do Acórdão, foi efetivada por determinação presidencial fundamentada no entendimento sufragado pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 22668/2024 - Plenário.

Controle de conformidade de atos de gestão

Além das atividades típicas de auditoria e monitoramento, a SAU examinou e emitiu pareceres sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias e pensões, com fundamento no art. 11 da IN TCU nº 78/2018 c/c os artigos 29, III, e 33, VI, do Regulamento Administrativo do TRE-RJ.

No ano de 2025, foram emitidos 31 pareceres sobre a legalidade de atos de pessoal, encaminhados ao TCU por meio do sistema e-Pessoal.

Realizou-se, ademais, a análise de conformidade das informações inseridas nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) trimestrais (janeiro, maio e setembro). O RGF se constitui em um instrumento de transparência da gestão fiscal e deve ser assinado pelo Presidente do Tribunal, além dos responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000.

Acompanhamento do Módulo Índícios do sistema e-Pessoal do TCU

A Secretaria de Auditoria Interna (SAU) deu continuidade, em 2025, à sistemática para acompanhamento do Módulo Índícios do sistema e-Pessoal do TCU, implementada em 2020.

O trabalho contempla a manutenção de planilha atualizada sobre os indícios inseridos no sistema e sobre os esclarecimentos apresentados pela administração do TRE-RJ, além de verificações periódicas acerca das providências adotadas para encaminhar os esclarecimentos ainda pendentes.

As verificações foram realizadas nos meses de maio e novembro de 2025, tendo sido reportados os resultados do primeiro ciclo em processo SEI específico. Os resultados do segundo ciclo serão reportados em janeiro de 2026, no mesmo processo.

3.2.3 PRINCIPAIS AÇÕES DE CORREIÇÃO

No âmbito do TRE-RJ, a atividade correcional é estruturada sobre duas vertentes: o controle disciplinar e o controle dos serviços das Zonas Eleitorais.

As atividades do controle disciplinar, no que diz respeito às condutas de servidores, costumavam ser historicamente executadas por uma comissão permanente (CPDIS), responsável pelos procedimentos relativos às sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (PADs). Em 2024, foi criado o Núcleo Disciplinar (NPDIS), unidade vinculada à Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (SVPCRE), onde foi centralizada toda a sistemática processual atinente a tais atividades. Suas atribuições estão dispostas no [Ato Conjunto PR/VPCRE nº 10/2024](#), dentre as quais se encontra a de assessorar e secretariar os trabalhos da Corregedoria Regional Eleitoral nos assuntos e procedimentos administrativos disciplinares.

Muito embora a regulamentação da matéria ainda considere a atuação da Comissão Permanente de Processo Disciplinar — nos termos da [Resolução TRE-RJ nº 715/2009](#) —, a operacionalização das funções já foi integralmente assumida pelo NPDIS e todos os procedimentos previstos na [Resolução TRE-RJ nº 779/2011](#), atinentes às infrações disciplinares relacionadas aos servidores do TRE-RJ já são de plena atribuição e responsabilidade do Núcleo.

A abertura de sindicâncias e a instauração de processos administrativos disciplinares são regulamentadas no TRE-RJ pela [Resolução TRE-RJ nº 779/2011](#), que dispõe sobre o controle da disciplina no âmbito deste órgão. O [Provimento VPCRE nº 001/2019](#), por sua vez, aprovou o Manual de Processo Disciplinar

do TRE-RJ. Já os institutos da Correção e da Investigação Preliminar são regulamentados pelos Provimentos CRE nº 004/2013 e nº 003/2015, respectivamente.

O Código de Ética deste Tribunal Regional Eleitoral, instituído pela [Resolução TRE-RJ nº 948/2016](#), estabelece as normas de conduta ética aplicáveis aos servidores e demais colaboradores, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

A [Instrução Normativa GP nº 07/2019](#), por sua vez, dispõe sobre a lavratura de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), instrumento simplificado de apuração, conduzido pela Seção de Material Permanente e Patrimônio (SEPATR), mediante a análise prévia dos fatos, para o caso de extravio ou dano de bens de baixo valor.

Com relação ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos Magistrados Eleitorais, este é regido pelas disposições da [Resolução TRE-RJ nº 1.098/2019](#). A atualização desse normativo foi recentemente proposta pelo NPDIS, que, além dos processos disciplinares de servidores, também atua no suporte aos processos que envolvam magistrados, incluindo o atendimento a interessados e advogados.

A segunda vertente, que versa sobre a função correcional da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (VPCRE), relacionada ao controle dos serviços das Zonas Eleitorais, é exercida, em todo o Estado, pelo Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, ou por pessoa por ele indicada e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes Eleitorais. É realizada diretamente por meio de inspeções e de correições e, indiretamente, pela análise de relatórios apresentados pela Zona Eleitoral submetida ao procedimento correcional.

A realização de inspeções e correições na Justiça Eleitoral (presenciais, virtuais ou semipresenciais) é regulamentada pelo [Provimento nº 2/2023](#) da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral. Entre os procedimentos previstos, destacam-se as inspeções de ciclo (realizadas conforme calendário semestral ou anual, de modo a alcançar todas as Zonas Eleitorais em um período delimitado de tempo) e as autoinspeções (avaliação periódica anual, efetivada pela autoridade judiciária da Zona Eleitoral).

PROCEDIMENTO		2022	2023	2024	2025
Procedimentos disciplinares		18	28	32	20
Autoinspeções anuais		165	165	165	165
Inspeções de ciclo	Semipresenciais	6	13	10	25
	Virtuais	8	16	4	8
Correições		0	0	0	0

Tabela 3.2.3.1: Quantitativos de procedimentos de controle disciplinar e correcionais de 2022 a 2025

Em 2025, foram revisados os processos de apoio à autoinspeção, inspeção e correição e de elaboração dos relatórios de saneamento, circunstanciados e anual de atividades. Para melhor orientação às Zonas Eleitorais, foi atualizado o material sobre inspeções a autoinspeções disponibilizado na página da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral.

Os processos das Inspeções de Ciclo também foram aprimorados, passando-se a utilizar o Sistema PJeCor na fase de saneamento das inspeções.

Dados e informações mais detalhadas sobre as ações de correição estão disponibilizados na [página da Corregedoria Regional Eleitoral](#) no sítio eletrônico do TRE-RJ.

3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO TRE-RJ

3.3.1 HISTÓRICO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS DO TRE-RJ

Plano Estratégico é o principal produto do processo de planejamento; é a materialização do planejamento em um documento que explicita o rumo maior a ser seguido pelo Tribunal, com as ações estratégicas priorizadas para um determinado período.

	 2010 2015	 2016 2021	 2021 2026
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Plano Estratégico	PE TRE-RJ 2010-2014 (prorrogado até 2015)	PE TRE-RJ 2016-2021	PE TRE-RJ 2021-2026 (Obs.: Início da medição em 2022)
Processo de Construção do Plano	2009	2015	Março a junho de 2021
Normativo Interno	Resolução TRE-RJ nº 720/2009	Resolução TRE-RJ nº 938/2015	Resolução TRE-RJ nº 1.184/2021
Diretrizes observadas no processo de construção	Resolução CNJ nº 70/2009 e orientações do TSE	Resolução CNJ nº 198/2014	Resolução CNJ nº 325/2020
	<div style="border: 1px solid purple; border-radius: 15px; padding: 10px;"> Observou-se, nesse período, a introdução do pensamento estratégico e a realização de iniciativas para alicerçar a cultura de gestão orientada a resultados, dentre as quais, a instituição das Metodologias de Gestão de Projetos e de Gestão de Processos, da Agenda Ambiental, da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo, do Plano Integrado das Eleições, da Pesquisa de Clima Organizacional, do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e da Cadeia de Valor. </div>	<div style="border: 1px solid teal; border-radius: 15px; padding: 10px;"> Verificou-se, nesse período, o fomento à gestão participativa, a estruturação de um modelo de governança no âmbito do TRE-RJ, a promoção da transparência, a estruturação de canais de comunicação, introdução da estruturação da gestão de riscos e controles internos, estruturação de padrões éticos, o amadurecimento da gestão estratégica, com a regularidade de realização das Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) e a implantação das Reuniões de Análise Crítica (RAC) nas unidades. </div>	<div style="border: 1px solid green; border-radius: 15px; padding: 10px;"> O contexto de formulação deste plano estratégico indica a necessidade de transformações profundas e cada vez mais ágeis: eficiência nos processos, qualidade nas entregas, incremento de soluções digitais, valorização de colaboradoras e colaboradores e, principalmente, satisfação plena dos clientes externos com os serviços do Tribunal - fatores que traduzem o caminho escolhido para o início de uma nova década e seus grandes desafios. </div>

3.3.2 ESTRATÉGIA TRE-RJ 2021-2026

Mapa Estratégico

O mapa estratégico do TRE-RJ está estruturado em três perspectivas: **Sociedade, Processos Internos e Pessoas e Recursos**, que representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação do Tribunal. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela instituição para atingir sua visão e cumprir sua missão.

Com a perspectiva de **Sociedade**, o Tribunal define o que ele deve gerar para atender às expectativas e fortalecer sua imagem perante a sociedade.

A perspectiva de **Processos Internos** identifica e prioriza os processos críticos que criam diferenciação para a estratégia e melhoria contínua do TRE-RJ, com o objetivo de tornar a prestação jurisdicional mais ágil e efetiva, aumentar a produtividade e aprimorar a qualidade dos produtos e dos serviços.

A perspectiva de **Pessoas e Recursos** descreve como pessoas, infraestrutura, orçamento, conhecimento, informações e sistemas devem se conjugar para dar suporte à estratégia.



Figura 3.3.2.1: Mapa Estratégico TRE-RJ 2021-2026

Plano Estratégico e Glossário dos Indicadores de Desempenho

O Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro para o período 2021-2026, aprovado pela Resolução TRE-RJ nº 1.184/2021, é composto por **13** objetivos estratégicos e **50** indicadores estratégicos.



Figura 3.3.2.2: Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026

As fichas técnicas de todos os indicadores do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026 podem ser consultadas no documento denominado Glossário de Indicadores de Desempenho.



Figura 3.3.2.3: Glossário de Indicadores de Desempenho TRE-RJ 2021-2026

O **Plano Estratégico** e o **Glossário de Indicadores de Desempenho** do TRE-RJ 2021-2026 estão disponíveis na página do Tribunal na Internet (menu Institucional / Governança e Gestão Estratégica / Plano Estratégico 2021-2026).

3.3.3 CICLO DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA NO TRE-RJ

Desde a elaboração do primeiro plano estratégico, em 2009, o TRE-RJ adota como base metodológica o Balanced Scorecard - BSC, modelo que permite, a partir de uma visão sistêmica e balanceada da instituição, descrever a estratégia de forma clara, por meio de objetivos estratégicos distribuídos em perspectivas. A cada objetivo são vinculados indicadores de desempenho, metas e iniciativas, possibilitando o direcionamento de esforços e a execução da estratégia de forma integrada e orientada.



Infográfico 3.3.3.1: Ciclo da Gestão da Estratégia do TRE-RJ

3.3.4 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E DE SUAS NECESSIDADES

Considerando o desempenho pelo TRE-RJ de suas duas funções precípua – realizar eleições e promover a prestação jurisdicional –, merecendo destaque, inclusive, a atipicidade dos Tribunais e Juízes Eleitorais em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, cujas funções se restringem à entrega da prestação jurisdicional, as principais partes interessadas na atuação da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro são as eleitoras e os eleitores, as candidatas e os candidatos a cargos eletivos, as agremiações partidárias, os litigantes e, em visão ampliada, a sociedade em geral, além de órgãos de controle (CNJ, TCU, TSE e MP), conforme representado na figura ao lado.

Buscando manter de forma contínua um diálogo que facilite a identificação dos anseios da sociedade em geral, propiciando o alinhamento de suas expectativas às entregas de valor propostas pelo Tribunal, diversos canais de comunicação são disponibilizados, conforme apresentado no item 1.7.2 deste Relatório. Dentre eles, destaca-se a Ouvidoria, onde sugestões, elogios, dúvidas e reclamações são registradas e encaminhadas às unidades responsáveis para tratamento. Relatórios anuais também são elaborados pelo Ouvidor, subsidiando a Administração na priorização das ações destinadas ao atendimento das necessidades apresentadas pelos cidadãos.

Especificamente para subsidiar o desenvolvimento de determinadas atividades, outros instrumentos de identificação das necessidades das partes interessadas são utilizados. Cite-se, por sua relevância, as pesquisas diagnósticas realizadas por ocasião das formulações e revisões do planejamento estratégico, momento em que são captadas as percepções de todas as partes interessadas, o que subsidia a definição das diretrizes traçadas para o respectivo ciclo estratégico.



Infográfico 3.3.4.1: Partes interessadas na atuação da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro

Igualmente relevantes são as consultas realizadas anualmente pelos órgãos do Poder Judiciário à sociedade, para a definição conjunta, por segmento de justiça, das Metas Nacionais relacionadas aos macrodesafios estabelecidos na Estratégia Nacional.

As Metas Nacionais fazem parte da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e representam o compromisso firmado anualmente pelos órgãos do Poder Judiciário para melhoria da prestação jurisdicional. A Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela [Resolução CNJ nº 325/2020](#), estabelece os Macrodesafios do Poder Judiciário para o período 2021-2026, sendo aplicável a todos os conselhos de Justiça e tribunais do país, com exceção do Supremo Tribunal Federal.

Com o advento da [Resolução CNJ nº 221/2016](#) e [Portaria CNJ nº 114/2016](#), foi incluída a etapa da Consulta Pública no processo de formulação de metas, visando obter a participação da sociedade nesse processo. Assim, o processo de formulação das metas constitui um esforço colaborativo construído ao longo de todo o ano, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça e o apoio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, que culmina com a aprovação das metas nacionais pelos presidentes dos tribunais durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário.

3.3.5 CONSIDERAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS NA ESTRATÉGIA

Conforme estabelece o Referencial do TCU, esta prática implica monitorar e avaliar a imagem da organização perante as partes interessadas, bem como a satisfação destas com bens, serviços e políticas sob responsabilidade da organização, cuidando que ações de melhoria sejam implementadas, sempre que necessário.

Dentro dessa perspectiva, o Plano Estratégico do TRE-RJ 2021-2026 contempla 5 indicadores relacionados com a aferição da satisfação das partes interessadas.


Seguem as principais considerações sobre cada um desses indicadores:



PARTE INTERESSADA: SOCIEDADE


IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo (OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a sociedade)

ANO 2025

	Resultado	Meta	Desempenho
	91,18%	63,75%	143,02%
CONTEXTO			AÇÕES E/OU PERSPECTIVAS
<p>O indicador mede o percentual de satisfação com os serviços prestados pelas Zonas Eleitorais de forma presencial ou virtual.</p> <p>Das 711 avaliações realizadas no 1º semestre de 2025, 698 obtiveram notas satisfatórias, resultando em uma taxa de satisfação do cliente externo de 98,17%.</p> <p>Já no 2º semestre de 2025, das 628 avaliações realizadas, 625 obtiveram notas satisfatórias, resultando em uma taxa de satisfação do cliente externo de 99,52%.</p>			<p>Durante o período foram identificadas demandas relacionadas à dificuldade de acesso aos serviços do Gov.br e do INSS, em razão de supostas inconsistências na biometria dos cidadãos. Com isso, muitos usuários foram orientados por esses órgãos a procurar a Justiça Eleitoral para realizar nova coleta biométrica.</p> <p>Porém, verificou-se que em grande parte dos casos a biometria já se encontrava regularmente cadastrada, sendo o problema decorrente da migração das informações entre os sistemas dos diferentes órgãos públicos.</p> <p>As possíveis soluções para esses casos ainda estão em análise, o que poderá gerar impacto na percepção de qualidade e na satisfação do usuário externo com os serviços prestados pela Justiça Eleitoral.</p> <p>O índice de satisfação pode sofrer alguma variação negativa no ano de 2026, tendo em vista que o número de atendimentos de eleitores tende a aumentar no período eleitoral e há períodos críticos, como o fechamento do cadastro eleitoral.</p>

IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação (OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a sociedade)

ANO 2025


	Resultado	Meta	Desempenho
	82,97%	85,00%	97,61%
CONTEXTO		AÇÕES E/OU PERSPECTIVAS	
<p>O indicador mede a satisfação do público externo com os canais de comunicação. São consideradas as avaliações positivas dos serviços prestados pela Ouvidoria e pela CAT (Central de Atendimento Telefônico) do TRE-RJ em relação ao total de avaliações.</p> <p>Das 967 ligações recebidas pela CAT que foram avaliadas, 708 tiveram avaliação positiva (73,21%).</p> <p>Das 55 avaliações dos serviços prestados pela Ouvidoria, 51 foram positivas (92,72%).</p> <p>Ressalta-se que houve uma expressiva redução do número de avaliações de ligações recebidas pela CAT (2024: 2.308) e dos serviços prestados pela Ouvidoria (2024: 478).</p>		<p>As principais ações realizadas em 2025 foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • implantação do Sistema Nacional de Ouvidorias da JE, sistema SAC-JE. Optou-se por realizar a migração de sistema, dado que todo o trabalho de aprimoramento das bases de dados e relatórios mostram-se úteis para a migração do sistema nacional; • implementação de base de atendimento padronizada, elaborada em conjunto com todas as unidades do TRE-RJ; • desenvolvimento de um padrão de resposta ao demandante, tornando a resposta mais clara (utilização de linguagem simples) e visualmente mais agradável; • revisão das páginas do Ouvidoria na internet com implementação de linguagem simples, além de uma página para público interno; • implementação de painéis de atendimento da CAT e das demandas registradas no sistema da Ouvidoria. <p>A tendência é que em 2026 haja um aumento considerável da quantidade de atendimentos em relação a 2025, tendo em vista ser um ano eleitoral. Deve-se ainda considerar que o desempenho do indicador pode sofrer alguma variação negativa em função de períodos críticos, como o fechamento do cadastro eleitoral.</p>	



PARTE INTERESSADA: SERVIDORES


IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional (OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação)

ANO 2025

	Resultado	Meta	Desempenho
	64,90	74,00	87,70%
CONTEXTO			AÇÕES E/OU PERSPECTIVAS
<p>O IE 40 mede o índice de satisfação com o clima organizacional. Assim, o indicador tem como finalidade conhecer a satisfação dos servidores e servidoras com a instituição e o nível de engajamento organizacional.</p> <p>Foi aprovada, na 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2025, a alteração da periodicidade do IE 40 de anual para bianual, com previsão de medição no primeiro semestre dos anos ímpares.</p> <p>A Pesquisa de Clima Organizacional do biênio 2024-2025 foi realizada entre junho e julho de 2025, contando com a participação de 704 servidores. Adotou-se um novo questionário, reduzindo o número de perguntas de 89 para 57, o que diminuiu o tempo de resposta.</p> <p>Destaca-se ainda que, na pesquisa anterior, o engajamento — definido como objetivo principal — obteve nota média de 3,6 (escala Likert de 1 a 5). Na edição atual, a nota foi de 3,53, apresentando uma leve queda. Entretanto, houve alteração na composição das perguntas do tema “Engajamento”, o que modifica parcialmente a comparabilidade direta entre os dois resultados.</p>			<p>Não foram realizadas ações com foco exclusivo na melhoria do clima organizacional a partir da última pesquisa. Contudo, diversas iniciativas institucionais implementadas no período tiveram potencial de impactar positivamente o clima, mesmo que sem motivação direta.</p> <p>Há previsão de realização de algumas ações para a melhoria do clima, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • definir plano de ação específico com base nos resultados por macro unidade e tema prioritário, com metas e prazos definidos; • garantir comunicação transparente sobre as ações adotadas, os prazos e os responsáveis, reforçando o vínculo entre a pesquisa de clima organizacional e a gestão; • realizar pesquisas de <i>pulse</i> para medir a evolução do clima organizacional a cada semestre; • fortalecer a formação de lideranças em temas como comunicação, gestão de equipes e prevenção de assédio. <p>A perspectiva é de melhora do indicador, a partir da adoção de ações diretamente voltadas para o aprimoramento do clima organizacional, utilizando-se de forma estratégica os resultados detalhados da pesquisa 2025.</p>

IE 09A - Taxa de aperfeiçoamento dos processos eleitorais (OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral)

ANO 2025

	Resultado	Meta	Desempenho
	7,45	7,00	106,43%
CONTEXTO		AÇÕES E/OU PERSPECTIVAS	
<p>O TRE-RJ realiza, entre os servidores e magistrados, pesquisa de avaliação das Eleições sob a perspectiva de várias temáticas. A coleta e tratamento dos dados da pesquisa subsidiam a construção de propostas de melhorias viáveis para serem implementadas até o próximo pleito.</p> <p>Dos 16 temas da Avaliação das Eleições de 2024, 9 foram objeto de melhoria: Fechamento de Cadastro, Fiscalização de Propaganda, Geração de Mídias e Preparação de Urnas, Infraestrutura, Kit Zona, Locais de Votação, Requisição e cessão de Servidores, Transporte (Distribuição e recolhimento de materiais, mídias e urnas) e Mesários e demais auxiliares, inclusive Junta Eleitoral.</p> <p>Para a implementação de cada uma das melhorias priorizadas pela Administração, é criado um plano de ação, cuja execução é monitorada periodicamente.</p> <p>Desse modo, é possível avaliar a efetividade das ações de melhorias priorizadas pela administração.</p>		<p>Foram realizadas as seguintes ações no âmbito do indicador:</p> <ul style="list-style-type: none"> • compilação, tratamento e disponibilização dos resultados da Avaliação das Eleições 2024 em um painel de BI disponibilizado no Portal das Eleições; • indicação, pelas unidades responsáveis, de propostas de tratamento para cada uma das demandas advindas da Avaliação das Eleições 2024; • realização de reunião com a Comissão de Representantes das Zonas Eleitorais (CORZE), para apresentação dos resultados da Avaliação das Eleições 2024; • consolidação, pela Alta Administração, e aprovação, pelo Presidente do TRE-RJ, do Plano de Melhorias para as Eleições 2026. <p>As melhorias priorizadas pela Administração na Avaliação das Eleições de 2024 deverão ser implementadas até as eleições de 2026.</p> <p>A expectativa é que o desempenho do indicador atinja a meta prevista para as Eleições de 2026, estabelecida em 7,5, considerando o seu desempenho no pleito de 2024 (7,45), que consistiu em Eleições Municipais, as quais demandam um esforço maior por parte Zonas Eleitorais, principalmente no que concerne aos Processos de Fechamento de Cadastro, Registro de Candidaturas e Prestação de Contas de Campanha.</p>	

IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC (OE 12 - Promover a transformação digital)

ANO 2025

	Resultado	Meta	Desempenho
	97,41%	95,00%	102,54%

CONTEXTO

Em 2025 foi aplicada uma pesquisa de satisfação dos usuários de TIC.

O questionário é composto por 1 pergunta de avaliação geral, 17 perguntas de avaliação específica (que devem ser respondidas com notas de 1 a 10, sendo somente a primeira obrigatória) e espaço para registro de sugestões, críticas e/ou elogios.

Seguem abaixo os principais dados relativos à pesquisa:

Pesquisa satisfação dos usuários de TIC	
Período de realização	De 15/12 a 15/01/2026
Nº de participantes	116 participantes (servidores e terceirizados)
Taxa de satisfação	97,41%
Observações	<p>Alguns itens da pesquisa obtiveram notas médias similares às de 2024, mas alguns deles indicaram melhora dos indicadores de satisfação, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impressoras: 9,30 (2024: 9,13; 2023: 8,56); • Serviço de Manutenção e Troca de Equipamentos: 9,29 (2024: 9,21; 2023: 8,78); • Estação de Trabalho: 9,06 (2024: 9,03; 2023: 8,65).

AÇÕES E/OU PERSPECTIVAS

A taxa de satisfação dos usuários de TIC ficou em 97,41%, superior a de 2024, que foi de 92,86%.

Durante o exercício de 2025 foram realizadas diversas iniciativas importantes, destacando-se:

- disponibilização de duas ferramentas de Inteligência Artificial (*Gemini* e *NotebookLM*) para uso amplo dos servidores. Além disso, no mês de setembro foi formalizado um novo contrato com ampliação dos recursos das ferramentas para a versão PRO;
- disponibilização de novos portais na Intranet e de painéis de BI;
- contratação e disponibilização de Ferramenta de Escritório Microsoft Office para usuários que necessitavam de recursos mais avançados deste tipo de ferramenta;
- mudança dos servidores com instalação dos equipamentos de TI para o novo Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente;
- aumento da velocidade dos links dos cartórios eleitorais, com o novo contrato de conectividade licitado e formalizado em 2025;
- implantação de novo servidor de banco de dados, o que fez melhorar de forma significativa a performance de diversos sistemas, consultas, intranet e especialmente no sistema SEI, que frequentemente apresentava problemas de lentidão.

Para o exercício de 2026, diversos projetos estão planejados para impactar positivamente a percepção dos usuários sobre os serviços de TI, dentre eles:

- disponibilizar nova ferramenta de gerenciamento de serviços de TI, em substituição à ferramenta atual 4Biz, que tem problemas de performance, disponibilidade e usabilidade;
- instalar rede Wi-Fi para uso dos servidores no Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente;
- melhorar a conectividade dos cartórios eleitorais com a disponibilização de dois links de dados para cada cartório eleitoral, com o objetivo de diminuir significativamente o tempo de indisponibilidade de conexão de dados dos cartórios.

No próximo ano, o desafio será conciliar o atendimento das demandas que impactam na satisfação dos usuários com as atividades inerentes ao período eleitoral que demandam bastante das equipes de TI.

3.3.6 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

<p>Relatório de Análise da Estratégia (Sistema GERIR)</p>	<p>O que é? É um importante instrumento de gestão, que reúne os resultados e análises referentes aos objetivos e indicadores estratégicos que irão subsidiar as decisões da alta administração quanto ao rumo da instituição.</p> <p>Observação: O Relatório é extraído do sistema GERIR.</p> <p style="text-align: right;"><u>ACESSE AQUI</u></p>
<p>Reunião de Análise Crítica (RAC)</p>	<p>O que é? A RAC é um encontro dos gestores da unidade para monitorar e avaliar o desempenho da área na Estratégia, identificar os pontos críticos e acompanhar a execução do Plano de Ação anual dos indicadores estratégicos.</p> <p>Participantes: Gestores de cada unidade administrativa.</p> <p>Periodicidade: Trimestral.</p> <p>Objetivos: Disseminar a estratégia no âmbito das diversas unidades e níveis hierárquicos da instituição, além de promover a gestão participativa e o alinhamento das atividades com foco no desempenho organizacional.</p>
<p>Reunião de Análise da Estratégia (RAE)</p>	<p>O que é? A RAE é um encontro das lideranças da organização, que tem por objetivo monitorar e discutir o progresso da estratégia institucional, garantindo o acompanhamento sistemático e a gestão da estratégia de longo prazo, por meio da avaliação dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas definidos no Plano Estratégico.</p> <p>Participantes e periodicidade: Definidos no <u>Ato GP nº 69/2020</u>.</p> <p>Benefícios: A RAE favorece a análise sistêmica do desempenho institucional, oportuniza discussões sobre os cenários interno e externo e seu impacto sobre a estratégia, promove o alinhamento de entendimentos acerca da estratégia e orienta o processo decisório.</p> <p>Observação: Em 2025, foram realizadas duas RAEs, nos dias 12/03 e 02/06.</p> <p style="text-align: right;"><u>ACESSE AQUI</u></p>

Comitê de Gestão da Estratégia (CGE)

O CGE do TRE-RJ, instância interna de apoio à governança institucional, foi instituído pelo [Ato GP nº 391/2012](#) e é atualmente regulamentado pelo [Ato GP nº 69/2020](#), que dispõe sobre sua composição, atribuições e normas de funcionamento.

Principais competências do CGE: Avaliar e deliberar propostas de alterações em indicadores e metas estratégicos, priorizar objetivos estratégicos, analisar e acompanhar iniciativas estratégicas que compõem o Plano Diretor da Estratégia, bem como o alinhamento da proposta orçamentária à estratégia vigente.

[ACESSE AQUI](#)

Plano Diretor da Estratégia (PDE)

O que é? O PDE constitui-se em outro instrumento de apoio à estratégia. O documento define e prioriza os projetos a serem implementados para impulsionar o desempenho estratégico, contribuindo para o alinhamento dos planejamentos orçamentário e estratégico ao subsidiar a elaboração da proposta orçamentária do Tribunal.

Periodicidade: Bianual (revisão anual).

Observação: O Plano Diretor da Estratégia 2025-2027 contempla 12 projetos alinhados aos objetivos estratégicos do Plano Estratégico 2021-2026. Até o final de 2025, 2 projetos foram concluídos, 6 seguem em andamento e 3 estão em planejamento e 1 permanece em *backlog*.

[ACESSE AQUI](#)

Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ

No que tange ao nível operacional, a Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ, aprovada em 2015, incorporou indicadores de processos.

De acordo com a referida metodologia, periodicamente devem ser realizadas as reuniões de Monitoramento do Processo, com a participação das unidades executoras, para avaliação dos indicadores e eventuais desvios ocorridos, análise das ações já em implantação e de novas propostas de melhoria contínua.

Além disso, a metodologia orienta como desdobrar a estratégia para processos, como desenvolver projetos de melhoria de processos e como realizar o monitoramento de processos através da gestão do dia a dia.

Em 2025, o [Ato GP nº 68/2025](#) formalizou a atualização da governança de processos do Tribunal. O normativo republicou a [Cadeia de Valor](#) e aprovou a revisão da [Arquitetura de Processos](#). Esta atualização permitiu a identificação formal dos gestores de cada processo, fortalecendo a responsabilidade sobre os fluxos de trabalho e a melhoria contínua da gestão no Tribunal.

[ACESSE AQUI](#)

3.4 GESTÃO DE PROCESSOS

A fim de possibilitar o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal, foi instituída a [Metodologia de Gestão de Processos do TRE-RJ](#), que representa um orientador da gestão de processos de negócio.

A metodologia prevê três contextos de atuação que, em síntese, indicam: como desdobrar a estratégia para processos; como desenvolver projetos de melhoria de processos; e como realizar o monitoramento de processos através da gestão do dia a dia.



Infográfico 3.4.1: Etapas da gestão de processos

No contexto do primeiro bloco da Metodologia de Gestão de Processos – “**Desdobrar a estratégia para processos**” – o Tribunal concluiu, em 2025, a revisão de sua [Arquitetura de Processos](#). A atualização das nomenclaturas foi pautada na delimitação do escopo de atuação de cada processo, culminando na designação formal das respectivas unidades

gestoras. Essa medida fortalece a *accountability* institucional, ao vincular a responsabilidade pelo desempenho, conformidade e melhoria contínua dos processos por gestores especificamente identificados. Em observância à natureza dinâmica da gestão, já se encontra em elaboração uma nova versão deste instrumento para manter o alinhamento com as alterações normativas e operacionais.

A definição da **Matriz de Processos Críticos** permanece como etapa subsequente a este bloco, visando estabelecer critérios objetivos de priorização para futuras iniciativas de otimização, baseadas no impacto nos resultados institucionais.

Em relação ao segundo bloco – “**Desenvolver projetos de melhoria**” –, duas iniciativas prioritárias foram iniciadas e encontram-se em andamento no exercício de 2025: o projeto “**Comunicar a Estratégia**”, voltado à reformulação do Portal da Estratégia na intranet para ampliar a transparência interna, e o projeto de “**Aprimoramento da Arquitetura de Processos**”, que dá suporte às evoluções metodológicas mencionadas anteriormente.

No que se refere ao terceiro bloco – “**Realizar monitoramento de processos**” –, o Tribunal mantém o acompanhamento dos processos associados aos Objetivos Estratégicos vigentes, conforme detalhado no quadro a seguir.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROCESSOS ASSOCIADOS EM 2025	IMPACTO DO PROCESSO NO OE ASSOCIADO
OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a sociedade	Tratar Reclamação de Cliente Externo	Alto
OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral	Realizar Avaliação das Eleições	Alto
	Planejar Eleições	Alto
OE 05 - Combater ilícitos eleitorais	Fiscalizar Propaganda Eleitoral	Baixo
	Processar Prestação de Contas em Eleições Gerais	Alto
	Registrar Candidatos	Alto
OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional	Gerir contratações (<i>absorveu Realizar Aquisição de Materiais e Realizar Contratação de Serviços</i>)	Moderado
OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Monitorar a Execução Orçamentária e Financeira	Alto

Tabela 3.4.2: Objetivos Estratégicos e processos associados

3.5 RESULTADOS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRE-RJ EM 2025

A estrutura desta seção objetiva expor de forma sistêmica a avaliação dos resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades definidas pela gestão.

O Plano Estratégico do TRE-RJ para o período de 2021-2026 contempla **13** objetivos e **50** indicadores estratégicos.

O número total de indicadores estratégicos do PE 2021-2026 era inicialmente de 57. Desde o início da medição do Plano, o Comitê de Gestão da Estratégia (CGE) aprovou a exclusão de 7 indicadores. Dois em 2022: **IE 39** - Índice de satisfação com as ações de qualidade de vida no trabalho e **IE 45** - Taxa de implementação da gestão de ocupações críticas; quatro em 2023: **IE 22** - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal, **IE 25** - Taxa de alcance das notícias institucionais internas, **IE 31** - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna destinadas ao aprimoramento da gestão de controles internos e **IE 48** - Taxa de execução planejada do orçamento de iniciativas estratégicas; e um em 2025: **IE 10** - Taxa de aderência dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições.

Como é calculado o desempenho dos objetivos e indicadores estratégicos?

FÓRMULA DE CÁLCULO	
Objetivos Estratégicos	<p>Cada objetivo tem seu desempenho calculado pela média dos desempenhos (resultado ÷ meta) dos indicadores estratégicos que o compõem.</p> <p>Obs.: Para evitar distorções, os valores dos indicadores estratégicos acima de 100% são limitados a esse valor para fins de cálculo do desempenho do objetivo.</p>
Indicadores Estratégicos	<p>O Glossário de Indicadores de desempenho e metas da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro 2021-2026 é o documento que reúne as fichas técnicas com o detalhamento das informações sobre cada indicador estratégico, incluindo não só a fórmula de cálculo, como metas, unidades de medida, fonte de coleta de dados, temporalidade de medição, entre outros.</p>

Tabela 3.5.1: Fórmula de cálculo dos objetivos e indicadores estratégicos

Resultados Estratégicos

Os resultados referentes aos indicadores estratégicos são lançados pelas respectivas unidades responsáveis no sistema **GERIR**, ferramenta informatizada desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-RJ com a finalidade de aperfeiçoar o processo de cálculo e apresentação dos dados.

A **série histórica com os resultados de todos os indicadores** utilizados na mensuração do desempenho estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro pode ser acessada [no sítio eletrônico do TRE-RJ](#).

Início da medição do Plano Estratégico 2021-2026

As medições referentes ao ciclo estratégico vigente tiveram início a partir do exercício 2022, conforme estabelece o art. 6º, § 2º, da [Resolução TRE-RJ nº 1.184/2021](#), que aprovou o Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro para o período 2021-2026.

A seguir, após a análise geral do desempenho da Estratégia do TRE-RJ em 2025, será apresentada a análise individualizada de cada objetivo estratégico, o seu resultado e o de seus respectivos indicadores estratégicos, além das iniciativas estratégicas a eles diretamente relacionadas.

3.5.1 DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA 2021-2026 DO TRE-RJ

Evolução do Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro - IDJERJ

O desempenho estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é mensurado pelo **Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro (IDJERJ)**.

O **IDJERJ** é resultante da média dos desempenhos dos objetivos estratégicos. Cada objetivo tem seu desempenho calculado por meio de média ponderada dos desempenhos (resultado/meta) dos indicadores estratégicos que o compõem.

O IDJERJ é resultante da média dos desempenhos dos objetivos estratégicos. Cada objetivo tem seu desempenho calculado por meio de média ponderada dos desempenhos (resultado/meta) dos indicadores estratégicos que o compõem.

Em 2025, quarto ano de medição do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026, o IDJERJ alcançou **84,63%**. O desempenho geral da estratégia alcançou seu melhor índice, conforme se constata pelo gráfico da evolução de desempenho do IDJERJ abaixo:

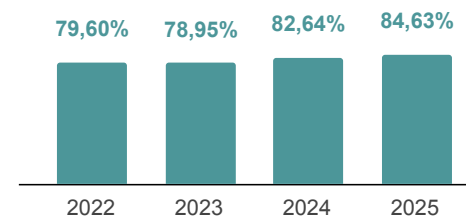


Gráfico 3.5.1.1: Evolução de desempenho do IDJERJ - Ciclo 2021-2026

Assim, o desempenho da estratégia alcançou o status ótimo, o que significa que o TRE-RJ conseguiu alcançar aproximadamente 85% das metas planejadas para o ano de 2025.

Desempenho dos Objetivos Estratégicos

O gráfico a seguir representa o desempenho dos 13 objetivos estratégicos em 2025 e o comparativo com 2024, 2023 e 2022:

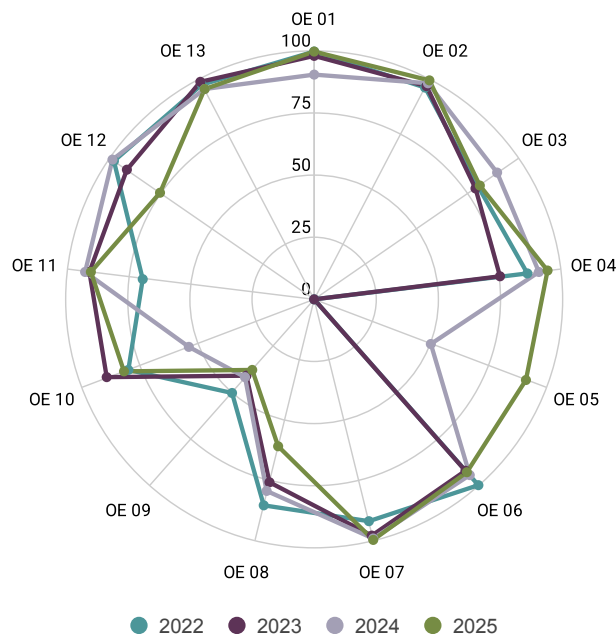


Gráfico 3.5.1.2: Evolução de desempenho dos Objetivos Estratégicos - Ciclo 2021-2026

Ao comparar a evolução dos objetivos estratégicos em relação ao ano anterior, observa-se que:

- dois objetivos destacaram-se-se negativamente: **OE 12** e **OE 08**, com variação negativa, respectivamente, de cerca de 23 e 18 pontos percentuais;
- dois objetivos destacaram-se positivamente, apresentando uma melhora expressiva: **OE 05** e **OE 10**, com aumento, respectivamente, de aproximadamente 41 e 28 pontos percentuais;
- Os demais objetivos (**OEs 01, 02, 04, 06, 07, 09, 11 e 13**) tiveram resultados semelhantes, com poucas variações (positivas ou negativas) de desempenho (menos de 10 pontos percentuais) em relação ao ano anterior.

Quanto aos objetivos que apresentaram redução significativa de desempenho, ressalta-se que a queda do **OE 12** ocorreu, sobretudo, devido ao desempenho do **IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital**, que registrou resultado zerado em 2025, pois a única ação prevista para o ano de 2025 não foi concluída.

Em relação ao **OE 08**, a piora do índice do objetivo ocorreu sobretudo devido aos resultados do **IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos** e do **IE 34 A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)**, que registraram desempenho na faixa do "Insatisfatório" em 2025.

Destaca-se que o início da medição do **IE 17 A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau** em 2025 permitiu que o objetivo estratégico **OE 05** saísse de um resultado de 50% em 2024 para 91,22% em 2025. No tópico específico referente ao **OE 05**, será abordada com mais detalhes a situação do objetivo.

Já o grande avanço observado no **OE 10** foi impulsionado pela realização da pesquisa de clima organizacional em 2025, o que permitiu a medição do **IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional** (que havia registrado resultado zerado em 2024).

Verifica-se que a média do desempenho dos 13 objetivos estratégicos cresceu nos últimos anos, com o início de medição de alguns indicadores estratégicos que estavam impactando negativamente no resultado geral da estratégia. Assim, a perspectiva é que o IDJERJ, no último ano de medição do Plano, 2026, mantenha-se no patamar classificado como "Ótimo" (acima de 80%).

Em 2025, o desempenho dos objetivos classificados por faixa de status foi o seguinte:

FAIXA DE STATUS	QUANTIDADE	OBJETIVO ESTRATÉGICO (OE)
Ótimo (acima de 80%)	10	OE 01 - Garantir dos direitos da cidadania OE 02 - Fortalecer a relação institucional com a sociedade OE 03 - Aprimorar a gestão do processo eleitoral OE 04 - Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional OE 05 - Combater os ilícitos eleitorais OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã OE 07 - Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional OE 10 - Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação OE 11 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura
Satisfatório (entre 50% e 80%)	2	OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional OE 12 - Promover a transformação digital
Insatisfatório (abaixo de 50%)	1	OE 09 - Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente

Tabela 3.5.1.1: Classificação do desempenho dos objetivos por faixa de status

Objetivos Estratégicos priorizados para 2025

Não houve priorização de objetivos estratégicos no ano de 2025.

OE 01: GARANTIR OS DIREITOS DA CIDADANIA

Descrição do objetivo

Trata-se de assegurar o exercício da soberania popular, garantindo-se a fruição dos direitos políticos às cidadãs e aos cidadãos e contribuindo para a construção da plena cidadania. Abrange o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, observando-se o direito de acesso à informação e as diretrizes de inclusão, acessibilidade, respeito à diversidade e sustentabilidade.

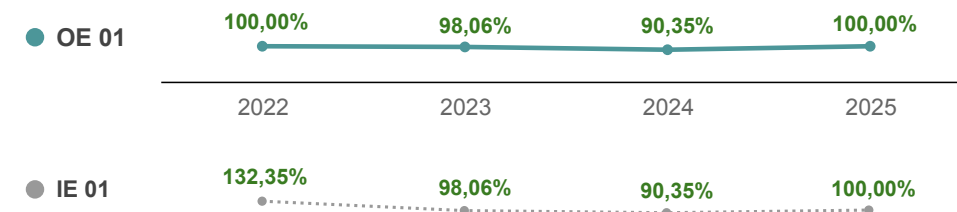
Unidade Gestora: Presidência (PR).

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 01

INDICADOR ESTRATÉGICO	GESTOR
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	CPLAN

Tabela 3.5.1.2: Indicador Estratégico vinculado ao OE 01

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.3: Desempenho do OE 01 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

1. Desenvolvimento de painéis de BI e dashboards das Metas Nacionais 1, 2 e 4, a fim de possibilitar o acompanhamento em tempo real do cumprimento da meta em cada unidade judiciária do tribunal, permitindo a análise gerencial e o monitoramento mais metuculoso dos processos pendentes;
2. Realização das seguintes capacitações: a) Curso Prático de Processamento Judicial e Operações no PJe 1º Grau; b) Gestão Cartorária com ênfase em Processos Judiciais, com foco em aspectos práticos da gestão processual e uso estratégico de dados;
3. Emissão de Alerta "Processos Paralisados há mais de 30 dias", com o objetivo de impulsionar a regularização do trâmite processual nas zonas eleitorais (total de 659 alertas emitidos, em todas as classes);
4. Emissão de alertas específicos para procedimentos da classe Inquérito Policial, Termo Circunstanciado e Representação Criminal/Notícia de Crime, com foco nos casos sem movimentação há mais de 30 dias ou expedidos à Polícia Federal há mais de 120 dias;
5. Implementação de plano de ação específico junto a 7 Juízos, com foco na redução do acervo de Prestações de Contas Eleitorais (PCEs) e no cumprimento do prazo estabelecido até 19/12/2025;
6. Conclusão do **Lab 26** na 93ª Zona Eleitoral de Barra do Piraí e na 149ª Zona Eleitoral de Guapimirim.
Obs.: O Lab 26 é um projeto inovador visando à melhoria da gestão cartorária, com atendimentos e orientações dedicados, visitas *in loco* e visitas do chefe de cartório à Sede para intercâmbio de experiências;
7. Disponibilização da plataforma Radar, onde estão reunidos diversos painéis de BI e sistemas que auxiliam o juízo eleitoral na autogestão cartorária, na página do TRE-RJ na internet para os magistrados. A ferramenta recebeu o Selo de Boas Práticas do TSE e foi premiada pelo 2º Prêmio Inovação do Poder Judiciário, demonstrando sua relevância na gestão processual de primeira instância;
8. Realização de encontros periódicos das áreas de planejamento estratégico (CPLAN) com as áreas judiciárias do 2º grau (Assessorias dos Gabinetes dos Desembargadores Eleitorais), para acompanhamento do desempenho das metas nacionais;
9. Retomada da terceira fase de implementação da ferramenta Judi-Bot, desenvolvida pelo TRE-RJ para automatizar, por meio de robô, tarefas executadas no sistema PJe, com novas automações que podem otimizar o processamento dos feitos eleitorais;
10. Disponibilização do curso "Escrita Jurídica com IA" aos servidores das assessorias jurídicas e aos magistrados, para capacitá-los a utilizar ferramentas de inteligência artificial na análise de processos e elaboração de peças processuais;
11. Disponibilização das ferramentas Google Gemini e Notebook LM, que poderão ajudar a otimizar o tempo dispendido com resumos de processos, redação de minutas de decisão, pesquisas jurisprudenciais e construção de argumentos jurídicos, aumentando a produtividade;

12. Ações desenvolvidas no âmbito do Projeto **Divulga PID** (Pontos de Inclusão Digital) relacionado à Meta Nacional 9, detalhadas no item 3.6.1 deste Relatório.

Desafios futuros

O OE 01 alcançou desempenho máximo (100%) no ano de 2025, o que reflete o excelente índice (100%) alcançado pelo **IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**, único indicador estratégico vinculado ao objetivo.

Em 2025, foram executadas diversas ações que impactaram positivamente o desempenho do Tribunal nas metas nacionais. A tendência é de manutenção do ótimo desempenho do **IE 01** para o ano de 2026, dada a implementação de diversas ações estruturantes nos últimos anos.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. Lançar o novo formato do **Prêmio de Eficiência das Zonas Eleitorais**. O Prêmio está em fase de revisão em diversos pontos, tais como: forma de categorizar as Zonas Eleitorais; novos requisitos a serem avaliados, nova forma de premiação, entre outros;
2. Implementar o projeto **Foco nas Ações Penais**, com a finalidade de auxiliar as zonas eleitorais na diminuição do acervo processual dessa classe processual;
3. Expandir o plano de ação junto às zonas eleitorais com processos de Prestação de Contas Eleitorais (PCEs) pendentes com o objetivo de diminuir ou zerar tal acervo processual;

4. Automatizar mais etapas do processamento judicial;

5. Incrementar o uso de Inteligência Artificial Generativa para dar suporte à análise de processos.

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em **2025**, foram executadas as seguintes iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 01**:

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Rio Digital, Biometria para Todos	2032 (em planejamento)	· Alcançar 97% de eleitorado biometrizado no Estado, por meio da revisão biométrica nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro que ainda não a realizaram.

Tabela 3.5.1.3: Iniciativas Estratégicas vinculadas ao OE 01

OE 02: FORTALECER A RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM A SOCIEDADE

Descrição do objetivo

Refere-se ao estreitamento da relação do TRE-RJ com a sociedade, garantindo a satisfação do cliente externo com os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. Abrange, ainda, o estímulo à participação da sociedade no processo de melhoria contínua da qualidade no atendimento, por intermédio de canais de comunicação disponíveis para manifestações e sugestões.

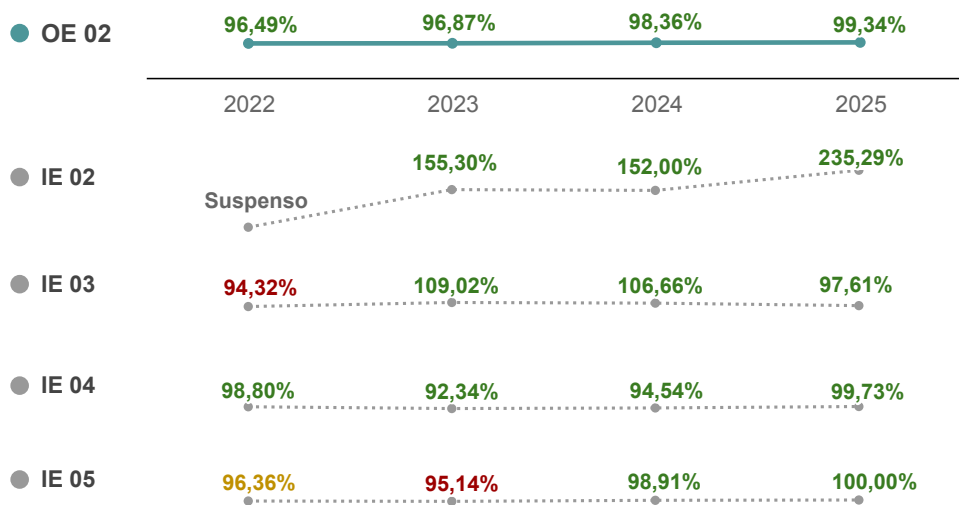
Unidade Gestora: Presidência (PR).

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 02

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	NOUVE
IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	NOUVE
IE 04 - Taxa de atendimento no prazo das demandas recebidas da Ouvidoria	NOUVE
IE 05 - Índice da Transparência	ASIPRE

Tabela 3.5.1.4: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 02

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.4: Desempenho do OE 02 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

1. Implantação do Sistema Nacional de Ouvidorias da JE, sistema SAC-JE e de base de atendimento padronizada;
2. Desenvolvimento de padrão de resposta ao demandante, tornando a resposta mais clara (utilização de linguagem simples) e visualmente mais agradável;
3. Revisão das páginas do Ouvidoria na internet com implementação de linguagem simples, além de uma página para público interno;
4. Implementação de painéis de atendimento da CAT e das demandas registradas no sistema da Ouvidoria;
5. Reestruturação do [Portal da Transparência e Prestação de Contas](#) do site do TRE-RJ para atender aos novos parâmetros estabelecidos pelo CNJ para a organização das informações prestadas ao público externo ([Portaria nº 406/2024](#));
6. Cumprimento do item 83 (Utilização de Língua Brasileira de Sinais em manifestações públicas) do Ranking da Transparência 2025.

Desafios futuros

O **OE 02** manteve um ótimo desempenho ao longo do ano, alcançando 99,34% em 2025. Todos os indicadores estratégicos vinculados ao objetivo alcançaram ótimos índices, com destaque para o **IE 05 - Índice da Transparência**, que alcançou pela primeira vez a pontuação máxima no Ranking Transparência do Poder Judiciário.

O desafio será manter 100% de atendimento no Ranking da Transparência 2026, cumprindo integralmente os 83 quesitos estabelecidos pela [Portaria CNJ nº 468/2025](#).

Quanto aos **IEs 02 - Índice de satisfação do cliente externo e 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação**, a expectativa é de que as melhorias nos sistemas de apoio e a reformulação metodológica visando aperfeiçoar a percepção de qualidade possam aprimorar ainda mais a capacidade de identificar gargalos e propor ações direcionadas.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. Dar continuidade às atividades de implantação de novas ferramentas tecnológicas de apoio à Ouvidoria (**IE 02**);
2. Implementar programa de capacitação contínua das equipes de atendimento (**IE 03**);
3. Manter monitoramento contínuo dos prazos por meio das ferramentas gerenciais disponíveis (**IE 04**);
4. Acompanhar novas demandas de LGPD, com possível orientação às unidades quanto à correta tratativa desses pedidos (**IE 04**);
5. Reforçar ações orientativas junto às unidades com histórico de maior incidência de atrasos, com foco na prevenção de recorrências (**IE 04**);
6. Aprimorar alertas automáticos e comunicação ativa (e-mails e telefonemas), garantindo resposta dentro dos prazos legais e regimentais (**IE 04**).

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em **2025**, foram executadas as seguintes iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 02**:

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
TRE em Excelência - Prêmio de Qualidade Eleitoral e Selo de Qualidade Eleitoral	2027	· Melhorias nos processos de trabalho do TRE-RJ, aprimorando os mecanismos de governança e gestão, e contribuindo para maior eficiência e produtividade na prestação jurisdicional.

Tabela 3.5.1.5: Iniciativas Estratégicas vinculadas ao OE 02

OE 03: APRIMORAR A GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Descrição do objetivo

Refere-se à implementação de melhorias contínuas nos processos internos relativos à gestão do cadastro eleitoral e à realização das eleições, através da otimização de rotinas, de mecanismos de planejamento e avaliação, da alocação adequada de recursos humanos, materiais e tecnológicos e da participação dos públicos interno e externo, para garantir agilidade e integridade e favorecer a confiabilidade em todas as etapas do processo eleitoral.

Unidade Gestora: Diretoria-Geral (DG).

Estratégias

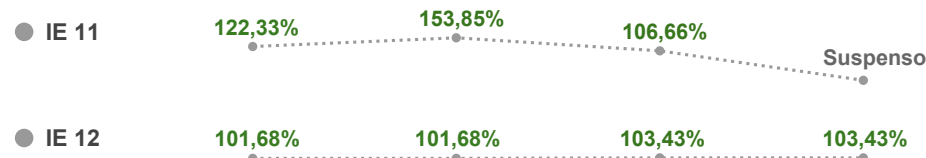
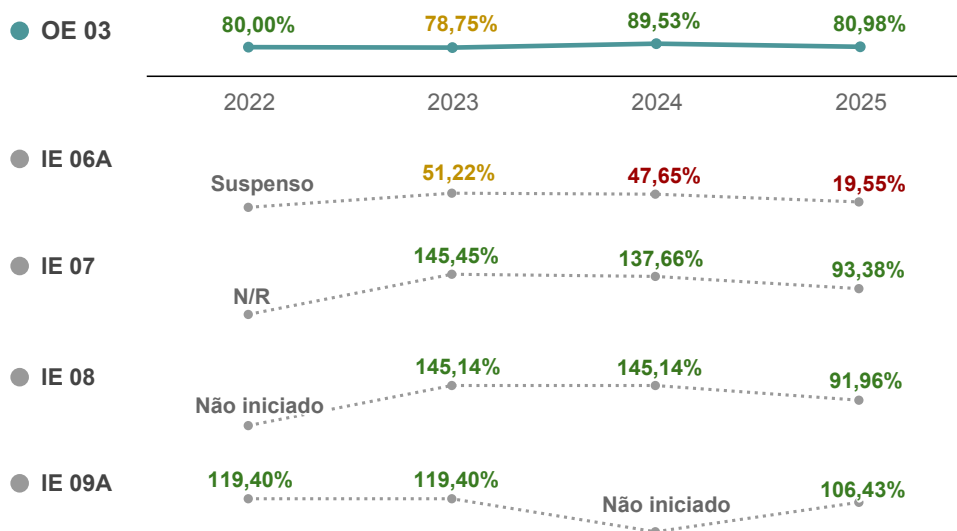
- Otimizar a gestão das eleições;
- Otimizar os processos de eleição;
- Otimizar as atividades cartorárias.

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 03

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital	CSORI
IE 07 - Taxa de Zonas Eleitorais com padrão mínimo de eficiência	SVPCRE
IE 08 - Taxa de mesários voluntários	ASVPCRE
IE 09A - Taxa de aperfeiçoamento dos processos eleitorais	SEAPLE
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE	SEAPLE
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	COSEL

Tabela 3.5.1.6: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 03

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.5: Desempenho do OE 03 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

- Gestão de desempenho e eficiência das Zonas Eleitorais:** as ações nº 2, 3, 4, 5, 6 e 7 listadas no OE 01 também estão relacionadas ao **IE 07**;
- Gestão de Convênios - Mesários Voluntários:** revisão, atualização e consolidação dos controles dos convênios e parcerias com instituições de ensino superior (**IE 08**);
- Compilação, tratamento e disponibilização dos resultados da Avaliação das Eleições 2024 em [painel BI](#) disponibilizado no Portal das Eleições (**IE 09A**);
- Elaboração do Plano de Melhorias para as Eleições 2026 visando ao tratamento de cada uma das demandas advindas da Avaliação das Eleições 2024 (**IE 09A**).

Desafios futuros

O **OE 03** alcançou desempenho de 80,98% em 2025, classificado como "Ótimo". Observa-se uma pequena queda de desempenho em relação a 2024, com uma variação negativa de 8,55 pontos percentuais, que se deve principalmente à queda de desempenho do **IE 06A - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital**.

A manutenção do **IE 06A** será objeto de avaliação, tendo em vista a atual diretriz de aumento da biometrização, a qual exige a presença física do eleitor nas unidades de atendimento, sendo divergente do propósito original do indicador, criada no contexto excepcional da pandemia de Covid-19 para priorizar o distanciamento social.

Assim, caso seja efetivada a exclusão do **IE 06A**, a tendência é de melhora no desempenho do **OE 03**, haja vista que os demais indicadores que o compõem apresentam excelentes resultados desde o início da medição do atual Plano Estratégico.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. As ações nºs 1 a 5 previstas no **OE 01** também estão relacionadas ao **IE 07**;
2. Expandir parcerias e convênios com universidades, a exemplo da UERJ e Universidade Estácio de Sá, para concessão de horas de atividades complementares e convênio com OAB/RJ para concessão de horas de estágio para estudantes de direito (**IE 08**);
3. Executar o plano de ação oriundo da Avaliação das Eleições com vistas à melhoria do treinamento dos multiplicadores de mesários (**IE 08**);
4. Executar os planos de ação para implementação das melhorias priorizadas pela Administração na Avaliação das Eleições de 2024, os quais deverão estar concluídos até as eleições de 2026 (**IE 09A**);
5. Buscar melhores práticas entre os Regionais para funcionamento do kit biométrico e da coleta de biometria (**IE 12**);

6. Melhorar de forma contínua o ambiente informatizado do cartório eleitoral, propiciando um sistema mais estável e eficiente (**IE 12**).

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em **2025**, foram executadas as seguintes iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 03**:

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Justiça Itinerante - Fase 1	Novembro/2025 (concluído)	· Publicação de normativo que permita instituir a Justiça Itinerante no TRE-RJ, para atender os eleitores em eventos externos, de forma itinerante, em cooperação com outros órgãos ou entes públicos ou isoladamente.
Otimização da Força de Trabalho nos Processos de Eleição	Dezembro/2025 (Concluído)	· Definição e execução de estratégia para prover CAEs e Zonas Eleitorais da força de trabalho necessária e adequada para o atendimento e o tratamento dos títulos eleitorais, seja presencial ou online.

Tabela 3.5.1.7: Iniciativas Estratégicas vinculadas ao OE 03

OE 04: GARANTIR AGILIDADE E EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Descrição do objetivo

Refere-se à realização da prestação jurisdicional de forma ágil, efetiva e transparente, por meio do estabelecimento de medidas e soluções tecnológicas que viabilizem a maior produtividade de magistrados e servidores, preservando-se a segurança jurídica

na tramitação e no julgamento dos processos, a fim de assegurar o caráter preventivo e sancionador da legislação eleitoral.

Unidade Gestora: Presidência (PR).

Estratégia

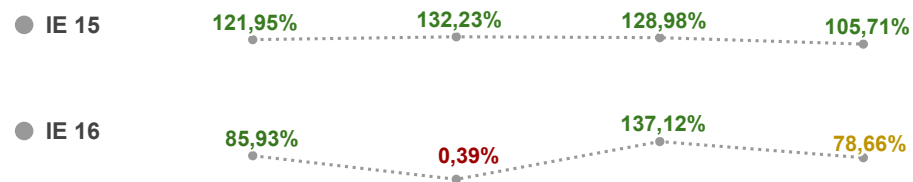
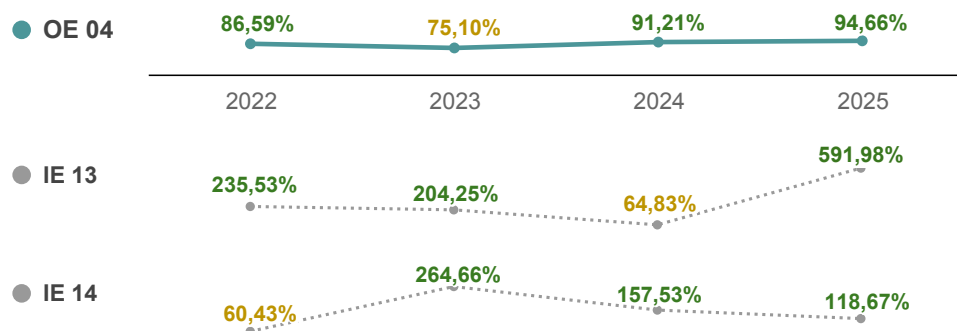
- Otimizar a prestação jurisdicional.

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 04

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda - 1º grau	SVPCRE
IE 14 - Taxa de atendimento à demanda - 2º grau	SJD
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 1º grau	SVPCRE
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	SJD

Tabela 3.5.1.8: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 04

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.6: Desempenho do OE 04 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

As ações nºs 1 a 11 listadas no **OE 01** também estão relacionadas ao **OE 04**.

Desafios futuros

Os **IEs 13 e 14** medem a relação entre o número de processos judiciais baixados e o número de novos casos, respectivamente, no 1º e 2º grau, contribuindo para evitar a formação de passivo processual. Os dois indicadores estratégicos tiveram desempenho acima da meta, com destaque para o **IE 13**.

Os **IEs 15 e 16** medem, respectivamente, no 1º e no 2º grau, o percentual de processos que permanecem em tramitação sem solução definitiva, excluídas as execuções fiscais, os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, monitorando os processos pendentes de solução.

Com a proximidade do início das preparações para as eleições gerais de 2026, os esforços das Zonas Eleitorais concentram-se nas atividades relacionadas às eleições, diminuindo a força-tarefa dirigida ao processamento dos feitos judiciais. Sendo assim, existe a possibilidade de ocorrer a diminuição da eficiência processual das Zonas Eleitorais.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

As ações nºs 1 a 5 previstas no **OE 01** também estão relacionadas ao **OE 04**.

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em 2025, não foram executadas iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 04**.

OE 05: COMBATER OS ILÍCITOS ELEITORAIS

Descrição do objetivo

Refere-se a contribuir para a integridade das eleições, fortalecendo os instrumentos de fiscalização do processo eleitoral e da arrecadação e aplicação dos recursos de campanha, possibilitando celeridade e efetividade na prevenção e repressão aos ilícitos eleitorais.

Unidade Gestora: Presidência (PR).

Estratégias

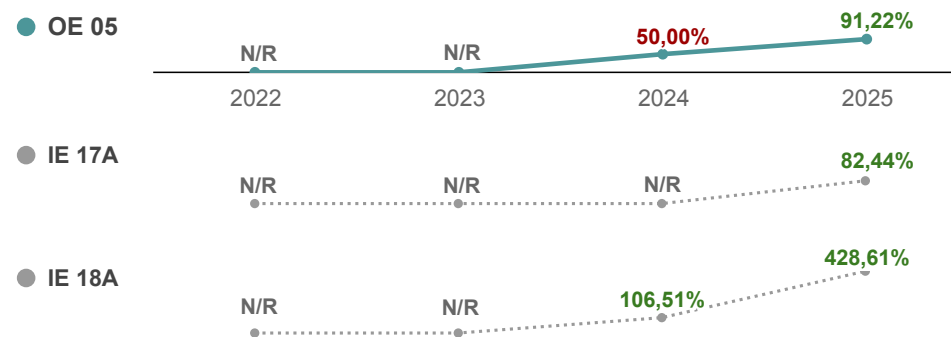
- Estruturar o sistema de prevenção e combate a ilícitos eleitorais;
- Fortalecer a fiscalização da propaganda eleitoral;
- Fortalecer a Inteligência Judiciária Eleitoral;
- Priorizar a apreciação dos processos de ilícitos eleitorais.

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 05

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 17A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau	SVPCRE
IE 18A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau	ASJUPR

Tabela 3.5.1.9: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 05

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.7: Desempenho do OE 05 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

1. Início da medição do **IE 17A - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau**;
2. As ações nºs 2, 3 e 7 listadas no **OE 01** também estão relacionadas ao **OE 05**;
3. **Cooperação Institucional:** proposta de acordo com o FOJURJ (Fórum Permanente do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro) para designação de oficiais de justiça avaliadores para

o cumprimento de mandados expedidos por determinação dos juízes eleitorais da capital e região metropolitana, bem como pelo próprio Tribunal, com vistas a maior celeridade no cumprimento de tais mandados e redução do tempo de tramitação dos feitos;

4. Análise da possibilidade de uso de amostragem nas análises dos gastos das prestações de contas anuais dos Diretórios Estaduais, nos termos do previsto no art. 36, § 12, da [Resolução TSE nº 23.604/2019](#), com vistas à redução do tempo de elaboração dos pareceres técnicos pelas unidades de contas;

5. Fixação de prazos em despachos de remessa ao Ministério Público e à Polícia Federal, findos os quais os autos serão novamente conclusos ao Relator, como medida de redução do tempo de tramitação dos procedimentos investigatórios criminais e ações penais eleitorais;

6. Criação de unidade de processamento própria, no âmbito da SJD, para cumprimento das decisões proferidas nos feitos em fase de cumprimento de sentença;

7. Alinhamento interno no sentido de que, nas hipóteses de condenação em obrigação de pagar, a decisão fará constar a advertência de que, decorrido o prazo para pagamento espontâneo, o título judicial poderá ser levado a protesto e à inscrição de cadastro de inadimplentes, como forma de estimular o adimplemento voluntário dos pagamentos e diminuir o tempo de tramitação dos respectivos feitos, dispensando as delongas próprias aos processos de cumprimento de sentença, que, usualmente, reclamam inúmeras diligências para identificação de bens do devedor para satisfação forçada da dívida.

Desafios futuros

Houve progresso na medição do objetivo estratégico em relação ao ano anterior, pois em 2024 apenas o **IE 18A** era medido, tendo sido iniciada a medição do **IE 17A** em 2025. Com a medição dos dois indicadores estratégicos vinculados ao OE 05, o objetivo conseguiu alcançar o ótimo desempenho de 91,22%.

No que se refere ao **IE 17A**, o acervo atual de Ações Penais no 1º grau é de aproximadamente 210 processos pendentes de baixa, havendo 10 Zonas Eleitorais com maior concentração de processos.

No caso do **IE 18A**, a nova tese do STF sobre prerrogativa de foro (HC 232.627/DF) deve aumentar o volume de ações penais eleitorais de competência originária do Tribunal, o que pode impactar no tempo de processamento e julgamento desses feitos. Além disso, a recente vedação à inclusão de processos que demandam quórum qualificado de votação no Plenário Virtual pode aumentar o tempo de tramitação das causas que reclamam a observância dessa formalidade, haja vista o limitado número de sessões presenciais que estão sendo realizadas no âmbito deste Regional.

Considerando 2026 ser ano de realização de eleições ordinárias e a probabilidade de que sejam convocadas eleições suplementares em alguns municípios do estado, há expectativa de aumento do volume de processos, o que pode impactar no desempenho dos indicadores.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. Projeto **Foco nas Ações Penais**: iniciativa para auxiliar Zonas Eleitorais na redução específica do acervo dessa classe processual. (ação de nº 2 listada no **OE 01**);
2. **Monitoramento Contínuo**: acompanhamento sistemático pelos assistentes de planejamento e assessores das unidades do trâmite dos processos que impactam o indicador;
3. **Priorização Criminal**: reforço junto aos gabinetes sobre a necessidade de priorizar processos criminais para mitigar o risco de prescrição;
4. **Gestão da Força de Trabalho**: remanejamento de recursos humanos entre assessorias de gabinetes para superar gargalos operacionais identificados.

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em 2025, não foram executadas iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 05**.

OE 06: PROMOVER A EDUCAÇÃO ELEITORAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Descrição do objetivo

Refere-se ao incentivo da reflexão crítica das cidadãs e dos cidadãos sobre o voto consciente e ao estímulo à sua participação como protagonistas do processo democrático, por meio de ações socioeducativas, da ampla disseminação de informações e da construção do diálogo sobre o processo e a memória eleitorais.

Unidade Gestora: Seção de Programas Institucionais (SPINS).

Estratégia

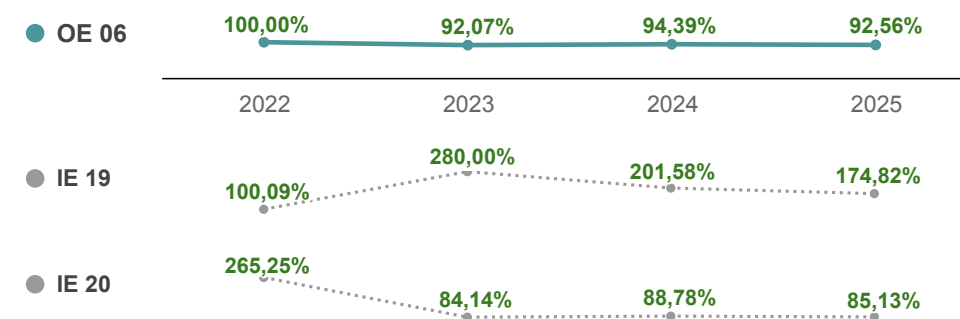
- Promover a educação eleitoral.

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 06

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	SPINS
IE 20 - Taxa de atendimento à demanda de ações socioeducativas	SPINS

Tabela 3.5.1.10: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 06

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.8: Desempenho do OE 06 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

Foram realizadas **277 ações socioeducativas**, alcançando **mais de 22 mil estudantes** matriculados na educação infantil e ensinos fundamental I e II e do ensino médio, no ano de 2025.

As ações são realizadas no âmbito de quatro programas desenvolvidos pela Escola Judiciária Eleitoral: **TRE Vai à Escola, Eleitor do Futuro, #PartiuVotar e Visitas ao TRE.**

Dentre as ações realizadas no ano, destaca-se que o projeto **#PartiuVotar** transformou-se em programa Institucional e que foram convocados magistrados para participarem do programa **TRE vai à Escola.**

Mais detalhes sobre as ações socioeducativas podem ser consultados no tópico 4.3 deste Relatório de Gestão (Promoção da educação eleitoral e da cidadania) e [na página da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ.](#)

Desafios futuros

No comparativo com o ano de 2024, constata-se que houve um aumento expressivo do número de ações socioeducativas (em 2024 foram 167 ações) e do número de estudantes alcançados pelas ações realizadas no ano (em 2024 foram 13 mil estudantes). Para o ano de 2026, a tendência é que haja redução do número de estudantes alcançados por ações socioeducativas, tendo em vista o direcionamento de esforços do Tribunal como um todo para as Eleições de 2026. Ressalta-se que no próximo ano as convocações para o **TRE Vai à Escola** passarão de 2 para 1 por Zona Eleitoral e as ações do **#PartiuVotar**, de 3 para 1.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. Melhorar o planejamento das ações presenciais, de modo a serem diluídas mais proporcionalmente ao longo dos meses;
2. Realizar maior divulgação do projeto **Visitas ao TRE**;

3. Divulgar o programa **TRE Vai à Escola** para os magistrados, com palestra de sensibilização;

4. Criar um novo projeto socioeducativo denominado **Julgamento em Curso**;

5. Elaborar novos materiais paradidáticos.

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em 2025, não foram executadas iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 06.**

OE 07: APRIMORAR A GESTÃO DA COMUNICAÇÃO E DO RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Descrição do objetivo

Refere-se à promoção da interlocução entre o público externo e o TRE-RJ e à atuação transparente na disseminação do conhecimento eleitoral e no acesso a informações sobre a instituição e suas ações, a fim de promover uma maior participação da população nas questões de interesse público e a melhoria contínua dos serviços ofertados à sociedade. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica e a adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento da relação do TRE-RJ com a sociedade.

Unidade Gestora: Coordenadoria de Comunicação Social (COSOC).

Estratégias

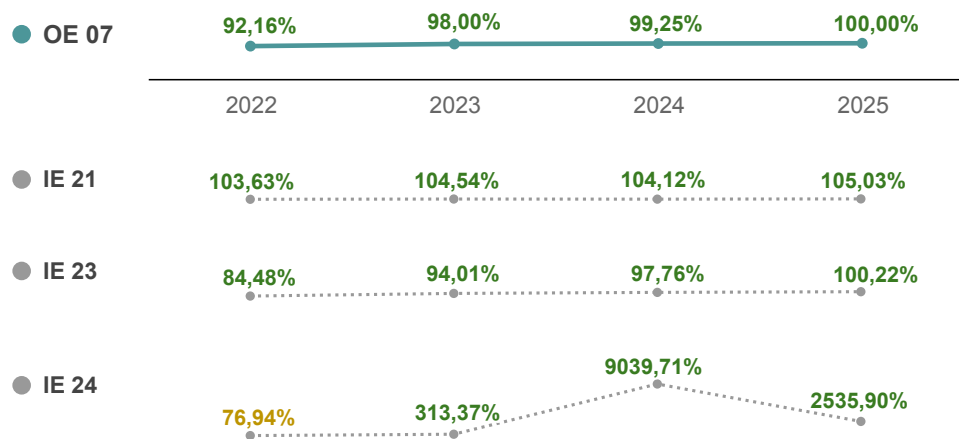
- Aprimorar a disponibilização de informações sobre os serviços prestados pelo Tribunal;
- Aprimorar o atendimento à cidadã e ao cidadão;
- Otimizar a articulação institucional.

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 07

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	SECJOR
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	SECJOR
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	SECAMP

Tabela 3.5.1.11: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 07

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.9: Desempenho do OE 07 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

1. Publicação de 245 notas no site institucional em 2025;
2. No total, 2.024 matérias sobre o TRE-RJ foram publicadas na imprensa em 2025, fruto de *releases* enviados e relacionamento estabelecido com os veículos de comunicação, o que contribui para a disseminação do conhecimento eleitoral e para o acesso a informações sobre a instituição e suas ações;
3. Adoção de estratégia para as redes sociais do TRE-RJ, com postagens diárias com linguagem jovem e divertida e uso de memes e tendências (“trends”).
4. Impulsionamento de posts para as ações da Justiça Eleitoral Itinerante em cidades no interior do estado, com postagens direcionadas exclusivamente para aquelas populações;
5. Realização de *collabs* (parcerias), como a feita com o Fluminense por ocasião do uso da urna eletrônica nas eleições do clube.

Destaca-se que as mídias sociais do TRE-RJ alcançaram aproximadamente 10 milhões e 200 mil pessoas no ano de 2025.

Pelo segundo ano consecutivo o TRE-RJ conquistou o terceiro lugar no ranking de envolvimento nas redes sociais entre as instituições do Poder Judiciário. Ao longo dos 12 meses de 2025, o Tribunal ficou atrás apenas do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de acordo com [levantamento da plataforma SocialMediaGov](#).

Desafios futuros

Com índice de 100%, o objetivo alcançou o melhor desempenho desde o início da medição do atual Plano Estratégico. Todos os indicadores estratégicos vinculados ao **OE 07** tiveram desempenho acima de 100%, com destaque para o excepcional resultado do **IE 24** (2.535,90%).

A tendência é que o desempenho da **Taxa de inserções positivas na imprensa (IE 21)** continue ótimo, como vem ocorrendo historicamente.

Com a chegada do fechamento do cadastro eleitoral, haverá um aumento do volume das demandas jornalísticas, o que representa um grande desafio para a manutenção de bons índices da **Taxa de resposta à imprensa no prazo (IE 23)**.

No **índice das Redes Sociais (IE 24)** a tendência é de aumento considerável devido ao crescimento do interesse do público durante o período eleitoral.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. Manter a estratégia de pesquisa de *trends* e de uso da urna eletrônica como personagem nas redes sociais;
2. Buscar parcerias para realização de *collabs* no Instagram;
3. Identificar posts/temas que obtiveram bom alcance junto ao público, de modo a nortear a elaboração/publicação de posts no futuro.

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em 2025, não foram executadas iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 07**.

OE 08: APRIMORAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Descrição do objetivo

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle, bem como à adoção de boas práticas de governança institucional. Abrange a eficiência operacional interna, o fomento à cultura de gestão de dados e de inovação, a simplificação de processos internos e a adoção das melhores práticas de gestão de projetos e a otimização de processos de trabalho.

Unidade Gestora: Presidência (PR).

Estratégias

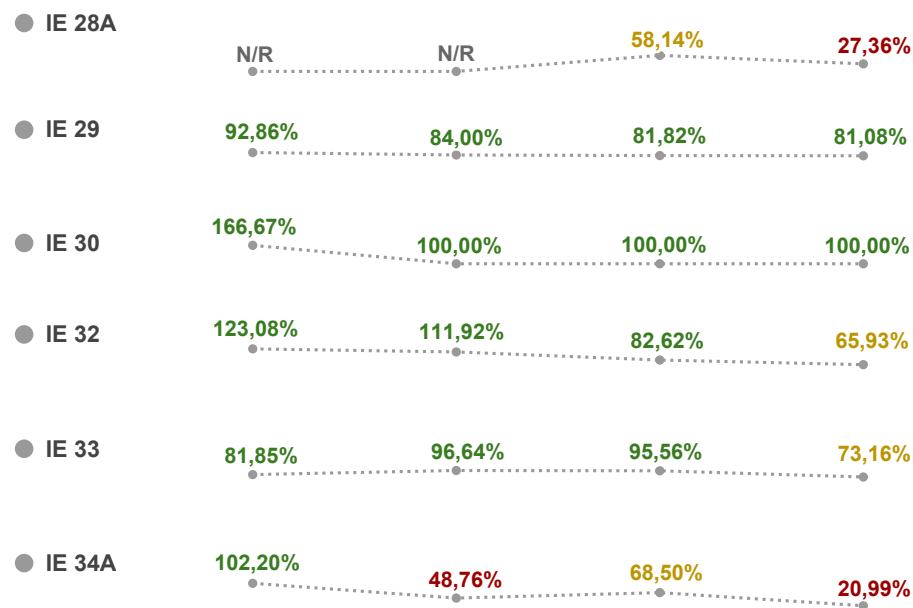
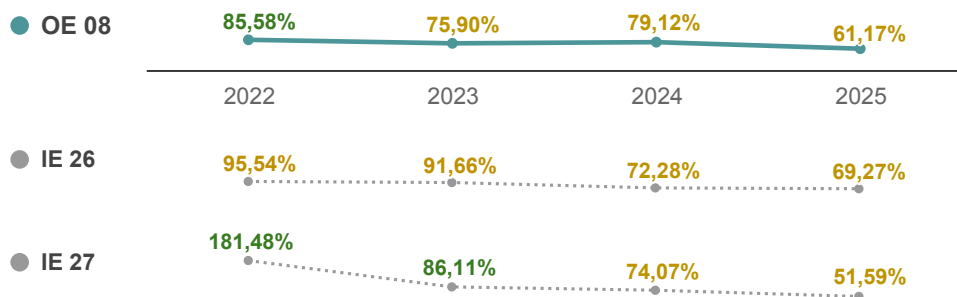
- Aprimorar a governança institucional;
- Aperfeiçoar a gestão da estratégia;
- Promover a gestão de riscos;
- Aperfeiçoar os controles;
- Desenvolver cultura de gestão;
- Aprimorar a gestão da sustentabilidade;
- Estruturar a gestão da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência;
- Implantar a gestão da inovação;
- Implementar melhorias nas contratações.

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 08

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional	CPLAN
IE 27 - Taxa de maturidade da execução da estratégia	CPLAN
IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos	ASGERI
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	ASGERI
IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade	GABSAU
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna	GABSAU
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	SAD
IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	SAD

Tabela 3.5.1.12: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 08

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.10: Desempenho do OE 08 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

1. Prosseguimento das ações voltadas ao desenvolvimento das competências dos membros da alta administração; à gestão de riscos; ao monitoramento da execução da estratégia; à publicação de dados e prestação de contas à sociedade; à disponibilidade de canais de denúncia; e ao acompanhamento dos resultados de auditoria interna (**IE 26**);
2. Realização de pesquisa do diagnóstico estratégico, com o intuito de coletar opiniões de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) sobre a estratégia do Tribunal para subsidiar a elaboração do Plano Estratégico 2027-2032 (**IE 27**);
3. Conclusão da autoavaliação periódica de qualidade baseada no modelo internacional *Internal Audit Capability Model (IA-CM)*

for the Public Sector (IE 30), cujos resultados reforçam o alto grau de maturidade da auditoria interna do TRE-RJ.

4. Publicação do informativo mensal "SAU Informa", com o objetivo de reforçar a importância do cumprimento das recomendações e disseminar boas práticas (IE 32);
5. Aprovação do Plano de Melhoria da Gestão de Riscos do TRE-RJ 2025-2026 (IE 29);
6. Auditoria de avaliação da maturidade de gestão de riscos do TRE-RJ (IE 29);
7. Capacitação de gestores e servidores em gestão de riscos das contratações (IE 33);
8. Revisão em curso do Manual de Planejamento de Contratações e Seleção de Fornecedor (IE 33);
9. Intensificação das ações de conscientização (como a publicação de banners na intranet, contatos telefônicos e por e-mail com as unidades demandantes), visando o correto preenchimento da planilha do Plano de Contratações Anual (IE 34A);
10. Elaboração de um plano de ação focado na redução dos atrasos na fase de planejamento das contratações. O plano de ação foi aprovado pelo CGovCON (Comitê de Governança das Contratações) em dezembro de 2025 (IE 34A);
11. Instituição de Grupo de Trabalho (GT- PLANCONSEL) para desenvolver um Manual de Planejamento de Contratação e de Seleção de Fornecedores (IE 34A).

Desafios futuros

O OE 08 alcançou um desempenho de 61,17%, que, apesar da queda de desempenho em 17,95 pontos percentuais em relação a 2024 (79,12%), manteve o status na faixa do "Satisfatório".

A piora do índice do objetivo ocorreu sobretudo devido aos resultados do IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos e do IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA), que registraram desempenho na faixa do "Insatisfatório" em 2025.

Quanto ao IE 28A - Taxa de processos com riscos geridos, os maiores desafios para a ampliação do número de processos alcançados em 2026 encontram-se nos recursos disponíveis, uma vez que os esforços institucionais estarão direcionados para a realização das eleições, o que provavelmente impactará na mobilização de gestores e servidores para a execução das atividades voltadas à implantação da gestão de riscos.

Há, porém, a expectativa de que seja adquirida ferramenta informatizada, o que poderá beneficiar a médio prazo o avanço da gestão de riscos, facilitando uma visão integrada dos riscos organizacionais.

Quanto ao IE 34A - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA), a expectativa é de melhora do indicador, tendo em vista as ações de intensificação das ações de conscientização visando ao correto preenchimento da planilha do PCA e ao cumprimento dos prazos de contratação.

Desse modo, os principais desafios relacionados ao objetivo continuam sendo aumentar a maturidade da execução da estratégia, aprimorar a governança institucional, a gestão de riscos e a aderência ao Plano de Contratações Anual.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. Elaborar plano institucional voltado para o aprimoramento da governança, utilizando-se, como base, os critérios adotados pelo Tribunal de Contas da União (IE 26);
2. Definir os processos críticos de negócio (IE 27);
3. Definir os critérios para priorização dos projetos que irão compor o portfólio estratégico (IE 27);
4. Realizar o projeto-piloto do desdobramento da estratégia (IE 27);
5. Reestruturar o Modelo de Governança da Gestão Estratégica (IE 27);
6. Implantar a gestão de riscos de segurança da informação, a gestão de riscos dos processos de eleição e a gestão de riscos de assédio e discriminação (IE 28A);
7. Implantar sistema de gestão de riscos (IE 28A);
8. Manter a pauta fixa de reporte dos riscos de TI e de contratações nas reuniões dos Comitês de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação e de Governança de Contratações, respectivamente (IE 29);
9. Evoluir para o Nível 3 do modelo IA-CM (IE 30), de qualidade de auditoria interna;
10. Para melhorar a taxa de implementação das recomendações da auditoria interna (IE 32) estão previstas as seguintes ações: a) realizar um diagnóstico específico sobre as recomendações não implementadas para distinguir entre dificuldades operacionais e barreiras estruturais; b) promover reuniões de alinhamento para auxiliar as unidades no “destravamento” de etapas críticas das

recomendações mais complexas; c) auxiliar a gestão a focar nos itens de maior risco, garantindo que o esforço institucional seja alocado onde trará maior ganho de governança;

11. Realizar ações de conscientização sobre o Plano de Contratações Anual para aderir aos prazos inicialmente planejados e para o correto preenchimento da planilha de monitoramento, através de contatos contínuos com as unidades demandantes, além de publicação de banners na intranet, visando especificamente às unidades gestoras de recursos (IE 34A);
12. Treinar servidores em funções-chave no macroprocesso de contratações (IE 34A).

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em 2025, foram executadas as seguintes iniciativas estratégicas relacionadas ao OE 08:

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
ELEVA Governança e Gestão de Pessoas - Fase 1	Janeiro/2025 (encerrado)	· Definição, junto à área de Gestão de Pessoas e a atual Administração, de uma diretriz institucional e um planejamento macro e execução das demandas que atendam aos diversos normativos, como Resoluções do CNJ, Plano Estratégico do TRE-RJ e o Levantamento de Responsabilidade Social e Governança do TCU (IESGo).
Gestão e Governança das Contratações (Resolução CNJ nº 347/2020)	Dezembro/2026 (em andamento, 88,5% executado)	· Cumprimento das determinações da Resolução CNJ nº 347/2020, melhorando a governança e a gestão das contratações.

Tabela 3.5.1.13: Iniciativas Estratégicas vinculadas ao OE 08

OE 09: PROMOVER A GESTÃO DE INFORMAÇÕES DE FORMA PADRONIZADA, SEGURA E TRANSPARENTE

Descrição do objetivo

Refere-se à adequada gestão da informação, documental e da memória institucional e eleitoral, abrangendo ações relacionadas, inclusive, à gestão da jurisprudência e da legislação, garantindo a transparência e o acesso fácil a informações e a bens culturais eleitorais de interesse do público interno e externo, de forma segura e com observância aos requisitos de proteção de dados, especialmente os pessoais.

Unidade Gestora: Secretaria de Administração (SAD).

Estratégias

- Aprimorar a gestão da legislação e da jurisprudência;
- Aprimorar a gestão de documentos e informações;
- Aprimorar a gestão do acesso aos recursos de TI;
- Fortalecer a segurança da informação;
- Promover a gestão da memória eleitoral e institucional;
- Promover a transparência das informações.

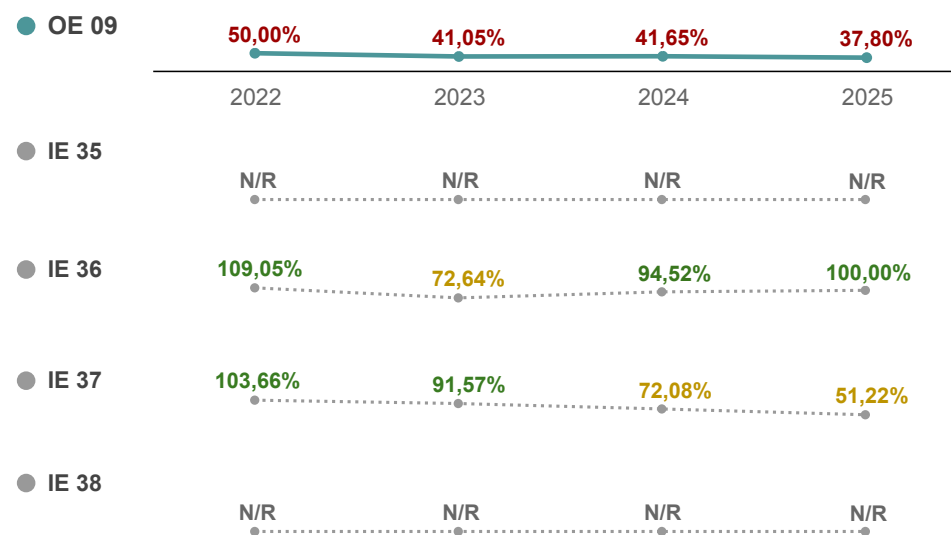
Indicadores Estratégicos que compõem o OE 09

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD	SECGIM
IE 36 - Taxa de assentamento funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	SEPREX

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	SEGDOC
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de riscos da segurança da informação	ASINFO

Tabela 3.5.1.14: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 09

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.11: Desempenho do OE 09 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

1. Conclusão da parametrização dos metadados da LGPD no ambiente de homologação dos sistema para realização de testes e projeto-piloto (**IE 35**);

2. Aquisição de novos aparelhos de escâner, com mais inovações tecnológicas, para substituição dos equipamentos atuais, que já apresentam sinais de grande desgaste (IE 36);
3. Conclusão da digitalização dos assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos (IE 36);
4. Manutenção das rotinas de gestão do sistema SEI, inclusive com a administração das bases de conhecimento dos tipos processuais administrativos (IE 37).

Desafios futuros

Desde o início de medição do atual Plano Estratégico, o **IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD** e o **IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação** não foram medidos, o que impacta negativamente o desempenho do objetivo, que é formado por apenas quatro indicadores. Os outros dois indicadores estratégicos do objetivo, **IEs 36 e 37**, apresentaram desempenho "Ótimo" e "Satisfatório", respectivamente.

Assim, o principal desafio de 2026 é realizar as ações necessárias para viabilizar a medição dos IEs 35 e 38.

No que se refere ao **IE 35**, a estimativa é que a realização do Inventário de Dados Pessoais seja concluída em 2026. Já no caso do **IE 38**, a medição do indicador depende da definição, pela alta gestão, dos serviços considerados críticos para o negócio, seguido da análise, pela STI, de quais ativos de TI suportam esses serviços.

No caso do **IE 36**, em 2025 foi concluída a digitalização de todos os assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos. Dessa forma, o indicador alcançou o seu máximo desempenho.

Quanto à análise do uso da Base de Conhecimento no sistema SEI! (**IE 37**), a unidade responsável solicitou a exclusão do indicador tendo em vista o encerramento da tarefa que era objeto de medição do indicador. A proposta deverá ser analisada pelo CGE em 2026.

Diante do exposto, a tendência é de expressiva melhora do desempenho do **OE 09** para o ano de 2025, tendo em vista, sobretudo, a expectativa de início da medição do **IE 35**.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. Realizar Inventário de Dados Pessoais - InvDP, incluindo uma fase inicial de capacitações (**IE 35**);
2. Definir os processos críticos do órgão, seguido da análise, pela STI, de quais ativos de TI suportam esses serviços, pré-requisitos para que o **IE 38** comece a ser medido.

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em 2025, foram executadas as seguintes iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 09**:

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI! Fase 3	Dezembro/2027 (em andamento, 35% executado)	· Implantação da versão 4 do SEI.
Implementação da Lei nº 13.709/2018 - LGPD	Dezembro/2026 (em andamento, 61% executado)	· Implantação e adaptação dos processos de trabalho, ferramentas, sistemas e documentos às regras da LGPD.

Tabela 3.5.1.15: Iniciativas Estratégicas vinculadas ao OE 09

OE 10: APRIMORAR A GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DA TRANSFORMAÇÃO

Descrição do objetivo

Refere-se ao desenvolvimento do potencial humano do TRE-RJ, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos, consolidando o papel central das pessoas no contexto das constantes transformações impulsionadas pela evolução tecnológica e pelas inovações dos processos e métodos de trabalho. Contempla ações relacionadas à valorização dos(as) servidores(as), à promoção da saúde, à qualidade de vida no trabalho, à capacitação de servidores(as), ao desenvolvimento de competências e à adequação da distribuição da força de trabalho.

Unidade Gestora: Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

Estratégias

- Aprimorar o Plano Anual de Capacitação (PAC);
- Aprimorar os serviços de pessoal;
- Capacitar as pessoas;
- Gerir a força de trabalho do TRE-RJ;
- Implantar a gestão do conhecimento;
- Implementar a gestão por competências;
- Promover a qualidade de vida dos servidores do TRE-RJ.

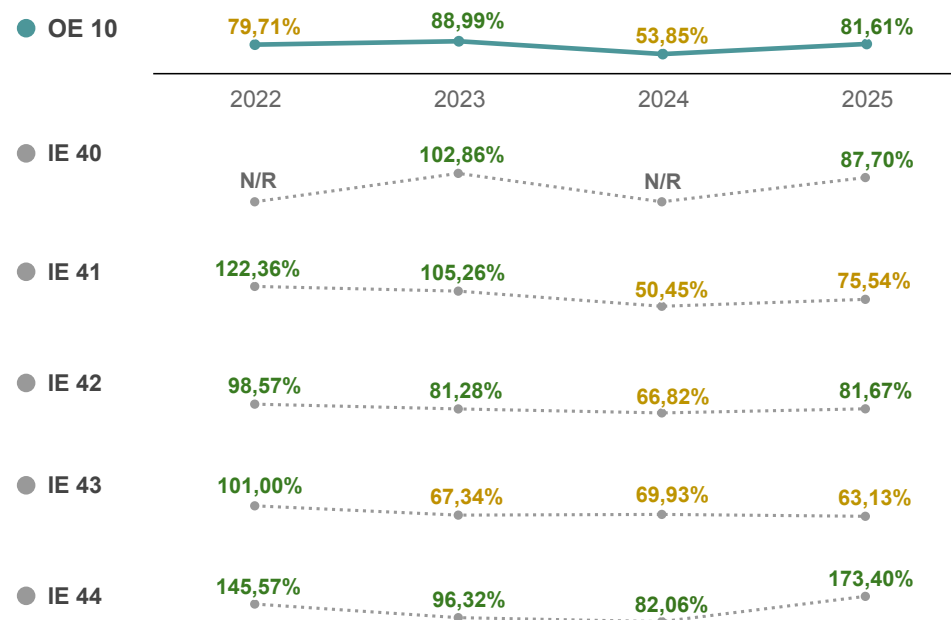
Indicadores Estratégicos que compõem o OE 10

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional	COGEST

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	NATSS
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC	CDESC
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	CDESC
IE 44 - Taxa de servidores capacitados	CDESC

Tabela 3.5.1.16: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 10

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.12: Desempenho do OE 10 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

1. Realização de eventos sobre mulheres, equidade racial e consciência negra, promovendo diversidade e representatividade (IE 40);
2. Criação da Rede Interna de Atenção à Mulher (IE 40);
3. Promoção de campanhas solidárias e eventos internos, fortalecendo laços comunitários (IE 40);
4. Mudança para nova sede e aquisição de novo prédio (IE 40);
5. Realização de semana temática sobre prevenção do assédio e da discriminação (IE 40);
6. Formação de lideranças em Mediação Organizacional (IE 40);
7. Realização de 49 Cursos previstos para 2025, conforme Plano Anual de Capacitação (IE 42);
8. Criação da Seção de Gestão por Competências, a fim de dar maior celeridade no levantamento das competências, principalmente com o uso de IA (IE 43);
9. Realização do mapeamento, elaboração de novo cronograma e encaminhamento das competências específicas da área de contratações (Governança de Contratações) (IE 43);
10. Condução de entrevistas e análises de perfis de competências de servidores redistribuídos, visando a otimização da força de trabalho (IE 43);
11. Início das tratativas para a construção do **Portal de Competências** e desenvolvimento do **assistente GEM** para

compartilhamento com os gestores, alinhado à estratégia de usar IA para dar celeridade ao levantamento de competências (IE 43);

12. Capacitação de **1.403 servidores** com a disponibilização de diversos cursos na modalidade EaD, visando ampliar o alcance para além da capital e integrar servidores das zonas eleitorais remotas, além de intensa atividade da nova Seção de Contratos para viabilizar tanto o cronograma do PAC (Plano Anual de Capacitação) quanto às demandas extra-plano (IE 44).

Desafios futuros

Com índice de **81,61%**, o **OE 10** atingiu desempenho na faixa de status classificada como "Ótimo" (acima de 80%). Esse resultado representa uma evolução significativa em relação a 2024, impulsionada pela realização da pesquisa de clima organizacional em 2025, o que permitiu a medição do **IE 40** (que havia registrado resultado zerado em 2024), somada ao crescimento no desempenho dos indicadores **IE 41, 42 e 44**.

Foi aprovada na 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2025 a alteração da periodicidade do **IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional** de anual para bianual, com previsão de medição no primeiro semestre dos anos ímpares. Considerou-se que a realização da pesquisa após eventos marcantes, tais como o fechamento do cadastro eleitoral e o pleito eleitoral, gera riscos como o de obter respostas emocionalmente carregadas, baixa participação, percepções negativas exacerbadas, dentre outros, o que pode gerar erros estatísticos associados a viés de recência, viés de resposta e viés de estado emocional.

Quanto ao **IE 40**, os principais desafios serão transformar os resultados da pesquisa de clima organizacional em ações concretas e perceptíveis para os servidores, além de manter

a participação ativa da alta liderança como patrocinadora das ações de melhoria e garantir acompanhamento e mensuração do impacto das iniciativas implementadas.

No que se refere ao **IE 42**, o principal desafio é a possibilidade de alta demanda por capacitações não previstas inicialmente, o que pode sobrecarregar a força de trabalho e o orçamento remanescente.

No caso do **IE 44**, o principal desafio é a regularidade documental de fornecedores externos. Irregularidades burocráticas em instituições causam cancelamentos e atrasos, o que impacta diretamente o potencial de servidores capacitados. Entraves burocráticos externos persistem como o principal gargalo para a execução plena das ações planejadas.

Em que pese todos os desafios, os aprendizados de 2025 construíram uma base sólida de governança, dados e consciência institucional que podem ser convertidos em avanços consistentes.

Diante desse cenário, além da expectativa de melhoria no IE 43 impulsionada pela IA, pois a construção do assistente GEM e do Portal de Competências tende a automatizar e escalar o levantamento para todas as unidades, a tendência é de manutenção do desempenho do objetivo na faixa de status "Ótima".

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. Garantir comunicação transparente sobre as ações adotadas, os prazos e os responsáveis, reforçando o vínculo entre pesquisa de clima organizacional e a gestão (**IE 40**);

2. Realizar pesquisas de *pulse* para medir a evolução do clima organizacional a cada semestre (**IE 40**);

3. Fortalecer a formação de lideranças em temas como comunicação, gestão de equipes e prevenção de assédio (**IE 40**);

4. Intensificar o acompanhamento do PAC com um painel mensal que compare automaticamente cursos realizados contra previstos, permitindo ações corretivas em tempo real (**IE 42**);

5. Realizar a pré-qualificação de fornecedores, orientando as unidades demandantes a realizarem uma sondagem preliminar da regularidade fiscal e jurídica das instituições antes da abertura oficial do processo de contratação da capacitação, evitando o esforço administrativo em contratações inviáveis (**IE 42**);

6. Realizar a repactuação de cursos cancelados, para garantir a inclusão das demandas canceladas por motivos externos no cronograma do PAC 2026 e assegurar o atendimento à necessidade da área (**IE 42**);

7. Fortalecer a seção de contratos e continuar o mapeamento de gargalos para reduzir o tempo de tramitação interna, compensando possíveis atrasos causados pelos fornecedores (**IE 42**);

8. Consolidar o Portal e Assistente GEM: finalizar a implementação dessas ferramentas para que os gestores tenham autonomia na escolha e ajuste das competências de suas unidades, além de treinar a equipe na solução para garantir a acurácia das análises funcionais (**IE 43**).

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em **2025**, foram executadas as seguintes iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 10**:

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
ELEVA Governança e Gestão de Pessoas - Fase 1	Janeiro/2025 (encerrado)	· Definição, junto à área de Gestão de Pessoas e a atual Administração, de uma diretriz institucional e um planejamento macro e execução das demandas que atendam aos diversos normativos, como Resoluções do CNJ, Plano Estratégico do TRE-RJ e o Levantamento de Responsabilidade Social e Governança do TCU (IESGo).
Gestão e Governança das Contratações (Resolução CNJ nº 347/2020)	Dezembro/2026 (em andamento, 88,5% executado)	· Cumprimento das determinações da Resolução CNJ nº 347/2020, melhorando a governança e a gestão das contratações.
Aprimoramento de TIC no TRE-RJ - Fase 2	Dezembro/2026 (em andamento, 20% executado)	· Cumprimento de algumas determinações da ENTIC-JUD e melhoria da pontuação no iGovTIC-JUD.

Tabela 3.5.1.17: Iniciativas Estratégicas vinculadas ao OE 10

OE 11: APRIMORAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Descrição do objetivo

Refere-se ao planejamento e à gestão do orçamento de forma integrada, transparente e alinhada à estratégia, primando pela otimização de custos, a fim de assegurar recursos tempestivos e suficientes para o aprimoramento contínuo das atividades desempenhadas pelo TRE-RJ.

Unidade Gestora: Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Estratégias

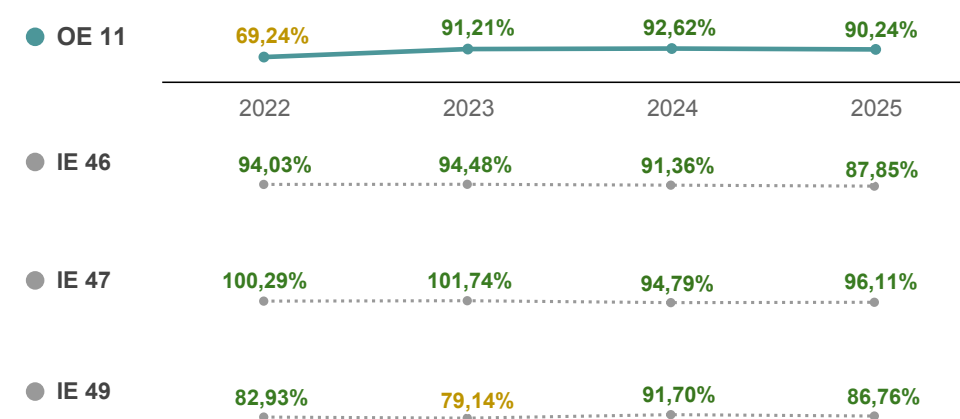
- Aprimorar a gestão contábil;
- Aprimorar a gestão de custos;
- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira;
- Aprimorar o controle orçamentário e financeiro da estratégia.

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 11

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 46 - Taxa da execução planejada de orçamento de despesas discricionárias	SEORÇA
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	SEORÇA
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	SEPROG

Tabela 3.5.1.18: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 11

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.13: Desempenho do OE 11 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

1. Abertura de processo para melhor acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ e cumprimento dos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025, que estabeleceu a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias;
2. Realização de reuniões periódicas com os gestores, sob a coordenação da Diretoria-Geral, para acompanhamento da execução do orçamento planejado, bem como da execução financeira;
3. Monitoramento dos contratos, a fim de que as sobras orçamentárias sejam identificadas de forma ágil, com o objetivo de aproveitar tais recursos para aquisição de bens ou serviços, em tempo hábil, na forma proposta pela [IN DG nº 01/2023](#);
4. Manutenção das rotinas de acompanhamento e controle dos valores em execução do orçamento e respectivos pagamentos, possibilitando a otimização de alocação de recursos disponíveis durante o exercício financeiro.

Desafios futuros

O **OE 11** alcançou ótimo desempenho no ano de 2025 (90,24%), sendo bem similar aos dois últimos anos (2023 - 91,21% e 2024 - 92,62%).

Espera-se, de forma geral, a estabilidade nos níveis periódicos de pagamentos, considerando as características próprias do ciclo orçamentário público.

Os principais desafios dizem respeito à capacidade de resposta/adaptação a possíveis mudanças de cenário econômico, bem como a verificação de possíveis gargalos na execução de despesas.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. Realizar constante acompanhamento da qualidade das informações disponibilizadas aos gestores, no intuito de propiciar melhor análise e tomada de decisão;
2. Aprimorar os processos de planejamento orçamentário para as iniciativas estratégicas que venham a constar do portfólio de projetos do TRE-RJ, com a finalidade de se obter uma execução mais efetiva nesse aspecto;
3. Intensificar, junto às unidades gestoras responsáveis, o monitoramento dos contratos (identificação e aproveitamento das sobras orçamentárias);
4. Aprimorar a execução orçamentária e financeira, com especial ênfase no fortalecimento dos mecanismos de aderência ao planejamento, em especial ao Plano de Contratações Anual (PCA), inclusive por meio de verificação contínua da conformidade entre o planejamento aprovado e a execução realizada, considerando que a adequada maturação do planejamento é condição necessária para a formalização tempestiva das contratações e, conseqüentemente, para a realização dos pagamentos dentro do próprio exercício financeiro.

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em 2025, não foram executadas iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 11**.

OE 12: PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Descrição do objetivo

Refere-se à intensificação da transformação digital nos serviços e produtos oferecidos e à implantação de inovações e soluções tecnológicas nos processos e nas ferramentas de trabalho. Abrange a melhoria da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração e disponibilidade das informações, assim como a plena disponibilização dos serviços eleitorais de forma digital aos clientes externos e o adequado funcionamento dos sistemas essenciais do TRE-RJ.

Unidade Gestora: Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

Estratégias

- Aprimorar a gestão de suporte dos serviços de TI;
- Aprimorar o desenvolvimento e a implantação de soluções de TI;
- Fornecer apoio tecnológico para as eleições;
- Prover e manter a infraestrutura de TI.

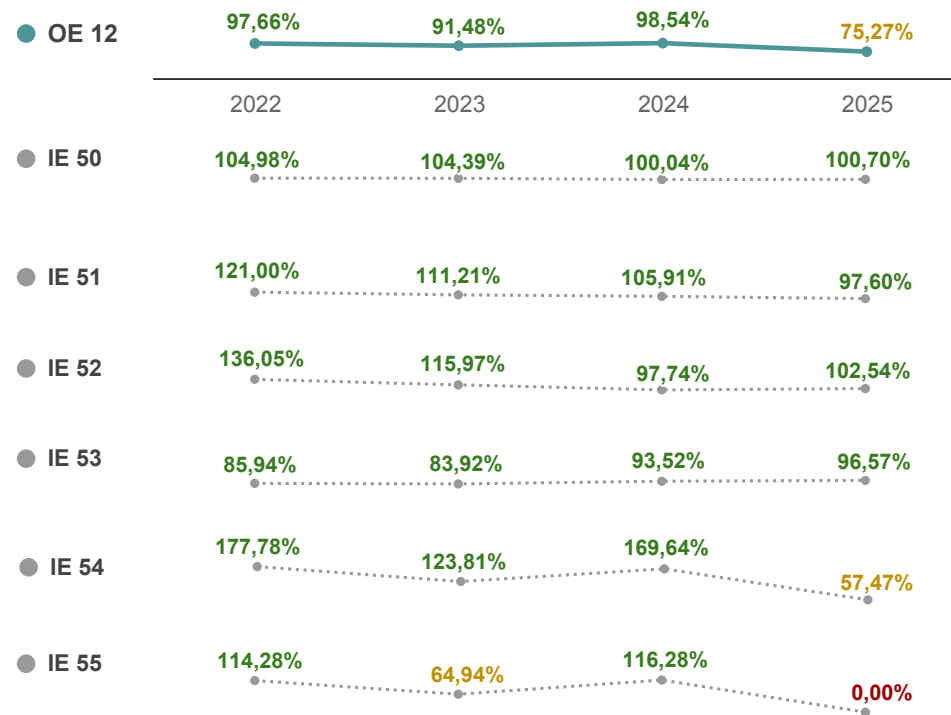
Indicadores Estratégicos que compõem o OE 12

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	COINF
IE 51 - Índice de governança de TIC	STI
IE 52 - Índice de satisfação dos usuários de TIC	STI

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	COLOG
IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	CSCOR
IE 55 - Taxa de Atendimento ao Plano de Transformação Digital	STI

Tabela 3.5.119: Indicadores Estratégicos vinculados ao OE 12

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.114: Desempenho do OE 12 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

1. Modernização da infraestrutura de rede: instalação de uma nova rede local de dados na nova sede da Rua da Alfândega;
2. Disponibilização de novos portais na intranet e de painéis de BI;
3. Disponibilização de ferramentas de Inteligência Artificial para todos os servidores do TRE-RJ. Além disso, no mês de setembro de 2025 foi formalizado um novo contrato com ampliação dos recursos das ferramentas para a versão PRO;
4. Aumento da velocidade dos links dos cartórios eleitorais, com o novo contrato de conectividade licitado e formalizado em 2025;
5. Desenvolvimento da ferramenta **Alerta Zonas** composta de um Painel de BI e rotinas para envio automático de alertas por e-mail quando da identificação no PJe de 1º grau de atipicidades de classes judiciais;
6. Entrega do painel de BI do Clima Organizacional, para apresentação e manejo do resultado da pesquisa do clima organizacional, de modo a auxiliar a SGP na consolidação e análise dos resultados da pesquisa;
7. Implantação de processo de Gerenciamento de Mudanças de TI, que traz uma abordagem formal e sistematizada para controlar as alterações nos serviços e infraestrutura de tecnologia, visando minimizar riscos e interrupções;
8. Contratação e disponibilização de ferramenta de Escritório Microsoft Office para usuários que necessitavam de recursos mais avançados deste tipo de ferramenta.

Desafios futuros

O **OE 12** atingiu o índice de 75,27% no ano de 2025. Observa-se que o objetivo apresentou queda de 23 pontos percentuais, sobretudo devido ao desempenho do **IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital**, que registrou resultado zerado em 2025, pois a única ação do Plano prevista para 2025 não foi concluída.

O desafio é continuar trabalhando em prol da transformação digital do Tribunal, com a implantação e desenvolvimento de novas soluções e serviços de TI e, ao mesmo tempo, assegurar o funcionamento dos novos serviços, pois cada nova solução de TI que é disponibilizada demanda esforço de manutenção e de operação de infraestrutura.

No próximo ano, serão desenvolvidas soluções mais relacionadas às eleições, de acordo com os projetos priorizados pelo CGovTIC.

Outro desafio será retomar o patamar de "Excelência" no iGovTIC-JUD, adaptando-se às mudanças de critérios de avaliação aplicadas pelo CNJ.

Ressalta-se ainda que em 2026 será necessário conciliar os preparativos para o pleito geral de 2026 com as atividades de rotina, evitando desvios de foco que impactem a satisfação do usuário.

No entanto, a expectativa é de que o objetivo recupere o desempenho "Ótimo" apresentado em todos os anos do atual ciclo estratégico, com exceção do ano de 2025.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

Estão em andamento diversas ações para melhoria da infraestrutura de TI que irão atender às necessidades da Sede e dos Cartórios Eleitorais, tais como:

1. Concluir a implantação da nova solução de Gestão de Ativos em todas as unidades da Justiça Eleitoral, para um melhor controle de inventário;
2. Desenvolver solução própria para substituir a solução 4Biz, utilizada para abertura de chamados de TIC;
3. Elaborar o novo PDTIC (Plano Diretor de TIC) e PTD (Plano de Transformação Digital);
4. Adquirir antenas de conexão via satélite para uso da Justiça Itinerante, possibilitando ampliar a disponibilidade de nossa conectividade e conseqüentemente melhorar a prestação de serviços aos cidadãos (última ação prevista no PDTIC 2024-2025);
5. Aprimorar a infraestrutura tecnológica do Tribunal com a nova rede de dados dos Cartórios Eleitorais;
6. Realizar nova contratação de VoIP (Voz sobre Protocolo de Internet).

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em **2025**, foram executadas as seguintes iniciativas estratégicas relacionadas ao **OE 12**:

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Aprimoramento de TIC no TRE-RJ - Fase 2	Dezembro/2026 (em andamento, 20% executado)	· Cumprimento de algumas determinações da ENTIC-JUD e melhoria da pontuação no iGovTIC-JUD.
Programa de Inteligência Artificial	Dezembro/2026 (em andamento)	· Introduzir a inteligência artificial generativa (IAG) Gemini, capacitar, normatizar o uso responsável e implantar ferramentas diversas de IAG que facilitem processos de trabalho.

Tabela 3.5.1.20: Iniciativas Estratégicas vinculadas ao OE 12

OE 13: APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA

Descrição do objetivo

Refere-se ao fornecimento e aperfeiçoamento da infraestrutura física e de recursos materiais adequados (instalações, mobiliário, logística e equipamentos), pautando-se por critérios de acessibilidade, sustentabilidade, segurança e saúde ocupacional, a fim de assegurar o bom andamento das atividades institucionais do TRE-RJ.

Unidade Gestora: Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais (SSG).

Estratégias

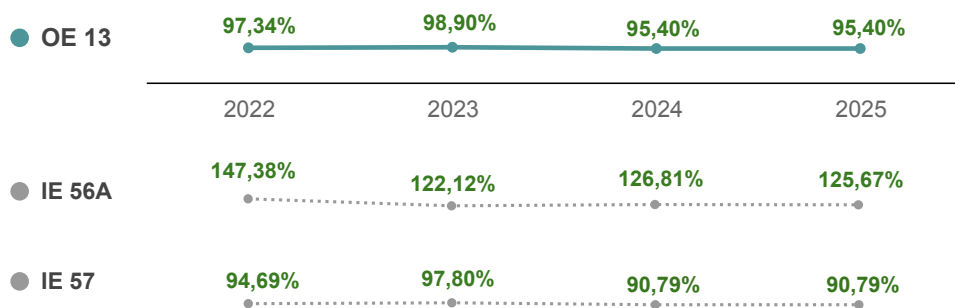
- Aprimorar e adequar a gestão da estrutura física do TRE-RJ;
- Implementar melhorias na gestão de materiais.

Indicadores Estratégicos que compõem o OE 13

INDICADORES ESTRATÉGICOS	GESTOR
IE 56A - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	COENG
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	POLJUD

Tabela 3.5.1.21: Indicadores Estratégicos vinculados OE 13

Desempenho do Objetivo Estratégico e seus indicadores



Gráficos 3.5.1.15: Desempenho do OE 13 e respectivo(s) indicador(es)

Principais ações realizadas em 2025

1. Mudança de 8 cartórios eleitorais para locais com infraestrutura adequada, conforme tópico 4.8.2 deste Relatório de Gestão (Gestão da infraestrutura Imobiliária);
2. Realização da adaptação em imóveis de 13 Zonas Eleitorais, conforme tópico 4.10.1 deste Relatório de Gestão (Promoção da acessibilidade e inclusão, Ações em acessibilidade arquitetônica);

3. Foi iniciado um diagnóstico das condições de segurança das distintas unidades do Tribunal, sendo possível, desde já, identificar as reais necessidades das unidades que já foram alvo do levantamento;

4. Consolidação das condições de segurança institucional na nova sede do Tribunal, por meio da aquisição de alguns itens de controle de acesso; reforço das condições de segurança do NUAD/Caju, além do incremento dos brigadistas de incêndio nas sedes e subsedes do Tribunal, reforçando a segurança institucional, notadamente por meio da prevenção de incêndios.

Desafios futuros

O grande desafio atrelado ao objetivo continua sendo a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ, atendendo às diretrizes e aos procedimentos definidos na [Resolução TRE-RJ nº 1.198/2021](#).

O art. 3º do referido normativo estabelece que, quando possível, deverá haver agrupamento de cartórios eleitorais de jurisdições próximas em um único imóvel, com vista à otimização dos recursos do Tribunal. Ressalta-se ainda que o art. 4º da Resolução recomenda priorizar a utilização de imóveis que comportem polos permanentes.

Com relação ao critério de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis, a experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou Fóruns novos. Nos demais imóveis raramente a acessibilidade estará integralmente contemplada, sendo necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação ou primeira locação é o momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário.

Principais ações previstas para melhoria de desempenho

1. Realização de pesquisa de mercado, já em andamento, para mudança dos cartórios de Magé, Carmo, Silva Jardim, Bom Jesus de Itabapoana, Higienópolis, Conceição de Macabu, além de novos imóveis que estão sendo pleiteados junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
2. Transferência das seguintes Zonas Eleitorais para locais com infraestrutura adequada: 110ª ZE (Magé) e 62ª ZE (Saquarema);
3. Adaptações nos imóveis das seguintes Zonas Eleitorais: 180ª, 182ª e 185ª ZEs (Taquara) e 176ª e 188ª ZEs (Irajá).

Iniciativas Estratégicas relacionadas ao objetivo

Em 2025, foram executadas as seguintes iniciativas estratégicas relacionadas ao OE 13:

INICIATIVA ESTRATÉGICA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	RESULTADOS E IMPACTOS OBSERVADOS OU ESPERADOS
Ocupação Imobiliária do TRE-RJ - Fase 2	Incorporado ao projeto Justiça Eleitoral Fluminense - Modelo de Futuro	· Diagnóstico das unidades do Núcleo Administrativo e levantamento de soluções para as questões encontradas.
Justiça Eleitoral Fluminense - Modelo de Futuro	Em planejamento	· Diagnóstico e modulação dos serviços e da infraestrutura para adequação à demanda de serviços públicos ágeis e acessíveis e de otimização de recursos.

Tabela 3.5.1.22: Iniciativas Estratégicas vinculadas ao OE 13

3.5.3 RECURSOS ALOCADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em 2025, não foram alocados recursos nas iniciativas estratégicas.

Plano Anual de Contratações de 2025

Na página sobre o [Plano Anual de Contratações \(PCA\)](#) no site eletrônico do TRE-RJ, é possível acessar a planilha de monitoramento do Plano de Contratações de 2025 e consultar:

- a relação de todas as contratações previstas para 2025, seu vínculo com cada objetivo, se é considerada estratégica e o valor estimado;
- o andamento de cada contratação.

3.6 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE ÀS METAS ANUAIS ESTABELECIDAS PARA O PODER JUDICIÁRIO

3.6.1 METAS NACIONAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA 2025

As Metas anuais do Poder Judiciário representam o compromisso firmado anualmente pelos presidentes dos tribunais brasileiros em prol da melhoria da prestação jurisdicional. Para o exercício de 2025, os tribunais aprovaram dez Metas Nacionais, com o intuito de dar mais celeridade e eficiência ao andamento das ações judiciais, das quais quatro se aplicam à Justiça Eleitoral. Segue abaixo o percentual de cumprimento do TRE-RJ em 2025 em cada uma das metas nacionais aplicadas ao segmento da Justiça Eleitoral:

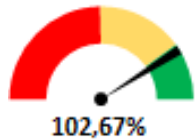
META NACIONAL 1 - Julgar mais processos que os distribuídos		
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.		
Critério de cumprimento: A meta estará cumprida se, ao final do período, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%.		
DESEMPENHO DO TRE-RJ EM 2025		
1º grau	99,78%	
2º grau	142,80%	
Total (1º grau + 2º grau)	102,67%	

Tabela 3.6.1.1: Desempenho do TRE-RJ na Meta Nacional 1

O alcance da meta considera o cômputo geral de processos distribuídos e julgados nas duas instâncias. No âmbito da Meta 1, foram computados **18.320** processos distribuídos e **18.809** processos julgados. Logo, o TRE-RJ alcançou **102,67%** de cumprimento da meta.

META NACIONAL 2 - Julgar processos mais antigos			
Identificar e julgar, até 31/12/2025, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2023 e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2019) ou mais.			
Critério de cumprimento: A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nos períodos de referência.			
DESEMPENHO DO TRE-RJ EM 2025			
Processos distribuídos até 31/12/2023		Processos mais antigos (anteriores a 2019)	
1º grau	132,02%	1º grau	66,67%
2º grau	135,82%	2º grau	-
Total (1º grau + 2º grau)	134,21%	Total (1º grau + 2º grau)	66,67%

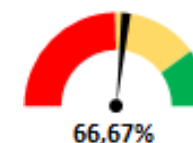
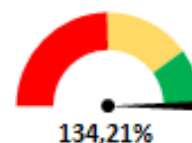


Tabela 3.6.1.2: Desempenho do TRE-RJ na Meta Nacional 2

META NACIONAL 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2025, 90% dos processos referentes às eleições de 2022, e 50% dos processos referentes às eleições de 2024, distribuídos até 31/12/2024, que possam importar em perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Critério de cumprimento: A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%.

DESEMPENHO DO TRE-RJ EM 2025

Eleições 2022		Eleições 2024	
1º grau	46,07%	1º grau	153,96%
2º grau	88,89%	2º grau	182,35%
Total (1º grau + 2º grau)	50,72%	Total (1º grau + 2º grau)	157,05%

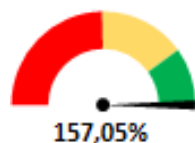
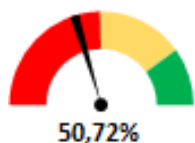


Tabela 3.6.1.3: Desempenho do TRE-RJ na Meta Nacional 4

Fonte (Metas 1, 2 e 4): [Painel das Metas Nacionais - DataJud - CNJ](#), consultado em 27/01/2026, com dados de referência de 31/12/2025.

META NACIONAL 9 - Estimular a inovação no Poder Judiciário

Implantar, em 2025, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030.

Critério de cumprimento: A meta estará cumprida se o tribunal, cumulativamente:

- Até 31/05/2025, cadastrar na plataforma RenovaJud um projeto de inovação, relacionado a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, desenvolvido em parceria entre seu Laboratório de Inovação e o de outro tribunal ou órgão da administração pública, do Judiciário ou externo, identificando o problema ou necessidade comum, os principais beneficiários e os benefícios esperados (proposta de valor); e
- Até 31/07/2025, atualizar o cadastro na plataforma RenovaJud para demonstrar a efetiva aplicação pelos Laboratórios de Inovação de abordagem metodológica voltada ao estímulo da criatividade, cocriação e experimentação (processo de inovação), bem como a inovação contida na proposta de solução; e
- Até 31/10/2025, atualizar o cadastro na plataforma RenovaJud, para comprovar a implementação do projeto.

DESEMPENHO DO TRE-RJ EM 2025

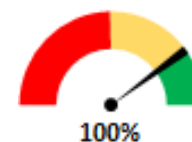


Tabela 3.6.1.4: Desempenho do TRE-RJ na Meta Nacional 9

A Gestão da Inovação, no âmbito do Poder Judiciário, foi instituída pela [Resolução CNJ nº 395/2021](#) e visa ao aprimoramento das atividades dos órgãos judiciários, por meio da difusão da cultura da inovação, com a modernização de métodos e técnicas de desenvolvimento do serviço judiciário, de forma coletiva e em parceria, com ênfase na proteção dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal.

Desde 2023, a meta possui o intuito de promover o apoio da Alta Administração do órgão às iniciativas oriundas dos laboratórios de inovação, além de fomentar a materialização de ideias que impactem a sociedade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.



No âmbito da Meta 9, o TRE-RJ, através de seu [Laboratório de Inovação](#) (ElaboraRio), desenvolveu em 2025 o projeto Divulga PID (Pontos de Inclusão Digital).

O projeto foi concebido conjuntamente com os Laboratórios de Inovação IdeaRio do TJRJ, Lírio do TRT-RJ e LIODS do TRF2.



O que são PIDs? São locais que oferecem acesso à internet e infraestrutura para que cidadãos possam usufruir de serviços públicos digitais, especialmente aqueles do Poder Judiciário, e realizar atos processuais por videoconferência, visando proporcionar maior inclusão digital e acesso aos serviços da justiça.

Ações realizadas:

a) Mapeamento do Funcionamento e Padronização:

Organização e padronização dos principais canais de acesso,

reunindo em um só espaço os links e recursos mais utilizados por cada instituição.

b) Capacitação: Capacitação dos atendentes. No dia 1º de outubro de 2025, foi realizada uma capacitação presencial para os funcionários que atuarão no CRAS de Jacarepaguá – Anil, que posteriormente será transformado em PID. A próxima capacitação, ainda está sem data definida.

c) Ações de Divulgação: O TRE-RJ, que até então não dispunha de uma página dedicada aos PIDs, desenvolveu e disponibilizou na intranet e na internet conteúdos consolidados sobre o tema, além de uma matéria de divulgação, conforme os links abaixo:

[Página dos PIDs no site do TRE-RJ](#)

[Nota de divulgação](#)

Resultado na Meta 9: Tendo em vista que o TRE-RJ implementou o projeto dentro do prazo e cadastrou a iniciativa na plataforma [RenovaJud](#), o TRE-RJ alcançou 100% da Meta 9 no ano de 2025.

Análise Geral do Desempenho do TRE-RJ nas Metas Nacionais 2025

O indicador estratégico **Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário**, que está vinculado ao Objetivo Estratégico 01 - **Garantir os Direitos da Cidadania** do Plano Estratégico do TRE-RJ 2021-2026, permite um acompanhamento sistemático do desempenho do TRE-RJ nas Metas Nacionais ao longo do ano.

Assim, a análise do desempenho nas Metas Nacionais encontra-se no tópico 3.5.1 deste relatório, que trata dos resultados dos objetivos estratégicos do TRE-RJ em 2025.

3.6.2 METAS NACIONAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL APROVADAS PARA 2026



Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, durante o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais e Específicas a serem alcançadas pelo Judiciário Brasileiro em 2026.

De acordo com o art. 13 da [Resolução CNJ nº 325/2020](#), a Meta Nacional 1 compõe obrigatoriamente o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, não ocorrendo assim sua votação. Em relação à Meta Nacional 2, houve votação somente do percentual e do período de referência da meta.

ONDE ENCONTRAR? A relação completa das **metas nacionais e específicas aprovadas para 2026** pode ser consultada no sítio eletrônico do [Conselho Nacional de Justiça](#).

Destaca-se que, para a Justiça Eleitoral, além das **Metas 1 e 2** acima mencionadas, a **Meta 4** permaneceu com poucas alterações em relação ao ano de 2025.

A **Meta 9** sofreu uma transformação mais profunda. Seguem abaixo algumas das principais alterações:

- o(s) projeto(s) deve(m) estar relacionado(s) a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional (antes deviam estar relacionados aos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável);

- a definição de parceria foi ampliada para “outra instituição pública”, não se restringindo apenas a outros órgãos do Judiciário;
- o tribunal deve obrigatoriamente percorrer os quatro primeiros passos do ciclo de inovação definido no Plano Nacional de Inovação (Anexo II da [Portaria CNJ nº 379/2024](#)): 1) identificação de oportunidades e desafios; 2) geração de ideias; 3) desenvolvimento e teste; 4) prototipação de uma proposta; 5) entrega e implementação; 6) crescimento e disseminação; 7) mudanças sistêmicas.

3.6.3 INDICADORES ESPECÍFICOS DE DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS

Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário

O **Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ)** é coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça e integrado pelos tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal, nos termos do que dispõe a [Resolução CNJ nº 76/2009](#). Os dados estatísticos fornecidos pelos tribunais são consolidados pelo CNJ e alimentam o relatório estatístico anual **[Justiça em Números](#)**.

O TRE-RJ fornece ao Conselho os dados correspondentes ao conjunto de variáveis integrantes do SIESPJ aplicáveis à Justiça Eleitoral, em consonância com as orientações e periodicidades estabelecidas na mencionada Resolução. Em 2025, todos os dados requeridos nos anexos da Resolução CNJ nº 76/2009 foram encaminhados pelo TRE-RJ ao CNJ tempestivamente.

A [Resolução nº 331/2020](#) instituiu a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - DataJud como fonte primária de dados do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ).



O acompanhamento do cumprimento das Metas Nacionais processuais (Metas 1, 2 e 4), a partir de 2023, passou a ocorrer através do DataJud.

Os dados disponíveis no DataJud podem ser consultados por meio do [Painel de Estatísticas do Poder Judiciário](#) disponibilizado pelo CNJ.

Com relação à Meta 9, o acompanhamento no ano de 2025 foi feito pela plataforma [RenovaJud](#), não sendo mais necessária a inserção de dados no Sistema de Metas Nacionais do CNJ.

Prêmio CNJ de Qualidade



O [Prêmio CNJ de Qualidade](#) é conferido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da avaliação de todos os tribunais do país.

A premiação serve como termômetro da capacidade do Tribunal de entregar serviços rápidos, modernos e acessíveis à população. Ou seja, fomenta a governança, a transparência e a eficiência em todo o Poder Judiciário.

A busca do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro pelo **Prêmio CNJ de Qualidade** representa mais do que a disputa por uma honraria; é o reflexo do compromisso da instituição com a modernização administrativa e a entrega de serviços de excelência à sociedade.

A premiação tem como principais objetivos:

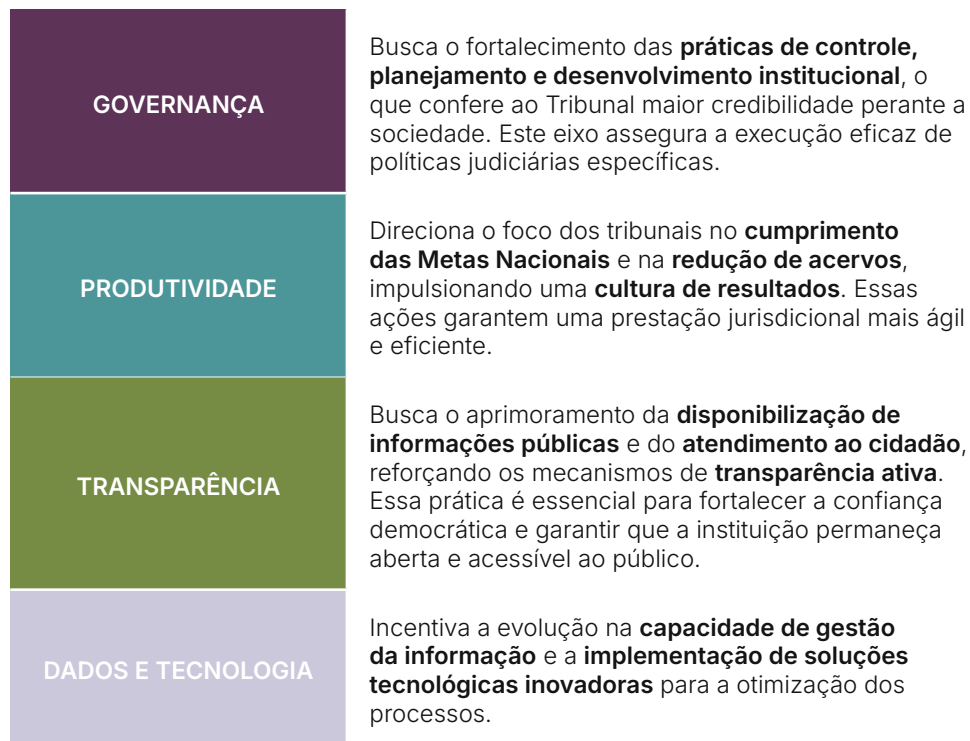
- estimular e reconhecer o desenvolvimento de mecanismos de governança e gestão;
- contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional;
- promover a transparência e a melhoria na prestação de informações;
- incentivar o aperfeiçoamento do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, a inovação e a tecnologia no Poder Judiciário;
- fomentar o desenvolvimento de subsídios que auxiliem o planejamento estratégico e a formulação das metas nacionais.

O **Prêmio CNJ de Qualidade 2025** foi regulamentado pela [Portaria CNJ nº 411/2024](#).

Em 2025 o prêmio trouxe novidades em relação ao ano anterior, com a introdução de novos critérios de avaliação:

- Implantar Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) - [Resolução CNJ nº 455/2022](#);
- Alcançar bons resultados no Indicador de Desempenho na Promoção da Equidade Racial (Iper) - [Resolução CNJ nº 519/2023](#).

O desempenho dos tribunais foi avaliado com base em critérios distribuídos nos seguintes eixos temáticos:



Análise do desempenho do TRE-RJ por Eixos de Atuação

• **Governança:** Com **365,65 pontos** alcançados de um total de 415, o TRE-RJ atingiu desempenho de **88,10%**. Este pilar demonstra que o Tribunal possui um planejamento sólido e controles internos eficazes, assegurando que as políticas judiciárias sejam implementadas com responsabilidade institucional;

• **Produtividade:** O Tribunal somou **170 pontos** de um total de 280, alcançando **60,70%** neste eixo. O foco aqui é a agilidade na tramitação de processos, buscando sempre reduzir o tempo de espera do cidadão por uma decisão judicial;

• **Transparência:** O TRE-RJ alcançou a pontuação máxima de **140 pontos (100%)** neste eixo. Isso significa que o Tribunal cumpre rigorosamente o dever de informar à sociedade como utiliza seus recursos e como presta seus serviços, garantindo o direito do cidadão ao controle social;

• **Dados e Tecnologia:** Neste eixo, o Tribunal obteve **407 pontos** de 452 possíveis, resultando em um índice de **90%**. O investimento em soluções tecnológicas e na segurança da informação é o que permite ao cidadão contar com serviços digitais estáveis e processos eletrônicos seguros.

Comparativo da pontuação obtida pelo TRE-RJ nos Prêmios CNJ de Qualidade de 2021 a 2025:

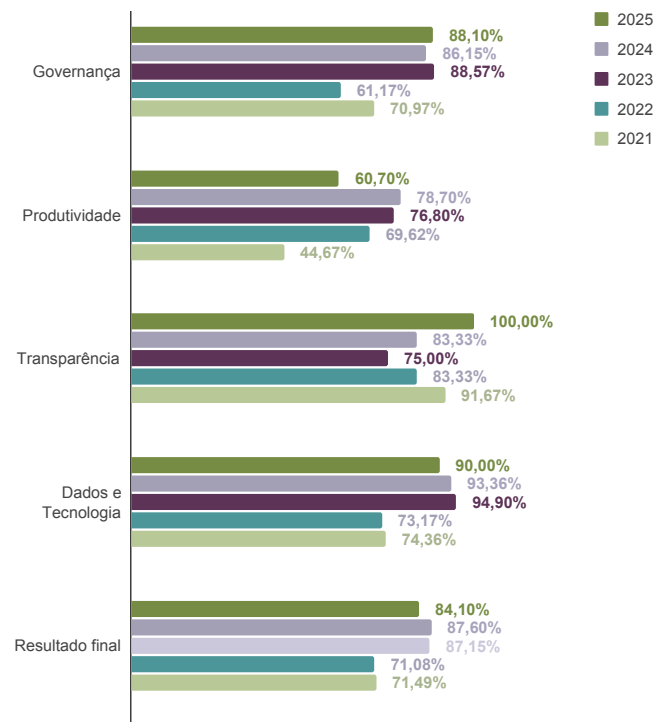


Gráfico 3.6.3.1: Resultados do TRE-RJ no Prêmio CNJ de Qualidade - 2021 a 2025
 Fonte: [Página de Resultado do Prêmio CNJ de Qualidade 2025](#)

Segue abaixo o histórico (desde 2020) do resultado do TRE-RJ no Prêmio CNJ de Qualidade:

CLASSIFICAÇÃO DO TRE-RJ		
ANO	CATEGORIA	POSIÇÃO ENTRE OS TRIBUNAIS ELEITORAIS (TRES)
2020	Ouro	9ª
2021	-	27ª
2022	-	24ª
2023	Prata	16ª
2024	Prata	22ª
2025	-	22ª

Tabela 3.6.1.5: Histórico de classificação do TRE-RJ no Prêmio CNJ de Qualidade

Selo de Qualidade Eleitoral 2025

O Selo de Qualidade Eleitoral 2025 é uma iniciativa inédita do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foi instituído pela [Portaria TSE nº 109/2025](#) e regulamentado pelo edital constante na [Portaria TSE nº 210/2025](#).



O objetivo é reconhecer tribunais, visando:

- contribuir para o fortalecimento da Justiça Eleitoral;
- identificar, selecionar, premiar, fomentar e disseminar boas práticas que afirmem, aperfeiçoem e promovam projetos, ações e programas relacionadas ao processo eleitoral, especialmente ao direito-dever ao voto e à democracia;

- conferir visibilidade às práticas exitosas selecionadas e premiadas;
- proporcionar intercâmbio de experiências e de informações entre os órgãos da Justiça Eleitoral, incentivando o compartilhamento de boas práticas; e
- aprimorar as políticas públicas voltadas à promoção e ao desenvolvimento dos processos democráticos, especialmente aqueles relacionados à democracia, a fim de se garantir a igualdade de oportunidades entre eleitoras e eleitores e candidatas e candidatos e reduzir as desigualdades para se dar concretude ao comando constitucional de construção de sociedade justa e fraterna.

Nesta 1ª edição do Selo de Qualidade Eleitoral foi analisada a atuação e as iniciativas dos Tribunais Eleitorais no período de janeiro de 2023 a maio de 2025.

Categorias da Premiação: A premiação é dividida em três categorias, Diamante, Ouro e Menção Honrosa, e teve profundo significado simbólico: ocorreu no dia em que se celebra internacionalmente os Direitos Humanos (dia 10 de dezembro de 2025).

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro conquistou a categoria **Ouro**, nesta primeira edição do Selo de Qualidade Eleitoral.

Esta premiação certifica que o Tribunal cumpriu requisitos rigorosos em cinco eixos fundamentais:

- **Gestão Eficiente:** responsabilidade no uso dos recursos;
- **Inovação e Desenvolvimento Colaborativo de Sistemas:** desenvolvimento de sistemas colaborativos;

- **Atendimento ao Cidadão:** ampliação da acessibilidade e melhoria nos serviços ao eleitor;
- **Transparência, Integridade e Combate à Desinformação:** combate ativo à desinformação para garantir eleições seguras;
- **Capacitação e Desenvolvimento:** investimento contínuo no desenvolvimento de servidores e mesários.

Selo de Boa Prática CGE/TSE 2024/2025



O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro foi premiado com o [Selo Boa Prática CGE/TSE 2024/2025 do Tribunal Superior Eleitoral \(TSE\)](#) por duas iniciativas inovadoras:

- **Sistema Radar:** Plataforma *web* que reúne diversos sistemas e painéis de BI da Justiça Eleitoral em um único local, otimizando a gestão processual e cartorária por parte dos servidores e magistrados de 1ª instância;
- **Sistema Codame:** Ferramenta que visa aumentar a transparência e o acesso do cidadão às informações sobre as audiências e cerimônias públicas realizadas durante o período eleitoral, mediante a disponibilização dos cronogramas (data, hora e local do evento), editais e atas, no portal institucional do TRE-RJ na internet. Além disso, a simplicidade e o caráter intuitivo do sistema facilitam a utilização e a gestão pelos servidores dos cartórios eleitorais.

As iniciativas desenvolvidas foram reconhecidas por promoverem a melhoria da gestão, eficiência, transparência e replicabilidade em outros Tribunais Regionais Eleitorais.

Prêmio Social Media Gov de Comunicação Pública - 3ª edição

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) foi o vencedor na categoria “Conteúdo Tutorial” da 3ª edição do [Prêmio Social Media Gov de Comunicação Pública](#). A premiação reconheceu a excelência e a inovação da estratégia digital do tribunal.



Entre os principais fatores para a conquista, destaca-se a produção de conteúdos criativos e acessíveis, com ênfase em um vídeo tutorial no TikTok – que ensina como votar –, que ultrapassou a marca de 6 milhões de visualizações, sendo o mais visto da história da Justiça Eleitoral.

A avaliação do prêmio considerou critérios como impacto social, relevância coletiva e o desempenho nas plataformas digitais, validando uma abordagem de comunicação que adota linguagens e tendências das redes sociais para atender às necessidades do eleitor.

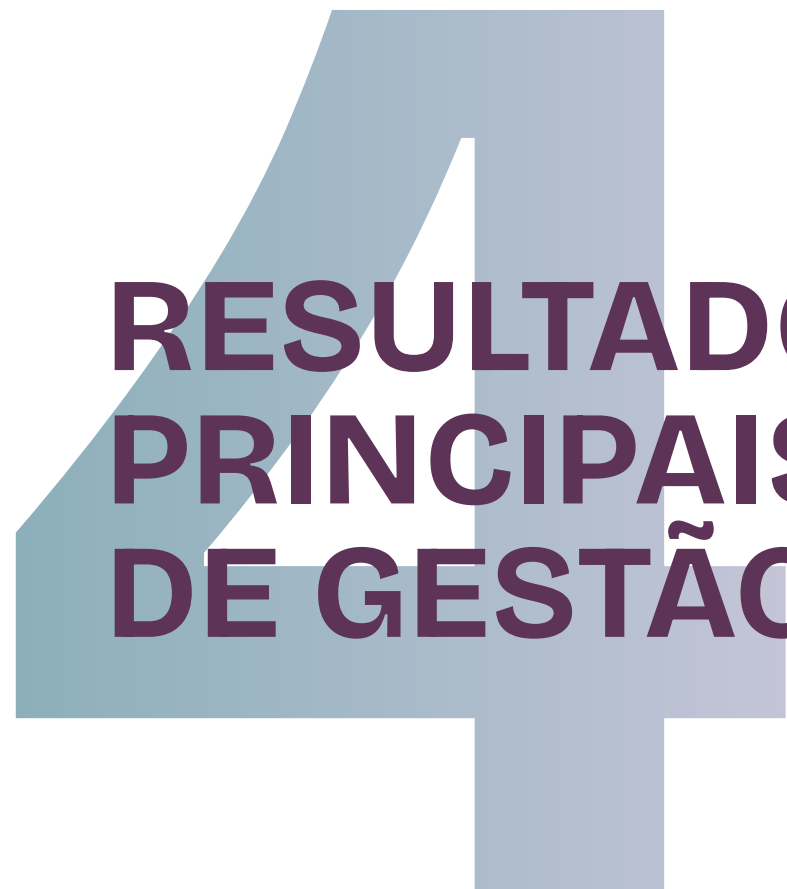
Além de receber a estatueta, o TRE-RJ consolidou-se como uma referência em comunicação digital no setor público. Em 2024, o TRE-RJ também foi o tribunal com maior engajamento nas redes sociais, ocupando o terceiro lugar no ranking geral do Poder Judiciário.

Outras premiações

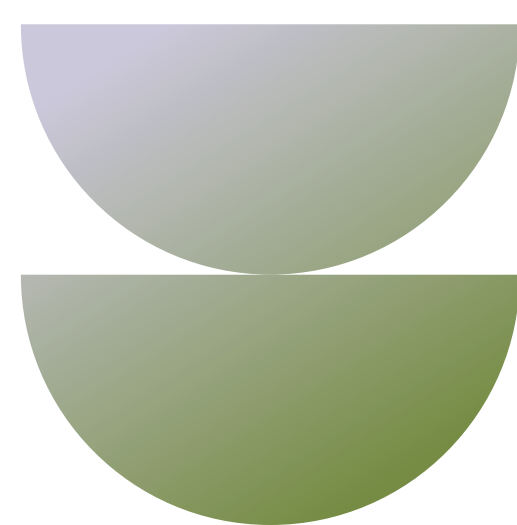
Destacam-se, ainda, outros resultados e reconhecimentos conquistados pelo TRE-RJ em 2025:

- Pontuação máxima (100% de desempenho), pela primeira vez, no Ranking da Transparência promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme relatado no tópico 1.7.4 (Transparência institucional);
- Premiação em duas categorias na 2ª edição do Prêmio Inovação do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme relatado no tópico 4.1.1 (Inovação no TRE-RJ);
- Selo Linguagem Simples 2025, conforme relatado no tópico 1.7.6 (Linguagem simples);
- Prêmio Juízo Verde 2025, conforme relatado no tópico 4.9 (Logística Sustentável);
- Vencedor na 6ª edição do Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial (J.Ex) 2025, na categoria Executivo de Tecnologia, subcategoria Tribunais Eleitorais, na pessoa do secretário de Tecnologia da Informação (STI), Michel Kovacs;
- 2º lugar no Prêmio Auditoria de Geração de Valor, do Conselho Nacional de Justiça;
- Premiação, pelo quarto ano consecutivo, pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), por ação dedicada à conscientização sobre auditoria interna.

Para o TRE-RJ, o ano de 2025 consolidou uma trajetória de modernização e eficiência. Mais do que estatísticas, os resultados obtidos nas premiações nacionais refletem o empenho da instituição em oferecer serviços rápidos, transparentes e acessíveis a toda a população fluminense.



**RESULTADOS DAS
PRINCIPAIS ÁREAS
DE GESTÃO**



4.1 DESTAQUES DA GESTÃO DO TRE-RJ EM 2025

4.1.1 INOVAÇÃO NO TRE-RJ

Contexto e Estrutura de Governança

Em 2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro consolidou a inovação como prática institucional, com a criação da Seção de Inovação (SEINOV) e a reestruturação de seu Laboratório de Inovação [eLaboraRio](#). Essas iniciativas estruturaram um ecossistema voltado à geração de valor público, à melhoria da qualidade dos serviços eleitorais e ao uso eficiente dos recursos públicos.



Fomento à Cultura de Inovação

Pesquisa institucional realizada em dezembro de 2023 indicou que, embora 86% dos servidores reconhecessem a importância da inovação, 90% desconheciam as ações do eLaboraRio. A partir desse diagnóstico, o TRE-RJ implementou ações estruturadas de sensibilização e capacitação.

- 924 participantes;
- 1.224 presenças, tendo em vista que alguns participantes compareceram em mais de um dia do evento;
- 2.962 horas de capacitação;
- Índice de satisfação de 9,5 (escala de 0 a 10).

A programação foi organizada nos seguintes eixos: Liderança para Inovação, Atendimento Humanizado, Saúde e Bem-Estar e Tecnologia e Ferramentas Criativas. Destaca-se que a participação voluntária dos palestrantes gerou economia de recursos públicos.



Figura 4.1.1.1: Foto de palestra realizada pelo juiz José Faustino Ferreira (TJPE) na 1ª Semana de Inovação



Semana de Inovação

A 1ª Semana de Inovação, realizada em outubro de 2025, teve como objetivo ampliar o conhecimento institucional sobre inovação e estimular o engajamento dos servidores. O evento contou com:

Desenvolvimento de Competências

Foram realizadas capacitações práticas voltadas à resolução de problemas reais, com destaque para:

- Atendimento humanizado;
- Automação de tarefas no sistema judicial eletrônico;
- Uso do Canvas;
- Aplicação de metodologias de inovação (Design Thinking e CIDA - *Comunicação Empática, Inovação Colaborativa, Decisão Estratégica e Ação Assertiva*);
- Uso de inteligência artificial aplicada à comunicação.

As capacitações priorizaram soluções replicáveis, com potencial de melhoria direta na produtividade e no atendimento ao cidadão.

Reconhecimento e Valorização de Boas Práticas

O TRE-RJ, buscando o reconhecimento interno, convidou servidores para apresentarem suas experiências. Nesse sentido, no **Painel Liderança Inspiradora**, dois cartórios apresentaram seus cases de 100% de Mesários Voluntários. A iniciativa estimulou a criação espontânea de comunidades internas de compartilhamento de boas práticas entre chefias de cartório e no desenvolvimento do projeto **TRE 100% Mesários Voluntários**, atualmente em andamento.

Reconhecimento Externo



A cultura de inovação foi reforçada externamente pelo reconhecimento nacional. O incentivo à participação no **2º Prêmio de Inovação do Poder Judiciário** do Conselho Nacional de Justiça resultou em 10 projetos inscritos, com destaques para a premiação dos projetos **Eu Te Vejo!** e **Plataforma Radar**. Esse reconhecimento serve como um poderoso estímulo interno, demonstrando que as ideias estão nascendo de forma orgânica e que possuem excelência e impacto nacional.

Relação de projetos inscritos

Plataforma Radar 🏆

Painel estratégico para monitoramento de dados das unidades cartorárias.

Dashboard R cand 2024

Ferramenta de acompanhamento em tempo real do registro de candidaturas.

Dashboard Prestação de Contas 2024

Sistema de gestão e análise de contas eleitorais.

Metodologia CIDA

Abordagem colaborativa baseada em Design Thinking para implementação de melhorias pós-eleição.

Educação para Inovação

Programa de formação corporativa em parceria com a UFRRJ.

TRE-RJ no TikTok

Estratégia de comunicação digital focada no engajamento do público jovem.

OKRs e Autocuidado

Aplicação de metodologia de gestão de metas para promoção da saúde dos servidores.

TRE+Verde

Projeto de sustentabilidade com o replantio de espécies nativas em Itaocara.

Eu Te Vejo 🏆

Iniciativa voltada à valorização e redução da invisibilidade social dos colaboradores terceirizados.

Cartilhas em Sala

Integração pedagógica das ações do Programa Eleitor do Futuro.

Projetos de Destaque**• Projeto Eu Te Vejo!**

O projeto visa à valorização e integração de colaboradores terceirizados, fortalecendo o senso de pertencimento e contribuindo para a melhoria do ambiente de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Desenvolvido em parceria com a **Rede Bossa iNova** (Rede de Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro), o projeto possui potencial de alcance estimado em 32 mil pessoas no Estado do Rio de Janeiro. Entre os resultados iniciais, destacam-se a inclusão de terceirizados em eventos institucionais e o reconhecimento público de boas práticas.



Figura 4.1.1.2: Foto do evento de lançamento do projeto "Eu te vejo!", com a presença de terceirizados e terceirizadas

• Plataforma Radar

A Plataforma Radar atua como centro de inteligência de dados para a gestão dos cartórios eleitorais, permitindo a identificação rápida de demandas específicas e subsidiando decisões baseadas em evidências. A ferramenta contribui para maior celeridade processual e melhoria do atendimento ao cidadão.

Projetos desenvolvidos em 2025**• Preste Atenção nas Contas!**

Projeto voltado à melhoria da qualidade das prestações de contas anuais, por meio do uso de Linguagem Simples e cooperação entre os TREs de AL, MA, MG e RJ.

Resultados:

- 60.990 visualizações de conteúdos informativos no Instagram;
- 870 visualizações de vídeos no YouTube;

- Redução de erros recorrentes nas prestações de contas;
- Maior agilidade no julgamento dos processos.

O êxito da iniciativa resultou na ampliação do projeto para as Eleições de 2026, cujas atividades já estão em andamento.

• **Divulga PID**

A Rede Bossa iNova desenvolve um projeto interinstitucional dedicado a democratizar o acesso à justiça. Ao ampliar o uso dos [Pontos de Inclusão Digital \(PIDs\)](#), a iniciativa oferece infraestrutura para serviços digitais do Poder Judiciário, unindo tecnologia e humanização. O trabalho baseia-se em três pilares: comunicação acessível, capacitação de atendentes e forte articulação local para assegurar que nenhum cidadão fique excluído do sistema judiciário.

Articulação em ecossistemas externos

O TRE-RJ participou ativamente de eventos e redes colaborativas, como [FestLabs](#), [ExpoJud](#) e [Caravana Sudeste](#), promovendo intercâmbio de boas práticas e acelerando a maturidade institucional em inovação.

Principais desafios e ações futuras

Para 2026, pretende-se concluir os projetos **DivulgaPID** e **Eu Te Vejo!**, que estão em andamento. Além disso, outras ações estão sendo planejadas de forma que o foco da inovação se volte para as Eleições 2026:

- **TRE Mesários 100% Voluntários:** Projeto estratégico para reduzir o índice de convocações compulsórias e desistências. Ao fomentar o voluntariado, o Tribunal reduz custos processuais

de substituição e garante mesários mais motivados e preparados para atender o eleitor;

- **Preste Atenção nas Contas! (Edição Eleições 2026):** Após os resultados expressivos em 2025, o TRE-RJ integrará a rede colaborativa liderada pelo TRE-MG para a 2ª edição do projeto. O foco será a atualização e simplificação dos materiais de orientação para as prestações de contas de campanha, com a utilização de Linguagem Simples e do Direito Visual. O objetivo é reduzir o índice de contas julgadas irregulares ou com ressalvas por erros formais, otimizando o tempo de análise do corpo técnico do Tribunal e conferindo maior transparência ao financiamento eleitoral perante a sociedade;

- **Linguagem Simples e IA em Gabinetes:** Expansão do uso de IA para apoiar a elaboração de decisões mais claras e rápidas, combatendo o congestionamento processual típico de anos eleitorais.

4.1.2 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TRE-RJ

Projeto IA Jud - Justiça Inteligente

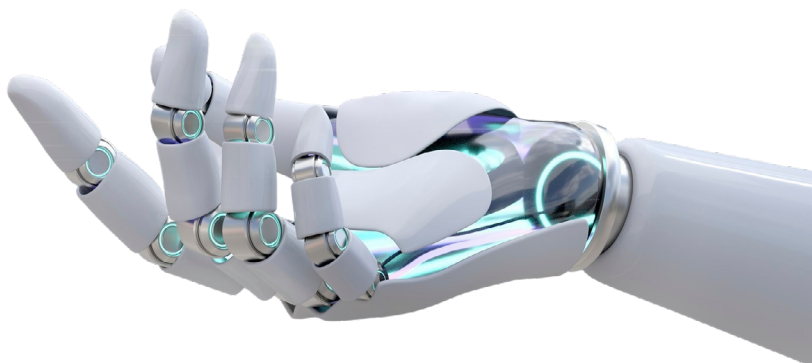
Em 2025, o TRE-RJ aprovou o programa **+ Inovação: Desafiando o Tradicional**, com o objetivo de promover a cultura de inovação no Tribunal, por meio do desenvolvimento e implementação de soluções que desafiem modelos tradicionais.

Como ponto de partida estratégico do programa, foi aprovado o projeto **IA Jud - Justiça Inteligente**, cujo foco é a familiarização dos servidores do Tribunal com ferramentas de inteligência artificial generativa (IAG) e o estímulo à incorporação de sua utilização no cotidiano. A intenção é que o potencial dessa tecnologia possa ser explorado de forma segura e responsável,

preparando o terreno para uma cultura de inovação sustentável e para ganhos significativos em produtividade e eficiência em todas as áreas da instituição.

Entre os objetivos e benefícios esperados do projeto, destacam-se:

- redução do tempo de execução de atividades repetitivas ou manuais por meio da adoção de IA generativa (IAG);
- otimização dos fluxos de trabalho, permitindo que servidores se concentrem em atividades de maior valor agregado;
- aumento da celeridade na análise e síntese de informações;
- estímulo contínuo à experimentação, à criatividade institucional e à adoção de novas tecnologias;
- convergência com as diretrizes do CNJ, especialmente com o [Plano Nacional de Inovação do Poder Judiciário](#);
- capacitação de todos os servidores quanto ao uso responsável e eficiente da IA, conforme [Resolução CNJ nº 615/2025](#);
- desenvolvimento de novas competências digitais, aumentando a maturidade tecnológica no Tribunal;
- normatização do uso da IA generativa para garantir segurança jurídica, ética e previsibilidade.



Resultados

Ainda em 2025, foram concluídas as seguintes etapas iniciais:

- **Realização de Pesquisa de Usabilidade** - como diagnóstico do cenário inicial do projeto, buscou-se identificar o grau de familiaridade e de utilização de ferramentas de inteligência artificial generativa (IAG) pelos servidores, coletar informações para subsidiar o desenvolvimento de programas de treinamento e prospectar ferramentas que possam agregar valor às atividades do TRE-RJ;
- **Publicação de orientações e boas práticas no uso das ferramentas de IAG** - a regulamentação do uso de IA no ambiente de trabalho, e especificamente nas atividades judiciárias, é importante para garantir a segurança, a ética, a transparência e a responsabilidade no uso dessas novas tecnologias. Assim, foi publicado um aviso interno contendo orientações e regras de uso básicas para os servidores, sem prejuízo à posterior edição de um regulamento de utilização propriamente dito, entrega também prevista no projeto;
- **Disponibilização da ferramenta Gemini**, para uso de todos os servidores e servidoras;
- **Capacitação dos servidores(as)** - foi disponibilizada uma trilha de aprendizagem intitulada **Inovando com Inteligência Artificial**, cujos módulos abordam os fundamentos de IA, as principais ferramentas disponíveis no Tribunal (Gemini, NotebookLM), o desenvolvimento de assistentes de IA e prompts, as possibilidades de aplicações, as cautelas a considerar durante o uso etc.;
- **Realização de pilotos e testes de usabilidade com ferramentas da IAG**, que auxiliam:
 - no monitoramento e combate à disseminação de desinformação;

- na elaboração eficiente dos documentos necessários para licitações e contratações direta;
- na atividade jurisdicional, gerando ementas, relatórios e sínteses de processos.

Desafios e perspectivas para o futuro

Além das entregas mencionadas, fazem parte do escopo do projeto e são esperadas para os próximos exercícios, entre outras, as seguintes:

- Aprovação de Política ou Regulamento de Uso de IAG;
- Disponibilização, na intranet, do Portal de Inteligência Artificial;
- Realização de workshop para divulgação de soluções desenvolvidas;
- Realização de Pesquisa de Usabilidade pós-disponibilização da ferramenta de IA.

4.1.3 JUSTIÇA ELEITORAL ITINERANTE

Com objetivo de facilitar o acesso da população aos serviços eleitorais, a Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro promove e participa de diversas ações fora de suas instalações, levando seus serviços a lugares menos acessíveis e a pessoas mais carentes.

Para aprimorar a prestação desse relevante serviço, em 2025 foi criada uma unidade com atribuição específica para a coordenação e organização das ações itinerantes, o Núcleo de Justiça Eleitoral Itinerante (NUJEI).



Campanha de coleta biométrica #VemPraBiometria

Com mais de 76% do eleitorado do estado já identificado biometricamente, a Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro deu continuidade, em 2025, às ações para ampliar o cadastramento biométrico, atuando em municípios sem cartório eleitoral, que concentravam em janeiro daquele ano, mais de 40 mil eleitores sem biometria coletada.

Para tanto, foi estabelecida a meta de atender os municípios sem cartório eleitoral com mais de 20% do eleitorado sem o cadastro biométrico. Com isso, cerca de 3.000 eleitores não precisaram se deslocar a outro município para obtenção dos serviços eleitorais.

Buscando atingir essa meta, foi realizada uma ampla divulgação para convocar os eleitores para as ações itinerantes, que facilitaram o acesso ao serviço de biometria.

Ao todo, foram realizadas ações em 13 municípios que contam com baixo número de eleitores biometrizados, assim como em 6 municípios que não possuem Zona Eleitoral própria:

MUNICÍPIO	DATAS	ATENDIMENTOS
São José de Ubá	11 a 13/02	419
Itaperuna	14/02	112
Santo Antônio de Pádua	11 e 12/03	268
Aperibé	13 e 14/03	467
Duas Barras	01 e 03/04	622
Bom Jardim	04/04	86
Miguel Pereira	27/05	92
Paty do Alferes	28 a 30/05	487
Areal	10 a 12/06	450
Cabo Frio	22 a 23/07	1.312
Barra do Pirai*	13 e 14/10	363
Petrópolis*	21 a 24/10	752
Angra dos Reis	28 a 30/10	845
Teresópolis*	05 a 07/11	553
Rio de Janeiro**	11 e 12/11	131
Tanguá	25 a 27/11	653

Tabela 4.1.3.1: Municípios visitados na campanha #VemPraBiometria e outros objetivos

* Ações em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral no âmbito do projeto #PartiuVotar, que visa incentivar jovens na faixa etária entre 15 e 19 anos a tirarem o título de eleitor e tem foco em municípios fora da Região Metropolitana com baixa presença do grupo etário no cadastro eleitoral.

** Ação voltada aos eleitores com deficiência, realizada no Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência, no Centro do Rio de Janeiro.



Figura 4.1.3.1: Foto de ação da Justiça Eleitoral Itinerante para coleta biométrica realizada em Aperibé, no norte do estado do Rio de Janeiro

A Justiça Eleitoral Itinerante também atendeu em comunidades indígena e quilombola, nos municípios de Angra dos Reis e São Francisco de Itabapoana, respectivamente. Em 2026, pela primeira vez, a Aldeia Sapukay, no Sertão de Bracuí, Angra dos Reis, abrigará uma seção eleitoral, localizada no Colégio Indígena Estadual Karai Kuery Renda.

Participação do TRE-RJ em ações sociais de cidadania

Em 2025, o TRE-RJ participou de 7 mutirões interinstitucionais fortalecendo o vínculo entre a Justiça Eleitoral e os eleitores em situação de vulnerabilidade, resultando em benefícios para aproximadamente 1.200 eleitores:

AÇÃO	DATAS	ATENDIMENTOS
Projeto Levando Cidadania		
Realizada no município de Duque de Caxias, a ação foi organizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.	29/03	111
Mutirão do Trabalhador		
Realizada no município do Rio de Janeiro, a ação foi organizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.	01/05	67
Semana Nacional do Registro Civil - Registre-se!		
Ação de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, realizada na capital fluminense.	13 a 15/05	280
Mutirão de documentação da Mulher Trabalhadora Rural		
Promovida pelo INCRA, a ação foi realizada no município de São Francisco de Itabapoana e disponibilizou ao trabalhador rural acesso à Justiça, à documentação básica e a políticas públicas e o fortalecimento da agricultura familiar por meio da regularização documental e de cadastros, com foco prioritário no atendimento às mulheres.	29 a 31/07	274
Mutirão PopRuaJud 2025		
Realizada no Rio de Janeiro, a ação foi organizada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.	26 a 28/08	329

AÇÃO	DATAS	ATENDIMENTOS
AcessaJus Povos Indígenas e Povos Tradicionais		
Realizada na Aldeia Indígena Mata Verde Bonita, em Maricá, a ação foi organizada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.	09/07	10
Ação social em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com deficiência		
Realizada no Centro do Rio de Janeiro, a ação foi organizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.	24 e 25/09	61

Tabela 4.1.3.2: Ações sociais de cidadania itinerantes realizadas em 2025



Figura 4.1.3.2: Foto de atendimentos da Justiça Eleitoral Itinerante no Mutirão do Trabalhador, ação social realizada no feriado do Dia do Trabalhador, na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro

Atuação no Cipop-Rua no Centro do Rio de Janeiro e em Niterói

O TRE-RJ integra o Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua - Cipop-Rua, iniciativa coordenada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), que centraliza serviços para a população em situação de rua, oferecendo apoio jurídico, emissão de documentos, orientação social e acesso a outros órgãos (INSS, Detran, Justiça Eleitoral), visando a reinserção social e a garantia de direitos, inclusive os da cidadania, com unidades no Centro do Rio (Central do Brasil) e Niterói.

Atuando desde abril de 2024 com um guichê no Cipop-Rua da Central do Brasil, a Justiça Eleitoral fluminense atendeu mais de 5 mil pessoas em situação de rua ou extrema vulnerabilidade, sendo 3.948 eleitores somente no ano de 2025.



Figura 4.1.3.3: Foto de atendimento no Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua (Cipop-Rua), próximo à Central do Brasil

Em agosto de 2025, mais um posto de atendimento da Justiça Eleitoral no Cipop-Rua foi inaugurado, no município de Niterói.

O trabalho desenvolvido no Cipop-Rua foi reconhecido nacionalmente com o Prêmio CNJ de Boas Práticas de 2024, na categoria Impacto Social e Transformação. A iniciativa destacou-se por promover a inovação, a eficiência e a humanização no Judiciário, servindo de exemplo para outras regiões do país.

Pontos de Inclusão Digital - PIDs



Os PIDs são salas reservadas em locais distantes dos cartórios eleitorais ou das Centrais de Atendimento ao Eleitor, nas quais são disponibilizados computadores com link de internet para garantir acesso à justiça e serviços públicos digitais aos cidadãos sem recursos tecnológicos.

Nesses locais é possível ter acesso a todos os serviços disponíveis no site do TRE-RJ. Atuam também nesses espaços as justiças Estadual, Federal e Trabalhista.

Na cidade do Rio, os pontos foram instalados nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), nos bairros da Pavuna, Anil e Paciência. Os serviços eleitorais também se encontram disponíveis no PID do município de Areal.

Informações mais detalhadas podem ser obtidas na [página dedicada aos PIDs](#), no sítio eletrônico do TRE-RJ na internet.

Desafios e perspectivas para o futuro

Com o objetivo de ampliar o número de atendimentos nas localidades visitadas pela justiça itinerante, no ano de 2025, foi iniciado processo para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sonorização volante (carro de som) para divulgação das ações.

Também buscando melhorar a qualidade do atendimento, está sendo planejada a contratação de serviço de adaptação de veículo para acomodar a estrutura básica de um cartório eleitoral.

Destaca-se, no entanto, que apesar do êxito dos eventos realizados, é importante não perder de vista os significativos desafios enfrentados por este Tribunal para a prestação de serviços de forma itinerante, como a necessidade de acesso à rede de internet própria do TRE-RJ para a realização dos atendimentos, de modo a garantir a devida segurança da informação ou, ainda, a escassez de pessoal para integrar o corpo de voluntários que atuam nas ações sociais, especialmente em anos eleitorais, tendo em vista a necessidade de manutenção da excelência na prestação dos serviços ao cidadão.

Para os próximos exercícios, estão previstas ações nos municípios que contam com baixo número de eleitores biometrizados, com foco no atendimento de pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, aos excluídos digitais, às comunidades isoladas ou situadas em localidades distantes das unidades eleitorais, objetivando ampliar a cobertura da identificação biométrica e garantir maior segurança e eficiência no processo eleitoral.

4.1.4 INAUGURAÇÃO DO ANEXO À NOVA SEDE DO TRE-RJ, EDIFÍCIO DESEMBARGADOR ANTÔNIO JAYME BOENTE

Concretizando um objetivo institucional de longa data e concluindo o processo de mudança de sede iniciado em julho de 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro inaugurou, em 14 de outubro de 2025, o Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente.

O novo edifício, localizado na Rua da Alfândega, 41, no Centro do Rio de Janeiro, e antes conhecido como “Edifício Sulacap”, abriga unidades administrativas como as Secretarias de Gestão de Pessoas, Administração, Orçamento, Serviços Gerais e Manutenção, Tecnologia da Informação, além de uma Central de Atendimento ao Eleitor. Sua localização estratégica, em frente ao imponente Palácio da Democracia, promove a interação entre servidores e reforça o ambiente colaborativo.

Com 7,2 mil metros quadrados distribuídos por 11 andares, além de subsolo e mezanino – área equivalente a um campo de futebol de dimensões oficiais –, a estrutura beneficia-se do fato de ter passado por modernizações recentes, realizadas por seus ocupantes anteriores, a Petrobras e, posteriormente, sua subsidiária Transpetro.

Tombado pelo município como Patrimônio Histórico, o novo edifício impacta pela fachada, que combina granito e desenhos de formas geométricas. Juntos, o Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente e o Palácio da Democracia formam um complexo de infraestrutura moderna que contempla magistrados, advogados, servidores, terceirizados e estagiários.

Além dos evidentes ganhos em infraestrutura, a mudança para as novas instalações reduz custos operacionais e aumenta a eficácia da instituição, estabelecendo uma base mais sólida para atender ao crescimento das demandas. A evolução estrutural se refletirá diretamente na melhoria da qualidade dos serviços prestados, aumentando a produtividade e oferecendo melhores condições para o cumprimento da missão institucional do TRE-RJ, de organizar eleições com lisura e transparência.



Figura 4.1.4.1: Foto das fachadas do Ed. Des. Antônio Jayme Boente, na esquerda, e do Palácio da Democracia, na direita, prédios que compõem a sede do TRE-RJ

4.2 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

4.2.1 CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA NO EXERCÍCIO

A demanda pela prestação jurisdicional na Justiça Eleitoral tem caráter sazonal, em virtude da realização de eleições gerais e municipais, intercaladamente, a cada dois anos. Como resultado, o volume e a natureza das ações judiciais variam significativamente conforme o ano seja eleitoral ou não, bem como em função do tipo de eleição realizada. Assim, para fins de comparação, a análise dos dados históricos deve considerar o ciclo de quatro anos que compreende os dois anos de realização de eleições ordinárias, uma geral e uma municipal, e os exercícios imediatamente subsequentes.

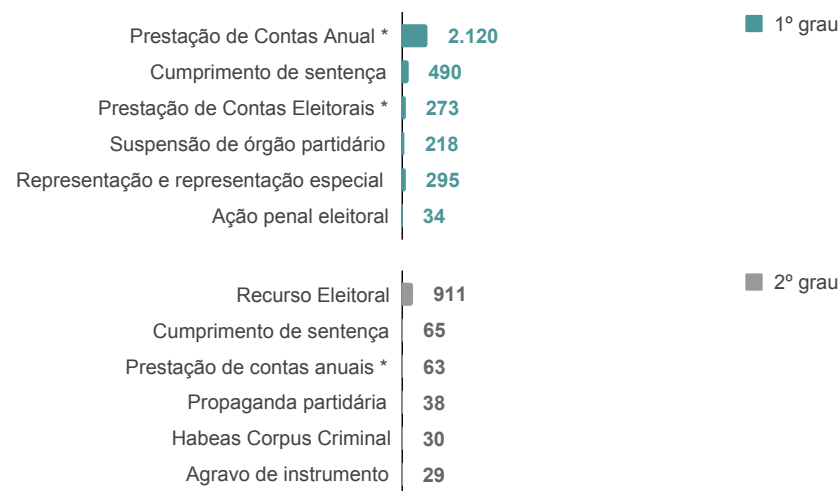
Os anos que sucedem às eleições municipais, em razão do julgamento dos processos eleitorais a elas vinculados, são caracterizados, no âmbito do 2º grau, pelo alto número de recursos eleitorais, especialmente em sede de Prestações de Contas Eleitorais.

Já no 1º grau, apesar das prestações de contas anuais dos partidos políticos e dos requerimentos de regularização da omissão de prestar contas anual corresponderem ao maior volume de processos, vale salientar o aumento na quantidade de processos de cumprimento de sentença, que, em sua grande maioria, estão relacionados a prestações de contas eleitorais.

Destaca-se, ainda, que, desde 2020, após o julgamento do Inquérito 4435/DF pelo Supremo Tribunal Federal, por meio do qual se reafirmou a competência da Justiça Eleitoral para o julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhe forem conexos, tem-se verificado um aumento expressivo de processos criminais.

Em 2025, outro fator contribuiu ainda mais para o aumento no acervo de feitos penais no âmbito deste Tribunal: o julgamento do HC 232.627/DF, que alterou o posicionamento do STF relativamente ao foro por prerrogativa de função, com a perpetuação da jurisdição na instância do foro, mesmo após encerrado o mandato eletivo.

Principais classes processuais dos processos ingressados em 2025



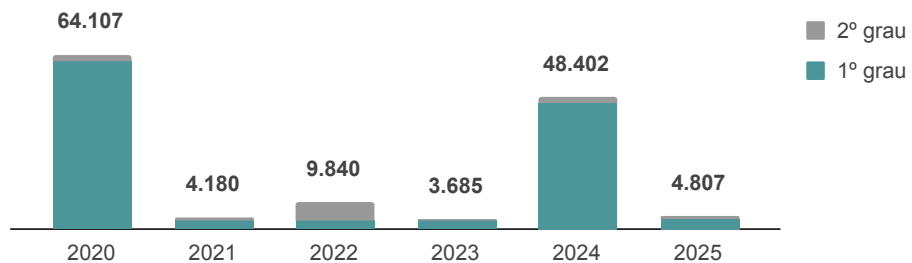
Gráficos 4.2.1.1 e 4.2.1.2: Principais classes processuais dos casos novos em 2025 (1º e 2º graus)

* Incluindo Requerimentos de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Eleitorais ou Anual

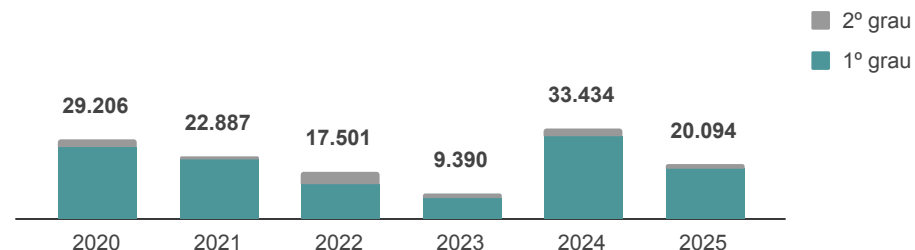
Fonte: CNJ - Painel de Estatísticas do Poder Judiciário

4.2.2 PRINCIPAIS ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS

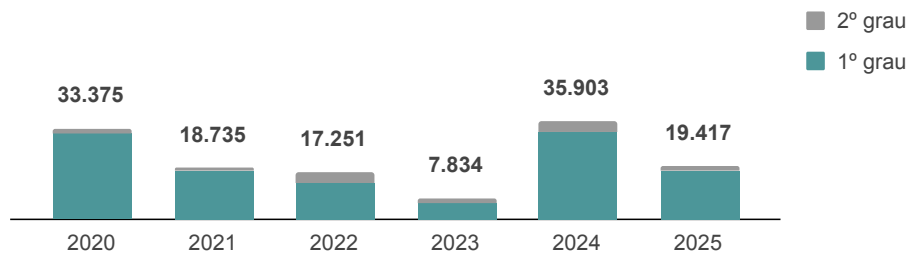
CASOS NOVOS



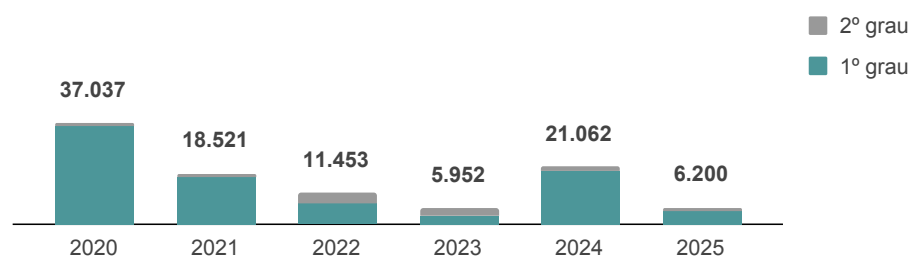
CASOS BAIXADOS



CASOS JULGADOS



CASOS PENDENTES



Gráficos 4.2.2.1 a 4.2.2.4: Casos novos, julgados, baixados e pendentes (1º e 2º graus) - Série histórica 2020 a 2025

Fonte: CNJ - Painel de Estatísticas do Poder Judiciário

4.2.3 PRINCIPAIS INDICADORES PROCESSUAIS

Além das Metas Nacionais (tópico 3.6 deste Relatório de Gestão) e dos indicadores vinculados ao Objetivo Estratégico OE 04 - *Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional* (tópico 3.5), são acompanhados no âmbito do Poder Judiciário diversos outros indicadores de gestão processual e produtividade, dos quais se destacam a Taxa de Congestionamento Líquida e o Índice de Atendimento à Demanda.

Taxa de congestionamento líquida

A Taxa de Congestionamento Líquida é a relação entre os casos pendentes e o somatório de baixados e pendentes em determinado período, desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

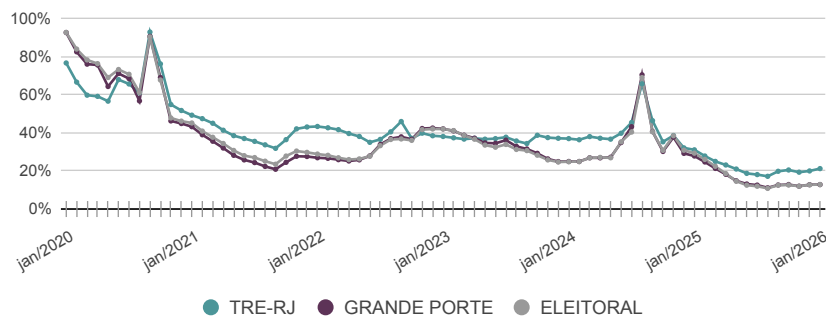


Gráfico 4.2.3.1: Taxa de Congestionamento Líquida (mês anterior) - Série histórica jan/2020 a jan/2026

TREs de grande porte: RJ, SP, MG, RS, PR e BA

Fonte: [CNJ - Painel de Estatísticas do Poder Judiciário](#)

Índice de Atendimento à Demanda

O Índice de Atendimento à Demanda é demonstrado pela média de processos baixados por caso novo em determinado período.

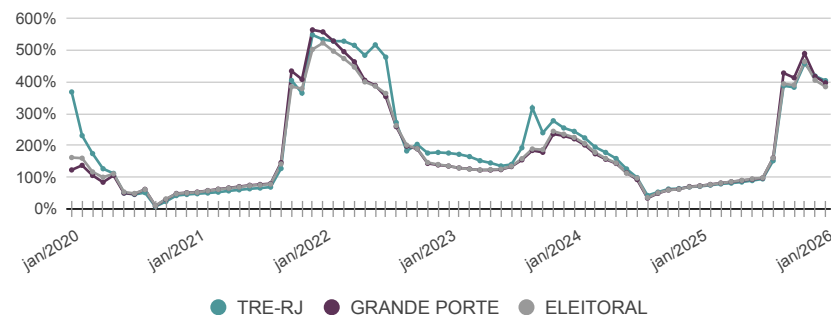


Gráfico 4.2.3.2: Índice de Atendimento à Demanda (últimos 12 meses) - Série histórica jan/2020 a jan/2026

TREs de grande porte: RJ, SP, MG, RS, PR e BA

Fonte: [CNJ - Painel de Estatísticas do Poder Judiciário](#)

4.2.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

- Criação de painel de Business Intelligence para o acompanhamento dinâmico do desempenho deste TRE-RJ nas metas estabelecidas pelo CNJ;
- Realização de cursos de capacitação em Gestão Cartorária; Processamento Judicial e Operações no PJe 1º Grau; Fiscalização da Propaganda Eleitoral - aspectos legais e práticos;
- Monitoramento processual: foram realizadas diversas ações com o objetivo de melhorar a eficiência e a adequação processual das Zonas Eleitorais, tais como: Planos de ação para Prestação de Contas e Ações Penais, Projeto "Lab 26", Procedimentos Investigativos e Impulsão às baixas processuais;

- Projeto “Alertas Zonas”: ferramenta automatizada que identifica atipicidades e notifica os responsáveis, garantindo agilidade e eficiência na gestão processual.

4.2.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Criar unidade de processamento especializada em demandas criminais a fim de que seja possível o processamento em tempo razoável da crescente demanda de processos criminais que aportam na segunda instância;
- Concluir a terceira etapa da automação Judi-Bot;
- Introduzir soluções robustas de IA Generativa, como Assistentes de IA, Agentes e Automações que auxiliem no trabalho de análise e processamento de demandas judiciais eleitorais;
- Conciliar a gestão processual do acervo pendente com as demais atividades cartorárias ligadas diretamente à preparação das eleições gerais de 2026;
- Realizar cursos de capacitação com foco em: Cumprimento de Sentença, Processo Penal, Fiscalização de Propaganda Eleitoral e Atendimento Humanizado;
- Desenvolver projeto com foco em Ações Penais a fim de diminuir o acervo processual desta classe.

4.3 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ELEITORAL E DA CIDADANIA

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro possui como um de seus principais processos a prestação de orientações à sociedade para o exercício consciente dos direitos políticos.

Possui, ainda, como objetivo previsto em seu Plano Estratégico, a promoção da educação eleitoral e da participação cidadã. Este objetivo envolve o incentivo da reflexão crítica das cidadãs e dos cidadãos sobre o voto consciente e o estímulo de suas participações como protagonistas do processo democrático.

Para a consecução de tais objetivos, o TRE-RJ, por intermédio da Escola Judiciária Eleitoral (EJE), desenvolve ações socioeducativas e promove eventos abertos ao público interno e externo, além de produzir publicações sobre a referida matéria.

Ações socioeducativas

As ações socioeducativas constituem um grande facilitador, não apenas para a construção de uma cidadania ativa, mas também para a desconstrução de muitas noções equivocadas acerca do papel desempenhado pela Justiça Eleitoral.

Os principais programas desenvolvidos pelo TRE-RJ são: o **Eleitor do Futuro** e o **TRE Vai à Escola**, que envolvem, principalmente, a realização de palestras presenciais, nos ambientes escolares, com o auxílio de servidores voluntários e magistrados, com foco na compreensão da condição de eleitor e do papel desempenhado pelos políticos eleitos.

A Escola Judiciária Eleitoral conta também com os programas **#PartiuVotar**, com foco no alistamento de jovens eleitores,

e **Visitas ao TRE**, cujo objetivo é aproximar os estudantes da Justiça Eleitoral.

Abordando temas como cidadania, democracia e o papel da Justiça Eleitoral, os programas incentivam a reflexão crítica das (futuras) cidadãs e dos (futuros) cidadãos sobre o voto consciente e reforça a importância da participação como protagonistas do processo democrático, da ampla disseminação de informações e da construção do diálogo sobre o processo e a memória eleitorais.

As oficinas demonstrativas do funcionamento da urna eletrônica, com a possibilidade do seu manuseio e a com a simulação das eleições, têm se mostrado um grande atrativo para os estudantes, o que se configura como oportunidade para a Justiça Eleitoral consolidar a confiabilidade e legitimidade da urna eletrônica.

Em 2025, a equipe da EJE foi capacitada para conhecimento de novas técnicas, com o intuito de incrementar as atividades aplicadas nas ações. Assim, pela primeira vez, foram utilizados, como apoio nas ações, jogos educativos, como o "Corrige e Confirma" e "Advinha e Confirma".

Ao longo do ano, foi identificado um aumento no número de estudantes beneficiados pelos programas e projetos da EJE, o que tem se tornado característico de anos não eleitorais, considerando a maior disponibilidade de tempo e força de trabalho para dedicação às ações socioeducativas.

As atividades socioeducativas atingiram um número expressivo de **22.449 alunos e alunas dos ensinos médio e fundamental, em um total de 277 ações, considerando todos os programas.**



Pode-se atribuir este fenômeno à edição do [Ato Conjunto PR/VPCRE nº 07/2025](#), que regulamentou o programa **TRE Vai à Escola**, proporcionando

grande adesão dos magistrados e magistradas eleitorais. Sozinho, o programa alcançou **13.294 estudantes em 222 ações**, realizadas em 63 das 92 cidades do Rio de Janeiro. Além disso, das 165 Zonas Eleitorais, 116, de todas as regiões do estado, se engajaram em realizar pelo menos uma ação do TRE Vai à Escola.

Já o programa **Eleitor do Futuro** teve **43 ações** em 2025, atingindo um total de **5.354 estudantes**, 729 do Ensino Médio e 4.625 do Ensino Fundamental.



As ações ocorreram na capital e nos municípios de Barra do Piraí, Volta Redonda, Barra Mansa, Petrópolis, Angra dos Reis e São João de Meriti. O grupo de palestrantes contou com a colaboração de 20 servidores voluntários.



O programa **#PartiuVotar**, foi instituído de forma permanente no ano de 2025 e tem como objetivo incentivar jovens na faixa etária entre 16 e 18 anos a tirarem o título de eleitor, com foco nos

municípios fora da Região Metropolitana que apresentam baixa presença do grupo etário no cadastro eleitoral.

Em 2025, o programa foi levado aos municípios de Barra do Piraí, Petrópolis e Teresópolis, no total de **9 ações** em formato presencial, que alcançaram **3.765 alunos do ensino médio** e resultaram em cerca de **1.301 alistamentos eleitorais** dos estudantes contemplados pelas ações.

Destaca-se que o município de Teresópolis, que estava em 1º lugar dentre os municípios do interior com o menor percentual de alistamento entre os jovens de 15 a 19 anos, passou para 10º lugar, Barra do Piraí passou de 2º lugar para 6º e Petrópolis passou de 3º para 11º lugar.

Já no projeto **Visitas ao TRE**, foram realizadas **3 ações** na própria sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que alcançaram cerca de **36 estudantes**.



O projeto, voltado para jovens universitários e estudantes de Ensino Médio, promove visitas à sede do TRE-RJ e conversas sobre eleições, além da participação em uma eleição simulada e acompanhamento de uma sessão de julgamento da Corte Eleitoral fluminense. Nos períodos em que o cadastro eleitoral encontra-se aberto, existe, ainda, a oportunidade de realizar o alistamento eleitoral, se assim desejar o estudante.

Destaca-se, aqui, a participação no projeto Visitas ao TRE de estudantes do Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência de Santa Cruz, que atende jovens e adultos com diferentes quadros de deficiência intelectual e física, consistindo em uma iniciativa inclusiva por parte da Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro.



Figura 4.3.1: Foto da edição do projeto Visitas ao TRE, com estudantes do Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência de Santa Cruz

Eventos abertos ao público externo

Em 2025, foram promovidos **8 eventos acadêmicos** abertos ao público externo, de diversos formatos, entre palestras e seminários, presenciais e *online*, que permitiram ampliar os debates com a comunidade jurídica, partidos políticos, organizações sociais e a população em geral:

EVENTO	TEMÁTICA
<u>Mulheres Eleitoristas 7</u>	Participação feminina na atividade político-partidária, no poder judiciário e no cenário político nacional.
<u>Entre o Passado e o Futuro da Democracia: O Palácio na Visão de um Flâneur</u>	Panorama enriquecedor sobre a história do prédio que abriga a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o Palácio da Democracia.

EVENTO	TEMÁTICA
<u>O Projeto do Novo Código Eleitoral: Expectativas e Perspectivas e Eleições em Transformação: O que esperar do Novo Código Eleitoral</u>	Expectativas, perspectivas, temas específicos, desafios e implicações do Novo Código Eleitoral no sistema eleitoral brasileiro.
<u>Direitos Políticos e Democracia: Diálogos sobre a Constituição</u>	Temas relacionados aos direitos políticos e à democracia, abordando questões constitucionais relevantes.
<u>Captação ilícita de sufrágio e corrupção eleitoral: aspectos práticos e processuais do ilícito eleitoral</u>	Temas sobre corrupção eleitoral, aspectos práticos e processuais do ilícito eleitoral, estratégias de prevenção, investigação e responsabilização, bem como impactos no processo eleitoral.
<u>Organizações Criminosas e Eleições</u>	Influência e estratégias de organizações criminosas no processo eleitoral; fenômeno da "criminalização da política" e os desafios para a Justiça Eleitoral e as demais instituições de segurança pública e de repressão ao crime organizado
<u>A Responsabilidade do Impacto das Informações nas Eleições</u>	Influência e impacto da disseminação de informações, em especial as fake news, no processo eleitoral; discussão das responsabilidades de cada indivíduo — eleitores, veículos de comunicação, candidatos e autoridades — na verificação e no combate à desinformação.

Produção e publicação de periódicos científicos e cartilhas educativas/instrutivas

Revista Justiça Eleitoral em Debate

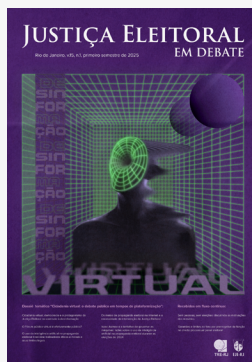
Em 2025, foram produzidos dois volumes da 15ª edição do periódico científico Revista Justiça Eleitoral em Debate.

O primeiro volume teve como tema **“Cidadania virtual: o debate público em tempos de plataforma”**, com o objetivo de contribuir para a reflexão crítica e teórica acerca dos discursos tóxicos e das práticas de desinformação no ambiente digital, que ameaçam as democracias contemporâneas e a legitimidade dos processos eleitorais.

O segundo volume foi lançado com o dossiê temático **“Inteligência artificial, desigualdades e justiça algorítmica: reconfigurações das experiências sociais”**, propondo a discussão de temas como desigualdade social e curadoria algorítmica, novos modos de exercício da cidadania política, experiências sociais mediadas por tecnologias, desinformação e deliberação pública, bem como regulação, ética e direitos no uso da inteligência artificial.

Esses volumes inauguraram a publicação da revista na plataforma Open Journal Systems (OJS), utilizada para a submissão de artigos, a gestão do processo de avaliação por pares em sistema duplo-cego, a disponibilização de acervo e o gerenciamento de fluxo editorial. A adoção do OJS aprimorou a qualidade editorial do periódico e elevou seu conceito junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), alinhando-o às práticas adotadas por instituições de ensino superior em âmbito internacional.

Todas as edições da revista podem ser acessadas [na página da EJE-RJ](#), no sítio eletrônico do TRE-RJ.



Livreto “Um passeio no Palácio da Democracia”

O livreto *“Um passeio no Palácio da Democracia”* resgata aspectos históricos e arquitetônicos do edifício que atualmente abriga a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

A obra estabelece, sobretudo, um paralelo entre as camadas de exclusão social presentes na construção do prédio, no período oligárquico da República, e o contexto inaugurado pela Constituição de 1988, marcado pela construção de um futuro fundamentado nos valores democráticos, na soberania popular e na inclusão social.

A publicação foi disponibilizada [na página da EJE-RJ](#), no sítio eletrônico do TRE-RJ, tendo sido produzidas 20 cópias impressas.

Livro “Centenário do Palácio da Democracia”

O livro *“Centenário do Palácio da Democracia”* celebra os cem anos do edifício localizado na esquina das ruas da Alfândega e da Quitanda, inaugurado nos primeiros meses de 1926. Originalmente sede do Banco Alemão Transatlântico, o prédio abriga atualmente o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, sendo reconhecido como “Palácio da Democracia”.

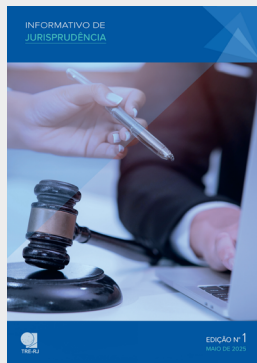
A obra recupera a simbologia histórica do edifício, que, enquanto instituição bancária, orgulhava-se de ser uma “caixa-forte” - referência à sua solidez financeira e à existência de um grande cofre Panzer, ainda preservado no subsolo. Em paralelo, o TRE-RJ é apresentado como a “caixa-forte” da democracia, em razão do seu papel fundamental na garantia de eleições limpas, transparentes e fiéis à vontade soberana do eleitorado fluminense.

A versão digital do livro foi disponibilizada [na página da EJE-RJ](#), no sítio eletrônico do TRE-RJ, e foram publicadas 150 cópias impressas.



Informativo de Jurisprudência do TRE-RJ (InfoJur)

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro lançou em 2025 o Informativo de Jurisprudência do TRE-RJ (InfoJur), que reúne, mensalmente, os principais julgados do Tribunal em linguagem clara e acessível. Cada edição apresenta resumos não oficiais das decisões, com destaque para os pontos centrais, a legislação aplicada e os precedentes utilizados. A primeira edição foi publicada em maio. Outras seis edições do informativo foram publicadas e todas se encontram disponibilizadas na [página de Jurisprudência](#), no sítio eletrônico do TRE-RJ.



Será realizada, ainda, a modernização da página da Escola Judiciária Eleitoral no portal do TRE-RJ, com foco na otimização da navegabilidade e no aumento da visibilidade das ações institucionais realizadas. O projeto inclui a implementação de uma seção dedicada a notícias e outra a conteúdos audiovisuais sobre os serviços socialmente relevantes.

Perspectivas para o futuro

No campo das ações socioeducativas, planeja-se dar continuidade, em 2026, aos programas já instituídos, com a realização de ações dos programas Eleitor do Futuro e Visitas ao TRE. Considerando se tratar de ano eleitoral, há previsão de implementação de uma ação do programa #Partiu Votar e cada Zona Eleitoral deverá executar pelo menos uma ação do TRE Vai à Escola, nos termos do [Ato Conjunto PR/VPCRE nº 07/2025](#).

Pretende-se, também, participar do projeto **“Democracia Além das Grades”**, com o objetivo de viabilizar o exercício do direito ao voto dos presos provisórios, promovendo, assim, cidadania e inclusão democrática.

Além disso, há a perspectiva de criação de novos jogos educativos e site de jogos educativos como material de apoio para utilização nas ações socioeducativas.

Quanto aos seminários e palestras, será dado maior foco aos formatos digitais, por se tratar de ano eleitoral, em que a participação física de servidoras, servidores, magistradas e magistrados se torna mais desafiadora.

4.4 GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal



Os atos de gestão de pessoas no âmbito do TRE-RJ devem observar os ditames da [Constituição Federal de 1988](#) e da [Lei nº 8.112/1990](#), entre outras legislações específicas aplicáveis à matéria, de acordo com as instituições de origem dos colaboradores desta Corte, sejam eles magistrados(as), servidores(as) efetivos(as), requisitados(as) ou cedidos(as).

Além disso, diversas diretrizes externas expedidas pelo TSE, CNJ e TCU balizam a atuação deste Tribunal, assim como recomendações expedidas pela Secretaria de Auditoria Interna.

O TRE-RJ dispõe, ainda, de normativos infralegais (portarias, resoluções, instruções e entendimentos administrativos) que versam sobre os temas relacionados à gestão de pessoas, disponíveis na página [Normativos Internos de Pessoal](#) no sítio eletrônico do TRE-RJ.

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) é a unidade que instrumentaliza e operacionaliza os subsistemas de gestão de pessoas para alcance dos objetivos estratégicos do TRE-RJ, utilizando, no exercício de suas atividades, de forma predominante, o Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) da Justiça Eleitoral e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

4.4.1 PRINCIPAIS MECANISMOS DE CONTROLE ADOTADOS NA GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS E NA GESTÃO DE PESSOAS

Mecanismos de controle na gestão da Folha de Pagamentos

A gestão do cadastro de pessoal e a elaboração da folha de pagamento do TRE-RJ são realizados, precipuamente, por meio do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), desenvolvido pelo TSE.

Todas as informações para fins de inclusão para pagamento são obrigatoriamente registradas em módulo específico do SGRH pelos setores competentes, com a necessária observância da legislação aplicável e das decisões judiciais e administrativas correlatas, estando as providências sempre registradas e certificadas nos processos de trabalho correspondentes.

As informações contidas no sistema são periodicamente avaliadas pela Coordenadoria de Pagamento e auditadas pela Secretaria de Auditoria Interna.

O Tribunal utiliza o eSocial como um dos principais mecanismos de controle na gestão da folha de pagamento e de pessoas. A partir do monitoramento contínuo do envio de dados pelas unidades, o Tribunal garante conformidade com os padrões nacionais e evita erros que poderiam gerar passivos trabalhistas ou sanções do TCU. Esse acompanhamento está alinhado às metas de compliance internas, com relatórios periódicos e ações corretivas proativas.

Monitoramento do Módulo Índícios do sistema e-Pessoal

O Tribunal de Contas da União disponibiliza em seu sistema denominado e-Pessoal, dentro do Módulo Índícios, alertas sobre situações detectadas como suscetíveis de avaliação e correção, como duplicidade de pagamento de benefícios, pagamento de remuneração com extrapolação do teto constitucional, ocorrências surgidas em decorrência de interpretação legal decididas pelo TCU em controle externo, entre outras.

A Secretaria de Auditoria Interna e a Secretaria de Gestão de Pessoas realizam monitoramento dessas diligências, com vistas ao devido e tempestivo tratamento de tais indícios.

Controle de Serviço Extraordinário

O sistema Super HE, criado pelo TRE-RJ em 2022, profissionalizou o controle das horas extras. Desde então, a SGP aperfeiçoou a metodologia com previsão de demanda considerando zonas eleitorais, periodicidade, força de trabalho e orçamento. Hoje, temos esta já estabelecida e consolidada na SGP, que será utilizada para a execução das Eleições Gerais de 2026 — com mais previsibilidade, critério e transparência.

Auditorias realizadas na área de Gestão de Pessoas em 2025

Apresentamos na tabela a seguir as principais auditorias respondidas no âmbito da gestão de pessoas em 2025. Os relatórios de auditoria interna podem ser consultados [no sítio eletrônico do Tribunal](#).

Auditoria Financeira e de Conformidade sobre as Contas Anuais do exercício de 2025

A auditoria nas contas é prevista na [IN TCU nº 84/2020](#) e tem por finalidade assegurar que as prestações de contas expressem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, de acordo como os critérios aplicáveis. Especificamente no âmbito do Ciclo Contábil de Gestão de Pessoas do exercício 2025, foram previstas seguintes avaliações relacionadas à contabilização e aos atos de gestão de pessoas: verificação da contabilização da folha de pagamento de servidores, membros, juízes e promotores, dos meses de janeiro a dezembro de 2025; da contabilização do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); da contabilização de duodécimos de férias e 13º salário; verificação da existência de pensionistas civis registrados na folha de pagamento de setembro de 2025, com registro de óbito anterior aos lançamentos na folha; comparação dos quantitativos de pensionistas registrados no sistema gerencial SGRH e em folha de pagamento; verificação de descontos de PSSS efetuados, do correto enquadramento dos servidores ativos na classe/padrão da carreira dos servidores do PJJ, da existência de servidores ativos com idade para aposentadoria compulsória, do correto pagamento das folhas de pagamento do exercício de 2025, da regularidade do pagamento do terço de férias aos servidores e dos lançamentos contábeis no SIAFI em relação às folhas de pagamento do exercício de 2025 extraídas do SGRH, de contas contábeis selecionadas. De acordo com o cronograma da auditoria, tem-se a previsão de conclusão dos trabalhos e emissão de relatório final até o primeiro trimestre de 2026.

Auditoria sobre a Aderência a Práticas e Princípios de Sustentabilidade Ambiental e Social

A auditoria teve por objetivo aferir a aderência do TRE-RJ a princípios e práticas de sustentabilidade ambiental e social, por meio da avaliação da efetividade dos processos de elaboração e de execução do Plano de Logística Sustentável (PLS). No que diz respeito à gestão de pessoas, foram avaliados critérios relacionados à realização de capacitações (cursos/palestras) sobre sustentabilidade ([Relatório de Auditoria nº 04/2025](#)).

Auditoria Anual de Gestão 2025

A auditoria teve por objetivo verificar o atendimento a requisitos relevantes de conformidade e/ou desempenho operacional relacionados à gestão de contratações, de tecnologia da informação e de pessoas, ao longo do exercício. Na área de gestão de pessoas, foi avaliado se os atos de aposentadoria e pensão civil foram instruídos com a documentação obrigatória, se cumprem os requisitos legais e constitucionais, se foram devidamente cadastrados e enviados tempestivamente ao TCU por meio do Sistema e-Pessoal e se houve ocorrência de falhas ou impropriedades em sua formalização ou tramitação que possam comprometer sua legalidade ([Relatório de Auditoria nº 06/2025](#)).

Tabela 4.4.1.1: Auditorias realizadas na área de Gestão de Pessoas em 2025

Mecanismos de controle na Gestão de Pessoas

No âmbito estratégico, o TRE-RJ utiliza os indicadores abaixo como mecanismos de controle para direcionar a tomada de decisão em Gestão de Pessoas:

Indicadores Estratégicos relacionados à área de Gestão de Pessoas

O desempenho do Objetivo Estratégico “Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação” é aferido a partir dos seguintes indicadores estratégicos, estabelecidos no Plano Estratégico 2021-2026, cujas medições se iniciaram no exercício de 2022 e cujos desempenhos, demonstrados no Gráfico 4.1.1.1, na sequência, indicam o resultado percentual em comparação com a meta percentual:

• **IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional** - Mede a satisfação de servidores(as) com a instituição e o nível de engajamento organizacional

	2022	2023	2024	2025
Resultado	-	72%	-	64,9%
Meta	68%	70%	72%	74%

• **IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)** - Mede o percentual de servidores(as) alcançados pelos objetivos do EPS, visando à construção e à manutenção de ambientes, processos e condições de trabalho que contribuam para a saúde e a segurança dos servidores(as) na sua coletividade.

	2022	2023	2024	2025
Resultado	12,24%	21,05%	11,67%	18,89%
Meta	10%	20%	20%	25%

• **IE 42 - Taxa de aderência ao PAC** - Mede a relação entre o total de cursos realizados e o total de cursos previstos no Plano Anual de Capacitação (PAC), para verificar se o que foi planejado foi realizado.

	2022	2023	2024	2025
Resultado	59,14%	52,83%	46,77%	61,25%
Meta	60%	65%	70%	75%

• **IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência** - Mede a quantidade de unidades que foram avaliadas por competências e que tiveram a gestão de ocupações críticas implementada, para gerenciar e desenvolver as habilidades técnicas e comportamentais de servidores(as) e diminuir o número de ocupações críticas no TRE-RJ.

	2022	2023	2024	2025
Resultado	18,01%	36,36%	52,52%	45,45%
Meta	18%	54%	65%	72%

• **IE 44 - Taxa de servidores capacitados** - Mede o percentual de servidores(as) que alcançaram o mínimo de horas de capacitação no ano, com ações promovidas pelo Tribunal, de forma a buscar promover capacitações para a maior parte do quadro de servidores(as)

	2022	2023	2024	2025
Resultado	58,23%	55,86%	49,24%	107,51%
Meta	40%	58%	60%	62%

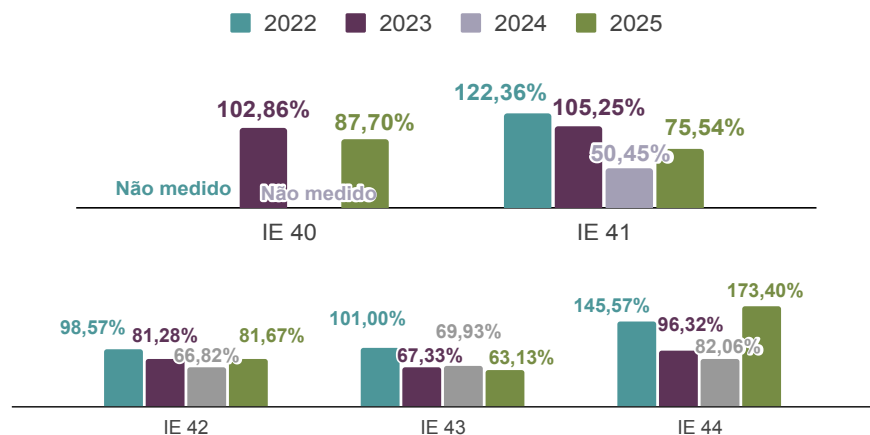


Gráfico 4.4.1.1: Desempenho dos indicadores estratégicos relacionados à área de Gestão de Pessoas (Desempenho = Resultado / Meta)

Observações:

- 1) As fichas técnicas dos indicadores apresentados podem ser consultadas no [Glossário de Indicadores de Desempenho e Metas](#) do Plano Estratégico 2021-2026.
- 2) Os indicadores estratégicos são classificados de acordo com seu desempenho, podendo ser ótimo (igual ou maior a 80%), satisfatório (50% a 79%) ou insatisfatório (menor que 50%).

Índice de absenteísmo-doença

Mede o percentual de ausências de servidores(as) ao trabalho por motivo de doença.

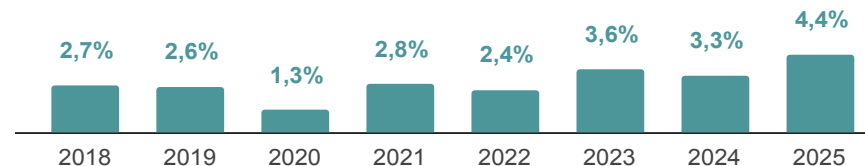


Gráfico 4.4.1.2: Índice de absenteísmo-doença

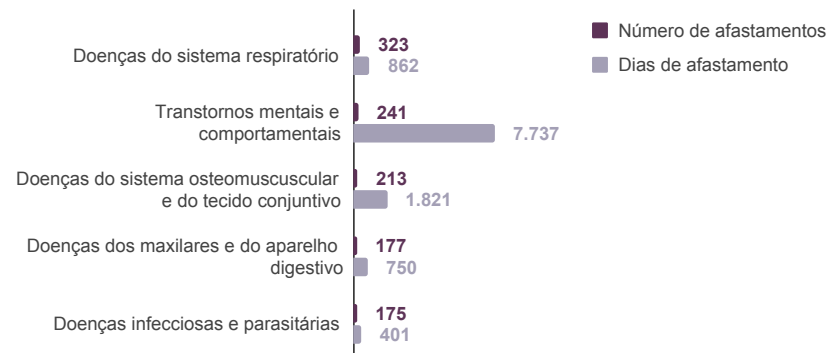


Gráfico 4.4.1.3: Principais causas de absenteísmo-doença em 2025

Observações:

1) A análise comparativa entre os anos de 2025 e 2024 das principais causas de absenteísmo por doença revela tendências, tanto em termos do número de afastamentos quanto do quantitativo de dias de afastamento:

a) A categoria "Transtornos mentais e comportamentais" teve o maior número total de dias de afastamento tanto em 2024 (8.428) quanto em 2025 (7.737) e continua a ser a principal causa de absenteísmo prolongado (média de 32 dias por afastamento em 2025). No entanto, de 2024 para 2025, houve redução tanto no número de afastamentos (-30 casos, -8,20%) quanto no total de dias de afastamento (-691 dias, -11,07%). Isso sugere que as intervenções nessa área podem estar tendo impacto na diminuição da severidade ou da recorrência.

b) A categoria "Doenças do sistema respiratório", principal em número de afastamentos (323), mas cujo absenteísmo é de curta duração (média de 3 dias por afastamento em 2025), também registrou queda em relação a 2024, tanto no número de afastamentos (-59 casos, -15,45%), quanto no total de dias de afastamento (-60 dias, -6,51%).

c) Duas novas categorias entraram na lista das cinco principais causas de absenteísmo em 2025, substituindo "Neoplasias" e "Traumatismos" da lista de 2024: "Doenças dos maxilares e do aparelho digestivo" e "Doenças infecciosas e parasitárias".

2) A série histórica revela que, apesar de uma ligeira queda no índice de absenteísmo observada nos anos eleitorais em comparação aos anos não eleitorais, a média geral do índice tem apresentado um aumento gradual desde o início da pandemia (2020).

Participação em ações de qualidade de vida no trabalho

Mede a participação relativa do corpo funcional em ações de qualidade de vida.

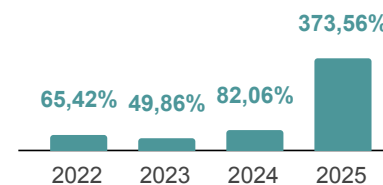


Gráfico 4.4.1.4: Participação em ações de qualidade de vida no trabalho

Observações:

1) A Qualidade de Vida no ambiente de Trabalho compõe um dos pilares constantes do [Plano de Logística Sustentável do TRE-RJ](#), possibilitando o monitoramento da participação de servidores(as) nesse tipo de ação.

Destaca-se que, em 2021, foi editada a [Resolução CNJ nº 400/2021](#), dispondo sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e, assim, traçando diretrizes para as iniciativas do TRE-RJ na temática (art. 16, § 4º).

2) O desempenho apresentado se refere à quantidade anual de participações. Em relação à meta de 662 servidores estabelecida no Plano de Logística Sustentável do TRE-RJ, foi alcançado 373,56% do objetivo definido (2.473 participações).

3) Os dados de anos anteriores a 2022 foram desconsiderados devido à nova forma de contagem das ações de qualidade de vida estabelecida a partir do Plano de Logística Sustentável atual (2021-2026).

Índice de Governança e Gestão de Pessoas - iGovPessoas - TCU

Consolida os resultados obtidos pelo órgão na área de governança e gestão de pessoas no levantamento do perfil integrado de governança organizacional e gestão públicas realizado periodicamente pelo Tribunal de Contas da União. Destaca-se, ainda, o indicador agregador iGestPessoas.

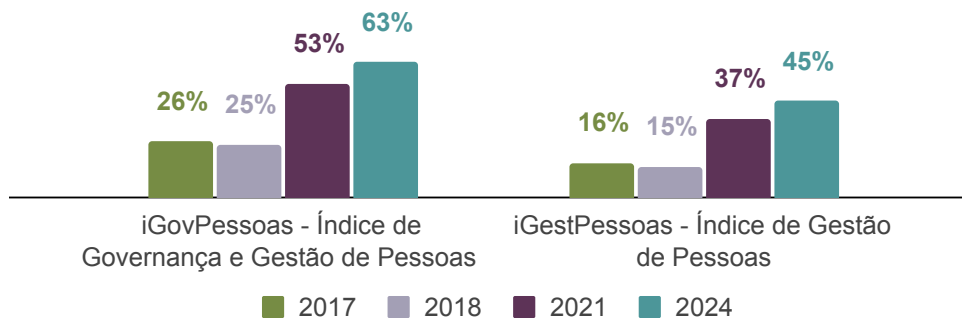


Gráfico 4.4.1.5: Índice de Governança e Gestão de pessoas - iGovPessoas - TCU

Observações:

- 1) Em 2022, 2023 e 2025, não houve avaliação pelo TCU.
- 2) O Tribunal de Contas da União (TCU) reformulou o levantamento de governança e gestão organizacional, a fim de agregar a avaliação dos processos que envolvem responsabilidade ambiental e social. Desse modo, o iGG - Índice integrado de governança e gestão públicas foi substituído pelo iESGo (em que "ESG" se refere a "Environmental, Social and Governance"), aferido pela primeira vez em 2024, avaliando, dentre outras, as práticas voltadas ao tema "Gestão de Pessoas".

4.4.2 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal do TRE-RJ é composto por 1.298 cargos efetivos, que decorrem de criação por lei específica, sendo providos por concurso público ou redistribuição com outros órgãos do Poder Judiciário da União.

Do quantitativo de cargos efetivos, há 1.255 cargos providos, dos quais 39,3% correspondem a cargos de Analista Judiciário e 60,2% a cargos de Técnico Judiciário. Os cargos de Auxiliar Judiciário, que correspondem a 0,5%, estão sendo declarados extintos à medida que se tornam vagos, nos termos da [Lei nº 11.202/2005](#).

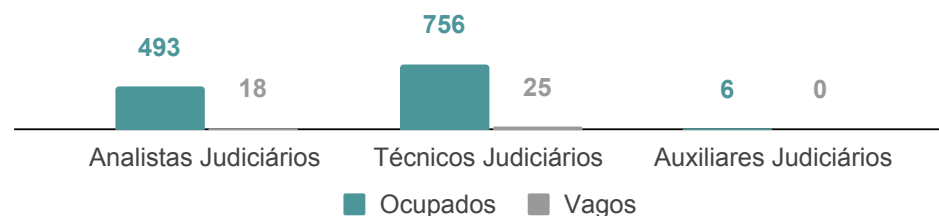


Gráfico 4.4.2.1: Cargos efetivos

O TRE-RJ possui 66 cargos em comissão (dois vagos), escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de Assesores(as), Coordenadores(as), Secretários(as), Diretor(a)-Geral e Secretário(a)-Geral, na Sede e Núcleos Administrativos.

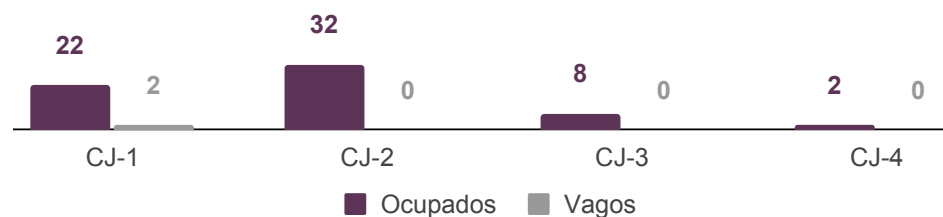


Gráfico 4.4.2.2: Cargos em comissão

Possui, ainda, 711 funções comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6 (exceto FC-4), para o exercício de atribuições de Assistentes e Chefes de Núcleo, Seção ou Cartório Eleitoral. Desse total de funções comissionadas, 306 estão na Sede/ Núcleos Administrativos (sendo 287 ocupadas) e 405 nas Zonas Eleitorais (335 ocupadas). Dentre as funções comissionadas nas

Zonas Eleitorais, existem 25 funções de nível FC-1 e 39 funções de nível FC-6 reservadas para posterior utilização, provenientes do rezoneamento efetuado em 2017.

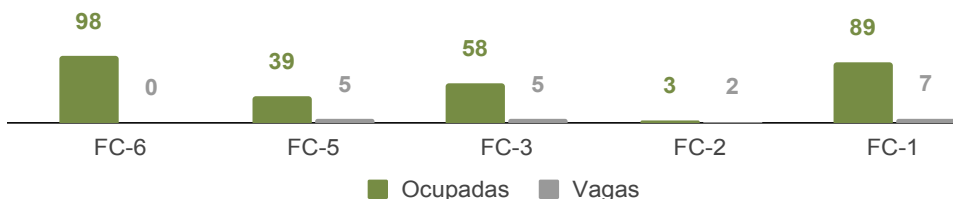


Gráfico 4.4.2.3: Funções comissionadas na Sede/Núcleos Administrativos

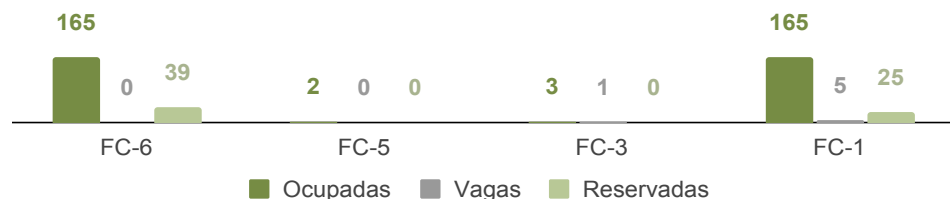


Gráfico 4.4.2.4: Funções comissionadas em Zonas Eleitorais

No TRE-RJ, há 313 cargos e funções gerenciais, estando dois vagos, sendo 94,25% preenchidos por servidores(as) efetivos(as). São considerados de natureza gerencial os cargos em comissão e as funções comissionadas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão.



Gráfico 4.4.2.5: Distribuição de cargos e funções gerenciais preenchidos por situação funcional

A maior concentração ocorre no comissionamento FC-6, em razão de essa ser a função comissionada ocupada pelas chefias das 165 Zonas Eleitorais e, também, pelas chefias das Seções da Sede do TRE-RJ.

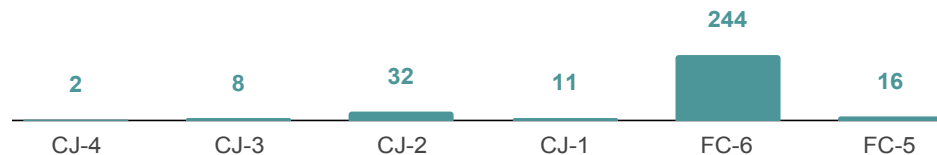


Gráfico 4.4.2.6: Distribuição de cargos e funções gerenciais por nível de comissionamento

Situação funcional

A situação funcional dos(as) servidores(as) do TRE-RJ foi classificada em ativos(as) em exercício no próprio Tribunal, cedidos(as), licenciados(as) em exercício provisório (para acompanhamento de cônjuge), licenciados sem remuneração, e removidos(as), além de inativos(as).

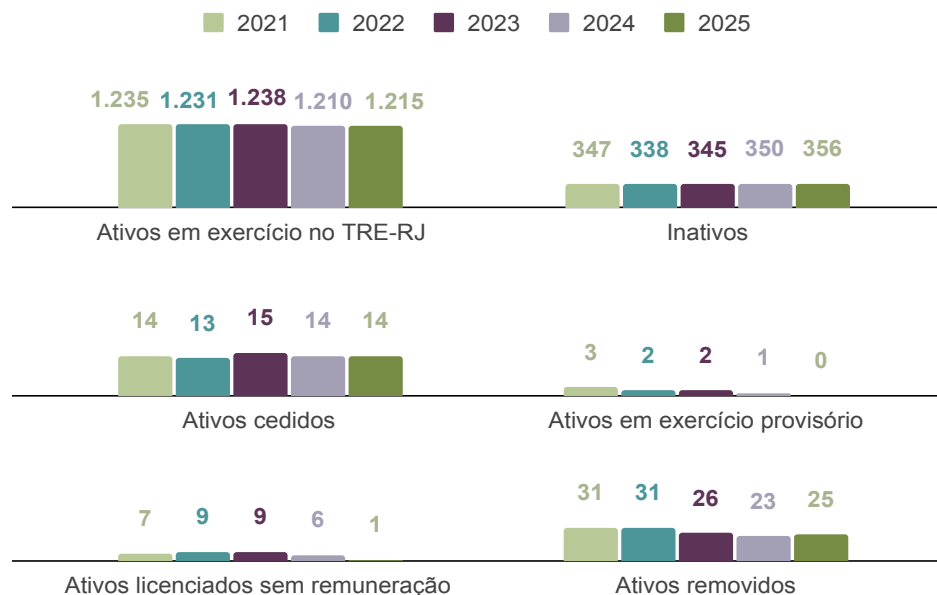


Gráfico 4.4.2.7: Servidores por situação funcional

Entre 2021 e 2025, a composição funcional do TRE-RJ manteve-se estável e bem estruturada, mesmo diante de um cenário nacional desafiador. O número de servidores ativos em exercício no TRE-RJ variou discretamente, de 1.235 para 1.215, refletindo ajustes naturais por aposentadorias, reposições e movimentações regulares. A leve oscilação nos quadros de cedidos, removidos e licenciados sem remuneração indica um equilíbrio saudável entre as demandas institucionais e as necessidades individuais dos servidores. Já o crescimento dos inativos, chegando a 356 em 2025, segue a tendência demográfica esperada em toda a administração pública. Mesmo com a realização de grandes projetos e demandas estratégicas da Justiça Eleitoral, como o planejamento das eleições de 2026 e o aprimoramento de sistemas administrativos, o TRE-RJ demonstrou responsabilidade na gestão de sua força de trabalho, garantindo continuidade dos serviços com qualidade e respeito ao cidadão.

Força efetiva de trabalho

A capacidade laboral do TRE-RJ está representada por seus servidores(as) efetivos(as) e, também, pelos requisitados(as)/cedidos(as) ao TRE-RJ, pelos removidos(as) e em exercício provisório no Tribunal, pelos ocupantes de cargos comissionados sem vínculo com a Administração Pública e pelos terceirizados(as).

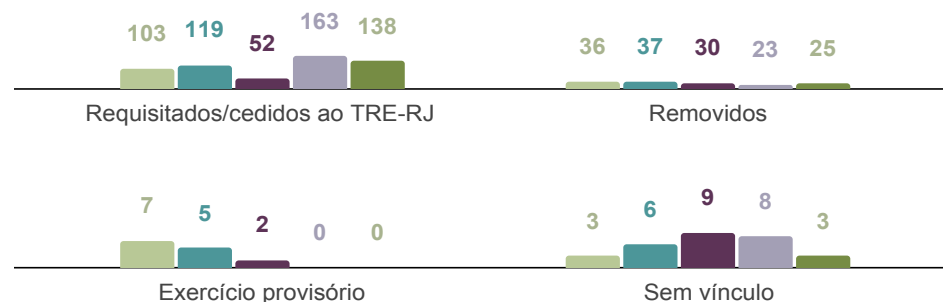


Gráfico 4.4.2.8: Distribuição da força efetiva de trabalho

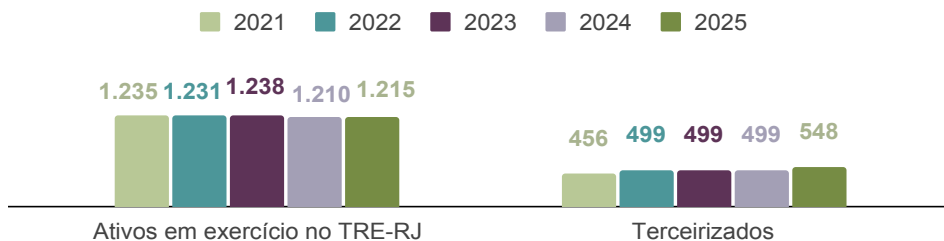
Note-se que, seguindo o padrão dos anos sem pleito, em 2025 houve uma redução no número de servidores(as) requisitados(as). Esse cenário mudará em 2026, ano de eleições gerais, quando a demanda por requisições tende a crescer a partir de março.

Estagiários(as)

O TRE-RJ mantém programa de estágio em conformidade com a [Lei nº 11.788/2008](#) e a [Resolução TRE-RJ nº 1.221/2022](#).

A empresa Mais NatoRH, vencedora do processo licitatório realizado no início de 2025, foi a instituição responsável pela indicação de candidatos ao Programa de Estágio, recebendo mensalmente os recursos financeiros e repassando-os aos estagiários(as).

Em 31/12/2025, o TRE-RJ mantinha o total de 38 estagiários(as).



Unidade de exercício: Sede/Núcleos Administrativos x Zonas Eleitorais

A maior parte da força de trabalho do TRE-RJ está concentrada nas Zonas Eleitorais, representando aproximadamente 57% do total. Em comparação com o ano de 2024, nota-se uma retomada de 3 pontos percentuais na distribuição de servidores em favor da sede sobre cartórios.

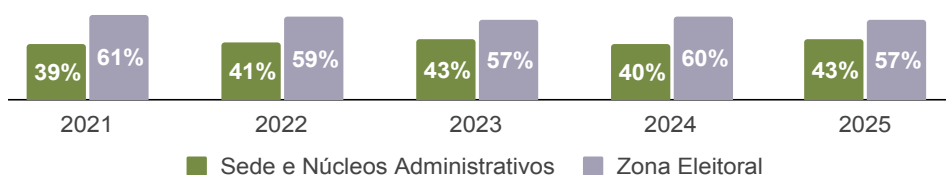


Gráfico 4.4.2.9: Unidade de exercício dos servidores lotados

Área de trabalho

A força de trabalho composta pelos 591 servidores(as) lotados na Sede e nos Núcleos Administrativos é dividida entre as seguintes macrounidades:

- Secretaria-Geral da Presidência (SGPR): 21,7%;
- Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP): 12,9%;
- Secretaria de Tecnologia da Informação (STI): 12,9%;
- Secretaria de Administração (SAD): 12,4%;
- Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais (SSG): 9,6%;
- Diretoria-Geral (DG): 8,8%;
- Secretaria Judiciária (SJD): 7,3%;
- Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (SVPCRE): 6,9%;
- Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF): 5,8%;
- Secretaria de Auditoria Interna (SAU): 1,9%.

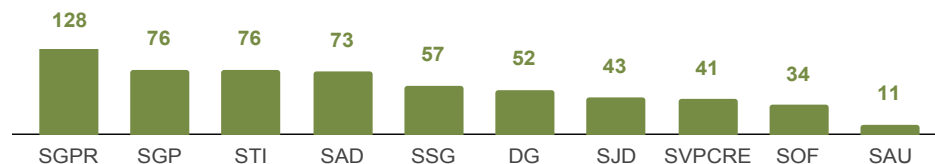


Gráfico 4.4.2.10: Quantidade de servidores nas unidades da Sede e Núcleos Administrativos

Gênero

A distribuição por gênero entre os(as) servidores(as) efetivos(as), removidos(as), requisitados(as) e sem vínculo que atuam no TRE-RJ apresenta-se historicamente equilibrada. Em 2025, observa-se um leve crescimento no número de servidoras, o que reverte a tendência dos anos anteriores e passa a conferir predominância feminina na composição da força de trabalho do Tribunal.

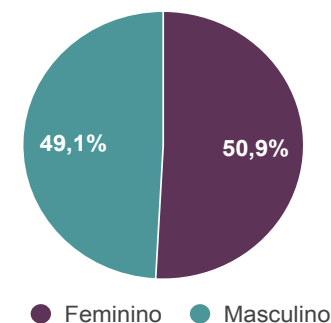


Gráfico 4.4.2.11: Gênero dos ocupantes dos(as) servidores(as) que atuam no TRE-RJ

Faixa etária

A força de trabalho total do TRE está dividida por faixas etárias, de acordo com o gráfico a seguir, sendo sua maior concentração na faixa de 44 a 48 anos entre os servidores efetivos do quadro.

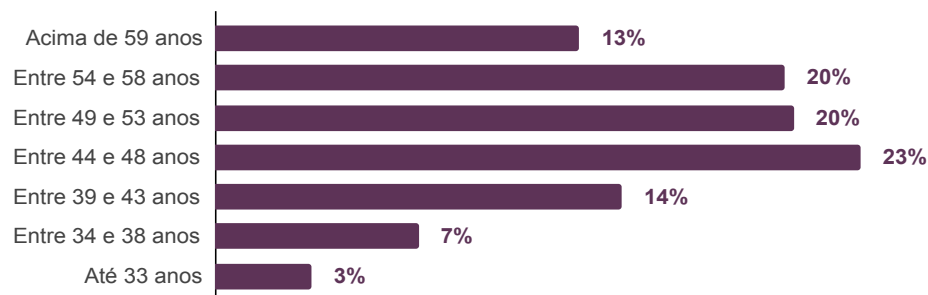


Gráfico 4.4.2.12: Faixa etária dos ocupantes de cargos efetivos

Podemos observar no gráfico abaixo, contemplando a série histórica de 5 anos, o aumento gradativo das faixas etárias de maior idade e a conseqüente diminuição das faixas etárias com menor idade, chegando a prevalência da faixa 49 a 58 anos, indicativo do amadurecimento da idade média dos servidores do TRE-RJ.

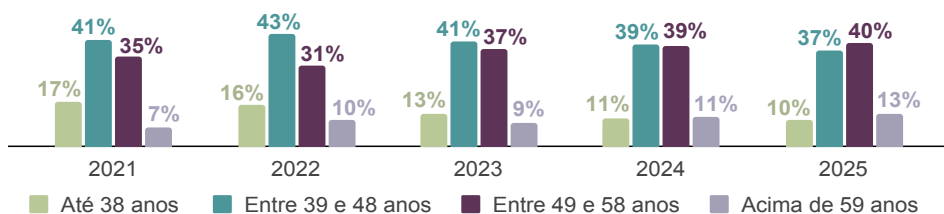


Gráfico 4.4.2.13: Faixa etária dos ocupantes de cargos efetivos (evolução)

PcD e Raça/Cor

A política de inclusão por cotas, amparada pela [Lei nº 8.112/1990](#), que dispõe que até 20% das vagas devem estar reservadas a PcDs, e pela [Lei nº 12.990/2014](#), que reservava aos negros(as) 20% das vagas, representou um avanço para a garantia dos direitos dessas minorias.

Nessa linha, no ano de 2024, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro aderiu ao Concurso Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, ainda em andamento, para provimento de vagas destinadas a servidores do quadro efetivo, organizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com base na [Resolução TSE nº 23.724/2023](#), que prevê cotas de 20% dos cargos para negros, 10% dos cargos pessoas com deficiência e 3% dos cargos para pessoas indígenas.

Em 2025, resultado das primeiras chamadas relativas ao Concurso Público de 2024, foram empossados 32 servidores(as), dos quais 22 ingressaram por ampla concorrência, 7 por cotas reservadas a negros(as) e 3 por cotas reservadas a PcDs, totalizando 31,3% de cotistas.



Gráfico 4.4.2.14: Provimentos de cargos em 2025

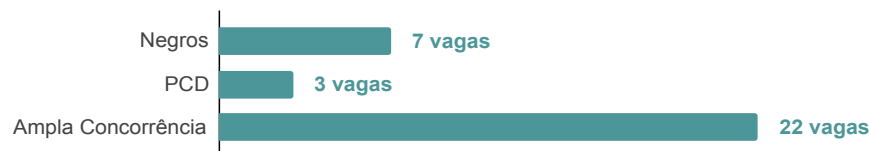


Gráfico 4.4.2.15: PCD e raça/cor nos provimentos de cargos em 2025

Servidores com deficiência

O TRE-RJ conta atualmente com 54 servidores(as) com deficiência em seu quadro funcional, distribuídos, na forma abaixo, de acordo com o tipo de deficiência:

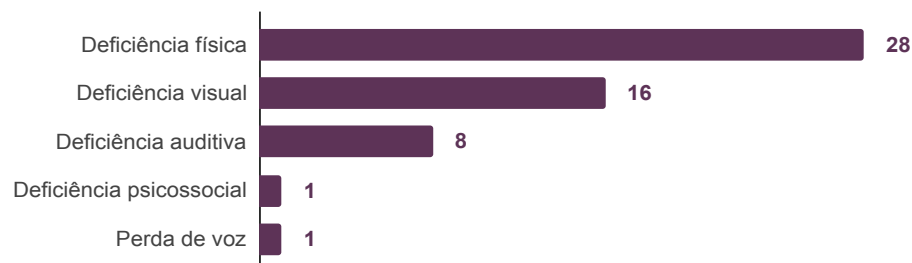


Gráfico 4.4.2.16: Servidores por tipo de deficiência

Nota-se que a deficiência física apresenta prevalência sobre as demais, expressando o percentual de 51,9%, seguida da deficiência visual com 29,6% de servidores(as).

Ao examinar a quantidade de servidores(as) com deficiência em relação ao total de servidores(as) efetivos que atuam no TRE-RJ (1.215), por exemplo, observa-se um percentual relativamente baixo de aproximadamente 4,44% de PcDs, se considerarmos que, de acordo com a última Pesquisa Nacional de Saúde (2019), a proporção da população brasileira com deficiência em idade para trabalhar corresponde a quase 8%. Constata-se, todavia, o crescimento desse percentual no último ano, considerando a entrada de novos servidores do último concurso público, que gerou um aumento de mais de 0,5 ponto percentual destes resultados comparado ao último Relatório de Gestão, que registrou 3,9% de PcDs trabalhando no órgão.

Além disso, o Tribunal vem atuando no sentido de aprimorar as condições de trabalho, acessibilidade e inclusão das pessoas

com deficiência, com fulcro na [Lei Brasileira de Inclusão](#) (Estatuto da Pessoa com Deficiência), na [Resolução TSE nº 23.381/2012](#) e na [Resolução CNJ nº 401/2011](#). Exemplo das medidas adotadas é a vigência da [Resolução TRE-RJ nº 1.155/2020](#), que dispõe sobre a concessão de condições especiais de trabalho (teletrabalho, horário especial, designação em lotação provisória) a servidores(as) com deficiência ou doença grave.

No tocante ao local de trabalho, servidores(as) com deficiência estiveram, assim, alocados:

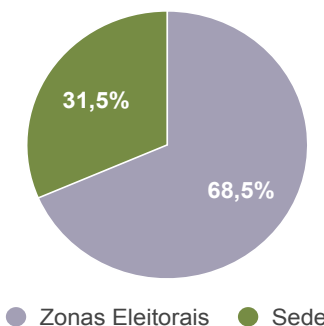


Gráfico 4.4.2.17: Servidores com deficiência por unidade de lotação

Percebe-se, assim, que a maioria dos(as) servidores(as) com deficiência encontra-se lotada nas Zonas Eleitorais do Estado do Rio de Janeiro.

Quanto aos comissionamentos, 24 encontravam-se designados para o exercício de funções comissionadas, 8 a mais do que o último ano, o que representa, aproximadamente, 44,4% do total de servidores(as) com deficiência, 11 pontos percentuais a mais em relação ao ano anterior.

Raça e cor dos servidores

No que diz respeito à raça/cor, os dados foram obtidos por meio de autodeclaração. Entre o total de servidores(as) efetivos, nenhum optou por não declarar, em comparação com 2 servidores(as) do ano anterior. Entre os servidores efetivos, observou-se a prevalência de servidores(as) autodeclarados(as) de cor branca, conforme abaixo, mas que ao longo do tempo vem reduzindo em favor da autodeclaração de pretos e pardos:

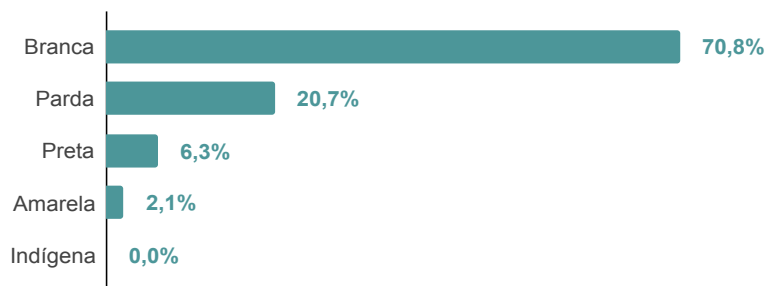


Gráfico 4.4.2.18: Servidores do quadro efetivo por raça/cor

Dos ocupantes de cargos comissionados, todos os 66 informaram dados relativos à raça/cor, prevalecendo a cor branca, mas com uma evolução histórica gradual incipiente em favor de outras autodeclarações, assim como ocorreu nos dados totais de servidores:

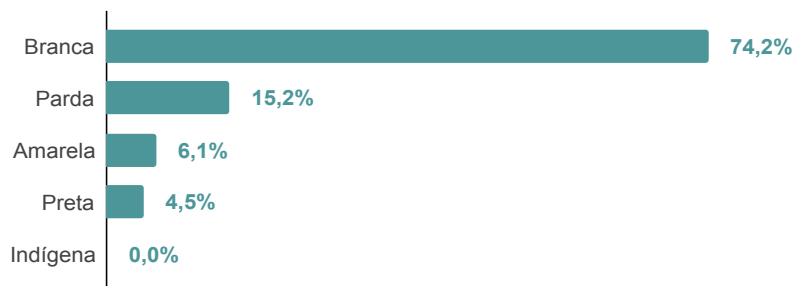


Gráfico 4.4.2.19: Servidores comissionados, com ou sem vínculo, por raça/cor

Todos os ocupantes de funções comissionadas declararam sua raça/cor, alcançando 100% de adesão à autodeclaração. Percebe-se o mesmo processo de redução lenta e gradual das autodeclarações de cor branca, ainda que permaneça sua predominância:

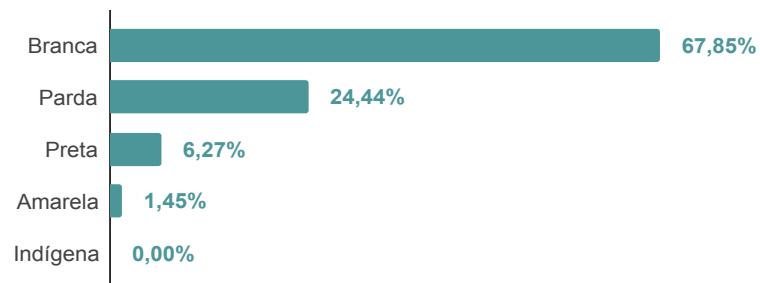


Gráfico 4.4.2.20: Servidores com função comissionada por raça/cor

Por fim, dentre os 54 servidores(as) com deficiência, todos declararam sua raça/cor, destacando-se, mais uma vez, a predominância da cor branca, mas com um mesmo indicativo de queda em relação ao último ano, que foi de 58,3%:

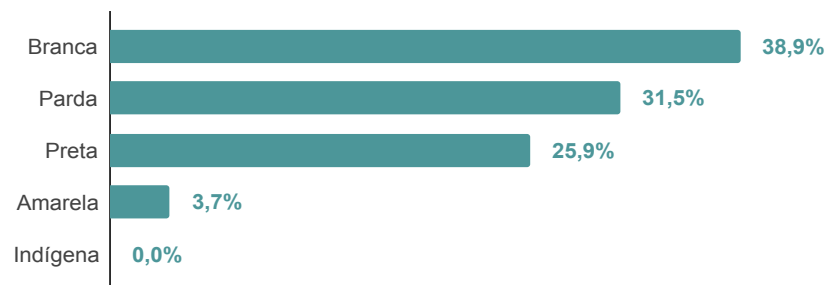


Gráfico 4.4.2.21: Servidores com deficiência por raça/cor

4.4.3 FAIXA SALARIAL E DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

A faixa salarial com maior quantitativo de servidores(as) efetivos(as) é a de "Entre 13.400,01 e 18.700,00". A média salarial apurada foi de R\$ 18.416,94, levando-se em consideração os valores brutos da remuneração de servidores(as) do quadro do Tribunal, excluídos os benefícios.

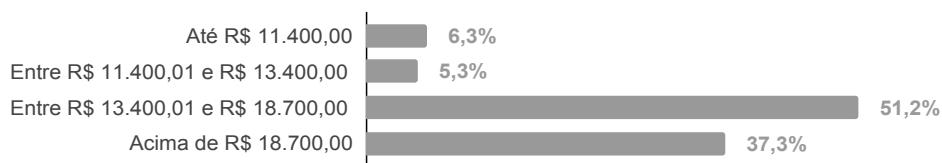


Gráfico 4.4.3.1: Faixa salarial dos servidores efetivos

O detalhamento da Despesa de Pessoal está distribuído nas tabelas que possuem as informações tanto da estrutura remuneratória de servidores(as) efetivos, comissionados, inativos e pensionistas, quanto de membros, juízes e promotores, disponíveis no sítio eletrônico deste TRE-RJ na internet:

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA	
Cargos Efetivos	Transparência e Prestação de Contas / Gestão de Pessoas / Anexo III-a da Resolução CNJ nº 102/2009 - Estrutura Remuneratória dos cargos efetivos
Cargos em Comissão e Funções de Confiança	Transparência e Prestação de Contas / Gestão de Pessoas / Anexo III-b da Resolução CNJ nº 102/2009 - Estrutura Remuneratória dos cargos em comissão e funções de confiança
Membros, Juízes e Promotores	Transparência e Prestação de Contas / Gestão de Pessoas / Anexo III-c da Resolução CNJ nº 102/2009 - Estrutura Remuneratória dos Membros da Magistratura

Tabela 4.4.3.1: Estrutura Remuneratória

Evolução das despesas dos últimos anos e justificativa para aumento ou diminuição

Em 2025, em comparação com o ano anterior, constata-se um acréscimo de 6,45% nas despesas de pessoal com servidores(as) ativos(as); um acréscimo de 3,70% com inativos; e de 1,69% com pensionistas.

Os percentuais de acréscimo nos gastos de ativos, inativos e pensionistas refletem o impacto do reajuste de remuneração dos servidores e proventos de aposentadorias e pensões civis aplicado parceladamente, entre os anos de 2023 e 2025, por meio da [Lei nº 14.523/2023](#). Além disso, influenciaram no incremento dos gastos de pessoal em 2025, o aumento do número de aposentadorias e pensões e a inclusão de 32 novos servidores na folha de pagamento.

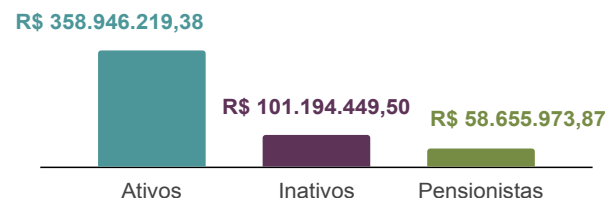


Gráfico 4.4.3.2: Despesas com ativos, inativos e pensionistas em 2025

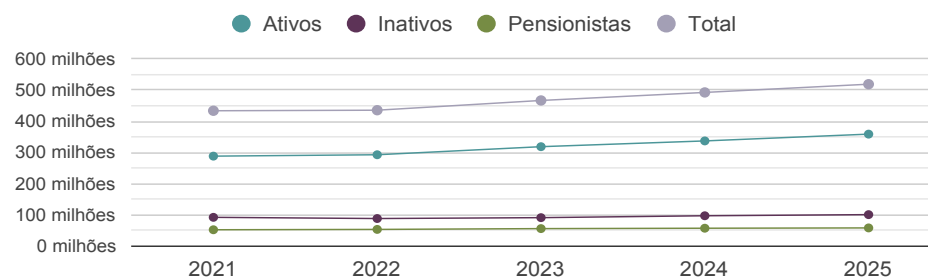


Gráfico 4.4.3.3: Evolução das despesas com pessoal (2021 a 2025) (em R\$)

ANO	ATIVOS	INATIVOS	PENSIONISTAS	TOTAL
2021	288.462.078,09	92.536.761,19	52.779.407,23	433.778.246,51
2022	292.925.044,15	88.711.581,23	53.891.867,01	435.528.492,39
2023	318.758.852,62	91.525.220,81	56.440.963,89	466.725.037,32
2024	337.181.177,20	97.579.989,12	57.681.860,55	492.443.026,87
2025	358.946.219,38	101.194.449,50	58.655.973,87	518.796.642,75

Tabela 4.4.3.2: Evolução das despesas com pessoal (2021 a 2025) (em R\$)

4.4.4 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Situação de servidores(as) com condições de aposentadoria

Dentre os 1.255 cargos providos, 96 servidores(as) possuem os requisitos previstos em lei para a concessão de aposentadoria e optaram por permanecer em atividade, com a consequente percepção de abono de permanência. São 13 a mais do que no exercício anterior.



Gráfico 4.4.4.1: Servidores com condições de aposentadoria

Concurso público

No ano de 2024, o TRE-RJ aderiu ao Concurso Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, organizado pelo Tribunal Superior Eleitoral. A validade do concurso expira, inicialmente, em maio de 2027 (Técnico judiciário) e junho de 2027 (Analista Judiciário).

Em 2025, foram nomeados e empossados 32 servidores no total para os seguintes cargos:

CARGO	ESPECIALIDADE	QUANTITATIVO	TOTAL
Analista Judiciário	Área Administrativa	3	9
	Área Judiciária	3	
	Apoio Especializado - Engenharia Civil	1	
	Apoio Especializado - Odontologia	1	
	Apoio Especializado - Tecnologia da Informação	1	
Técnico Judiciário	Área Administrativa	22	23
	Apoio Especializado - Programação de Sistemas	1	

Tabela 4.4.4.1: Provimentos de cargos em 2025

Concurso de Remoção Interna

A remoção por concurso interno é disciplinada pela [Resolução TSE nº 23.701/2022](#) e deve preceder à nomeação de candidatos habilitados em concurso público para provimento de cargos efetivos, nos termos do art. 22, § 1º.

Em 2025, o TRE-RJ realizou um procedimento de remoção por concurso interno, no qual foram ofertadas 28 vagas, sendo 6 para cargos de analista judiciário e 22 para cargos de técnico judiciário.

Processo de Seleção Interna

O Processo de Seleção Interna (PSI), regulamentado pelo [Ato PR nº 333/2023](#), visa à movimentação de servidores(as) entre unidades organizacionais do TRE-RJ, fundamentando-se em critérios objetivos, de competência e nos princípios da transparência e da isonomia.

No ano de 2025, não foram oferecidas vagas para movimentação por meio de processo de seleção interna.

Teletrabalho

O teletrabalho foi instituído na Justiça Eleitoral pela [Resolução TSE nº 23.586/2018](#) e encontra-se regulamentado, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, pela [Resolução TRE-RJ nº 1.218/2022](#) e pelo [Ato GP nº 192/2022](#), que dispõe sobre normas complementares para realização do regime de teletrabalho no órgão.

Além disso, a [Resolução TRE-RJ nº 1.155/2020](#), que instituiu condições especiais de trabalho para servidores com deficiência ou doença grave, ou que sejam responsáveis por dependentes

nessas condições, prevê a possibilidade de autorização de exercício da atividade em regime de teletrabalho, sem exigência de acréscimo de produtividade.

No ano de 2025, o TRE-RJ contou com 67 servidores em teletrabalho, representando 5,51% dos ativos em exercício no Tribunal, sendo 18 servidores sob o fundamento da [Resolução TRE-RJ nº 1.218/2022](#) (regulamentação geral) e 49 amparados na [Resolução TRE-RJ nº 1.155/2020](#) (condições especiais de trabalho por deficiência ou doença grave).

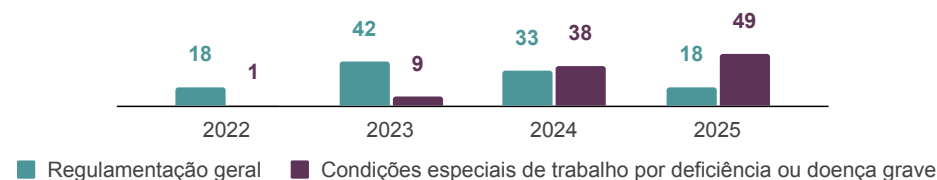


Gráfico 4.4.4.2: Quantitativo de servidores(as) em teletrabalho, por fundamento legal

As modalidades de teletrabalho no TRE-RJ são distribuídas entre os regimes integral e parcial, além das formas de interação síncrona e assíncrona, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

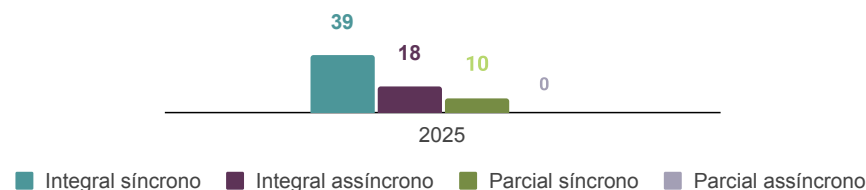


Gráfico 4.4.4.3: Distribuição das modalidades de teletrabalho no TRE-RJ

4.4.5 CARREIRA: AMBIENTAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E OPORTUNIDADES

A carreira dos servidores(as) inicia-se na Classe-Padrão A 1 e termina na Classe-Padrão C 13. No TRE-RJ, 75,8% dos servidores ativos encontravam-se no último nível da carreira em 31/12/2025.

Movimentação na carreira e estágio probatório

A movimentação na carreira ocorre por meio da progressão funcional e da promoção, conforme previsão da [Lei nº 11.416/2006](#), que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União e é regulamentada pela [Resolução TSE nº 22.582/2007](#).

No decorrer de 2025, 278 servidores movimentaram-se na carreira por progressão funcional ou promoção. Destaca-se, quanto à estabilidade, que em 31/12/2025, dos 1.215 servidores(as) em exercício no TRE-RJ, 78 servidores(as) encontravam-se em cumprimento de estágio probatório (6,42%).

Ambientação, Integração e Formação Inicial

Ao ingressar no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), os novos servidores passam por um programa estruturado de ambientação, integração e formação inicial. Esse processo tem como objetivo preparar cada servidor para assumir suas funções com segurança, compreensão institucional e alinhamento aos valores da Justiça Eleitoral.

A integração começa antes mesmo da posse, com acesso a informações essenciais sobre o Tribunal, sua missão, seus serviços, seu modelo de atuação e seus valores. Após a

nomeação, o servidor participa de etapas presenciais e remotas que se estendem até sua primeira avaliação de desempenho.

O programa busca reduzir o tempo de adaptação do novo servidor e aprimorar seu desempenho desde o início, promovendo:

- familiarização com a cultura e o funcionamento do Tribunal;
- identificação e engajamento com as atividades da Justiça Eleitoral;
- desenvolvimento de autonomia, iniciativa e confiança;
- compreensão do papel do servidor público e da missão eleitoral;
- criação de vínculos e senso de pertencimento institucional.

Ao longo da jornada, o servidor tem contato com temas como direitos e deveres do servidor público, missão eleitoral, inovação e tecnologia, história da Justiça Eleitoral, diversidade e legado. Também recebe orientações sobre normas, ética, cultura organizacional, canais de consulta e serviços do Tribunal.

A formação é oferecida nas modalidades presencial e a distância, totalizando aproximadamente 60 horas de capacitação, com trilhas complementares disponibilizadas em ambiente virtual por até seis meses. Após a fase de ambientação, o servidor passa por um período de pós-ambientação, com acompanhamento do gestor/mentor e atividades que reforçam o aprendizado e o desenvolvimento profissional contínuo.

A jornada se conclui com a primeira avaliação de desempenho, etapa importante para verificar a adaptação ao trabalho, a compreensão do papel institucional e as necessidades de aperfeiçoamento. O processo contribui para fortalecer o compromisso com a democracia, a prestação de serviços de excelência ao cidadão e o trabalho da Justiça Eleitoral.

Os 32 servidores(as) que tomaram posse em 2025 realizaram ambientação na modalidade presencial, e também a distância, através da plataforma Moodle, disponível no Portal EAD, na intranet deste TRE-RJ. Todos concluíram a ambientação assumindo novos cargos no quadro efetivo deste Regional.

A mesma ambientação estende-se aos servidores redistribuídos de outros órgãos, que totalizaram 7 em 2025.

Detalhes sobre igualdade de oportunidades (Gênero e Faixa etária)

No TRE-RJ, os homens ocupam 57% dos cargos em comissão e funções comissionadas gerenciais, ao passo que as mulheres ocupam 43%, o que corresponde a uma diferença de 14 pontos percentuais. No exercício de 2024, a diferença entre gêneros era de 12,8 pontos percentuais, prevalecendo também, naquela ocasião, o gênero masculino.

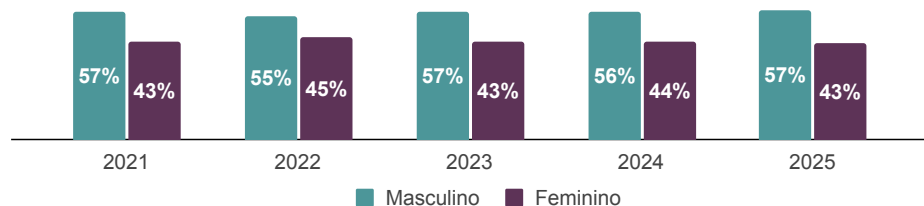


Gráfico 4.4.5.1: Gênero dos ocupantes de cargos e funções gerenciais (2021 a 2025)

Em relação à faixa etária dos ocupantes de cargos em comissão e funções comissionadas gerenciais, revela-se a predominância nos intervalos que compreendem as idades de 44 a 48 anos. Por outro lado, o menor número de ocupantes tem sido observado nas faixas "até 33 anos" e "entre 34 e 38 anos". Este resultado se manteve igual ao apresentado no Relatório de Gestão do exercício de 2024, com algumas pequenas mudanças nos

percentuais, acompanhando a tendência de amadurecimento dos servidores do tribunal.

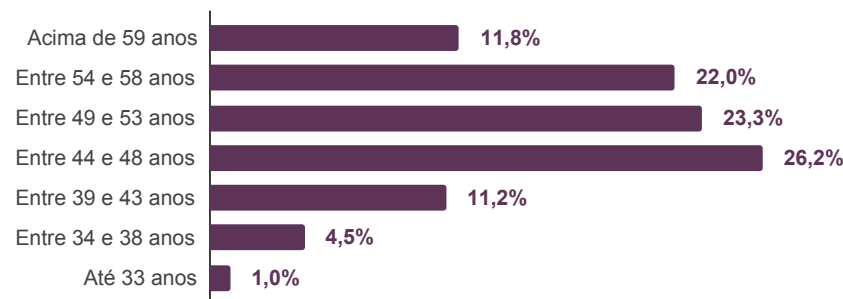


Gráfico 4.4.5.2: Faixa etária dos ocupantes de cargos e funções gerenciais

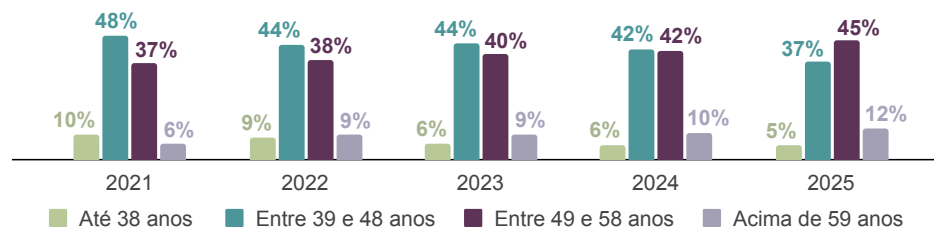


Gráfico 4.4.5.3: Faixa etária dos ocupantes de cargos e funções gerenciais (evolução)

No gráfico acima, nota-se, estendida às funções gerenciais, distribuição por faixas etárias semelhante à observada em relação aos cargos efetivos do tribunal (Gráfico 4.4.2.13), o que demonstra a elevação da média de idade dos servidores ao longo do tempo espelhada nas ocupações de funções gerenciais do tribunal.

4.4.6 CAPACITAÇÃO - ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A capacitação de servidores(as) do TRE-RJ, no último exercício, foi orientada pelo [Plano Anual de Capacitação \(PAC\) 2025](#), que, alinhado ao Plano Estratégico deste Tribunal, à [Resolução TSE nº 22.572/2007](#), aos cursos considerados obrigatórios pelas normas vigentes e ao orçamento disponível, reuniu as necessidades apresentadas por gestores(as) das unidades no início do exercício.

O PAC 2025 apresentou uma carteira de capacitações marcada por forte ênfase em conteúdos jurídico-normativos, tecnológicos e de gestão de pessoas. Articulando-se ações planejadas com outras demandas não planejadas, foram ofertados temas voltados a atualizações legislativas (EC 103/19, Lei nº 14.133, aposentadorias, pensões, contratos e propaganda eleitoral), tecnologia e inovação (ITIL, segurança cibernética, IA aplicada e plataformas EAD), formação gerencial e desenvolvimento de competências.

A execução combinou modalidades presencial e a distância, com expansão do EAD para atender servidores do interior, incluindo curadoria de plataformas como Udemy, Alura e Rocketseat.

Resultado geral

Em 2025, o TRE-RJ promoveu o total de 60 ações de capacitação, com e sem ônus financeiro, totalizando 1.657 horas de treinamento oferecidas.

No total, 1.012 servidores foram alcançados. Desses, 654, sem repetição, realizaram, no mínimo, 8 horas de capacitação no ano. Esse quantitativo representa cerca de 43,9% dos servidores que compõem a força de trabalho do TRE-RJ e corresponde a 81,67% da meta estabelecida para o exercício.

O resultado alcançado no ciclo de 2025 foi impulsionado pela realização de cursos vinculados à preparação das eleições e ao PIE, com ênfase na modalidade EAD, que possibilitou a interiorização das ações formativas e ampliou o alcance aos servidores das Zonas Eleitorais. A adoção dessa estratégia permitiu manter o desempenho em patamar elevado mesmo diante de um volume significativo de demandas extra-PAC (demandas que não constam no planejamento de cursos e capacitações no início do ano, mas que se sobrepõem por necessidades diversas e urgências). Além disso, o uso de plataformas digitais e de parcerias institucionais contribuiu para racionalizar custos e otimizar a execução do PAC, garantindo ótima relação custo-benefício para o Tribunal.

Carga horária de capacitação por modalidade

Em 2025, o quantitativo de horas por modalidade de capacitação reverteu a tendência da predominância da modalidade EAD, sem prejuízo, no entanto, ao alcance do maior número de servidores por capacitação realizada.

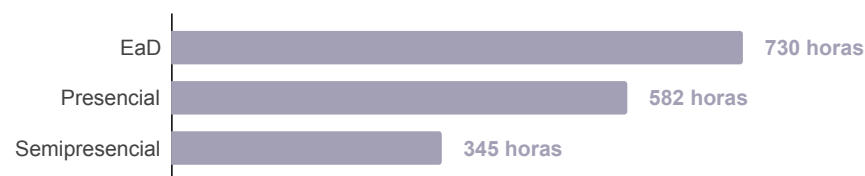


Gráfico 4.4.6.1: Carga horária de capacitação por modalidade

Execução do Plano Anual de Capacitação

A execução do Plano Anual de Capacitação 2025 atendeu às expectativas de forma satisfatória. No que diz respeito à aderência ao PAC 2025, foram realizados 49 dos 80 cursos previstos, ou seja, 61,25% de execução do plano, o que, em

relação à meta estabelecida, de 75%, corresponde a 81,67% de desempenho. Sob outra perspectiva, do total de 60 cursos realizados durante o ano, 49 estavam previstos no PAC 2025 (81,67%), enquanto 11 foram extra-plano (18,33%). No que se refere à execução orçamentária do PAC 2025, alcançou-se o índice de 71,6%.

O orçamento do Plano Anual de Capacitação (PAC 2025) exigiu uma priorização temática e rigor na seleção das ações formativas. A execução concentrou-se fortemente nos eixos Gerencial e Técnico-Comportamental e de Tecnologia da Informação, alinhados ao avanço da Gestão por Competências e à agenda de transformação digital do Tribunal.

Além desses, foram contemplados os eixos de Auditoria, Estratégico e de Governança de Contratações, visando atender demandas normativas e institucionais sensíveis.

Os resultados do período foram potencializados pela nova Seção de Contratos, que viabilizou contratações em ritmo acelerado, e evidenciam maturidade na política de formação, integração das competências à estratégia institucional e consolidação de mecanismos de desenvolvimento contínuo da força de trabalho.

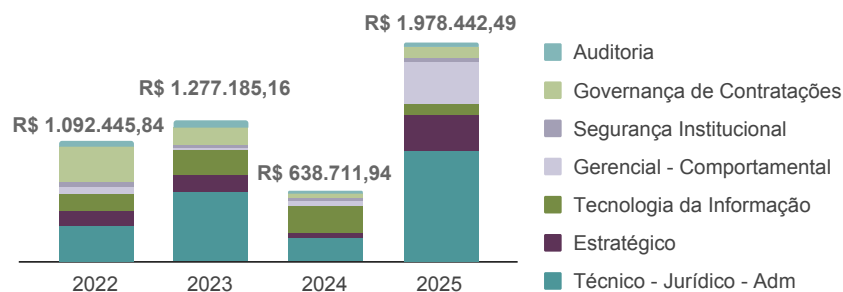


Gráfico 4.4.6.2: Execução do PAC por eixos

Ressalta-se que a maior parte das capacitações relacionadas ao Eixo Eleitoral e ao PIE (Planejamento Integrado das Eleições) continua sendo ofertada sem ônus direto ao Tribunal, por meio da multiplicação de conhecimento por servidores(as) mais experientes e da utilização de cursos disponibilizados pelo TSE e por instituições parceiras. No entanto, a fim de assegurar a participação dos servidores dos Cartórios Eleitorais em ações presenciais estratégicas – especialmente aquelas relacionadas à Prestação de Contas Eleitorais, Fiscalização de Contratos e Governança de Contratações –, foram realizadas despesas significativas com diárias e deslocamentos dos servidores, que são absorvidas pelo orçamento destinado às capacitações.

O investimento médio per capita em capacitação, em 2025, correspondeu ao valor de R\$ 3.025,14, considerando a divisão entre o total dispendido de R\$ 1.978.442,49 e o número de servidores capacitados com carga mínima de 8 horas (654).

Estratégia

Em 2025, a maioria dos cursos realizados ocorreu na modalidade a distância, ressaltando a melhor relação custo-benefício e maior abrangência de participantes, especialmente no que tange a servidores(as) lotados(as) em Cartórios Eleitorais.



Gráfico 4.4.6.3: Número de ações de treinamento por modalidade

Adicional de Qualificação

O incentivo ao autodesenvolvimento é outra estratégia decorrente da [Lei nº 11.416/2006](#), que, em 2025, gratificava com 1% do vencimento básico do(a) servidor(a) a cada 120 horas de treinamento, limitado a 3%, com validade de quatro anos. Destaca-se que, para serem consideradas para fins de Adicional de Qualificação, as ações de capacitação precisam estar alinhadas a temas de interesse da Justiça Eleitoral, de acordo com a [Resolução TSE nº 23.380/2012](#).

Em 2025, foram analisadas cerca de 2.767 solicitações para averbação de carga horária para fins de Adicional de Qualificação de treinamento e 1.098 para concessão de Adicional de Qualificação por títulos. Atualmente, 72,34% dos(as) servidores(as) do TRE-RJ percebem Adicional de Qualificação por treinamentos e 88,88% por títulos.

4.4.7 RESULTADOS ALCANÇADOS

- Reestruturação da SGP, concluída em junho de 2025, levando ao redesenho de fluxos internos, criação de novas seções estratégicas, como o Núcleo de Governança de Gestão de Pessoas (NGESP), e alinhamento da organização às demandas contemporâneas de gestão pública;
- Implementação da Bússola PIEGESP (Plano Integrado Estratégico de Gestão de Pessoas), instrumento de gestão que integra o planejamento e o monitoramento da execução das ações estratégicas em gestão de pessoas;
- Aplicação de Pesquisa de Clima Organizacional, atingindo 64,90 pontos, com base metodológica aprimorada e foco na definição de prioridades para 2026;

- Capacitação de 654 servidores(as), com foco em temas como equidade racial, ética, assédio, diversidade, meio ambiente, inovação e inteligência artificial, com destaque para o evento nacional Desenvolve JE, que acolheu as SGPs dos TREs e ampliou as práticas de desenvolvimento institucional;
- Ampliação dos grandes eventos de Qualidade de Vida no Trabalho, como o Setembro Amarelo (com adesão recorde e rodas de conversa), Dia das Crianças, Semana do Servidor e Natal Solidário, promovendo integração, saúde mental e valorização institucional;
- Reuniões promovidas pela SGP abordando temas sensíveis como identidade de gênero, eSocial e saúde mental;
- Automatização de processos internos, como o fluxo de substituições eventuais, promovendo maior eficiência operacional;
- Regularização de dados de seguridade social e levantamento de inconsistências na folha de pagamento e nos assentamentos funcionais, alcançados através da realização do Mutirão de Compensação Previdenciária (COMPREV).

4.4.8 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Transversalização da IA nos procedimentos internos da SGP para ampliar o acesso à informação, promover o compartilhamento de conhecimento e suportar as ações de capacitação;
- Racionalização do calendário de eventos e capacitações, visando equilibrar picos de demanda e preservar a execução contínua do PAC;

- Distribuição da força de trabalho com racionalidade e gestão por ciclos críticos, como os períodos do fechamento de cadastro, do registro de candidaturas e do pleito eleitoral, visando evitar colapsos operacionais e retrabalho;
- Incorporação e engajamento da força de trabalho do novo concurso público, com trilhas de ambientação, mentoria e integração às equipes, acelerando curva de aprendizagem e pertencimento institucional;
- Reconhecimento e valorização institucional de servidores, conectando entregas a feedbacks visíveis, oportunidades de desenvolvimento e comunicação de resultados;
- Ampliação do desenvolvimento e capacitação de servidores(as) e gestores(as), com foco em liderança, gestão por dados e competências críticas para o ciclo estratégico 2027–2032;
- Capacitação da força de trabalho para uso de ferramentas de IA, com foco em análise, tomada de decisão e automação responsável.

4.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o TRE-RJ observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo CNJ, TSE, órgãos de controle e padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, governança digital, segurança da informação, interoperabilidade de sistemas, licitação e fiscalização de contratos.

Dentre os principais normativos externos aplicáveis à gestão de TIC na Justiça Eleitoral no exercício 2025, destacam-se:

- [Resolução CNJ nº 370/2021](#) - Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026;
- [Resolução CNJ nº 396/2021](#) - Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ);
- [Resolução CNJ nº 335/2020](#) - Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico. Integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br). Mantém o sistema PJe como sistema de Processo Eletrônico prioritário do Conselho Nacional de Justiça;
- [Resolução CNJ nº 468/2022](#) - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação

e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça;

- [Resolução CNJ nº 522/2023](#) - Institui o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e disciplina a obrigatoriedade da sua utilização no desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados para as atividades judiciárias e administrativas no âmbito do Poder Judiciário.

4.5.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC

A estrutura de governança de TIC do TRE-RJ, alinhada à Política de Governança e Gestão institucional estabelecida pela [Resolução TRE-RJ nº 1.119/2019](#), tem como principal instância o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC), instituído pelo [Ato GP nº 68/2020](#).

O [CGovTIC](#) é composto pelos titulares das principais áreas de gestão e tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e prioridades que orientem a gestão e o uso de TIC no TRE-RJ. Além de avaliar e acompanhar a execução dos planos de TIC, definir as prioridades de investimentos na área, avaliar as contratações de soluções e priorizar as demandas por novas soluções de TIC, compete ainda ao CGovTIC, dentre outras atribuições, definir diretrizes, estratégias e prioridades para o planejamento da oferta de serviços e informações por meio eletrônico e definir padrões de qualidade da infraestrutura de TIC.

A gestão das atividades de TIC é compartilhada pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), regulamentado pelo [Ato GP nº 618/2016](#). Composto pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e pelos responsáveis pelas coordenadorias de Infraestrutura, Logística, Sistemas Eleitorais e Soluções Corporativas, o CGTIC reúne-se ao menos uma vez por mês para acompanhamento da execução dos planos e para um melhor alinhamento de ações entre as diversas unidades que compõem a STI.

Diagrama do Sistema de Governança e Gestão de TIC do TRE-RJ



Figura 4.5.1.1: Sistema de Governança e Gestão de TIC do TRE-RJ

4.5.2 PLANEJAMENTO DE TIC

Considerando a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021-2026 ([Resolução CNJ nº 370/2021](#)), o TRE-RJ instituiu seu [Plano Diretor de TIC \(PDTIC\)](#) para o biênio 2024-2025 por meio do [Ato PR nº 94/2024](#), bem como o [Plano de Transformação Digital \(PTD\)](#) para o biênio 2024-2025, por meio do [Ato PR nº 249/2024](#). Os indicadores estratégicos relacionados ao PDTIC e ao PTD têm seus resultados medidos e acompanhados a partir do Plano Estratégico institucional (2021-2026).

O [Plano de Contratações de Soluções de TIC de 2025](#) foi aprovado no exercício anterior, por meio do [Ato PR nº 391/2024](#), alterado pelo [Ato PR nº 457/2024](#). O [Plano de Contratações de Soluções de TIC de 2026](#) foi aprovado por meio do [Ato PR nº 321/2025](#) (todos os planos estão disponíveis [no sítio eletrônico do TRE-RJ](#)).

4.5.3 RECURSOS APLICADOS EM TIC

Montante de recursos aplicados em TIC - 2023

ORÇAMENTO ORDINÁRIO			
GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2023
Investimento	9.225.580,00	901.940,00	2.984.653,80
Custeio	9.251.088,83	6.859.926,51	3.593.452,39
Total	18.476.668,83	7.761.866,51	6.578.106,19

ORÇAMENTO PLEITOS			
GRUPO DE DESPESA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2023
Custeio	451.552,98	347.497,34	43.861,00
Total	451.552,98	347.497,34	43.861,00

ORÇAMENTO BIOMETRIA			
GRUPO DE DESPESA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2023
Investimento	2.703.000,00	0,00	0,00
Custeio	0,00	0,00	0,00
Total	2.703.000,00	0,00	0,00

Tabela 4.5.3.1: Montante de recursos aplicados em TIC - 2023 (em R\$)

Fonte: SOF/TRE-RJ

Montante de recursos aplicados em TIC - 2024

ORÇAMENTO ORDINÁRIO			
GRUPO DE DESPESA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2024
Investimento	3.520.062,49	310.041,64	8.323.640,00
Custeio	11.838.782,84	9.967.021,80	2.280.696,65
Total	15.088.845,33	10.277.063,44	10.604.336,65

ORÇAMENTO PLEITOS			
GRUPO DE DESPESA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2024
Custeio	774.282,44	740.379,48	47.465,56
Total	774.282,44	740.379,48	47.465,56

ORÇAMENTO BIOMETRIA			
GRUPO DE DESPESA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2024
Investimento	0,00	0,00	2.703.000,00
Total	0,00	0,00	2.703.000,00

ORÇAMENTO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO			
GRUPO DE DESPESA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2024
Investimento	222.846,60	0,00	0,00
Custeio	4.638.474,71	3.471.742,65	1.183.158,00
Total	4.861.321,31	3.471.742,65	1.183.158,00

Tabela 4.5.3.2: Montante de recursos aplicados em TIC - 2024 (em R\$)

Fonte: SOF/TRE-RJ

Montante de recursos aplicados em TIC - 2025

ORÇAMENTO ORDINÁRIO			
GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2025
Investimento	2.152.743,80	1.361.046,88	2.730.020,85
Custeio	10.972.892,80	9.767.764,09	1.744.763,64
Total	13.125.636,60	11.128.810,97	4.474.784,49

ORÇAMENTO PLEITOS			
GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2025
Custeio	739.147,51	720.147,51	22.627,34
Total	739.147,51	720.147,51	22.627,34

ORÇAMENTO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO			
GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2025
Investimento	0,00	0,00	222.846,60
Custeio	2.235.826,61	2.005.563,88	1.101.749,94
Total	2.235.826,61	2.005.563,88	1.324.596,54

Tabela 4.5.3.3: Montante de recursos aplicados em TIC - 2025 (em R\$)

Fonte: SOF/TRE-RJ

Despesas de TIC empenhadas - Comparativo 2021 a 2025

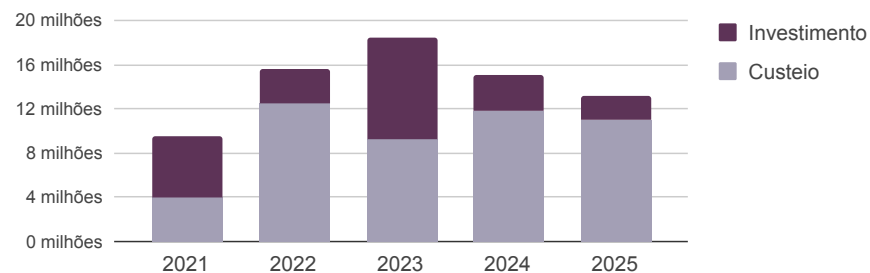


Gráfico 4.5.3.1: Despesas empenhadas - Orçamento ordinário (em R\$)

Gastos de TIC por natureza de despesa em 2025

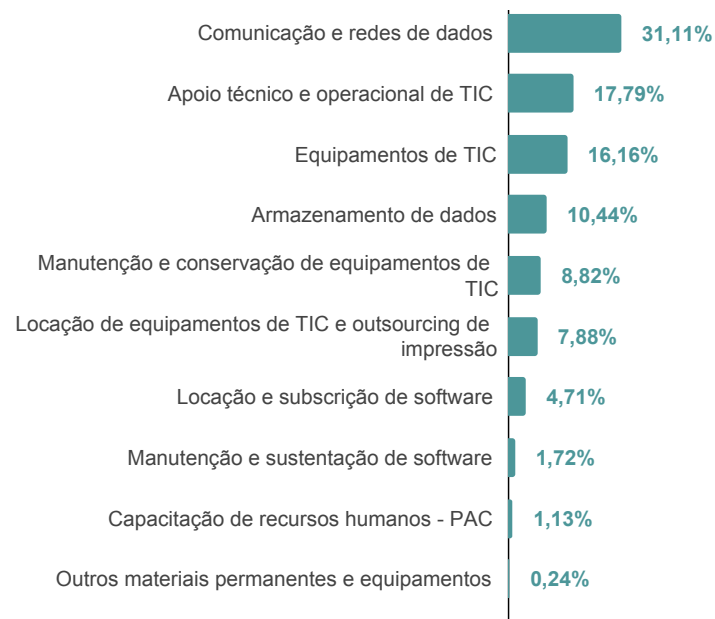


Gráfico 4.5.3.2: Gastos de TIC por natureza de despesa (empenhos em 2025 - Orçamento ordinário)



Gráfico 4.5.3.3: Gastos de TIC por natureza de despesa (empenhos em 2025 - Orçamento Pleitos)

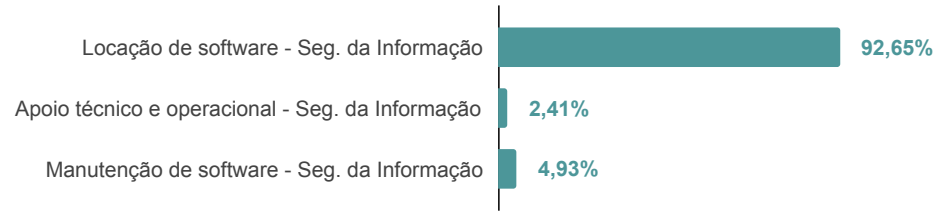


Gráfico 4.5.3.4: Gastos de TIC por natureza de despesa (empenhos em 2025 - Orçamento Segurança da Informação)

Nota.: Não houve empenho de despesas no Orçamento Biometria em 2025

4.5.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC (VIGENTES EM 2025)

CONTRATADA	CONTRATO Nº	VALOR EMPENHADO ORÇAMENTO ORDINÁRIO	VALOR EMPENHADO ORÇAMENTO PLEITOS	VALOR EMPENHADO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	OBJETO
OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	101/2019	R\$ 2.573.122,63	-	-	Serviços para comunicação de dados entre a sede e as 115 unidades remotas da JE (backbone secundário).
ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA	67/2021	R\$ 1.008.619,67	-	-	Prestação de serviços de suporte técnico à infraestrutura de TI.
ROOST LTDA	46/2025	R\$ 848.040,00	-	-	Aquisição de equipamento Switch core e switch de borda. Serviço de instalação e configuração dos switches, passagem de cabeamento de fibra óptica e serviço de passagem de cabeamento metálico UTP CAT 6.
INTEROP INFORMATICA LTDA	62/2022	R\$ 781.688,66	-	-	Prestação de serviços de organização, desenvolvimento, implantação e a operação continuada de central de serviços (service desk) para atendimento e suporte técnico de 1º nível aos usuários de soluções de TI.
ZOOMTECH LTDA	69/2025	R\$ 769.000,00	-	-	Assessoria e consultoria em informática, computadores servidores de rede (2 modelos) e licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computadores.
MEDVITALIS SERVIÇOS LTDA	21/2025	R\$ 761.198,59	-	-	Prestação de serviço continuado de operação de postos de trabalho de técnico em eletrônica e supervisor técnico em eletrônica.
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	45/2021	R\$ 739.147,51	-	-	Prestação de serviços de conservação das urnas eletrônicas.
3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA	84/2022	R\$ 598.752,00	-	-	Prestação de serviço de telefonia fixa comutada - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), para fornecimento e implantação de serviço corporativo de telefonia fixa comutada, baseado na tecnologia de voz sobre IP - VoIP, incluindo suporte técnico.

CONTRATADA	CONTRATO Nº	VALOR EMPENHADO ORÇAMENTO ORDINÁRIO	VALOR EMPENHADO ORÇAMENTO PLEITOS	VALOR EMPENHADO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	OBJETO
GREEN4T SOLUÇÕES TI LTDA	29/2021	R\$ 519.000,00	-	-	Manutenção do Datacenter.
OI SOLUÇÕES S/A	56/2025	R\$ 481.086,67	-	-	Solução de colaboração e comunicação, provida por meio de serviço de computação em nuvem, na modalidade de software como serviço (SAAS) do Google Workspace edição Enterprise Standard.
DATEN TECNOLOGIA LTDA	59/2025	R\$ 448.260,00	-	-	Aquisição de monitores.
ALUCOM LTDA	07/2024	R\$ 417.938,54	-	-	Outsourcing de impressão.
CITY CONNECT SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA	06/2023	R\$ 394.142,85	-	-	Prestação de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos de informática.
RJR SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	51/2022	R\$ 384.560,74	-	-	Prestação de serviços de colaboração e comunicação por meio de serviço de computação em nuvem, na modalidade de software como serviço (SAAS).
EXPERTS INFORMÁTICA LTDA	29/2025	R\$ 367.297,20	-	-	Contratação de solução de colaboração e comunicação, provida por meio de serviço de computação em nuvem, na modalidade de software como serviço (SAAS).
CANON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	31/2024	R\$ 351.341,74	-	-	Prestação de serviços de impressão (outsourcing) com fornecimento de equipamentos.
CHADA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	69/2020 52/2025	R\$ 310.181,77	-	-	Prestação de serviços de impressão (outsourcing).
PRIMEIRO TIME INFORMÁTICA LTDA	107/2025	R\$ 262.500,00	-	-	Aquisição de equipamento de backup do tipo biblioteca de fitas e equipamento servidor de rede, incluindo serviço de instalação e garantia por 60 (sessenta) meses.

CONTRATADA	CONTRATO Nº	VALOR EMPENHADO ORÇAMENTO ORDINÁRIO	VALOR EMPENHADO ORÇAMENTO PLEITOS	VALOR EMPENHADO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	OBJETO
WECOM COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA	61/2025	R\$ 166.946,88	-	-	Aquisição Webcam 360°.
GMS PRIME SERVIÇOS & COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	60/2025	R\$ 165.600,00	-	-	Aquisição de monitores.
OS SOLUTIONS LTDA	65/2025 94/2025	R\$ 143.000,00	-	-	Licenças Microsoft 365 E3 e Microsoft 365 Business Basic.
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	09/2022 77/2022 120/2024	R\$ 119.250,30	-	-	Prestação de serviço de acesso à internet utilizando a tecnologia 3G e 4G.
CLARO S.A.	08/2022 52/2022	R\$ 88.267,95	-	-	Acesso à internet, utilizando tecnologia 3G e 4G, incluindo o fornecimento de roteador/modem e chip, para transmissão de dados por protocolo IP - itens 1 e 2 (pacote de transmissão de dados, com franquia mínima de 10 GB e 100 GB).
DATA CORPORE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA	34/2019 25/2024 119/2024	R\$ 81.192,75	-	-	Prestação de serviço de acesso à internet.
OI SOLUÇÕES S/A	33/2025	R\$ 79.263,03	-	-	Prestação de serviços de telecomunicações para conectividade das unidades remotas da justiça eleitoral fluminense ao prédio sede do TRE-RJ, utilizando acesso por links MPLS, acesso por links IP (internet) dedicados e simétricos.
TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA	103/2023	R\$ 65.039,41	-	-	Consultoria especializada na ferramenta de BI (Business Intelligence).

Tabela 4.5.4.1: Contratações mais relevantes de recursos de TIC (vigentes em 2025)

Fonte: SOF/TRE-RJ

4.5.5 PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS DE TIC POR CADEIA DE VALOR

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
PROCESSOS DE GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO		
CONTROLES E TRANSPARÊNCIA		
Promover controles externos	Reformulação do Portal da Transparência	Reformulação dos menus e páginas do Portal da Transparência para atender à Portaria CNJ Nº 406/2024 e alinhar o sítio eletrônico do TRE-RJ para o Prêmio de Qualidade do CNJ.
COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO		
Promover relacionamento institucional	Apoio à realização de 10 eleições comunitárias	Difundir os serviços desenvolvidos pela Justiça Eleitoral e facilitar a livre manifestação da comunidade, por ser um instrumento que demonstra a tecnologia, transparência e autenticidade do processo eleitoral.
PROCESSOS FINALÍSTICOS		
GERIR CADASTRO DE ELEITORES		
Realizar atendimento e atualizar cadastro eleitoral	Instalação de equipamentos de TI em 3 Pontos de Inclusão Digital (PID) através de convênio com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro	Disponibilizar os serviços digitais da Justiça Eleitoral diretamente à população atendida nos Centros de Referência de Assistência Social CRAS/RJ.
	Apoio técnico para realização de eventos com foco no exercício consciente da cidadania	Suporte, alocação de equipamentos de TI e kits biométricos para ações institucionais de prestação de serviços à população, direcionadas a facilitar o acesso dos eleitores aos serviços eleitorais, totalizando 32 ações sociais e cerca de 8.700 atendimentos.

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
REALIZAR ELEIÇÃO		
Preparar Urnas	Coordenação dos Simulados Nacionais de Hardware, no âmbito da Justiça Eleitoral Fluminense, com foco na estabilidade das atualizações de software e firmware, principalmente nas urnas eletrônicas modelo UE2013	Participação em simulados nacionais para garantir o bom funcionamento das urnas eletrônicas nas eleições.
	Atuação na eleição suplementar do município de Três Rios, inclusive no suporte técnico ao uso das urnas eletrônicas	Suporte à realização do pleito para Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a).
	Início do planejamento da logística de urnas eletrônicas para as Eleições 2026	Revisão das melhorias decorrentes da Avaliação das Eleições 2024, avaliação integrada e proposta de ações, bem como planejamento de aquisições de peças e suprimentos, objetivando melhoria das operações e mitigar riscos de atraso no encerramento da votação.
REALIZAR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ELEITORAL		
Preparar e instruir processos	Página na internet/intranet do NUDH	Página na internet/intranet do Núcleo de Monitoramento e Fiscalização de Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (NUDH), para divulgar oficialmente o teor das decisões da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, apontando o possível impacto na prestação jurisdicional exercida pelo Tribunal.
Julgar processos	Painéis de BI - Metas Nacionais	Fornecer, em formato BI, os dados e as consultas para um acompanhamento mais adequado das Metas Nacionais, por meio de uma ferramenta que auxilie no planejamento e gestão dos indicadores de resultados, alinhados com o glossário de metas do Conselho Nacional de Justiça.
	Sistema de Alertas PJe 1º Grau	Ferramenta automatizada de detecção de atipicidades, que garanta a agilidade e eficiência na gestão dos processos judiciais, identificando situações que demandem intervenção imediata e notificando as partes interessadas para a tomada de providências.

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
INFORMAR E ORIENTAR A SOCIEDADE		
Informar e orientar sobre os serviços prestados pelo TRE-RJ	Página na internet/intranet para divulgação do InfoJur	Criação de página na internet e intranet para divulgação dos Informativos de Jurisprudência do TRE-RJ e desenvolvimento de serviço de push no qual os interessados possam cadastrar seus endereços de e-mail para receber o informativo de jurisprudência do TRE-RJ sempre que um novo for publicado.
PROCESSOS DE SUPORTE		
PESSOAS		
Captar, selecionar e alocar pessoas	EncaminhaFreq	Incremento do Sistema PRESE, com novas funcionalidades, para automação do encaminhamento de ofício de frequência de servidores requisitados aos órgãos de origem.
Promover saúde e qualidade de vida no trabalho	Painel de BI - Pesquisa do Clima Organizacional	Criação de painel de BI para apresentação e manejo do resultado da Pesquisa do Clima Organizacional.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
Promover a gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação	Gestão de Riscos de TIC	Continuidade no aprimoramento da Gestão de Riscos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, através da revisão do Plano de Gestão de Riscos de TIC, com foco na continuidade de negócios e manutenção dos serviços, objetivando mitigar as ameaças mapeadas e atuar de forma preditiva e preventiva às possíveis incertezas.
Gerir ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação	Atividade continuada de instalação, manutenção, remanejamento e suporte aos equipamentos de TI	Garantir a contínua utilização dos ativos de TI, tendo sido realizados mais de 36.500 atendimentos, minimizando os impactos de paradas programadas e não programadas nos serviços prestados pelos cartórios e unidades administrativas do TRE-RJ.
	Capacitação do pessoal técnico em gestão de estoque e armazém	Aprimoramento da competência do pessoal da COLOG, buscando internalizar as boas práticas de gestão de materiais, controle de estoque e organização de armazém, visando economicidade, eficiência e segurança na gestão dos ativos de TIC. Os resultados esperados incluem a melhoria da organização, eficiência operacional, redução de custos e conformidade com as normas de auditoria.

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Gerir operações	Contratação da nova solução de conectividade dos cartórios eleitorais	A implantação da nova solução possibilitará a redundância de links, o que aumentará a disponibilidade do serviço e da rede sem fio dos cartórios.
	Instalação de nova rede de dados na nova sede do TRE-RJ (Edifício Antônio Jayme Boente) e movimentação dos equipamentos de TI	Possibilitou a transferência das unidades administrativas que funcionavam nos prédios da Avenida Presidente Wilson para o novo prédio.
	Implantação de novo servidor de banco de dados	Permitiu a melhora significativa a performance de diversos sistemas, consultas, intranet e especialmente no sistema SEL.
Gerir desenvolvimento e implantação de soluções	Capacitação do pessoal técnico	Aprimoramento das competências do pessoal técnico de modo a tornar o desenvolvimento e a implantação de sistemas mais eficiente e eficaz. Para isso foram disponibilizadas para servidores e servidoras plataformas de cursos online que contribuíram e facilitaram o aprendizado e o fomento de ideias inovadoras.

Tabela 4.5.5.1: Cadeia de Valor - Principais iniciativas e resultados

4.5.6 RESULTADOS ALCANÇADOS

Quanto aos principais indicadores externos de desempenho da área de TIC, no último levantamento de Governança e Responsabilidade Socioambiental realizado pelo TCU em 2024 (iESGo 2024), o TRE-RJ obteve o resultado de 59% no **iGovTI** (Índice de Governança e Gestão de TI), o que representa uma sensível melhora de maturidade em comparação ao resultado de 2021, ano anterior de medição, quando o TRE-RJ alcançou 46% no índice (não houve aferição do indicador em 2022, 2023 e 2025).

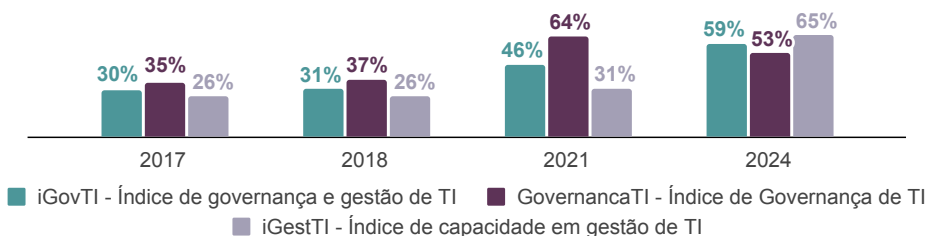


Gráfico 4.5.6.1: Evolução iGovTI - TCU

Com relação ao **iGovTIC-JUD** (Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário), aferido pelo CNJ com base na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD 2021-2026), o TRE-RJ obteve em 2025 resultado de 89,79, tendo seu nível classificado como "Aprimorado". Em 2024, o resultado foi de 95,32, tendo seu nível classificado como "Excelência". Neste último ano, não obstante a mudança de nível, o Tribunal manteve-se a 2 décimos do nível de "Excelência".

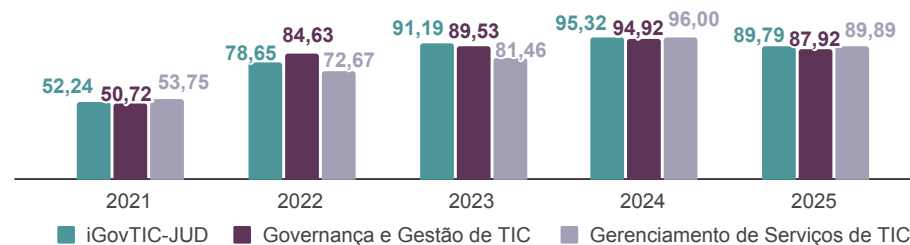


Gráfico 4.5.6.2: Evolução iGovTIC-JUD - CNJ

- Modernização do ambiente de reuniões híbridas -** Disponibilização e instalação de câmeras com tecnologia 360° nas salas de reunião do Tribunal, a fim de adequar a infraestrutura física à realidade do trabalho colaborativo, facilitando a realização de reuniões híbridas com maior qualidade de áudio e vídeo, garantindo a inclusão e a interação eficiente dos participantes remotos;
- Disponibilização de ferramentas de Inteligência Artificial -** Disponibilização das ferramentas de Inteligência Artificial Gemini e NotebookLM para todo o corpo funcional. Para potencializar o uso dessas tecnologias, foi formalizado, no mês de setembro, um novo contrato que garantiu a ampliação dos recursos através da versão PRO;
- Modernização da infraestrutura de Banco de Dados -** Implantação de novo servidor de banco de dados, a fim de melhorar a capacidade de processamento e armazenamento de dados do Tribunal, garantindo a alta disponibilidade dos sistemas administrativos, com melhoria significativa na performance de diversos sistemas corporativos, consultas e da intranet.

4.5.7 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O ano de 2026 traz grandes desafios para a área de tecnologia da informação. O processo de transformação digital nos órgãos públicos procura prover cada vez mais serviços de forma digital, para atender às demandas da sociedade por um atendimento rápido e de qualidade. Diante deste cenário, a Secretaria de Tecnologia da Informação é cada vez mais demandada para dar suporte à automação de processos de trabalho, que permita a execução das atividades do Tribunal de uma forma mais eficiente e econômica, ao mesmo tempo em que necessita manter todos os serviços existentes funcionando de forma adequada.

A Estratégia Nacional de TIC aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, apresenta uma série de desafios e objetivos estratégicos de Tecnologia da Informação, para todos os órgãos de justiça, para o sexênio 2021-2026. O TRE-RJ está alinhado com os objetivos de TIC definidos pelo CNJ em seus próprios objetivos estratégicos, definidos em novo plano para o mesmo ciclo de 2021-2026.

Dentre os desafios e ações previstas para 2026, destacam-se:

- **Solução Omnichannel com automação do atendimento por WhatsApp** - Buscando aprimorar o relacionamento com o cidadão, o Tribunal planeja a implantação de uma solução omnichannel que integrará o atendimento via bot no WhatsApp. Esta ferramenta será utilizada tanto para o esclarecimento de dúvidas de eleitores quanto como apoio estratégico para a convocação de mesários, integrando-se às ferramentas internas já existentes. A iniciativa retoma um projeto prioritário, cuja execução foi postergada no exercício anterior devido a restrições orçamentárias e temporais. A adoção dessa tecnologia trará benefícios significativos, como a disponibilidade de atendimento

24 horas e a padronização das informações prestadas. Para a gestão de mesários, a solução automatizada via WhatsApp agilizará o processo de convocação e comunicação, reduzindo a carga de trabalho manual dos cartórios e facilitando a interação com os convocados;

- **Melhoria da infraestrutura de redes dos cartórios eleitorais** -

Um dos principais desafios e prioridades para o próximo ciclo é a implantação de uma nova infraestrutura de rede de dados para todos os cartórios eleitorais do estado. O projeto consiste na instalação de dois links de dados distintos em cada unidade. A redundância de conexão assegura maior disponibilidade e estabilidade no acesso aos sistemas corporativos e eleitorais, mitigando riscos de interrupção no atendimento ao eleitor. Além disso, a nova infraestrutura proporcionará maior velocidade no tráfego de dados, conferindo agilidade à execução dos trabalhos dos servidores;

- **Novos Planos PTD e PDTIC** - Para o próximo ciclo, está prevista a elaboração e publicação dos novos Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e Plano de Transformação Digital (PTD). Esses instrumentos de planejamento são fundamentais para definir as diretrizes, prioridades e investimentos em tecnologia para o biênio seguinte, em consonância com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

- **Desenvolvimento de Solução Própria de ITSM** - Um desafio central para a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) é a implementação de uma nova solução de ITSM (Information Technology Service Management), desenvolvida internamente. Esta iniciativa visa criar uma ferramenta sob medida, desenhada especificamente para aderir aos processos de trabalho e fluxos

de atendimento da STI, respondendo à crescente demanda por suporte à automação de processos e manutenção adequada dos serviços existentes. Os benefícios dessa internalização incluem a redução de custos com licenciamento de softwares de terceiros e a garantia de que a ferramenta de gestão de serviços esteja perfeitamente alinhada às particularidades do Tribunal. A nova solução proporcionará um controle eficiente sobre incidentes, requisições e mudanças, otimizando a alocação de recursos técnicos e agilizando o atendimento às demandas dos usuários internos;

- **Atualização do Sistema SEI** - Esta atualização é essencial para modernizar a gestão de processos administrativos do Tribunal. O principal benefício é habilitar a integração com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outros órgãos, facilitando o trâmite de processos administrativos interinstitucionais.

4.6 GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal

A gestão da segurança da informação no âmbito da Justiça Eleitoral é regulada por normativos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal Superior Eleitoral, entre os quais se destacam:

- [Resolução CNJ nº 396/2021](#) - Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ);
- [Portaria CNJ nº 162/2021](#) - Aprova Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ nº 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ);
- [Resolução CNJ nº 370/2021](#) - Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- [Resolução CNJ nº 363/2021](#) - Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais;
- [Resolução TSE nº 23.644/2021](#) - Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral.
- [Resolução TSE nº 23.650/2021](#) - Institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral.

4.6.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O planejamento, o gerenciamento e a execução da segurança da informação no TRE-RJ são realizados por meio de estruturas internas permanentes, com papéis e responsabilidades bem definidos. São elas:

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - [CGovTIC](#)

Instituído em 2012, teve sua regulamentação atualizada pelo [Ato GP nº 68/2020](#). Principal instância de apoio à governança de TIC no Tribunal, é composta pelos titulares das principais áreas de gestão e delibera sobre princípios, diretrizes, estratégias e prioridades de TIC.

Comissão de Segurança da Informação - [COMSI](#)

Regida pela [Resolução TSE nº 23.644/2021](#), é formada por servidores de diversas áreas e tem como atribuição propor normas, procedimentos, planos, processos, ações de divulgação e recursos necessários à operacionalização da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - [CGPD](#)

Instituído pelo [Ato GP nº 80/2021](#), possui composição multidisciplinar e atua na proposição de diretrizes para o aprimoramento contínuo de mecanismos de proteção a dados pessoais, cabendo-lhe oferecer propostas de regulamentação e sugestões de providências para a implementação da LGPD no âmbito do Tribunal.

Assessoria de Segurança da Informação - [ASINFO](#)

Com vinculação direta à Presidência, o titular da unidade exerce os papéis de Gestor de Segurança da Informação e de Encarregado de Proteção de Dados Pessoais ([Resolução TSE nº 23.644/2021](#) e [Ato GP nº 202/2020](#)).

Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética - ETIR

Reestruturada pela [Resolução TRE-RJ nº 1.272/2023](#), é composta por servidores de diversas unidades técnicas da Secretaria de Tecnologia da Informação, e tem como objetivo a facilitação e a coordenação das atividades de tratamento e resposta a incidentes de segurança cibernética.

Comitê de Crises Cibernéticas - CriCiber

Criado pelo [Ato GP nº 185/2022](#), é coordenado pela Diretora-Geral e tem por finalidade o gerenciamento de crises cibernéticas, para contribuir com a resiliência corporativa por meio de respostas rápidas e eficientes a incidentes de Segurança da Informação.

Núcleo de Defesa Cibernética - NDEC

Unidade vinculada ao Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação, responsável, principalmente, por monitorar os ativos de TI para identificação de eventos de cibersegurança e realizar análises de vulnerabilidades.

4.6.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Segurança da Informação

No objetivo de preservar a confidencialidade, integridade e autenticidade dos dados do Tribunal, foram desenvolvidas, em 2025, as seguintes ações:

- **Ampliação dos procedimentos de resposta específicos**, para redução do tempo de resposta a incidentes de segurança cibernética.
- **Inclusão de novas aplicações monitoradas via solução de WAF (Web Application Firewall)**, com o objetivo de proteger as aplicações web do Tribunal contra ataques cibernéticos.

- **Constantes ações de *hardening* nos servidores** com o objetivo de elevar a segurança dos servidores do TRE-RJ por meio de configurações mais rigorosas, remoção de serviços desnecessários e aplicação de atualizações de software (*patches*). Essa prática visa reduzir vulnerabilidades críticas, o que fortalece a infraestrutura de Tecnologia da Informação contra invasões e aumenta a proteção de dados sensíveis.

- **Implantação da solução de segurança e auditoria de arquivos em nuvem** para proteger arquivos armazenados em ambientes de nuvem do Tribunal contra acessos indevidos e exfiltração de dados. Com regras específicas, a solução garante o monitoramento contínuo e a conformidade, gerando alertas sobre comportamentos anômalos.

- **Início da implantação de solução de Gestão de Ativos**, com a intenção de permitir melhor visibilidade e controle dos dispositivos (hardware e software) do TRE-RJ. O objetivo é identificar, inventariar e mapear os riscos de cada ativo, possibilitando o gerenciamento eficaz de patches, licenças e configurações.

- **Realização de testes de *phishing***, para avaliar, por meio de simulações de e-mails fraudulentos, a conscientização em segurança cibernética dos servidores e colaboradores e treiná-los para que não sejam vítimas de golpes dessa natureza, deixando, assim, o ambiente cibernético do Tribunal mais protegido contra invasões e vazamento de dados.

- **Realização de campanhas de conscientização em segurança da informação** que educaram os servidores e colaboradores do TRE-RJ sobre as melhores práticas de segurança. As campanhas tiveram a intenção de transformar os usuários na primeira barreira de defesa do Tribunal, alertando sobre phishing, vazamento de senhas e riscos do uso inadequado da internet, para o fortalecimento da cultura de segurança da informação.

- **Criação do módulo básico de segurança da informação**, que tem por objetivo promover a conscientização e o treinamento de novos usuários de sistemas de informação. O curso, de participação obrigatória, destina-se a evitar que o uso dos recursos de tecnologia ocorra sem a observância das políticas de segurança cibernética.

- Publicação de **boletins com informações e dicas sobre Segurança da Informação** voltadas ao público interno.

- **Disponibilização de curso sobre a Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27001** para servidores das áreas de segurança da informação e gestão de riscos.

- **Início da avaliação de riscos de segurança da informação** com o objetivo principal de identificar, analisar e priorizar as ameaças e vulnerabilidades que possam impactar os ativos críticos do Tribunal. Essa avaliação visa orientar a tomada de decisão e o planejamento de investimentos em segurança, garantindo que os recursos sejam alocados para mitigar os riscos mais relevantes.

- **Ampliação de auditoria de código-fonte com ferramentas automatizadas** do tipo SAST/DAST dos sistemas desenvolvidos internamente, realizada para permitir a identificação de vulnerabilidades de segurança (falhas de codificação e erros de lógica) de forma automatizada e contínua em todas as fases do desenvolvimento dos sistemas. Isso visa garantir que os sistemas sejam liberados para produção com um nível de segurança elevado, prevenindo falhas de segurança que poderiam ser exploradas por invasores.

- **Implementação de medidas adicionais de segurança cibernética por ocasião das eleições suplementares** — para garantia da realização de eleições suplementares ocorridas no município de Três Rios, foram adotadas medidas adicionais de segurança nos ativos de informação do Tribunal, a fim de reduzir a probabilidade de incidentes que pudessem perturbar o serviço eleitoral.

Proteção de Dados Pessoais

Em 2025, o TRE-RJ fortaleceu sua governança em proteção de dados pessoais ao publicar **diretrizes para o uso ético da Inteligência Artificial Generativa**, assegurando inovação com responsabilidade. Paralelamente, reforçou a conformidade com a LGPD por meio da **criação de avisos de privacidade** e investiu na **capacitação de servidores** das áreas de segurança e gestão da informação em proteção de dados pessoais.

Para viabilizar a transparência pública sem comprometer a proteção de dados, foi também elaborado um **procedimento de tarjamento de dados pessoais em documentos PDF**. Essa medida permitirá que as informações pessoais sejam preservadas em documentos destinados à divulgação pública, consolidando, assim, o compromisso da instituição com a garantia de todos os direitos fundamentais.

4.6.3 PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES E MONTANTE APLICADO

DESCRIÇÃO	EMPENHADO
Serviço de apoio operacional da solução de proteção, gestão e monitoração de dados não estruturados	R\$ 1.269.456,00
Serviço de gestão de ativos de TIC e patches	R\$ 563.830,00
Serviço de Suporte Técnico para itens de segurança da informação de banco de dados	R\$ 100.762,62
Solução de proteção de endpoints - antivírus	R\$ 71.515,26
Total	R\$ 2.005.563,88

Tabela 4.6.3.1: Principais contratações e montante liquidado em 2025 (empenho 2025 ou empenho 2024 inscrito em restos a pagar)

4.6.4 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

No exercício de 2026, o TRE-RJ pretende avançar na implementação da gestão de riscos de segurança da informação e prosseguir nos esforços para inventariar os dados pessoais e publicar a norma sobre o atendimento de direitos de titulares de dados pessoais.

4.7 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

A gestão de licitações e contratos na Justiça Eleitoral Fluminense observa primordialmente as regras estabelecidas pela nova Lei de Licitações e Contratos ([Lei nº 14.133/2021](#)), bem como as diretrizes instituídas pela Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário ([Resolução CNJ nº 347/2020](#)) e na Justiça Eleitoral ([Resolução TSE nº 23.702/2022](#)), ainda existindo contratos em vigor regidos pela [Lei nº 8.666/1993](#), de acordo com estabelecido no art. 190 da Lei nº 14.133/2021.

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral atua como principal ponto de controle nos procedimentos de contratação do TRE-RJ, realizando a análise de conformidade com as normas vigentes e com as recomendações do TCU e da unidade de auditoria interna.

Além disso, buscando assegurar a mesma conformidade, diversos normativos internos regulamentam o processo de contratação no âmbito do tribunal, dentre os quais se destacam:

- [Ato GP nº 155/2022](#) - Regulamenta a elaboração e o monitoramento do Plano de Contratações Anual no âmbito do TRE-RJ;
- [Ato GP nº 171/2020](#) - Estabelece a obrigatoriedade de inclusão de critérios sustentáveis para contratações, através da adoção de um guia próprio;
- [IN GP nº 06/2019](#) - Institui o Manual de Planejamento das Contratações de Serviços;

- [IN GP nº 08/2019](#) - Disciplina os procedimentos relativos à pesquisa de mercado para contratação de serviços em geral, serviços de engenharia e aquisições de materiais e equipamentos;
- [IN GP nº 03/2021](#) - Aprova o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;
- [IN GP nº 02/2022](#) - Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133/2021 e institui a utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica no âmbito do TRE-RJ, aprova o modelo de Aviso de Dispensa Eletrônica e a Relação de Documentos exigidos para a Habilitação;
- [IN GP nº 02/2023](#) - Regulamenta a utilização do sistema Compras Contratos no âmbito do TRE-RJ;
- [Portaria DG TRE-RJ nº 41/2023](#) - Institui os modelos de Documento de Formalização da Demanda, Estudos Técnicos Preliminares, Termo de Referência e Projeto Básico a serem utilizados nas contratações de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, e atualiza os modelos do Manual de Planejamento das Contratações de Serviços do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Desde a publicação da [Lei nº 14.133/2021](#), o TRE-RJ vem aplicando esforços na revisão de seus processos e regulamentações internas para adequação ao novo regramento legal.

4.7.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES

A governança e a gestão das contratações no TRE-RJ são realizadas por meio de estruturas internas permanentes, com papéis e responsabilidades definidos, além das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Administração, unidade gestora do macroprocesso de contratações.

O **Comitê de Governança de Contratações do TRE-RJ - CGovCON**, instituído pelo Ato GP nº 150/2021, é a principal instância de apoio à governança na temática e tem por competência auxiliar a Alta Administração no estabelecimento de princípios e diretrizes, assim como na implementação e manutenção de processos, estruturas, instrumentos e mecanismos para a governança e gestão das contratações, em conformidade com as normas do Conselho Nacional de Justiça e os regramentos internos do TRE-RJ.

Dentre os instrumentos de governança das contratações do TRE-RJ, destacam-se:

Plano de Contratações Anual - no qual são definidas as prioridades, estimados os custos e planejadas as etapas das contratações de cada exercício;

Plano Anual de Capacitação - prevê, em eixo específico, as ações de capacitação para os servidores alocados em funções-chave da governança e gestão de contratações;

Plano de Logística Sustentável - dentre outros objetivos, visa garantir a observância de princípios da sustentabilidade em todas as contratações do Tribunal e fomentar a cultura de contratações compartilhadas;

Plano de Gerenciamento de Riscos do macroprocesso de contratações - Aprovado pelo CGovCON em 2022, prevê ações de tratamentos dos principais riscos identificados em cada fase das contratações.

4.7.2 CONTRATAÇÕES FORMALIZADAS EM 2025

Contratações realizadas por modalidade

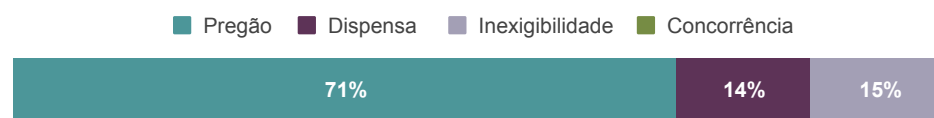


Gráfico 4.7.2.1: Distribuição percentual de contratações formalizadas em 2025, por modalidade

Contratações diretas (dispensa ou inexigibilidade)

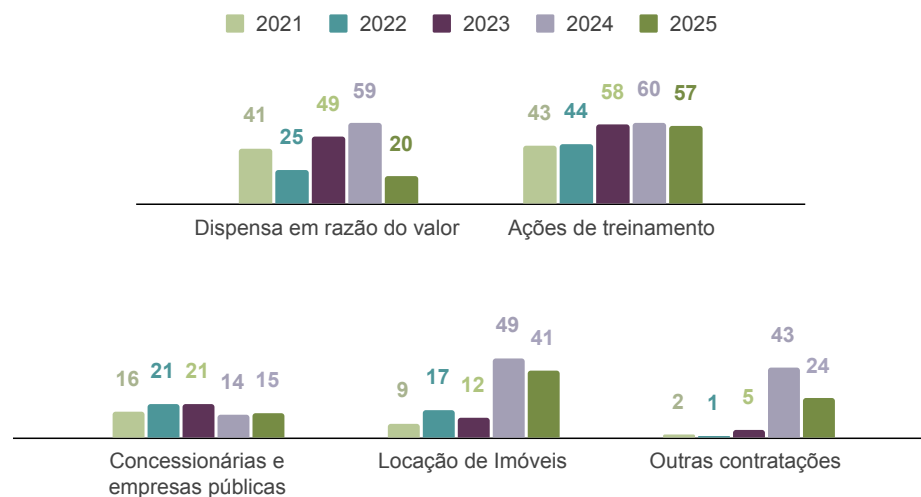


Gráfico 4.7.2.2: Evolução dos quantitativos de contratações diretas por justificativa

Justificativas para as contratações diretas

As contratações diretas por dispensa de licitação justificam-se, em sua maioria, pelo baixo valor das contratações, o que atrai a incidência do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021. Aquelas relacionadas à locação de imóveis encontram justificativa na previsão contida no art. 74, V, da Lei nº 14.133/2021.

No caso das contratações diretas por inexigibilidade de licitação, a justificativa resulta da própria natureza da contratação, uma vez que é aplicada quando há inviabilidade de competição entre as empresas fornecedoras dos serviços ou produtos, destacando-se as contratações de ações de treinamento e concessionárias de serviços públicos (fornecimento de energia elétrica, gás, serviços de água e esgoto e serviços postais).

Todas as contratações e justificativas específicas podem ser consultadas na página [Dispensas e Inexigibilidades de Licitação](#), no sítio eletrônico do TRE-RJ.

4.7.3 GASTOS COM CONTRATAÇÕES EM 2025

Distribuição dos gastos com contratações por plano orçamentário e tipo de despesa

ORÇAMENTO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	R\$ 62.739.033,77	R\$ 10.411.608,64	R\$ 73.150.642,41
Capacitação Recursos Humanos	R\$ 1.649.276,55	-	R\$ 1.649.276,55

ORÇAMENTO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL
Pleito Eleitoral	R\$ 817.969,57	-	R\$ 817.969,57
Segurança da Informação	R\$ 2.235.826,61	-	R\$ 2.235.826,61
Total	R\$ 67.442.106,50	R\$ 10.411.608,64	R\$ 77.853.715,14

Tabela 4.7.3.1: Distribuição dos gastos com contratações por plano orçamentário e tipo de despesa

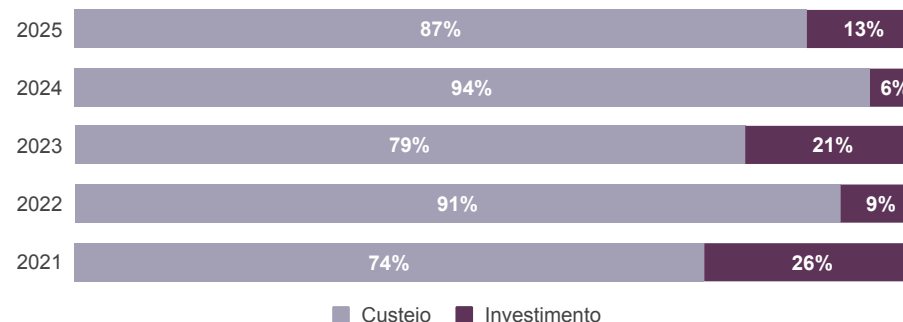


Gráfico 4.7.3.1: Evolução percentual dos gastos com contratações por tipo de despesa

Distribuição dos gastos com contratações por finalidade

FINALIDADE	VALOR
Funcionamento administrativo	R\$ 21.155.896,11
Funcionamento de TI	R\$ 10.824.745,80
Investimento (inclusive de TI)	R\$ 10.411.608,64
Capacitação de servidores	R\$ 1.649.276,55

FINALIDADE	VALOR
Pleito Eleitoral	R\$ 817.969,57
Gastos em infraestrutura imobiliária	R\$ 26.678.666,57
Segurança da Informação	R\$ 2.235.826,61
Outras finalidades*	R\$ 4.079.725,29
Total	R\$ 77.853.715,14

Tabela 4.7.3.2: Distribuição dos gastos com contratações por finalidade

* Abrangem outras despesas como tributos, estagiários, eventos, serviços judiciais, diárias para membros e servidores, serviços de logística, entre outros (aprox. 5,24% dos gastos totais)

Detalhamento dos principais gastos com a finalidade “Funcionamento administrativo”

DESPESA	VALOR
Apoio Adm. Téc. Operacional (com dedicação exclusiva de mão de obra)	R\$ 10.154.463,41
Locação de imóveis/condomínios	R\$ 5.946.666,35
Vigilância	R\$ 2.409.285,94
Combustível	R\$ 623.423,21
Serviços de copa e cozinha	R\$ 548.433,39
Passagens aéreas	R\$ 455.098,94
Manutenção de veículos (serviços e peças automotivas)	R\$ 410.622,32

DESPESA	VALOR
Materiais de consumo (expediente, limpeza, higiene pessoal)	R\$ 237.269,77
Locação de veículos	R\$ 236.662,78
Serviços Postais	R\$ 133.970,00
Total	R\$ 21.155.896,11

Tabela 4.7.3.3: Principais gastos com o funcionamento administrativo

4.7.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, JUSTIFICATIVAS E ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

CONTRATAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO	JUSTIFICATIVA
Contratação de Brigadista Civil de combate a incêndio e Primeiros Socorros Valor: R\$ 1.620.694,08	OE 13 - Aperfeiçoar a Infraestrutura	O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro tem como público-alvo Magistrados, Advogados, Servidores e Eleitores, fazendo-se necessárias ações preventivas de combate a incêndios e controle de pânico, com diretrizes e procedimentos a serem adotados por Brigada Profissional e pela população em geral, para que eventuais ações emergenciais sejam conduzidas com segurança, preservando a integridade física das pessoas e salvaguardando bens patrimoniais.

CONTRATAÇÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO	JUSTIFICATIVA
Aquisição de 5 equipamentos servidores Valor: R\$ 769.000,00	OE 12 - Promover a transformação digital	Aquisição de computadores servidores de rede para substituição de equipamentos antigos e modernização da infraestrutura necessária para sustentação de serviços e sistemas/aplicações do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Tabela 4.7.4.1: Contratações com maior relevância

4.7.5 RESULTADOS ALCANÇADOS

- Implementação do Programa “Transformação”, instituído pela [Resolução CNJ nº 497/2023](#), que visa incluir reserva de vagas para pessoas em condições de vulnerabilidade em contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados, seguindo os critérios estabelecidos na resolução.

Tal medida foi aplicada no Pregão Eletrônico nº 90015/2025, cujo objeto era a contratação de serviço continuado de operação de postos de trabalho de estoquistas e supervisores, com dedicação exclusiva de mão de obra;

- Apesar das melhorias implementadas no monitoramento do Plano de Contratações Anual (PCA), o IE 34 (Taxa de aderência das contratações ao PCA) foi negativamente afetado por fatores, como: os atrasos nos processos de contratação e a necessidade de contratações extraplano, decorrentes da mudança da sede do Tribunal para o Edifício Antônio Jayme Boente.

4.7.6 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Finalizar a nova versão do Manual de Planejamento das Contratações e Seleção de Fornecedores, com a inclusão de atualizações referentes ao processo de aquisições de bens e serviços, em consonância com a Nova Lei de Licitações ([Lei nº 14.133/2021](#));
- Revisar os procedimentos de planejamento de contratações no âmbito das unidades da Secretaria de Administração, ação ainda não concluída devido à sua estreita dependência da finalização do Manual de Planejamento das Contratações e Seleção de Fornecedores;
- Implementar plano de ação aprovado pelo CGovCON com foco na redução de atrasos na tramitação dos processos de contratação, o qual inclui um novo ciclo de treinamento e aperfeiçoamento de servidores envolvidos na etapa de planejamento das contratações;
- Promover as adequações exigidas, às áreas de contratação e às empresas contratadas, pelo Programa Nacional de Incentivo à Participação Feminina na Justiça Eleitoral e à Promoção de Paridade de Gênero nos Tribunais Regionais Eleitorais, instituído pela [Portaria TSE nº 105/2025](#);
- Promover as adequações exigidas pela Resolução CNJ nº 641/2025, que alterou a [Resolução CNJ nº 400/2021](#), que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, para adequá-la à Lei nº 14.133/2021, e incentivar práticas de inovação. Essa norma inova ao incluir a temática “Novas Tecnologias”, com a criação de um indicador para aferição da redução de custos decorrente da adoção de novas tecnologias ou processos (RDC), focando em inovações, eficiência e sustentabilidade no ciclo de vida de produtos e serviços.

4.8 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

4.8.1 GESTÃO PATRIMONIAL MOBILIÁRIA

Conformidade legal e mecanismos de controle

A gestão patrimonial mobiliária e de bens intangíveis do TRE-RJ observa os normativos aplicáveis, especialmente o [MCASP](#) (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - STN), as [Macrofunções SIAFI](#) 021134 - Movimentação e alienação de bens, 020335 - Reavaliação e redução ao valor recuperável, 020343 - Bens móveis e 020345 - Ativos intangíveis, a [nova Lei de Licitações 14.133/2021](#), recomendações do TCU e da unidade de auditoria interna e, ainda, os normativos internos, entre os quais se destacam:

- [IN GP nº 07/2019](#) - Estabelece procedimentos gerais de administração, controle, guarda, conservação, responsabilidade e alienação dos bens móveis permanentes no âmbito do TRE-RJ;
- [IN DG nº 02/2024](#) - Institui a Norma de Gestão de Ativos de Informação e de Processamento do TRE-RJ.

Evolução do patrimônio

Em 2025, o patrimônio mobiliário do TRE-RJ apresentou uma variação positiva líquida de R\$ 1.288.139,50, resultado da diferença entre os acréscimos decorrentes de investimentos realizados com aquisição de bens móveis e intangíveis e as reduções oriundas de baixas e reavaliações de bens.

Dentre as aquisições, destacam-se aquelas realizadas na conta "Equipamentos de processamentos de dados", no valor total de R\$ 5.468.254,00, e na conta "Mobiliário em geral", no valor total de R\$ 1.459.252,13 – esta última justificada pela estruturação do anexo da nova sede do Tribunal (Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente).

No que diz respeito às baixas, a maior redução ocorreu na conta "Softwares de vida útil definida", no total de R\$ 2.972.814,22, primordialmente decorrentes de licenças de software expiradas. Destacam-se, ainda, as reduções resultantes de processos de desfazimento por abandono, dos quais R\$ 395.449,15 oriundos de materiais da conta "Mobiliário em geral".

Quanto às reavaliações de bens permanentes com vida útil esgotada, as principais reduções ocorreram nas contas "Equipamentos de processamentos de dados" (R\$ 3.075.455,23) e "Veículos de tração mecânica" (R\$ 31.039,50). Algumas reavaliações resultaram em incremento contábil positivo, tendo o principal ocorrido na conta "Equipamentos de proteção, segurança e socorro", no valor total de R\$ 185.772,04.

BENS PATRIMONIAIS	2023	2024	2025
Equipamentos de processamento de dados (incluindo urnas eletrônicas)	R\$ 163.510.206,90	R\$ 241.887.217,89	R\$ 243.145.350,97

BENS PATRIMONIAIS	2023	2024	2025
Mobiliário em geral	R\$ 9.042.524,22	R\$ 11.962.479,98	R\$ 13.024.755,47
Softwares	R\$ 8.357.745,08	R\$ 11.282.463,59	R\$ 9.840.705,49
Aparelhos e utensílios domésticos	R\$ 3.498.252,36	R\$ 4.292.061,40	R\$ 4.526.611,80
Veículos	R\$ 3.836.771,55	R\$ 4.368.865,52	R\$ 4.337.826,02
Demais bens	R\$ 4.906.655,18	R\$ 9.170.198,21	R\$ 9.378.200,34
Total	R\$ 193.152.155,29	R\$ 282.965.310,59	R\$ 284.253.450,09

Tabela 4.8.1.1: Evolução do patrimônio

Investimentos em infraestrutura e equipamentos

NATUREZA DA DESPESA	2023	2024	2025
Equipamentos e materiais permanentes	R\$ 18.379.238,69	R\$ 5.049.104,84	R\$ 10.411.608,64

Tabela 4.8.1.2: Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Fonte: SIAFI

Desfazimento de ativos

Em 2025, foram realizados dois processos de desfazimento de bens permanentes por abandono, totalizando 2.423 bens móveis, com valor líquido contábil de R\$ 487.858,77 e valor bruto de R\$ 834.696,36.

4.8.2 GESTÃO DA INFRAESTRUTURA IMOBILIÁRIA

Em 2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro manteve sob sua responsabilidade um conjunto de 108 imóveis, que abrigam 165 Zonas Eleitorais, a Sede do Tribunal, núcleos administrativos e depósitos de urnas.

A gestão da infraestrutura imobiliária concentrou-se na manutenção, adequação, modernização e ampliação das condições de uso desses imóveis, com ênfase na acessibilidade, segurança, eficiência operacional e sustentabilidade.



Gráfico 4.8.2.1: Infraestrutura imobiliária - Classificação dos imóveis

Conformidade legal

A gestão de infraestrutura imobiliária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro considera precipuamente as Leis nºs [8.245/91](#) e [14.133/2021](#), a [Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023](#), a [Instrução Normativa SPU/ME nº 67/2022](#), as [Resoluções CNJ nº 652/2025](#) e [401/2021](#) e a [Resolução TSE nº 23.544/2017](#), bem como as [Resoluções TRE-RJ nºs 1.198/2021](#) e [1.319/2024](#).

Gastos em infraestrutura imobiliária

Em 2025, foram gastos aproximadamente R\$ 27,7 milhões em manutenção predial, energia, água, telefonia e limpeza/conservação, despesas essas relacionadas ao objetivo estratégico "Aperfeiçoar a infraestrutura", previsto no Plano Estratégico do TRE-RJ.

A redução nas despesas com materiais destinados à manutenção de imóveis/installações no comparativo entre os anos de 2025 e 2024 está diretamente ligada à realização de eleições, que ocorrem somente em anos pares.

NATUREZA DA DESPESA	2023	2024	2025
Manutenção Predial	R\$ 8.478.092,31	R\$ 10.184.881,57	R\$ 10.985.029,37
Limpeza e conservação	R\$ 8.120.003,12	R\$ 8.920.929,88	R\$ 9.934.388,59
Energia elétrica	R\$ 3.488.893,60	R\$ 4.795.294,28	R\$ 5.095.533,83
Água e esgoto	R\$ 485.761,43	R\$ 689.733,84	R\$ 663.714,78
Telecomunicações	R\$ 370.863,38	R\$ 764.477,20	R\$ 801.359,40
Materiais para manutenção de bens imóveis/ instalações	R\$ 490.098,59	R\$ 716.078,49	R\$ 179.064,10
Total	R\$ 21.433.712,43	R\$ 26.071.395,26	R\$ 27.659.090,07

Tabela 4.8.2.1: Principais gastos com manutenção da infraestrutura imobiliária
Fonte: SIAFI

Locações de imóveis, comodatos e cessões

As locações de imóveis, comodatos e débitos relativos às cessões representaram um custo total de R\$ 5.946.666,35 ao orçamento do TRE-RJ em 2025.

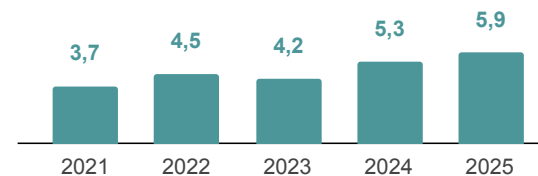


Gráfico 4.8.2.2: Locação de imóveis - Comparativo de gastos (em milhões)

Mudanças e realocações/ampliações

Em outubro de 2025, foi concluída a mudança da Sede do TRE-RJ, com a transferência das unidades administrativas que ainda permaneciam nos edifícios 194 e 198 da Av. Pres. Wilson para imóvel anexo ao Palácio da Democracia, à Rua da Alfândega, 41, cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Detalhes sobre a inauguração desse novo imóvel são apresentados no tópico 4.1.4 deste Relatório de Gestão (Inauguração do anexo à nova sede do TRE-RJ, Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente).

No âmbito das Zonas Eleitorais, foram transferidos oito cartórios para imóveis com melhores condições de instalação e acessibilidade nos municípios de Belford Roxo (152^a, 153^a, 154^a e 155^a Zonas Eleitorais) e Nova Iguaçu (27^a, 84^a, 157^a e 159^a Zonas Eleitorais), incluindo a implantação do Polo Eleitoral em Belford Roxo e do depósito de urnas em Nova Iguaçu. Também foi instalado o Polo permanente de São João de Meriti e Queimados.

4.8.3 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

A frota do Tribunal é composta por 58 veículos próprios e 8 cedidos, tendo sido despendidos R\$ 3.844.539,48 com a sua utilização e conservação em 2025:

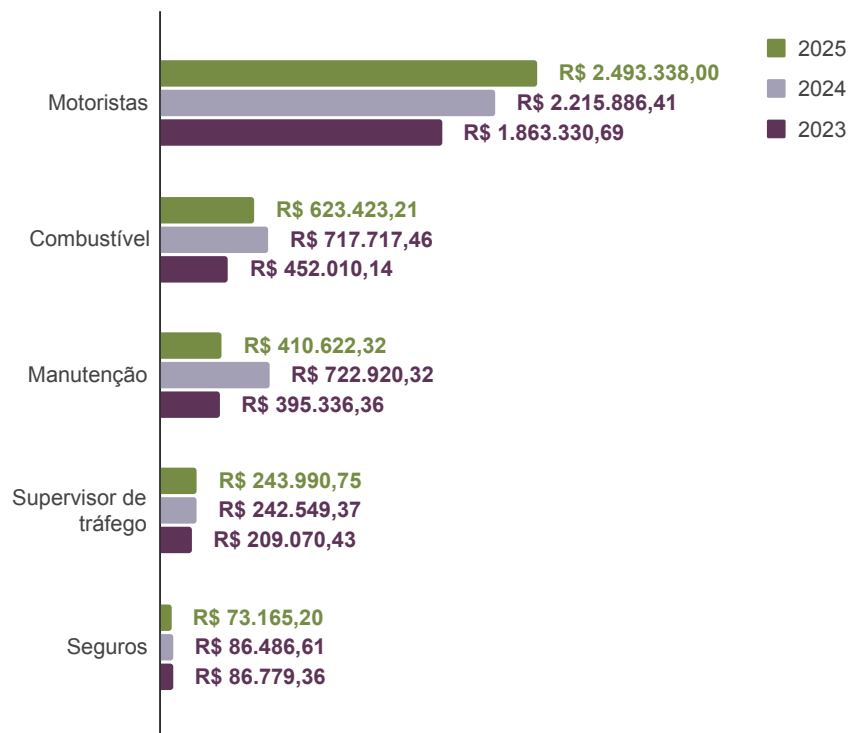


Gráfico 4.8.3.1: Principais despesas com a frota de veículos

Fonte: SIAFI

Em 2025, foi concluído o processo de aquisição de 25 veículos utilitários tipo van, que serão entregues em 2026, com o objetivo de fortalecer e ampliar as ações da Justiça Eleitoral, totalizando um investimento de R\$ 6.462.500,00.

4.8.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

Gestão patrimonial e imobiliária

- Conclusão, em outubro de 2025, da ocupação do anexo da nova Sede do Tribunal, situada na Rua da Alfândega, 41, no Centro do Rio de Janeiro, cuja cessão foi firmada com a Prefeitura do Rio de Janeiro;
 - Reformulação, em março de 2025, do Espaço de Memória Eleitoral Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, localizado no 1º andar do Palácio da Democracia, para as comemorações dos 50 anos do TRE-RJ;
 - Definição e implementação de metodologia e procedimentos de reavaliação periódica de bens permanentes com vida útil esgotada.
- #### Infraestrutura - Sedes (Rua da Alfândega e Av. Pres. Wilson)
- Realização de pintura intumescente (revestimento de proteção passiva contra incêndios) da estrutura metálica do Data Center;
 - Análise estrutural das condições físicas das marquises dos edifícios 194 e 198 da Av. Presidente Wilson;
 - Início da recuperação das fachadas e prismas dos edifícios 194 e 198 da Av. Presidente Wilson;
 - Instalação de piso tátil nas novas sedes Palácio da Democracia e Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente.

Infraestrutura - Zonas Eleitorais

- Modernização e padronização mobiliária de 9 cartórios eleitorais;
- Conclusão das adequações de acessibilidade nos imóveis de Olaria, Marechal Hermes, Barra da Tijuca, Seropédica, Araruama, São Pedro da Aldeia, Sumidouro, Barra Mansa e Italva, contemplando construção de rampas, adequação de banheiros, reestruturação de instalações elétricas e de lógica, alteração de layout e substituição de mobiliário;
- Reestruturação de elétrica e lógica: Barra Mansa, São João da Barra, Conceição de Macabu, Cabo Frio, Rio Claro, São João de Meriti, Taquara, Volta Redonda, Valença e Barra do Piraí. Reestruturação completa de elétrica e lógica, incluindo projetos de layout e pintura interna nos cartórios do Jardim Botânico, Barra da Tijuca, Niterói, Santa Cruz, com reestruturação de hidráulica. Em Niterói e Santa Cruz foi realizada a individualização do hidrômetro;
- Realização de pintura nos cartórios de Cabo Frio, Volta Redonda, São Pedro da Aldeia, Maracanã, Olaria, Arraial do Cabo, Niterói, Macaé, Marechal, Barra do Piraí, Jardim Botânico, Méier e Valença;
- Demolição de muro e execução do tapume para instalação de gradil na 7ª ZE, na Tijuca;
- Instalação de portões para pedestres e veículos nos cartórios do Jardim Botânico;
- Instalação de adesivos de identificação dos cartórios.

Infraestrutura - Núcleos Administrativos

- Conclusão da obra de reforma das subestações do Núcleo Administrativo do Caju (NUAD-Caju);
- Adequação e estruturação do imóvel situado no Batalhão do Leblon para guarda de urnas.

4.8.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Gestão patrimonial e imobiliária

- Transferir os cartórios localizados nos seguintes municípios: Saquarema, São Gonçalo, Silva Jardim, Porciúncula, Maricá, Conceição de Macabu, Bom Jesus de Itabapoana, Magé, Higienópolis, Arraial do Cabo e Santa Cruz, visando à adequação de acessibilidade;
- Instalar Polos Eleitorais nas seguintes regiões: Alcântara/São Gonçalo, Barra da Tijuca, Del Castilho, Macaé, Niterói, Madureira, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Olaria, Petrópolis e Queimados;
- Aumentar gradualmente a padronização da infraestrutura diante da diversidade imobiliária utilizada pelo Tribunal;
- Contratar veículos de passeio por aplicativo;
- Contratar seguro para os imóveis ocupados pelo TRE-RJ.

Infraestrutura - Sedes (Rua da Alfândega e Av. Pres. Wilson)

- Instalar placas indicativas nos edifícios da Rua da Alfândega;
- Instalar plataformas elevatórias para acessibilidade no Edifício Desembargador Antônio Jayme Boente;

- Concluir a reforma das fachadas e prismas dos edifícios 194 e 198 da Av. Presidente Wilson.

Infraestrutura - Zonas Eleitorais

- Instalar gradil na 7ª Zona Eleitoral, na Tijuca;
- Reformar o muro da 25ª Zona Eleitoral, em Santa Cruz;
- Instalar letreiros de comunicação visual nos cartórios;
- Recuperar estrutura de pilar no cartório de Bom Jesus de Itabapoana;
- Realizar reforma de telhado para implantação de sistema fotovoltaico em Rio Bonito, Deodoro, Maracanã e Jardim Botânico;
- Realizar obras de acessibilidade e recuperação estrutural de reservatório em Volta Redonda.

4.9 LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

A promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito do Poder Judiciário é direcionada pela Política de Sustentabilidade aprovada pela [Resolução CNJ nº 400/2021](#), que estabelece o [Plano de Logística Sustentável \(PLS\)](#), a ser elaborado por cada órgão, como instrumento principal para o estabelecimento e acompanhamento de práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade.



**Plano de Logística
Sustentável**

TRE-RJ 2021-2026

O normativo, recentemente alterado pelas [Resoluções CNJ nº 550/2024](#), [594/2024](#) e [641/2025](#), dispõe, ainda, de um conjunto de indicadores de desempenho mínimos a serem monitorados para avaliação do desenvolvimento ambiental, social e econômico do PLS, dentre os quais se destacam, por sua relevância, os apresentados a seguir:

RESULTADOS ALCANÇADOS E PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

INDICADOR	DESTAQUES/AÇÕES	DESAFIOS/PERSPECTIVAS
PAPEL	<ul style="list-style-type: none"> Definição de critérios de distribuição de resmas aos Cartórios Eleitorais (limites de distribuição calculados com base no período eleitoral/não eleitoral, quantidade de eleitores e histórico de pedidos). 	<ul style="list-style-type: none"> Conscientizar servidores e colaboradores quanto à necessidade de otimizar tarefas que envolvam impressão.
IMPRESSÃO/EQUIPAMENTO DE IMPRESSÃO	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização do serviço de <i>outsourcing</i> nas Unidades Administrativas e Cartórios Eleitorais do Tribunal. 	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar os gestores sobre a necessidade de redução de equipamentos e impressões por unidade.
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	<ul style="list-style-type: none"> Projeto “Oudiser Reciclável”: sensibilização voltada à adequada separação de resíduos, selecionado pelo CNJ para apresentação na Audiência Pública - Crise Climática: Poder Judiciário, Sustentabilidade e Resíduos Sólidos. 	<ul style="list-style-type: none"> Replicar o projeto “Oudiser Reciclável” nos demais prédios administrativos do TRE-RJ.
COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de copos plásticos limitada aos biodegradáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Definir a destinação dos copos plásticos de café não biodegradáveis ainda em estoque.
ENERGIA ELÉTRICA	<ul style="list-style-type: none"> Aquisições de equipamentos com melhores classificações de eficiência energética. Definição dos imóveis para expansão do sistema fotovoltaico do Tribunal. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimorar o monitoramento e gestão do consumo.

INDICADOR	DESTAQUES/AÇÕES	DESAFIOS/PERSPECTIVAS
ÁGUA	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento do consumo de água das Unidades Administrativas e Cartórios Eleitorais. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar pontos de reaproveitamento de água da chuva nas unidades.
TRANSPORTES	<ul style="list-style-type: none"> Otimização da utilização da frota de veículos de serviço em comparação ao ano eleitoral de 2022. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a aquisição de veículos elétricos. Contratar serviços de transporte por aplicativo.
TELEFONIA	<ul style="list-style-type: none"> Redução do quantitativo de terminais de VoIP. 	<ul style="list-style-type: none"> Adequar o quantitativo de terminais VoIP à estrutura física da unidade demandante.
BENS SUSTENTÁVEIS	<ul style="list-style-type: none"> Incremento no percentual de processos licitatórios de aquisição de bens com observância de critérios sustentáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Encontrar no mercado materiais que atendam aos critérios sustentáveis exigidos pelas unidades demandantes.
SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS	<ul style="list-style-type: none"> Incremento no percentual de processos licitatórios de contratação de serviços com observância de critérios sustentáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Unidades demandantes indicarem objetivamente os critérios de sustentabilidade aplicáveis às contratações.
SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Publicidade das ações de sustentabilidade nos canais de comunicação interna e externa (Portal Ambiental) 	<ul style="list-style-type: none"> Estimular o interesse e o acesso aos conteúdos de temática ambiental no Portal Ambiental
CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Alcance de público recorde em ações de capacitação Palestra com o bicampeão mundial de ondas gigantes, Carlos Burle 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar temas e palestrantes de interesse
DESCARBONIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Publicação do Plano de Descarbonização (Plano de Gestão Climática): ano inventariado 2024. Implementação do projeto de compensação de emissões de GEEs através de replantio de áreas degradadas de Mata Atlântica. 	<ul style="list-style-type: none"> Contabilizar emissões de GEEs na categoria "Deslocamento casa-trabalho" (Escopo 3).

Tabela 4.9.1 - Indicadores, ações e desafios em sustentabilidade







DESEMPENHO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE			
	<p>Papel</p> <p>Resultado: consumo anual de 5.211 resmas Meta: consumo anual de 5.025 resmas Percentual de alcance da meta: 96%</p>		<p>Água</p> <p>Resultado: consumo anual de 20.266 m³ Meta: consumo anual de 18.557 m³ Percentual de alcance da meta: 90%</p>
	<p>Impressão</p> <p>Resultado: 2.212.239 impressões anuais Meta: 1.863.035 impressões anuais Percentual de alcance da meta: 81%</p>		<p>Transporte</p> <p>Resultado: 34 usuários/veículo Meta: 34 usuários/veículo Percentual de alcance da meta: 100%</p>
	<p>Gestão de Resíduos Sólidos</p> <p>Resultado: 31.707 kg de material destinado para reciclagem Meta: 13.082 kg de material destinado para reciclagem Percentual de alcance da meta: 242%</p>		<p>Telefonia</p> <p>Resultado: gasto anual de R\$ 801.359,25 Meta: gasto anual de R\$ 787.200 Percentual de alcance da meta: 98%</p>
	<p>Copos plásticos descartáveis (não biodegradáveis)</p> <p>Resultado: consumo anual de 0 centos Meta: consumo anual de 64 centos Percentual de alcance da meta: 200%</p>		<p>Bens sustentáveis</p> <p>Resultado: 81% das aquisições de bens observaram critérios sustentáveis Meta: 55% das aquisições de bens com observância de critérios sustentáveis Percentual de alcance da meta: 147%</p>
	<p>Energia elétrica</p> <p>Resultado: consumo anual de 3.042.186 kWh Meta: consumo anual de 2.437.987 kWh Percentual de alcance da meta: 75%</p>		<p>Serviços sustentáveis</p> <p>Resultado: 90% das contratações observaram critérios sustentáveis Meta: 95% das contratações com observância de critérios sustentáveis Percentual de alcance da meta: 94%</p>
	<p>Sensibilização em sustentabilidade</p> <p>Resultado: 23 ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade, organizadas e realizadas pelo TRE-RJ ou em parceria Meta: 19 ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade, organizadas e realizadas pelo TRE-RJ ou em parceria Percentual de alcance da meta: 121%</p>		<p>Capacitação em sustentabilidade</p> <p>Resultado: 422 participantes do público interno em ações de capacitação em sustentabilidade no período Meta: 360 participantes do público interno em ações de capacitação em sustentabilidade no período Percentual de alcance da meta: 117%</p>

Tabela 4.9.2 - Desempenho dos indicadores de sustentabilidade

Observações:

- Os resultados, metas e desempenhos de todos os indicadores de sustentabilidade previstos no [Plano de Logística Sustentável \(PLS\) do TRE-RJ 2021-2026](#) podem ser consultados no [Relatório Anual de Desempenho do PLS TRE-RJ](#), assim como os resultados das variáveis previstas na Resolução CNJ nº 400/2021.
- Os resultados do Programa Justiça Carbono Zero, via de regra, não são concluídos e disponibilizados em tempo hábil para constar no Relatório de Gestão do exercício a que se referem.
- Os resultados dos principais indicadores previstos no [Anexo I da Resolução CNJ nº 400/2021](#), tanto do TRE-RJ quanto dos demais Tribunais, podem ser consultados no [Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário](#), publicado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça.

Prêmio Juízo Verde 2025

O TRE-RJ conquistou o [Prêmio Juízo Verde 2025](#), concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O projeto [TRE-RJ + Verde](#) foi o vencedor na modalidade Boas Práticas, que reconhece iniciativas inovadoras voltadas à sustentabilidade.

A iniciativa promove o replantio de áreas degradadas de Mata Atlântica, contribuindo para a preservação ambiental e a compensação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) oriundas das atividades do Tribunal.

Atualmente concentrado no Município de Itaocara - RJ, o projeto conta com a parceria da ONG Noroeste + Verde e com o apoio da Prefeitura de Itaocara e da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro (SEAS).



Figura 4.9.2.1 - Foto de atividade de plantio de 111 mudas de ipê-rosa no Projeto TRE-RJ + Verde em Itaocara - RJ

4.10 ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

4.10.1 PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



Para garantia dos direitos da pessoa com deficiência (acessibilidade e inclusão) em suas dependências e serviços e atendimento às diretrizes estabelecidas pela [Resolução CNJ nº 401/2021](#), o TRE-RJ vem implementando, ao longo dos anos, diversas medidas, a exemplo da adoção de procedimentos específicos

para divulgação de conteúdos em seus portais eletrônicos, promoção de capacitações e ações de sensibilização para servidores e magistrados no tema, disponibilização de materiais e equipamentos adaptados para utilização por servidores e magistrados e realização de adaptações arquitetônicas nos imóveis que utiliza.

Com o objetivo de identificar e promover gradualmente medidas que visem à eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas, foi constituída, por meio da [Resolução TRE-RJ nº 1.084/2019](#), a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI).

Em 2024, um importante avanço na governança institucional ocorreu com a instituição da Seção de Gestão Ambiental, Inclusão e Acessibilidade. A Seção passou a atuar de forma estratégica no planejamento e monitoramento de ações desenvolvidas na temática Acessibilidade e Inclusão, consolidando o compromisso do Tribunal com o cumprimento integral da Resolução CNJ nº 401/2021.

Ações em acessibilidade arquitetônica

O TRE-RJ, através da [Resolução nº 1.198/2021](#), estabeleceu critérios que regulamentam os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano, acessibilidade arquitetônica, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno.

Nesse contexto, o TRE-RJ adota diferentes ações para atender à acessibilidade arquitetônica. Imóveis próprios ou cedidos pelo poder público, passíveis de adaptação, recebem projeto e obras de execução com esta finalidade. No caso de imóveis locados, essas adaptações são negociadas com os proprietários por ocasião da primeira locação ou em eventuais renovações de contrato.

Unidades instaladas em imóveis não adaptáveis são progressivamente transferidas, preferencialmente para Shopping Centers ou fóruns novos da Justiça Estadual, cujas instalações habitualmente atendem às normas de acessibilidade.

Para melhoria da acessibilidade arquitetônica, foram realizadas no exercício de 2025 as seguintes ações:

- transferência das 27^a, 84^a, 157^a e 159^a Zonas Eleitorais de Nova Iguaçu e das 152^a, 153^a, 154^a e 155^a Zonas Eleitorais de Belford Roxo para imóveis locados nos respectivos municípios, locais que possuem acessibilidade arquitetônica adequada;

- obras de adequação das 9ª, 119ª e 179ª Zonas Eleitorais da Barra da Tijuca, 21ª e 162ª Zonas Eleitorais de Olaria, 23ª Zona Eleitoral de Marechal Hermes, 59ª Zona Eleitoral de São Pedro da Aldeia, 64ª Zona Eleitoral de Sumidouro, 91ª e 94ª Zonas Eleitorais de Barra Mansa, 92ª Zona Eleitoral de Araruama, 141ª Zona Eleitoral de Italva e 225ª Zona Eleitoral de Seropédica.

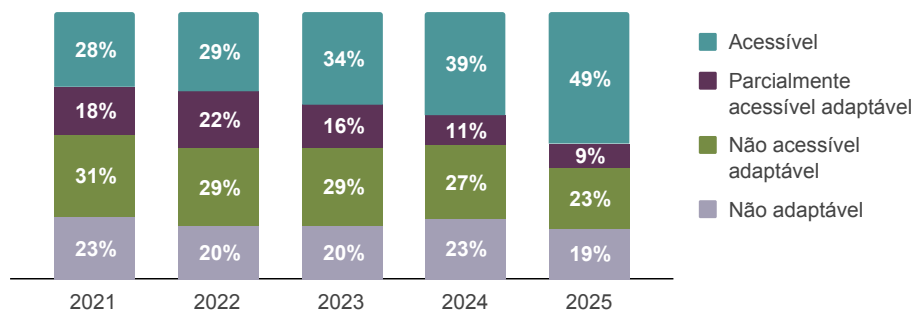


Gráfico 4.10.1.1: Percentual de imóveis por situação - 2021 a 2025

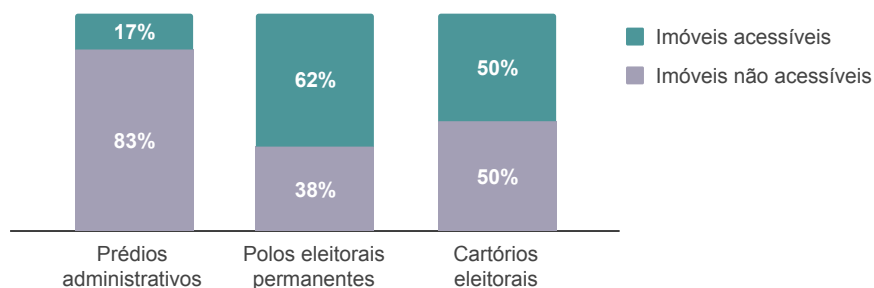


Gráfico 4.10.1.2: Percentual de imóveis com instalações acessíveis por tipo - 2025

Ações em acessibilidade de comunicação

A educação é um dos meios utilizados pelo TRE-RJ para minimizar as barreiras atitudinais e entraves que dificultam ou impossibilitam o adequado intercâmbio de informações com as pessoas com deficiência que atuam internamente no órgão ou façam parte do público externo.

Em 2025, as ações tiveram como objetivo ir além dos cursos teóricos e promover ações mais práticas, buscando ampliar o olhar sobre a temática, desenvolvendo a empatia e a humanização em relação às pessoas com deficiência e as experiências por elas vivenciadas.

Visando aperfeiçoar as habilidades de comunicação dos servidores do TRE-RJ, foram realizados e promovidos, ao longo de 2025, os seguintes cursos e eventos relacionados à acessibilidade e à inclusão:

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO / EVENTO	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	VALOR INVESTIDO
Palestra "Inclusão e ética em foco: Projeto "Me Chama pelo Nome""	120	Parceria SMPD-Rio
Ambientação de novos servidores - Palestras de sensibilização (Tema "História, Diversidade e Legado")	30	Ministradas pelos servidores e estagiários do TRE-RJ
Curso "Libras Instrumental para atendimento ao Eleitor"	6	Instrutoria interna
Workshop "Democracia e Acessibilidade: inclusão para o voto consciente"	33	Evento sem custo
Ação de sensibilização sobre Inclusão e o Combate ao Capacitismo	150	Parceria SMPD-Rio

Tabela 4.10.1.1: Ações de capacitação e eventos voltados à acessibilidade de comunicação - 2025

No que se refere à sensibilização e conscientização dos gestores do Tribunal, a temática da acessibilidade foi incluída como competência esperada na [Matriz de Competências Gerenciais](#), aprovada pelo Ato GP nº 222/2020: *“Compreende a conscientização e a aquisição de conhecimento técnico de medidas de intervenção junto à equipe, para inclusão de pessoas com deficiência, na prestação dos serviços e no convívio em equipe, conhecendo seus direitos, cotidiano, métodos de atendimento e necessidades profissionais”*.

Ações em acessibilidade eleitoral

No âmbito do processo eleitoral de 2025, as Eleições Suplementares no Município de Três Rios replicaram as medidas adotadas no pleito municipal de 2024. O objetivo foi otimizar o fluxo de votação e assegurar o pleno exercício do voto especialmente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Dentre as ações implementadas, destacam-se:

- **Coordenadores de Acessibilidade:** convocação de eleitores especificamente para verificar, nas vistorias e na preparação dos locais de votação, a adequação das condições de acessibilidade, sugerir possíveis aperfeiçoamentos aos Juízos Eleitorais e, no dia da eleição, orientar e prestar atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida presentes nos locais;
- **Priorização Logística:** organização dos locais de votação com foco na acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e no maior número possível de seções eleitorais instaladas em salas no térreo, garantida a organização das filas e preservada a inviolabilidade do sigilo do voto;

- **Capilaridade:** instalação de novos locais de votação próximos ao eleitorado, garantida a segurança no dia da Eleição;
- **Comunicação Inclusiva:** afixação de pranchas de comunicação alternativa nas portas das seções eleitorais, com vistas a orientar eleitores com restrições cognitivas, idosos e analfabetos quanto às etapas do voto;
- **Transporte Gratuito:** adoção das medidas cabíveis quanto à oferta de transporte gratuito, pela Justiça Eleitoral e pelo Poder Público, aos eleitores nos dias do pleito, conforme a [Lei nº 6.091/74](#) e o artigo 25, caput e parágrafo único da [Resolução TSE nº 23.736/2024](#), facilitando o acesso às seções eleitorais e o pleno exercício do voto.

Ações em acessibilidade digital

Para assegurar a acessibilidade aos Portais da Internet e da Intranet, este Tribunal adota o [eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico](#) no desenvolvimento de seus sites e portais e disponibiliza a ferramenta Rybená no site da internet do TRE-RJ, que oferece aos surdos, cegos, pessoas com deficiências intelectuais, disléxicos, e outras pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, a possibilidade do entendimento das páginas Web.

O sistema de publicação de notícias na intranet e no sítio eletrônico do TRE-RJ requer a inclusão de descrição para todas as fotos e imagens disponibilizadas.

Além disso, para verificar a aderência às diretrizes de acessibilidade de conteúdos web produzidas pelo W3C (WCAG 1.0 e 2.0), é utilizada a ferramenta avaliadora WAVE ([webaim.org](#)), possibilitando a exclusão de erros identificados nas páginas da intranet ou internet.

O Tribunal também disponibiliza a seus servidores orientações sobre como produzir conteúdos digitais que sejam acessíveis, por meio do [Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais](#) e o [Guia rápido para publicação digital na internet e intranet do TRE-RJ](#).

Já no desenvolvimento de softwares, o atendimento a requisitos de acessibilidade está integrado ao seu ciclo de vida (SDLC), garantindo que estes sejam observados desde a concepção de uma nova solução.

Em 2025, foram mantidas todas as ferramentas e processos de trabalho que suportam a acessibilidade digital, buscando-se sempre a adoção de boas práticas existentes e de novas tecnologias que podem ser utilizadas no TRE-RJ.

4.10.2 PROMOÇÃO DA IGUALDADE, DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO



A Comissão IGUAIS – Comissão de Promoção da Igualdade, Diversidade e Não Discriminação, foi criada por meio do [Ato GP nº 214/2020](#) e tem por objetivos promover a inclusão, a igualdade de oportunidades e tratamento e a não discriminação

em função de cor, raça, etnia, origem, gênero, deficiências, idade, crenças, orientação sexual e outros, bem como incentivar a participação feminina na política.



Figura 4.10.2.1: Foto da IV Semana da Diversidade do TRE-RJ

Dentre as medidas adotadas para a promoção da igualdade, diversidade e não discriminação em 2025, destacam-se:

- Participação do TRE-RJ no [PopRuaJud](#) da cidade do Rio de Janeiro, mutirão de atendimento a pessoas em situação de rua.



- Participação no [Comitê Marielle Franco de Prevenção e Enfrentamento à Violência Política Contra as Mulheres](#), o qual reúne doze instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da sociedade civil, cujos objetivos principais são a garantia de memória para as mulheres vítimas da violência política e o monitoramento de casos e ações de comunicação para prevenção da violência política contra as pessoas de sexo feminino.

- Acompanhamento do [Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial](#), lançado pelo Conselho Nacional de Justiça, que consiste na adoção de programas, projetos e iniciativas a serem desenvolvidas em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição, com o objetivo de combater e corrigir as desigualdades raciais, por meio de medidas afirmativas, compensatórias e reparatórias, para eliminação do racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário.



- Realização da [IV Semana da Diversidade](#) – com a realização, em parceria com o Comitê de Promoção de Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação no 1º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça

do Estado do Rio de Janeiro e com o Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da [palestra de abertura intitulada "Violência contra a Mulher"](#). O evento presencial foi transmitido no YouTube e foi destinado ao público interno e externo. A Semana da Diversidade também contou com lives voltadas para os servidores e as servidoras do TRE-RJ sobre os temas: "Mulheres no TRE-RJ", "Diversidade Étnico-Racial e Socioeconômica no TRE-RJ" e "Gênero, Mulheres e LGBTQIAPN+ no Trabalho".

- Criação de Grupo de Trabalho destinado à elaboração da Política de Inclusão e Diversidade do TRE-RJ, em atendimento à recomendação expedida no [Relatório de Auditoria nº 02/2024](#) - Auditoria sobre Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

Como perspectiva para o futuro, merecem destaque: a continuidade na participação nas ações do PopRuaJud, em atenção à implementação da Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua; realização do curso "Diversidade e Atendimento aos Grupos Vulneráveis", para capacitação de servidores que atuam no atendimento ao eleitor, e a elaboração de diretrizes e de procedimentos para efetivar a

garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas, em atenção à [Resolução CNJ nº 454/2022](#).

4.10.3 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL



CPEASSE
COMISSÃO DE PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL
E SEXUAL DO TRE-RJ

Com o objetivo de trabalhar a prevenção e o enfrentamento de eventuais condutas de assédio moral ou sexual no âmbito das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no TRE-RJ, foram instituídas pela [Resolução TRE-RJ nº 1.244/2022](#) as Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, em cada grau de jurisdição (CPEASSE1 e CPEASSE2),

com participação plúrima de magistrados, servidores e colaboradores terceirizados, nos termos da [Resolução nº 351/2020](#), do Conselho Nacional de Justiça.

Dentre as medidas adotadas em relação a esta temática no exercício de 2025, destacam-se:

- Realização da **IV Semana de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação**, com a realização de palestra (com participação obrigatória para gestoras e gestores), roda de conversa com colaboradores terceirizados, seção de debate, publicações na intranet e confecção colaborativa de mural virtual.

- Realização de **capacitação sobre assédio e discriminação** para os servidores(as) que compõem as Comissões CPEASSE1 e CPEASSE2 e outros(as) servidores(as) que atuam no acolhimento das vítimas e na apuração de eventuais representações.

- Manutenção do canal de acolhimento da **Ouvidoria da Mulher**, próprio para recebimento de denúncias de violência contra a mulher, especialmente aquelas relacionadas aos direitos políticos, como a violência política de gênero.

Como perspectiva para o futuro, merece destaque o trabalho que as Comissões de prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação pretendem realizar, para a sensibilização de gestores e servidores, acerca das atitudes que devemos evitar a fim de dificultar que o ambiente de trabalho seja permissivo com a prática de assédio moral ou sexual.

A Comissão pretende, ainda, trabalhar junto a fiscais de contratos, visando melhorar as condições de trabalho das colaboradoras e colaboradores terceirizados.

O trabalho de prevenção ao assédio será desenvolvido em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, com a realização de ações coordenadas.



**INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS**

5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Conformidade legal

A Proposta Orçamentária de 2025 foi elaborada com base nas orientações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), [Lei nº 4.320/64](#), [Decreto nº 93.872/86](#), [Emenda Constitucional nº 95/2016](#), [Lei nº 15.080/2024](#) (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e demais legislações pertinentes.

A fase de planejamento orçamentário é pautada pela garantia do adimplemento das despesas obrigatórias, das contratuais e das ações de melhoria do órgão, a fim de cumprir a sua missão institucional.

A fidedignidade, a confiabilidade e a integridade dos dados são verificadas nos seguintes sistemas do Governo Federal:

- SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal: registro dos dados orçamentários;
- SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal: registro dos dados orçamentários, financeiros e contábeis; e
- Tesouro Gerencial.

A execução orçamentária pautou-se na [Lei nº 15.121/2025](#) (Lei Orçamentária Anual - LOA 2025).

5.1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AUTORIZADA - AÇÕES DA LOA 2025

A dotação orçamentária autorizada no exercício 2025 alcançou o valor de R\$ 719.567.144,00, resultante da Lei Orçamentária Anual (LOA 2025) e créditos adicionais, sobretudo para atender despesas obrigatórias. Tal montante possibilitou o alcance dos objetivos e supriu todas as necessidades do TRE-RJ no período.

As despesas de pessoal e benefícios representaram 88,69% da dotação do órgão; já as despesas de custeio discricionárias, 9,50%, e as de investimento, 1,81%.

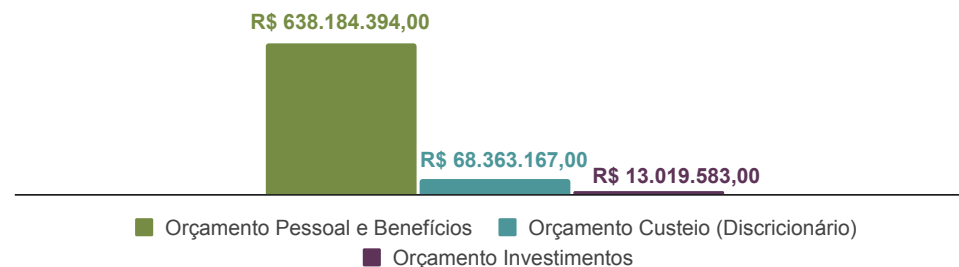


Gráfico 5.1.1.1: Orçamento 2025 - Dotação Autorizada
Unidade orçamentária: TRE-RJ
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.2 VARIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO

Durante o exercício, houve alteração orçamentária decorrente de solicitação de crédito adicional, realizada por meio de remanejamento de dotação do grupo de despesa **“Outras Despesas Correntes”** para o grupo de despesa **“Investimentos”**, destinados à ação **“Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral”**. Os recursos foram aplicados, principalmente, na aquisição de veículos, equipamentos de informática e mobiliário.

GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ADICIONAL (SUPLEMENTAR)	DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Outras Despesas Correntes	72.262.916,00	5.451.446,00	-9.351.195,00	68.363.167,00
Investimentos	4.171.649,00	726.739,00	8.121.195,00	13.019.583,00
Total	76.434.565,00	6.178.185,00	-1.230.000,00	81.382.750,00

Tabela 5.1.2.1: Variação Orçamentária - Orçamento Discricionário (em R\$)
Unidade orçamentária: TRE-RJ

5.1.3 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO GRUPO PESSOAL E ENCARGOS + BENEFÍCIOS

GD	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR PAGO	GD	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR PAGO
1	11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3	93	Indenizações e Restituições
	1	Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar		46	Auxílio-Alimentação
	13	Obrigações Patronais		8	Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar
	3	Pensões do RPPS e do Militar		49	Auxílio-Transporte
	Demais Elementos			Demais Elementos	
Total		563.535.837,27	Total		63.888.423,20

Tabela 5.1.3.1: Principais elementos do Grupo Pessoal e Encargos + Benefícios (em R\$)
Despesas pagas

Despesas com Pessoal e Benefícios

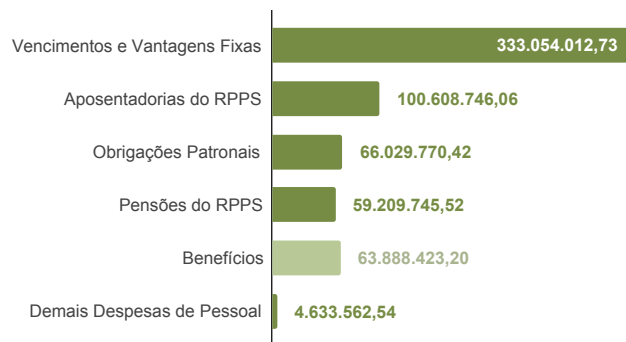


Gráfico 5.1.3.1: Despesas com Pessoal e Benefícios
Fonte: Tesouro Gerencial

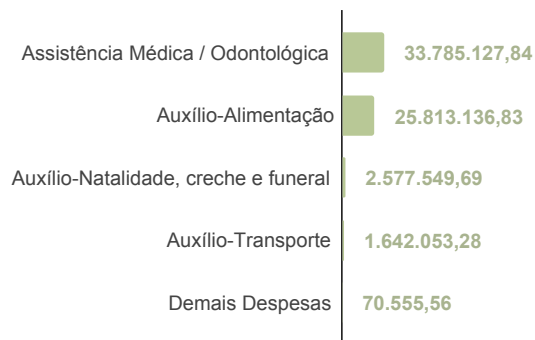


Gráfico 5.1.3.2: Despesas com Benefícios
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.4 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO GRUPO CUSTEIO (DISCRICIONÁRIO)

Em 2025, os pagamentos relativos a outras despesas correntes (**Custeio**), à conta de dotações originárias da Lei Orçamentária Anual (LOA) e de alterações orçamentárias, totalizaram R\$ 57.942.429,15. Esse montante abrange despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional, capacitação e outros gastos de custeio, correspondendo a um desempenho de 88,85% em relação ao total empenhado, que

foi de R\$ 65.214.479,20. As principais despesas desse grupo referem-se à manutenção predial, limpeza e conservação, serviços de estoquista, vigilância ostensiva, energia elétrica, teleprocessamento e locação de imóveis.

GD	ELEMENTO DE DESPESA		VALOR PAGO
3	37	Locação de Mão-de-Obra	30.682.725,38
	40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	9.707.119,75
	39	Outros Serviços de Terceiros - PJ	9.314.656,30
	36	Outros Serviços de Terceiros - P. Física	3.005.869,53
		Demais Elementos	5.232.058,19
Total			57.942.429,15

Tabela 5.1.4.1: Principais elementos do Grupo Custeio (em R\$)
Despesas pagas

Despesas de Custeio (Discricionário)

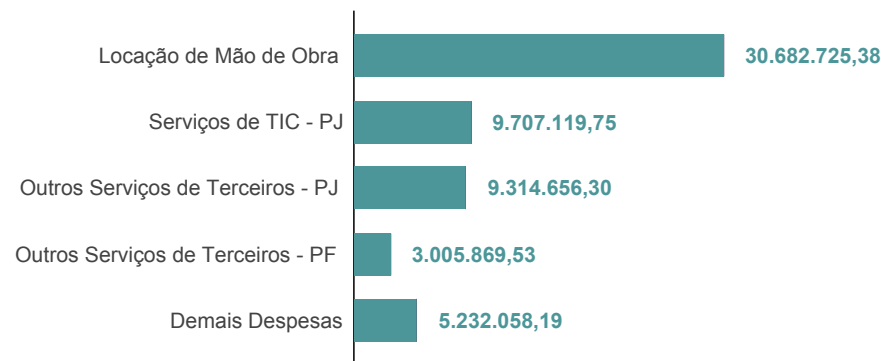


Gráfico 5.1.4.1: Despesas de Custeio (Discricionário)
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.5 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO GRUPO INVESTIMENTOS

As principais despesas do grupo de Investimentos pagas no exercício de 2025 referem-se à aquisição de *switches*, monitores e mobiliário.

GD	ELEMENTO DE DESPESA		VALOR PAGO
4	52	Equipamentos e Material Permanente	2.621.382,00
	51	Obras e Instalações	109.920,95
Total			2.731.302,95

Tabela 5.1.5.1: Principais elementos do Grupo Investimentos (em R\$)
Despesas pagas

Despesas com Investimentos

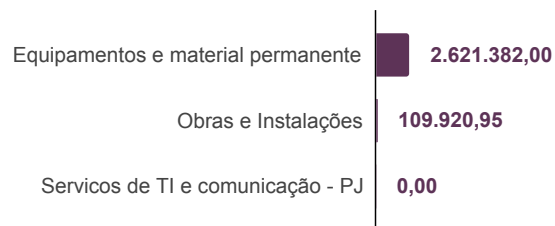


Gráfico 5.1.5.1: Despesas com Investimentos
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.6 DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL EM 2025 E 2024

DESPESA	2025					2024					VARIÇÃO	
	DOTAÇÃO ATUAL (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGO (d)	RP PAGO (e)	DOTAÇÃO ATUAL (f)	EMPENHADO (g)	LIQUIDADO (h)	PAGO (i)	RP PAGO (j)	VARIÇÃO R\$ (k=d-i)	VARIÇÃO % (l=d/i)
Pessoal e Encargos + Benefícios	638.184,39	632.388,69	627.425,39	627.424,26	3.703,19	611.352,98	606.977,33	600.908,06	600.625,14	8.716,64	26.799,12	4,46%
Custeio (discrecionário)	68.363,17	65.214,48	58.837,82	57.942,43	5.065,56	60.743,50	58.619,69	54.152,20	52.858,19	6.523,48	5.084,24	9,62%
Investimentos	13.019,58	11.428,22	2.975,91	2.731,30	3.950,43	8.273,26	4.826,26	1.301,10	1.252,69	11.621,18	1.478,61	118,03%
Total	719.567,14	709.031,39	689.239,12	688.097,99	12.719,18	680.369,74	670.423,28	656.361,36	654.736,02	26.861,30	33.361,97	5,10%

Tabela 5.1.6.1: Dotação e execução das despesas do Tribunal Regional Eleitoral em 2025 e 2024 (em R\$ milhares)

Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.7 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ANÁLISE HISTÓRICA 2021-2025

O aumento observado na Dotação Atual (a) e no Empenhado (b) – Custeio (discricionário) – do exercício de 2025, em comparação com o exercício de 2024, decorre, em grande parte, da ocupação dos Edifícios-Sede do Tribunal. Já o incremento nas despesas de investimento verificado em 2025 ocorreu em razão do aporte de R\$ 4.948.185,00 disponibilizado no último trimestre pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para despesas correntes, posteriormente remanejado por este Tribunal para despesas de investimento.

Ato contínuo, passamos a análise dos quadros orçamentários e financeiros do órgão.

Pessoal e Encargos Sociais + Benefícios

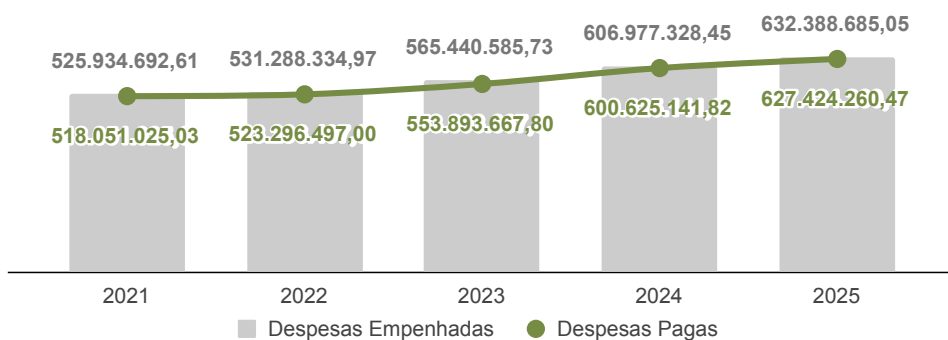


Gráfico 5.1.7.1: Pessoal e Encargos Sociais + Benefícios
Fonte: Tesouro Gerencial

Houve variação nas despesas obrigatórias do órgão com pessoal em comparação ao ano anterior, principalmente em face do reajuste concedido aos servidores do Poder Judiciário da União pela [Lei nº 14.523/2023](#).

Julgamento de Causas e Gestão Administrativa (Custeio)

No Plano Orçamentário “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa - Custeio”, a execução das despesas correntes do exercício 2025 alcançou 97,25%, tendo uma pequena variação do desempenho em comparação ao exercício anterior (96,64%). Já a execução financeira no exercício foi de 89,92%, com pequena variação em relação ao exercício anterior, de 90,13%, resultado esse também atribuível ao aprimoramento no acompanhamento dos contratos continuados.

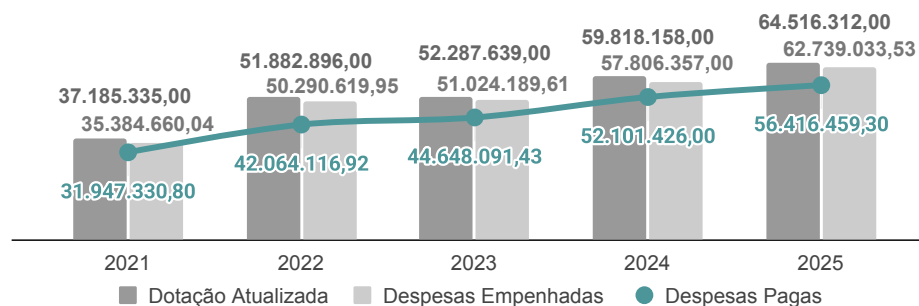


Gráfico 5.1.7.2: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa Custeio (Discricionário)
Fonte: Tesouro Gerencial

Capacitação de Recursos Humanos

Considerando que, no exercício de 2024, houve contingenciamento orçamentário nas despesas com capacitação em razão de limitação financeira, o montante empenhado, no valor de R\$ 778.122,04, não se mostra adequado como parâmetro de comparação. Assim, adotando-se como referência o exercício de 2023, no qual a despesa executada alcançou R\$ 1.244.815,69, verificou-se, em 2025, expressivo aumento das despesas empenhadas nas ações de capacitação e treinamento, totalizando R\$ 1.860.120,75, o que corresponde a um acréscimo de 49,43%.

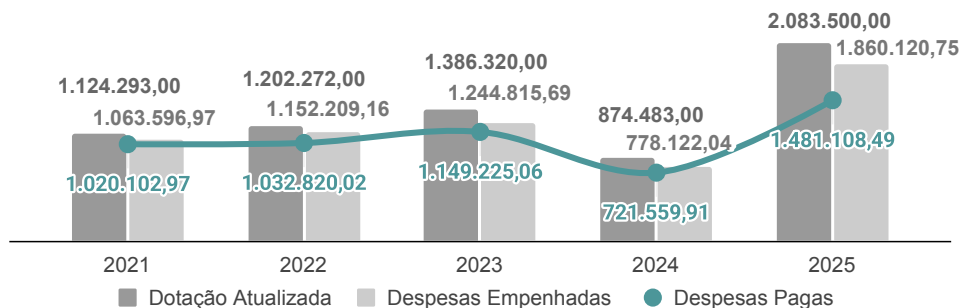


Gráfico 5.1.7.3: Capacitação de Recursos Humanos
Fonte: Tesouro Gerencial

Investimentos

Com o objetivo de maximizar a execução orçamentária do órgão, buscou-se o remanejamento dos recursos orçamentários do Tribunal, por meio de créditos adicionais.

Assim, com o remanejamento do aporte de R\$ 4.948.185,00 disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi possível restabelecer o nível de gastos nesta rubrica, que foi prejudicada em 2024 em face das restrições financeiras ocorridas na Justiça Eleitoral.

Com referência à execução financeira, esta ficou abaixo do esperado, principalmente, em virtude das dificuldades enfrentadas pelos fornecedores na entrega dos objetos contratados.

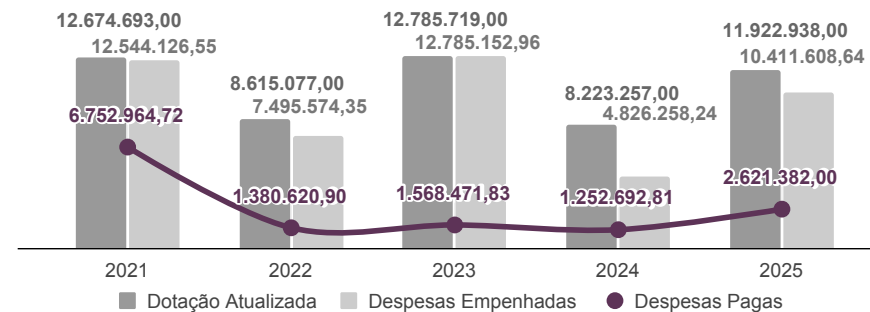


Gráfico 5.1.7.4: Investimentos
Fonte: Tesouro Gerencial

Obras e Reformas

O orçamento referente à Ação 219Z (Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União) destinou-se às seguintes atividades:

OBRA/REFORMA	DOTAÇÃO	VALOR EMPENHADO	VALOR PAGO (RP)
Reforma das Subestações Elétricas do NUAD Caju - TRE-RJ	71.102,00	71.101,06	71.101,06
Reforma do Edifício-sede do TRE-RJ	1.025.543,00	945.507,97	38.819,89
Reformas de Pequeno Vulto (gradil 7ª ZE - Tijuca)	42.285,00	0,00	0,00
Reforma de Cartório Eleitoral em Rio Bonito	532.385,00	0,00	0,00
Reforma de Cartório Eleitoral em Deodoro	250.00,00	0,00	0,00
Reforma de Cartório Eleitoral em Volta Redonda	117.615,00	0,00	0,00
Reforma de Cartório Eleitoral em Santa Cruz	761.070,00	570.463,56	0,00
Total	2.800.000,00	1.587.072,59	109.920,95

Tabela 5.1.7.1: Detalhamento obras e reformas 2025 (em R\$)
Unidade orçamentária: TRE-RJ

No exercício em análise, estavam previstas sete ações orçamentárias no âmbito da programação aprovada. Desse conjunto, três ações foram efetivamente concluídas ao longo do exercício, respondendo pela execução de 56,68% da dotação orçamentária da respectiva ação.

A não execução das demais ações decorreu de restrições operacionais e da necessidade de readequações no planejamento, o que demandou a postergação de determinadas iniciativas para exercício subsequente, sem prejuízo à consecução dos objetivos institucionais.

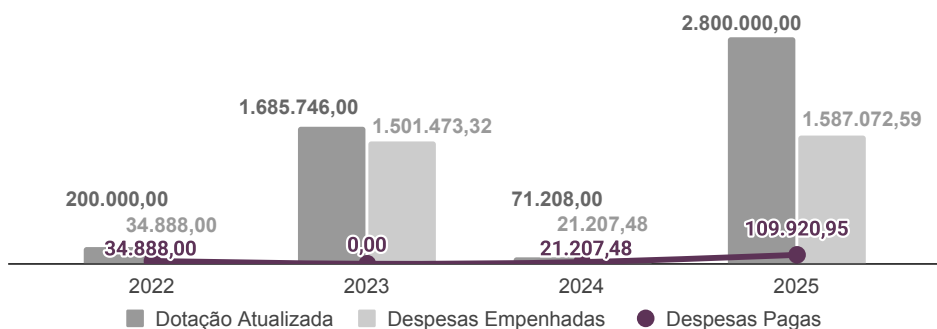


Gráfico 5.1.7.5: Obras e Reformas
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.8 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS, INSCRITOS E REINSCRITOS - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Em relação às despesas de 2024 inscritas em restos a pagar para o exercício de 2025, verificou-se uma redução significativa no estoque de inscrições, da ordem de 48,99%, passando de R\$ 19.720.769,37 para R\$ 10.059.931,87.

Quanto ao exercício de 2026, observou-se acréscimo no estoque de inscrições em restos a pagar, decorrente, principalmente, da disponibilização de dotação orçamentária no último trimestre, não prevista no planejamento do TRE-RJ, o que demandou a realização de despesas de última hora, sem que fosse possível a entrega do objeto e o efetivo pagamento dentro do exercício.

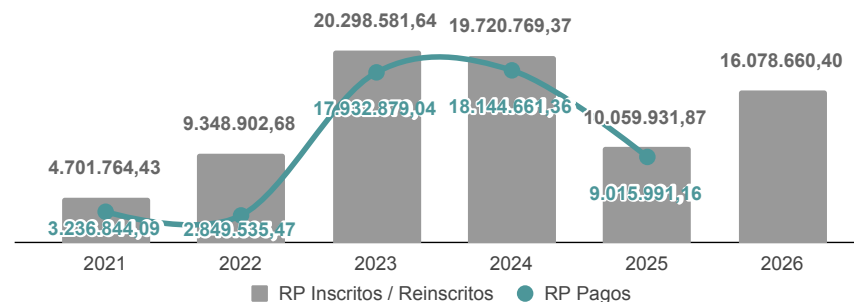


Gráfico 5.1.8.1: Restos a Pagar Processados e Não Processados, Inscritos e Reinscritos - Despesas Discricionárias
Unidade Orçamentária: TRE-RJ
Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.9 PROVISÕES RECEBIDAS - DESCENTRALIZAÇÕES 2025

O Tribunal Superior Eleitoral descentralizou ao TRE-RJ, ao longo do exercício 2025, o valor total de R\$ 7.805.170,86, com destaque para as seguintes ações: 1 - Ação "Pleitos Eleitorais", visando à realização das Eleições Suplementares do Município de Três Rios e à manutenção das urnas eletrônicas; 2 - Ação de "Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética" e 3 - Ação "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa", visando, neste último caso, ao pagamento de taxas relativas ao Centro Cultural da Justiça Eleitoral. Na Ação de "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa" houve, também, descentralização por outros Órgãos para pagamento de despesas com instrutoria interna a servidores do TRE-RJ.

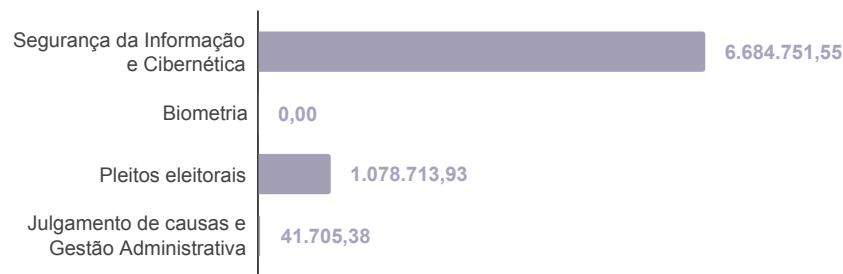


Gráfico 5.1.9.1: Provisões Recebidas - Descentralizações 2025
 Unidade Orçamentária: TSE
 Fonte: Tesouro Gerencial

Descentralização - Pleitos Eleitorais

O valor descentralizado pelo TSE ao Tribunal na ação de Pleitos Eleitorais totalizou R\$ 1.078.713,93, sendo R\$ 278.625,31 destinados ao pagamento das despesas referentes às Eleições Suplementares do Município de Três Rios, R\$ 791.438,00 destinados ao pagamento de despesas relacionadas à manutenção preventiva das urnas eletrônicas e R\$ 8.650,62 referente a pleitos de exercícios anteriores.

As principais despesas executadas na ação destinaram-se ao pagamento de serviços de apoio com a contratação de técnicos de urnas, de concessão de alimentação aos mesários e colaboradores, bem como para o pagamento de horas suplementares aos servidores.

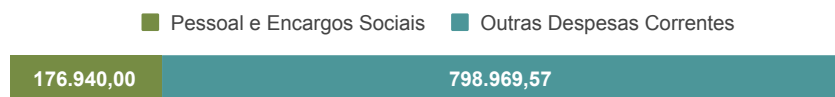


Gráfico 5.1.9.2: Pleitos Eleitorais - Valores Pagos
 Fonte: Tesouro Gerencial

Descentralização - Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética

Com o objetivo de dar cumprimento à [Resolução TSE nº 23.644/2021](#), que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral, foi disponibilizada pelo TSE ao TRE-RJ a dotação orçamentária de R\$ 6.684.751,55.

Deste montante, foi empenhado o valor de R\$ 2.235.826,61, incidindo no índice de 33,45% de execução orçamentária. Já a execução financeira alcançou o percentual de 89,70%, sendo pago o montante de R\$ 2.005.563,88.

As principais contratações da ação foram: a) serviço de fornecimento de licenças de *software* de gestão de ativos de TIC e *patches* e b) licença de uso de *software* de proteção de dados sensíveis.

Tais contratações visam a proteger o órgão de ataques cibernéticos e espionagem virtual, dos quais empresas privadas e órgãos da Administração Pública, especialmente do Judiciário, têm sido vítimas, o que torna urgente a necessidade de adoção de mecanismos de segurança da informação.

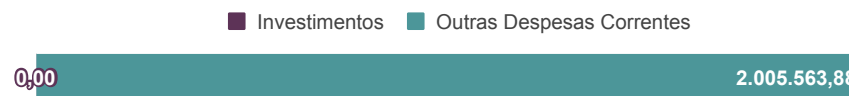


Gráfico 5.1.9.3: Segurança da Informação - Valores Pagos
 Fonte: Tesouro Gerencial

5.1.10 RESULTADOS ALCANÇADOS

No Plano Orçamentário *Julgamento de Causas e Gestão Administrativa – Custeio*, os resultados alcançados em 2025 evidenciam elevado nível de execução orçamentária e financeira, com a execução das despesas correntes atingindo 97,25% e a execução financeira alcançando 89,92%. Tais percentuais, semelhantes aos observados no exercício anterior, reafirmam a consistência da gestão orçamentária e financeira do Tribunal, refletindo o aprimoramento contínuo no acompanhamento e na gestão dos contratos continuados.

No que se refere às ações de capacitação e treinamento, registrou-se, em 2025, expressivo incremento das despesas empenhadas, que totalizaram R\$ 1.860.120,75. Considerando que o exercício de 2024 não se apresenta como parâmetro adequado em razão do contingenciamento orçamentário, a comparação com 2023 evidencia aumento de 49,43% em relação ao montante então executado, de R\$ 1.244.815,69.

Quanto às despesas de investimento, o remanejamento de recursos por meio de créditos adicionais, aliado ao aporte de R\$ 4.948.185,00, possibilitou a recomposição do nível de gastos em 2025, superando as restrições financeiras observadas no exercício anterior e contribuindo para o fortalecimento da capacidade de investimento do Tribunal.

5.1.11 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Aperfeiçoamento ainda maior dos processos de controle da execução financeira, considerando o disposto no art. 141 da [Lei nº 14.133/2021](#), no que concerne à obrigação de obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

- Ampliação do controle da execução orçamentária e financeira, a fim de melhorar o desempenho da execução das despesas ao longo dos exercícios financeiros;

- Garantia do cumprimento do disposto no art. 17 da [Instrução Normativa GP nº 01/2021](#), que disciplina os procedimentos para elaboração da proposta orçamentária anual e para monitoramento de sua execução, visando à ampliação da transparência nos procedimentos de ajuste da proposta orçamentária de cada exercício financeiro;

- Aprimoramento da gestão, no tocante ao monitoramento da inscrição de restos a pagar, com vistas à redução do estoque das referidas inscrições;

- Aprimoramento do acompanhamento da execução orçamentária em sintonia com o Plano de Contratações Anual (PCA), com vistas ao cumprimento, a tempo e modo, do planejamento, evitando, tempestivamente, perdas orçamentárias;

- Oferecimento de orientação aos setores do Tribunal, no tocante às boas práticas, buscando maior eficiência na execução orçamentária.

5.2 GESTÃO DE CUSTOS

5.2.1 METODOLOGIA DE APURAÇÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da [Resolução nº 23.504/2016](#), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi elaborada com a finalidade de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Nesse sentido, foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em 2.254 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se, assim, por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), por meio do qual são fornecidas informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Tanto a integração com os sistemas estruturantes quanto essa captação são geridas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

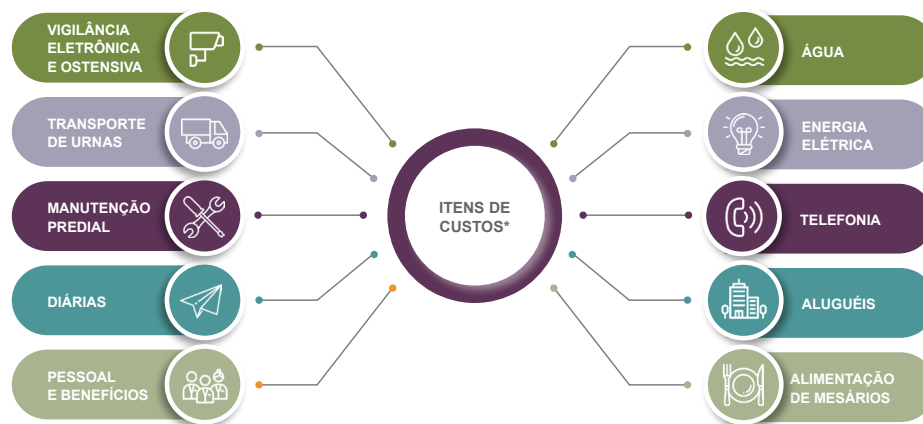
O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



Infográfico 5.2.1.1: Fluxo do processo de apuração de custos

Nessa metodologia existem dois eixos de informações, "Itens de Custos" e "Atividades/Serviços".

No eixo Itens de Custos, procura-se responder à questão **"Com o quê?"**, e apresenta-se a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



Infográfico 5.2.1.2: Itens de custos

*Atualmente são 48 itens de custos.

No eixo das "Atividades/Serviços", procura-se responder à questão **"Para quê?"**, e apresenta-se o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



Infográfico 5.2.1.3: Atividades e Serviços

* Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

5.2.2 APURAÇÃO DE CUSTOS

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro no exercício de 2025, que totalizaram R\$ 481,1 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

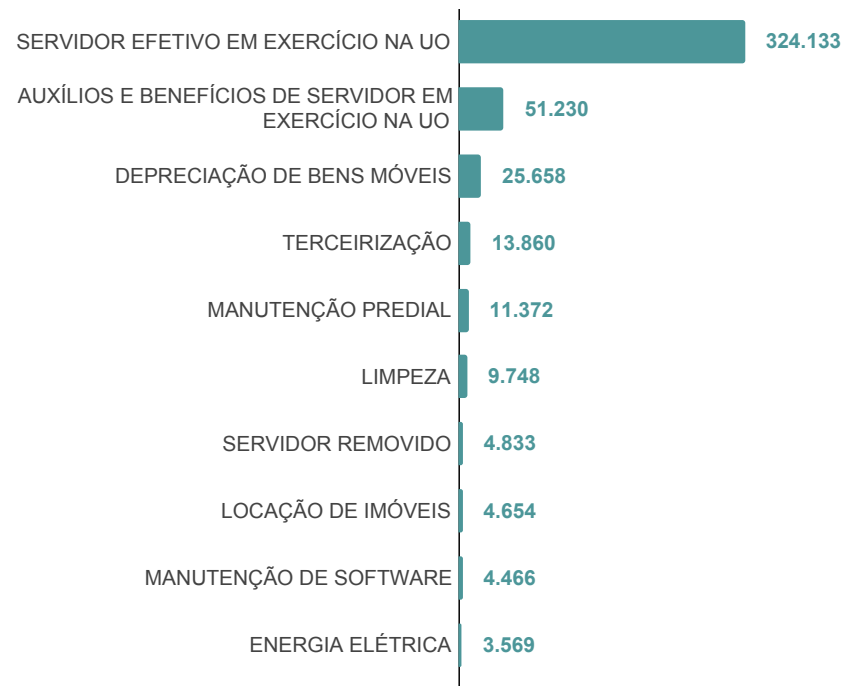


Gráfico 5.2.2.1: 10 maiores itens de custos em 2025 (em R\$ mil)

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição, em comparação aos custos dos quatro exercícios anteriores:

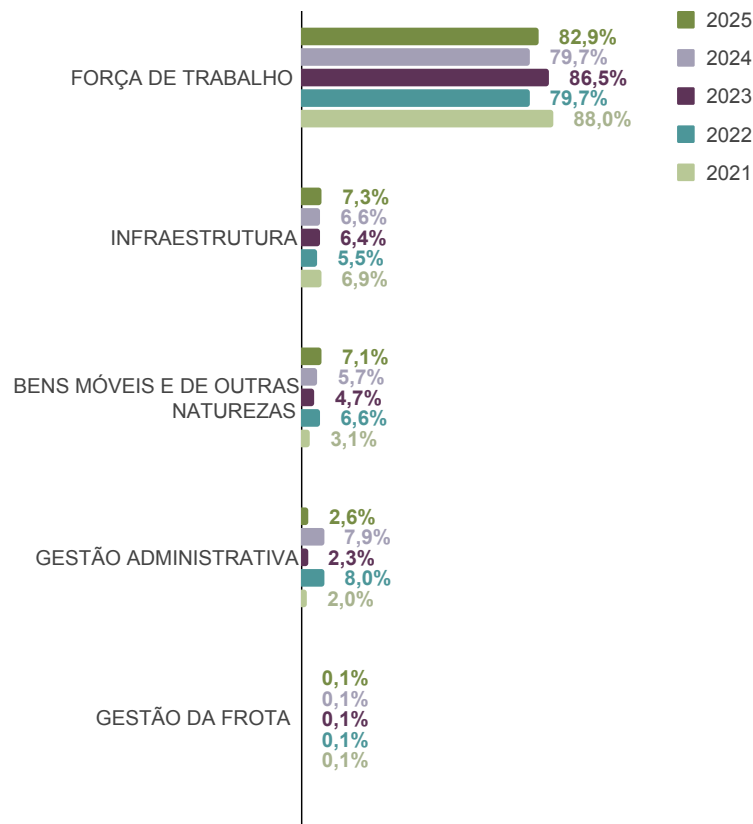


Gráfico 5.2.2.2: Custos por Subgrupos - 2021 a 2025 (em %)

Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

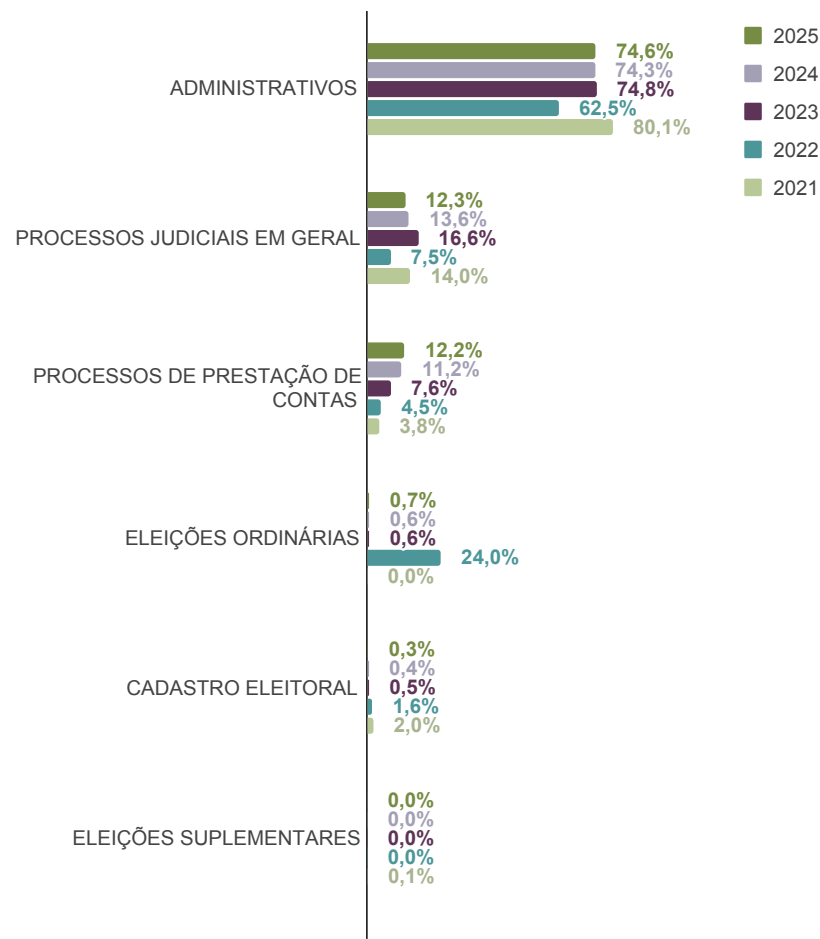


Gráfico 5.2.2.3: Custos por Atividades/Serviços - 2021 a 2025 (em %)

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

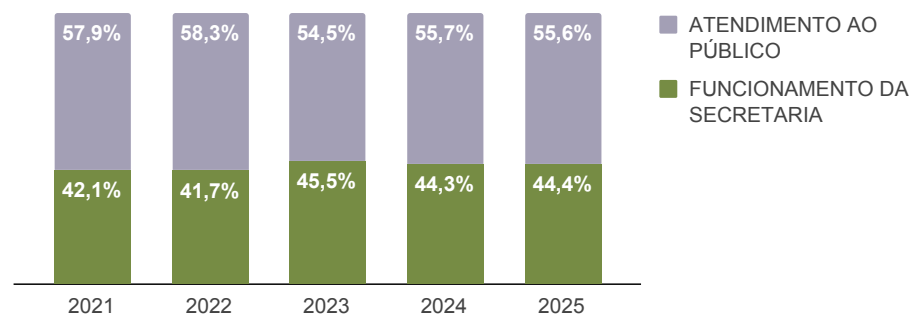


Gráfico 5.2.2.4: Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público - 2021 a 2025 (em %)

5.2.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

5.2.4 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS PARA ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS E MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS

As informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Há previsão, para 2026, da construção de Painéis de BI com o objetivo de facilitar a visualização da situação geral dos custos do TRE-RJ, cujas informações, atualmente, estão disponíveis apenas em planilhas e arquivos no formato PDF.

¹

¹ Crédito ícones: FreePik, Icongeek26, Smashicons, srip, Payungkead, bqlqn

5.3 CONCLUSÕES DE AUDITORIAS

5.3.1 AUDITORIA DE CONTAS - EXERCÍCIO 2024

Em março de 2025, a Secretaria de Auditoria Interna do TRE-RJ (SAU) concluiu a Auditoria Financeira e de Conformidade nas Contas do Tribunal, relativas ao exercício de 2024, com a emissão do [Relatório de Auditoria nº 01/2025](#), bem como do [Certificado de Auditoria](#), em que se concluiu que as demonstrações contábeis do Tribunal apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, não havendo distorções e desvios de conformidade relevantes.

O relatório e o certificado de auditoria foram encaminhados ao Plenário por intermédio do Presidente do Tribunal. A Corte emitiu pronunciamento, no qual atestou haver tomado conhecimento das conclusões neles contidas, conforme o art. 52 da Lei nº 8.443/1992 e o art. 21, XVIII, do Regimento Interno do TRE-RJ. Encontram-se publicados no sítio eletrônico do TRE-RJ, em área destinada à Transparência e Prestação de Contas, o [Certificado de Auditoria](#), o [Relatório Longo de Auditoria](#), o [Parecer do Controle Interno](#), bem como o [pronunciamento do Presidente do Tribunal](#).

Em decorrência do trabalho, foram expedidas 7 recomendações para saneamento das distorções identificadas nas contas de 2024 e reiteradas outras 6, proferidas nas auditorias nas contas de exercícios anteriores, ainda pendentes de implementação. Tais recomendações são monitoradas por meio do acompanhamento de planos de ação elaborados pela administração, com prazo para implementação integral das recomendações previamente acordado.

5.3.2 MONITORAMENTOS

No exercício de 2025, nas ações de monitoramento realizadas pela Secretaria de Auditoria Interna (SAU) com pertinência ao tema Orçamento, Finanças e Contabilidade, verificou-se o estágio de implementação das recomendações expedidas no [Relatório de Auditoria nº 01/2025 - Auditoria nas Contas Anuais - Exercício 2024](#) e ainda, com relação a exercícios anteriores, de:

- 3 recomendações pendentes do [Relatório de Auditoria nº 02/2022 - Auditoria nas Contas Anuais - Exercício 2021](#);
- 1 recomendação pendente do [Relatório de Auditoria nº 01/2023 - Auditoria nas Contas Anuais - Exercício 2022](#); e
- 1 recomendação pendente do [Relatório de Auditoria nº 01/2024 - Auditoria nas Contas Anuais - Exercício 2023](#).

Os monitoramentos foram realizados por meio do acompanhamento dos planos de ação elaborados pela administração, com análises periódicas realizadas pela SAU dos reportes trimestrais, conforme procedimento de monitoramento formalmente instituído pela [Portaria SAU nº 02/2023](#).

Consideradas as recomendações com **prazo de implementação vencidos**, têm-se os seguintes percentuais de implementação:

RELATÓRIO DE AUDITORIA	RECOMENDAÇÕES IMPLEMENTADAS
02/2022 - Auditoria nas Contas Anuais - Exercício 2021	33,33%
01/2023 - Auditoria nas Contas Anuais - Exercício 2022	0%
01/2024 - Auditoria nas Contas Anuais - Exercício 2023	0%
01/2025 - Auditoria nas Contas Anuais - Exercício 2024	33,33%

Tabela 5.3.1 - Percentuais de implementação das recomendações monitoradas em 2025

5.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis do TRE-RJ foram elaboradas em consonância aos dispositivos das Leis nºs [4.320/1964](#), [10.180/2001](#), [15.080/2024](#) (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025) e [15.121/2025](#) (Lei Orçamentária Anual de 2025); aos Decretos nºs [93.872/1986](#) e [6.976/2009](#); às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP); e às orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCasp) - 11ª edição.

As demonstrações contábeis e as notas explicativas exigidas para o TRE-RJ são as relacionadas a seguir e podem ser consultadas no sítio eletrônico do TRE-RJ (www.tre-rj.jus.br), menu [Transparência e Prestação de Contas / Gestão Orçamentária e Financeira / Demonstrações Contábeis - 2023 em diante](#):

BALANÇO FINANCEIRO

Evidencia receitas e despesas orçamentárias, bem como ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Traz o orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.

BALANÇO PATRIMONIAL

Evidencia os ativos e passivos do órgão.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Divulga as entradas e as saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, fluxo de investimento e fluxo de financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Apura o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Tabela 5.4.1: Demonstrações Contábeis

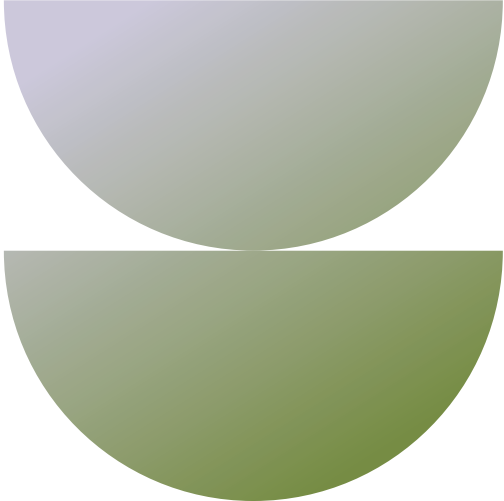

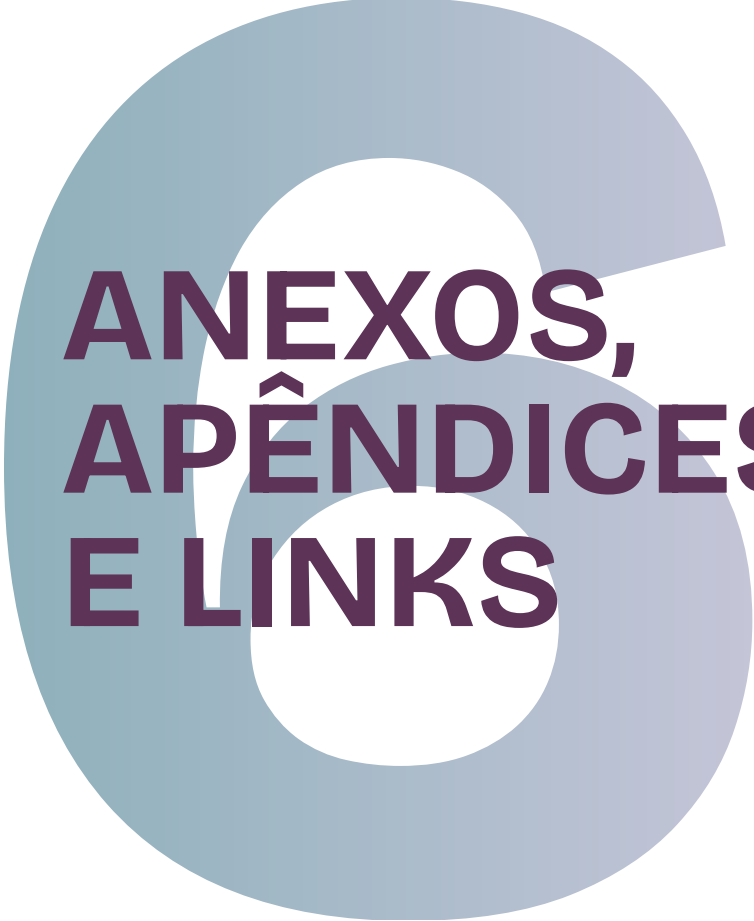

Declaração do contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis do TRE-RJ e respectivas notas explicativas em 31 de dezembro de 2025. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, do Manual Siafi.

As demonstrações contábeis – balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração de fluxo de caixa, balanço orçamentário, balanço financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025 – estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Manual Siafi e as demais normas aplicáveis.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2026

Luciano Gonçalves de Carvalho – CRC nº 091555/O-0
Contador responsável



**ANEXOS,
APÊNDICES
E LINKS**

6.1. DADOS DE PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

6.1.1 CONTAS ANUAIS - EXERCÍCIO DE 2024

Em 2025, 29 diretórios estaduais vigentes no estado do Rio de Janeiro em 2024 tiveram obrigação de prestar contas à Justiça Eleitoral relativas ao exercício financeiro daquele ano.

De acordo com as informações prestadas pelos referidos Diretórios no Sistema de Prestação de Contas Anuais (SPCA), divulgadas no Repositório de Dados Eleitorais do TSE, verifica-se a seguinte aplicação de recursos públicos:

PARTIDO		EXERCÍCIO 2024	
Nº	SIGLA	FUNDO PARTIDÁRIO – FP	FUNDO ELEITORAL – FEFC
10	REPUBLICANOS	R\$ 1.027.653,32	R\$ 0,00
11	PP	R\$ 3.205.128,00	R\$ 0,00
12	PDT	R\$ 1.552.300,00	R\$ 4.648.00,00
13	PT	R\$ 2.283.085,12	R\$ 9.379.446,19
15	MDB	R\$ 1.971.785,28	R\$ 320.000,00
16	PSTU	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	REDE	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	PODE	R\$ 23.500,00	R\$ 4.281.928,47
21	PCB	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	PL	R\$ 5.900.000,00	R\$ 0,00
23	CIDADANIA	R\$ 265.000,00	R\$ 2.360.819,08

PARTIDO		EXERCÍCIO 2024	
Nº	SIGLA	FUNDO PARTIDÁRIO – FP	FUNDO ELEITORAL – FEFC
25	PRD	R\$ 4.017.056,44	R\$ 9.400.500,00
27	DC	R\$ 0,00	R\$ 0,00
28	PRTB	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29	PCO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30	NOVO	R\$ 443.007,00	R\$ 0,00
33	MOBILIZA	R\$ 0,00	R\$ 650.000,00
35	PMB	R\$ 0,00	R\$ 0,00
36	AGIR	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40	PSB	R\$ 1.107.006,10	R\$ 3.200.000,00
43	PV	R\$ 97.171,63	R\$ 735.969,60
44	UNIÃO	R\$ 2.135.606,60	R\$ 0,00
45	PSDB	R\$ 84.874,32	R\$ 0,00
50	PSOL	R\$ 1.234.418,30	R\$ 3.019.552,23
55	PSD	R\$ 3.180.300,00	R\$ 500.000,00
65	PC do B	R\$ 0,00	R\$ 0,00
70	AVANTE	R\$ 0,00	R\$ 0,00
77	SOLIDARIEDADE	R\$ 654.395,45	4.700.000,00
80	UP	R\$ 0,00	R\$ 254.000,00
Total		R\$ 29.182.287,56	R\$ 43.450.215,57

Tabela 6.1.1.1: Aplicação de recursos públicos

6.1.2 CONTAS ELEITORAIS - ELEIÇÕES 2022 E 2024

Em toda Eleição, candidatas e candidatos, Diretórios Partidários Regionais e Diretórios Partidários Municipais do Estado do Rio de Janeiro têm a obrigação de prestar contas ao TRE-RJ dos recursos arrecadados e aplicados nas campanhas eleitorais, na forma prevista no art. 46, § 2º, da [Resolução TSE nº 23.607/2019](#).

De acordo com as contas prestadas e com base nas informações registradas pelas candidatas e candidatos no Sistema de Prestação de Contas Eleitoral (SPCE), divulgadas no Repositório de Dados Eleitorais do TSE, os seguintes montantes foram aplicados nas campanhas das últimas eleições gerais e municipais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro:

Eleições Gerais de 2022

Foram aplicados nas campanhas de 2022, no Estado do Rio de Janeiro, aproximadamente, **R\$ 431,4 milhões de recursos**, sendo R\$ 342,6 milhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), R\$ 23,9 milhões do Fundo Partidário e R\$ 64,8 milhões de outros Recursos.

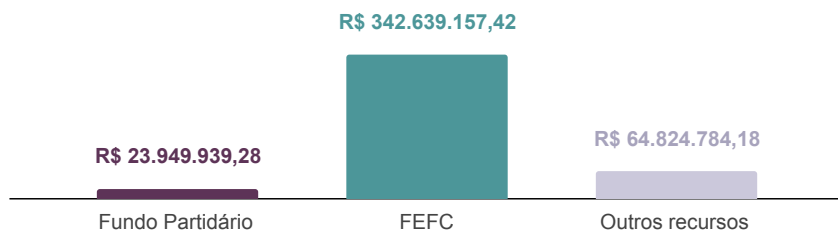


Gráfico 6.1.2.1: Origem dos recursos aplicados por candidatos(as) e diretórios partidários - Eleições 2022
Dados extraídos em janeiro de 2026 do Repositório de Dados no Sistema DivulgaCand, com valores atualizados, considerando as contas já julgadas

Eleições Municipais de 2024

Foram aplicados nas campanhas de 2024, no Estado do Rio de Janeiro, aproximadamente, **R\$ 485,9 milhões de recursos**, sendo R\$ 397,6 milhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), R\$ 16,9 milhões do Fundo Partidário e R\$ 71,3 milhões de outros recursos.

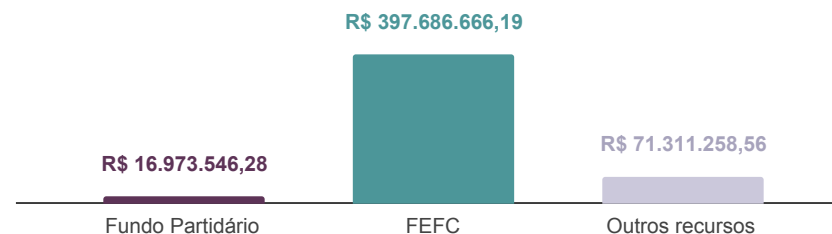


Gráfico 6.1.2.2: Origem dos recursos aplicados por candidatos(as) e diretórios partidários nas Eleições 2024
Dados extraídos em janeiro de 2026 do Repositório de Dados no Sistema DivulgaCand.

Informações detalhadas sobre as contas eleitorais dos partidos políticos e das candidatas e candidatos que pediram registro à Justiça Eleitoral, sobre os processos de prestação de contas analisados e estatísticas eleitorais podem ser consultadas no [Sistema DivulgaCand](#) do Tribunal Superior Eleitoral, na internet.

6.2 LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AIJE - Ação de Investigação Judicial Eleitoral

ASGERI - Assessoria de Gerenciamento de Riscos e Controle Interno

ASINFO - Assessoria de Segurança da Informação

ASIPRE - Assessoria Institucional da Presidência

ASJUPR - Assessoria Jurídica da Presidência

ASVPCRE - Assessoria da Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

BI - Business Intelligence

BSC - Balanced Scorecard

CAE - Central de Atendimento ao Eleitor

CAT - Central de Atendimento Telefônico

CDESC - Coordenadoria de Desenvolvimento de Competências

CGE - Comitê de Gestão da Estratégia

CGERI - Comitê de Gestão de Riscos

CGLGP - Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas

CGovCON - Comitê de Governança de Contratações

CGovTIC - Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

CGPD - Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais

CGTIC - Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

CIEDDE - Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia

Cipop-Rua - Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua

CJ - Cargo em comissão

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODAME - Sistema de Controle e Divulgação de Agenda de Marcos Eleitorais

COENG - Coordenadoria de Engenharia

COGEST - Coordenadoria de Gestão do Bem-Estar e da Força de Trabalho

COINF - Coordenadoria de Infraestrutura

COLOG - Coordenadoria de Logística

COMPREV - Mutirão de Compensação Previdenciária

COMSI - Comissão de Segurança da Informação

CORZE - Comissão de Representantes das Zonas Eleitorais

COSEL - Coordenadoria de Sistemas Eleitorais

COSOC - Coordenadoria de Comunicação Social

CPAI - Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e Inclusão

CPDIS - Comissão Permanente de Processo Disciplinar

CPEASSE1 e **CPEASSE2** - Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no 1º e 2º graus

CPLAN - Coordenadoria de Planejamento Estratégico

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

CRE - Corregedoria Regional Eleitoral

CriCiber - Comitê de Crises Cibernéticas

CSCOR - Coordenadoria de Soluções Corporativas

CSORI - Coordenadoria de Supervisão e Orientação às Zonas Eleitorais

DAST - *Dynamic Application Security Testing* (Teste de Segurança Dinâmico de Aplicações)

DataJud - Base Nacional de Dados do Poder Judiciário

DETRAN-RJ - Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro

DG - Diretoria-Geral

DivulgaCandContas - Sistema de divulgação de candidaturas e contas eleitorais

DJEN - Diário de Justiça Eletrônico Nacional

EaD - Educação a distância

EC - Emenda Constitucional

EJE - Escola Judiciária Eleitoral

eLaboraRio - Laboratório de Inovação do TRE-RJ

eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico

ENSEC-PJ - Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário

ENTIC-JUD - Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário

e-Pessoal - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão para a Administração Pública Federal e Empresas Estatais (TCU)

EPS - Exame periódico de saúde

ESG - *Environmental, Social and Governance* (sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa)

eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas

ETIR - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética

FC - Função comissionada

FEFC - Fundo Especial de Financiamento de Campanha

FOJURJ - Fórum Permanente do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

FP - Fundo Partidário

GABSAU - Gabinete da Secretaria de Auditoria Interna

GD - Grupo de despesas

GEE - Gases de efeito estufa

GERIR - Sistema de Gestão da Estratégia

Gov.Br - Plataforma de serviços digitais do governo federal

GP - Gabinete da Presidência

GPC - Gestão por competências

GT - Grupo de trabalho

IDJE ou **IDJERJ** - Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro

IE - Indicador Estratégico

iESGo - Índice ESG (*Environmental, Social and Governance*) (TCU)

iGG - Índice integrado de governança e gestão públicas (TCU)

iGovTI - Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação (TCU)

iGovTIC-JUD - Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CNJ)

IA - Inteligência Artificial

IAG - Inteligência Artificial Generativa

IGUAIS - Comissão de Promoção da Igualdade, Diversidade e Não Discriminação

IIA - Instituto de Auditores Internos

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

InfoJur - Informativo de Jurisprudência do TRE-RJ

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IP - *Internet Protocol* (Protocolo de Internet)

Iper - Indicador de Desempenho na Promoção da Equidade Racial

IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte

ITIL - *Information Technology Infrastructure Library* (Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação)

JE - Justiça Eleitoral

LAI - Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais/Arromânticos/Agêneros, Pansexuais/Polissexuais, Não-binários e demais manifestações de sexualidade

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)

LOA - Lei Orçamentária Anual

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

ME - Ministério da Economia

MP - Ministério Público

MPE - Ministério Público Eleitoral

MPF - Ministério Público Federal

MPLS - *Multiprotocol Label Switching* (Comutação de Rótulos Multiprotocolo)

NATSS - Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor

NBCT TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NDEC - Núcleo de Defesa Cibernética

NGESP - Núcleo de Governança de Gestão de Pessoas

NOUVE - Núcleo de Ouvidoria Regional Eleitoral

NPDIS - Núcleo Disciplinar

NUAD - Núcleo Administrativo

NUJEI - Núcleo de Justiça Eleitoral Itinerante

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OE - Objetivo Estratégico

OJS - *Open Journal Systems* (Sistemas de Periódicos Abertos)

OKR - *Objectives and Key Results* (Objetivos e Resultados-chave)

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Plano Anual de Capacitação

PAD - Processo Administrativo Disciplinar

PCA - Plano de Contratações Anual

PcD - Pessoa com deficiência

PCE - Prestação de Contas Eleitorais

PDE - Plano Diretor da Estratégia

PDF - *Portable Document Format* (formato de documento portátil)

PDPJ-Br - Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PE - Plano Estratégico institucional

PF - Polícia Federal ou Pessoa Física

PGM - Programa de Gestão da Memória

PID - Ponto de Inclusão Digital

PIE - Plano Integrado das Eleições

PIEGESP - Plano Integrado Estratégico de Gestão de Pessoas

PJ - Pessoa Jurídica

PJe - Processo Judicial Eletrônico

PJeCor - Processo Judicial Eletrônico da Corregedoria

PJU - Poder Judiciário da União

PLS - Plano de Logística Sustentável

PNPC - Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

POLJUD - Seção de Polícia Judicial

PopRuaJud - Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades

PR - Presidência do TRE-RJ

PRESE - Processo de Requisição de Servidores para Eleição (sistema)

PRONAME - Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário

PSI - Processo de Seleção Interna

PSI-JE - Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral

PSSS - Plano de Seguridade Social do Servidor

PTD - Plano de Transformação Digital

RAC - Reunião de Análise Crítica

RAE - Reunião de Análise da Estratégia ou Requerimento de Alistamento Eleitoral

RE - Recurso Extraordinário (STF)

REDESTI - Requisição de Desenvolvimento de Solução de TI

RenovaJud - Plataforma da Rede de Inovação do Poder Judiciário

RGF - Relatório de Gestão Fiscal

RJ - Estado do Rio de Janeiro

RJED - Revista Justiça Eleitoral em Debate

RP - Restos a Pagar

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

SaaS - *Software as a Service* (software como serviço)

SAC-JE - Sistema Nacional de Ouvidorias da Justiça Eleitoral

SAD - Secretaria de Administração

SAU - Secretaria de Auditoria Interna

SAST - *Static Application Security Testing* (Teste de Segurança Estático de Aplicações)

SDLC - *System Development Life Cycle* (Ciclo de Vida de Desenvolvimento de Software)

SEAPLE - Seção de Avaliação e Planejamento de Eleições

SEAS - Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro

SECAMP - Seção de Campanhas e Mídias Sociais

SECGIM - Seção de Gestão da Informação e Memória

SECJOR - Seção de Jornalismo

SEGAIA - Seção de Gestão Ambiental, Inclusão e Acessibilidade

SEGDOC - Seção de Gestão Documental

SEII - Sistema Eletrônico de Informações

SEINOV - Seção de Inovação

SEORÇA - Seção de Controle Orçamentário

SEPATR - Seção de Material Permanente e Patrimônio

SEPREX - Seção de Protocolo e Expedição

SEPROG - Seção de Programação Financeira e Apuração de Custos

SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas

SGPR - Secretaria-Geral da Presidência

SGRH - Sistema de Gestão de Recursos Humanos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SICAL - Sistema Campanha Limpa

SIESPJ - Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário

SIGEC - Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo

SJD - Secretaria Judiciária

SMPD/RJ - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro

SOF - Secretaria de Orçamento e Finanças

SPCA - Sistema de Prestação de Contas Anuais

SPCE - Sistema de Prestação de Contas Eleitorais

SPINS - Seção de Programas Institucionais

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

SSG - Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais

STF - Supremo Tribunal Federal

STFC - Serviço de telefonia fixa comutada

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

Super HE - Sistema de Controle de Serviço Extraordinário do TRE-RJ

SVPCRE - Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

TCA - Termo Circunstanciado Administrativo

TCU - Tribunal de Contas da União

TI ou **TIC** - Tecnologia da Informação e Comunicação

Título Net - Sistema de Autoatendimento do Eleitor

TJPE - Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

TJRJ - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TRE-RJ - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

TRF2 - Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES)

TRT1 - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ)

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UE - Urna eletrônica

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UTP - *Unshielded Twisted Pair* (cabo de rede Par Trançado Não Blindado)

VoIP - *Voice over Internet Protocol* (Voz sobre IP)

VPCRE - Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável

W3C - *World Wide Web Consortium* (Consórcio World Wide Web)

WAF - *Web Application Firewall* (firewall de aplicativos Web)

WAVE - *Web Accessibility Evaluation Tools* (ferramentas de avaliação de acessibilidade Web)

WCAG - *Web Content Accessibility Guidelines* (Diretrizes de Acessibilidade para o Conteúdo da Web)

ZE - Zona Eleitoral

6.3 LISTA DE FIGURAS E INFOGRÁFICOS

1.1 JUSTIÇA ELEITORAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Figura 1.1.1: Mapa do Estado do Rio de Janeiro com localização dos Cartórios Eleitorais9

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Figura 1.3.1: Organograma do TRE-RJ (níveis estratégico, tático, gabinetes e núcleos especializados)13

1.4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Figura 1.4.1: Modelo do Sistema de Governança e Gestão do TRE-RJ - Resolução TRE-RJ nº 1.119/201914

1.5 CADEIA DE VALOR

Figura 1.5.1: Cadeia de Valor do TRE-RJ15

1.6 VALOR PÚBLICO

Infográfico 1.6.1: Valor Público17

1.7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Figura 1.7.5.1: Foto da exposição "A conquista da democracia", comemorativa dos 50 anos do TRE-RJ, completados em 20 de março de 202525

Figura 1.7.5.2: Foto do Espaço de Memória Eleitoral Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, no Palácio da Democracia, durante a exposição 50 anos do TRE-RJ, em março de 202526

Figura 1.7.6.1: Guia de Linguagem Simples do TRE-RJ27

1.9 MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Infográfico 1.9.1: Materialidade das informações do Relatório de Gestão31

2.1 GESTÃO DE RISCOS

Infográfico 2.1.2.1: Processo de Gerenciamento de Riscos no TRE-RJ34

2.2 RISCOS INSTITUCIONAIS

Figura 2.2.1: Foto da 1ª Reunião de 2025 do CGERI, em 28/03 - Monitoramento dos riscos institucionais36

3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO TRE-RJ

Figura 3.3.2.1: Mapa Estratégico TRE-RJ 2021-202656

Figura 3.3.2.2: Plano Estratégico TRE-RJ 2021-202657

Figura 3.3.2.3: Glossário de Indicadores de Desempenho TRE-RJ 2021-202657

Infográfico 3.3.3.1: Ciclo da Gestão da Estratégia do TRE-RJ58

Infográfico 3.3.4.1: Partes interessadas na atuação da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro59

3.4 GESTÃO DE PROCESSOS

Infográfico 3.4.1: Etapas da gestão de processos69

4.1 DESTAQUES DA GESTÃO DO TRE-RJ EM 2025

Figura 4.1.1.1: Foto de palestra realizada pelo juiz José Faustino Ferreira (TJPE) na 1ª Semana de Inovação113

Figura 4.1.1.2: Foto do evento de lançamento do projeto “Eu te vejo!”, com a presença de terceirizados e terceirizadas115

Figura 4.1.3.1: Foto de ação da Justiça Eleitoral Itinerante para coleta biométrica realizada em Aperibé, no norte do estado do Rio de Janeiro119

Figura 4.1.3.2: Foto de atendimentos da Justiça Eleitoral Itinerante no Mutirão do Trabalhador, ação social realizada no feriado do Dia do Trabalhador, na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro120

Figura 4.1.3.3: Foto de atendimento no Centro de Atendimento Integrado às Pessoas em Situação de Rua (Cipop-Rua), próximo à Central do Brasil121

Figura 4.1.4.1: Foto das fachadas do Ed. Des. Antônio Jayme Boente, na esquerda, e do Palácio da Democracia, na direita, prédios que compõem a sede do TRE-RJ123

4.3 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ELEITORAL E DA CIDADANIA

Figura 4.3.1: Foto da edição do projeto Visitas ao TRE, com estudantes do Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência de Santa Cruz130

4.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Figura 4.5.1.1 : Sistema de Governança e Gestão de TIC do TRE-RJ.....155

4.10 ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Figura 4.10.2.1: Foto da IV Semana da Diversidade do TRE-RJ190

5.2 GESTÃO DE CUSTOS

Infográfico 5.2.1.1: Fluxo do processo de apuração de custos204

Infográfico 5.2.1.2: Itens de custos204

Infográfico 5.2.1.3: Atividades e Serviços205

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2025
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO